



Brasil mais forte. Governo eficiente. País justo.

Balanço de ações, programas e iniciativas do
Governo Federal no biênio 2023-2024

Grandes Números



Taxa de desemprego recua para 6,1% no trimestre até novembro, a menor taxa desde o início da série histórica em 2012



103,9 milhões de pessoas ocupadas em novembro de 2024, um novo recorde da série histórica



3,7 milhões de novos empregos com carteira assinada desde 2023



8,7 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza em 2023



Mais de 20,8 milhões de famílias no Bolsa Família em dezembro de 2024



1,218 milhão de unidades habitacionais contratadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida até dezembro de 2024



85% de redução da insegurança alimentar grave em 2023



R\$ 85,7 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025



24,4 milhões de pessoas fora do Mapa da Fome em 2023



400,5 bilhões em crédito rural para o Plano Safra da agricultura empresarial desde 2023



R\$ 110,5 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar desde 2023

Grandes Números



302 novos mercados abertos para produtos da agropecuária brasileira em 62 países desde 2023



15 milhões de brasileiros com dívidas renegociadas no Desenrola Brasil desde 2023



26,9 mil profissionais do Mais Médicos em todas as regiões do país em dezembro de 2024



24,1 milhões de pessoas com acesso a medicamentos do Farmácia Popular em 2024



R\$ 1 bilhão de investimento em 2025 para reduzir a mortalidade materna no SUS com a Rede Alyne



4 milhões de estudantes beneficiados com o programa Pé-de-Meia em 2024



1 milhão de matrículas no Programa Escola em Tempo Integral no ciclo 2023/2024



R\$ 504,5 bilhões já executados em obras do Novo PAC



R\$ 506,7 bilhões para desenvolver a Nova Indústria Brasil até 2026



30,6% de queda do desmatamento na Amazônia em 2024, a maior redução em 15 anos



25,7% de queda do desmatamento no Cerrado em 2024, a primeira redução em 5 anos



90% dos serviços públicos federais já disponíveis de forma digital em 2024

Brasil mais forte. Governo eficiente. País justo.

Sumário

1. Mais Dinheiro no Bolso das Famílias	6
2. Segurança Alimentar e Apoio à Produção Agrícola.....	18
3. Saúde para Todos os Brasileiros.....	30
4. Educação, Ciência e Tecnologia como Pilares do Desenvolvimento.....	62
5. A Retomada do Investimento em Infraestrutura.....	85
6. Apoio à Produção e ao Empreendedorismo.....	110
7. Economia no Rumo Certo.....	130
8. Garantia de Direitos, Proteção à Vida e Segurança Pública	146
9. Riqueza Ambiental e Sustentabilidade.....	178
10. Cultura, Igualdade,Diversidade e Inclusão.....	208
11. Participação Social e Fortalecimento do Estado.....	236
12. Protagonismo no Cenário Internacional.....	250





1.

Mais Dinheiro no
Bolso das Famílias

Sumário

1. Salário mínimo cresce acima da inflação.....	9
2. Governo propõe isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês	9
3. Brasil alcança maior estoque de empregos formais da história: 47,7 milhões.....	10
4. Taxa de desocupação cai para o menor patamar em 12 anos	11
5. Bolsa Família beneficia mais de 20 milhões de famílias brasileiras	12
6. Desenrola Brasil beneficia 15 milhões de brasileiros com dívidas renegociadas	14
7. Desenrola Pequenos Negócios alcança quase R\$ 6 bilhões em renegociações	14
8. Desenrola Fies tem 369 mil acordos firmados em todo o país.....	15
9. Fies beneficia quase 80 mil estudantes e maioria são mulheres	15
10. Quase 1 milhão de contratos do Minha Casa, Minha Vida quitados para beneficiários do Bolsa Família e do BPC	16
11. Luz Para Todos integrado ao Minha Casa, Minha Vida	16
12. Auxílio Gás ajuda no orçamento das famílias	17
13. Pobreza e extrema pobreza no Brasil caem para o menor patamar desde 2012	17

1. Salário mínimo cresce acima da inflação

- O salário mínimo das trabalhadoras e dos trabalhadores está crescendo acima da inflação. A conquista foi possível graças à Política de Valorização do Salário Mínimo, que também garante ganho real para aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios de auxílio-doença ou de prestação continuada (BPC).
- Em 2024, o salário mínimo no Brasil passou a ser R\$1.412. O valor representa uma alta de 6,97% em comparação aos R\$ 1.320 estabelecidos para 2023. A variação de três pontos percentuais foi superior à inflação do ano.
- O ganho real continua assegurado pelas novas regras fiscais e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025.
- Pelas novas regras, o salário mínimo manterá crescimento acima da inflação, mas obedecerá ao teto de 2,5%, como determina a regra do arcabouço fiscal.
- Em dezembro de 2024, um decreto presidencial reajustou o salário mínimo para R\$1.518. O valor representa um aumento de 7,5% em relação ao piso anterior e passou a valer a partir de 1º de janeiro de 2025.

2. Governo propõe isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês

- O Governo Federal anunciou que enviará ao Congresso Nacional, em 2025, um projeto de lei que isenta de Imposto de Renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil. Para compensar a isenção de tributos nessa faixa, o mesmo projeto propõe uma alíquota mínima de até 10% no IR para quem ganha até R\$ 50 mil por mês.
- Esta será a maior reforma de imposto de renda da história.
- Quando o Congresso Nacional aprovar a medida, haverá o segundo reajuste na faixa de isenção do IR desde o início do atual governo. A primeira contemplou trabalhadoras e trabalhadores que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824), isentando 15,8 milhões de brasileiros.

3. Brasil alcança maior estoque de empregos formais da história: 47,7 milhões

- Desde o início da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, até novembro de 2024, foram criados quase 3,7 milhões de empregos formais no Brasil. O país atingiu um total de 47,74 milhões de pessoas atuando com carteira assinada, o maior estoque de empregos formais da história. Os dados são do Novo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- No acumulado dos últimos 12 meses, entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, o saldo ficou positivo em mais de 1,77 milhão. O resultado é 22,2% maior que o observado no período anterior, entre dezembro de 2022 e novembro de 2023 (1,45 milhão).
- Já em relação a 2024, o Brasil superou a marca de 2,22 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada nos onze primeiros meses. O saldo é positivo nos cinco setores pesquisados e nas 27 unidades da Federação. O setor de Serviços se consolida como o maior gerador de empregos de 2024, com saldo de mais de 1,18 milhão de postos. Em seguida aparecem Indústria (422,6 mil), Comércio (358,7 mil), Construção (200,6 mil) e Agropecuária (57,4 mil).

EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA (jan. 2023 / out. 2024)

AC 11.648	AL 46.199	AP 15.818	AM 15.818
BA 174.371	CE 114.471	DF 84.966	ES 76.462
GO 128.083	MA 45.080	MG 345.564	MS 54.435
MT 84.439	PA 95.463	PB 47.517	PR 254.564
PE 123.793	PI 36.533	RJ 316.589	RS 138.342
RN 59.347	RO 22.381	RR 11.743	SC 211.372
SP 1.027.744	SE 30.702	TO 24.839	TOTAL: 3.644.925

Fonte: Novo Caged (Ministério do Trabalho e Emprego)

4. Taxa de desocupação cai para o menor patamar em 12 anos

- A taxa de desocupação no trimestre encerrado em novembro de 2024 caiu para 6,1%, o menor patamar da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua.
- Essa taxa representa 6,8 milhões de pessoas em busca de emprego no país, menor contingente desde o trimestre encerrado em dezembro de 2014.
- Frente ao trimestre anterior (que marcou 6,6%), a redução foi de 0,5 ponto percentual. Comparada ao mesmo trimestre de 2023 (7,5%), houve diminuição de 1,4 pontos percentuais.
- O recuo na taxa de desocupação do país foi acompanhado por uma expansão do nível de ocupação, que alcançou 58,8% da população com 14 anos ou mais, o maior percentual já registrado na série histórica.
- O total de pessoas ocupadas chegou a 103,9 milhões, com destaque para o crescimento de trabalhadores formais no setor privado, que atingiu um recorde de 39,1 milhões de pessoas com carteira assinada.

5. Bolsa Família beneficia mais de 20 milhões de famílias brasileiras

- Retomado em março de 2023, o Bolsa Família segue reafirmando o compromisso do Governo Federal com o combate à fome e à pobreza. Só em 2024, foram mais de 20,8 milhões de famílias contempladas, ao longo de 12 meses, em todos os municípios do Brasil. Mais de R\$ 168,3 bilhões foram transferidos, o que dá uma média de R\$ 14,02 bilhões por mês.
- As diretrizes do programa priorizam o atendimento a mulheres e crianças, sem deixar para trás grupos específicos e populações em situação de vulnerabilidade. Famílias indígenas, quilombolas, catadoras de recicláveis e pessoas em situação de rua foram incluídas no programa por meio de uma busca ativa do Governo Federal em parceria com estados e municípios, através de profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).
- Com o programa de transferência de renda, nenhuma família recebe menos do que R\$ 600. As que são compostas por crianças de 0 a 6 anos têm direito a mais R\$ 150 por cada uma que esteja na primeira infância. O programa também passou a prever repasses adicionais de R\$ 50 para gestantes, lactantes, crianças acima de 7 anos e adolescentes com 18 anos incompletos.
- No último ano, o Bolsa Família atendeu mais de 9,4 milhões de crianças que estão na primeira infância (totalizando R\$ 24,45 bilhões em benefícios adicionais), além de 24,8 milhões de crianças e adolescentes (totalizando R\$ 15,9 bilhões em benefícios adicionais).
- Cerca de 911,9 mil gestantes foram atendidas com o Benefício Variável Familiar (BVF) de R\$ 50, ultrapassando R\$ 515,4 milhões em repasses. Mesmo benefício dado a 436 mil nutrizes, em média, o que correspondeu a um investimento de R\$ 252,5 milhões.
- Ao longo de 2024, o Bolsa Família também chegou à casa de 32 milhões de meninas e mulheres, sendo 83% das famílias beneficiárias chefiadas por mulheres (ou seja, 17,3 milhões). Pelo menos 39,6 milhões de pessoas pretas ou pardas receberam o benefício (elas representam 73% do total de contemplados). Foram assistidas mais de 274 mil famílias quilombolas; 238 mil famílias indígenas; 400 mil famílias com catadores de material reciclável; e 237 mil famílias com pessoas em situação de rua.
- Outro marco do programa é a volta das condicionalidades, que garantem o acesso às políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social. No último ano, 28,2 milhões de crianças e mulheres receberam assistência de saúde (como acompanhamento do calendário de vacinas), 570 mil gestantes fizeram o pré-natal (o que representa quase 100% de grávidas que estão no Programa) e mais de 16,4 milhões de estudantes beneficiados pelo programa receberam assistência escolar.

- O Bolsa Família oferece ainda uma regra de proteção para famílias que tiveram aumento de renda e estão em fase de estruturação da autonomia financeira. Por causa dela, quem teve aumento de renda per capita acima de R\$ 218 e abaixo de meio salário mínimo, continua fazendo parte do programa por até dois anos, recebendo 50% do valor do benefício (incluindo os benefícios adicionais). Em dezembro de 2024, aproximadamente 2,7 milhões de famílias atendidas entraram em regra de proteção.

**QUANTIDADE DE FAMÍLIAS, POR UF, CONTEMPLADAS
EM DEZEMBRO DE 2024**

AC 133.945	AL 537.664	AP 123.772	AM 658.708
BA 2.488.373	CE 1.466.208	DF 175.434	ES 310.817
GO 499.634	MA 1.231.971	MG 1.159.597	MS 204.977
MT 251.055	PA 1.366.097	PB 672.502	PR 615.643
PE 1.591.453	PI 595.813	RJ 1.612.95	RS 681.024
RN 501.041	RO 136.491	RR 81.577	SC 235.252
SP 2.509.495	SE 381.001	TO 157.279	Total: 20,8 milhões

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

6. Desenrola Brasil beneficia 15 milhões de brasileiros com dívidas renegociadas

- Lançado em julho de 2023, o Programa Desenrola Brasil foi encerrado em maio de 2024 com um total de 15,06 milhões de pessoas beneficiadas, alcançando um volume total de R\$ 53,07 bilhões em dívidas renegociadas.
- Levantamento do Serasa mostra que o Desenrola Brasil chegou ao fim com a redução de 8,7% da inadimplência entre a população mais vulnerável do país, que ganha até dois salários mínimos ou está inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) e que se enquadra na Faixa 1 do programa.
- Os descontos na plataforma www.desenrola.gov.br chegaram a 83% em média. E, em alguns casos, ultrapassaram os 96%. As opções de pagamento foram à vista ou parcelado, sem entrada e com até 60 meses para pagar.
- Vale destacar que o Desenrola Brasil foi iniciado com os principais bancos retirando, automaticamente, 10 milhões de registros de dívidas de até R\$ 100 dos cadastros de inadimplentes, somando cerca de R\$ 1 bilhão em débitos.

7. Desenrola Pequenos Negócios alcança quase R\$ 6 bilhões em renegociações

- O programa Desenrola Pequenos Negócios permitiu a renegociação de dívidas bancárias de 93 mil microempreendedores individuais (MEI) e empresas de pequeno porte de todo o Brasil. Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), foram renegociados R\$ 5,89 bilhões em dívidas, até novembro de 2024. Foram realizadas 140 mil operações.
- O Desenrola Pequenos Negócios possibilitou a renegociação de dívidas que não estavam quitadas até o dia 23 de janeiro de 2024. Participaram empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.
- Os sete bancos que integraram o programa representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil.

8. Desenrola Fies tem 369 mil acordos firmados em todo o país

- O governo criou o Desenrola Fies, que concede descontos de até 99% para inadimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de descontos de até 100% dos juros e multas por atraso.
- Até 09 de dezembro de 2024, 369 mil acordos foram firmados, beneficiando 383 mil estudantes. E o prazo de adesão foi prorrogado até o dia 31 de dezembro, dando oportunidade para que mais de 844 mil estudantes ainda possam participar do programa.
- As condições de renegociação de dívidas junto ao Fies contemplam contratos celebrados até 2017 e com inadimplência em 30 de junho de 2023. Mais de 1,2 milhão de brasileiros se enquadram nos critérios da Lei nº 14.719/2023, sancionada em 1º de novembro.

9. Fies beneficia quase 80 mil estudantes e maioria são mulheres

- O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa que concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas de educação superior, beneficiou 79.833 pessoas no Brasil desde 2023. As mulheres foram as mais contempladas, respondendo por 68,23% do total. Em relação à raça ou cor, a maioria das pessoas beneficiadas (57,2%) foram as pretas ou pardas.
- Em 2024, diferentemente dos outros anos, 50% das oportunidades foram reservadas para o Fies Social, destinado às pessoas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Com a mudança, esse grupo também poderá financiar até 100% dos encargos educacionais.

10. Quase 1 milhão de contratos do Minha Casa, Minha Vida quitados para beneficiários do Bolsa Família e do BPC

- Desde que o governo anunciou a isenção de pagamento das prestações do MCMV para quem recebe Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada), em setembro de 2023, já foram beneficiados com a quitação das parcelas 953.984 contratos.
- A medida também reduz o número de prestações para quitação do contrato, de 120 para 60 meses, no caso das unidades contratadas pelo Programa Nacional de Habitação Urbana, e diminui a contrapartida de 4% para 1% para contratos realizados via Programa Nacional de Habitação Rural.
- Outro benefício para novos contratos é a redução dos valores das prestações a serem pagas e a readequação dos limites de renda. Foram estabelecidas condições mais vantajosas para os municípios quitarem os contratos em nome dos beneficiários, por exemplo, em casos de desastres naturais.

11. Luz Para Todos integrado ao Minha Casa, Minha Vida

- O programa Luz Para Todos Minha Casa, Minha Vida, lançado em junho de 2024, vai levar energia limpa e renovável às moradias contempladas no programa habitacional. Serão investidos R\$3 bilhões no projeto, que vai instalar painéis solares em 500 mil unidades consumidoras.
- Com a utilização de recursos orçamentários disponíveis para todo o Programa Minha Casa, Minha Vida, o objetivo é permitir o acesso à energia solar, tanto com a instalação de painéis solares nas unidades locais, quanto com a compensação de energia produzida em unidades remotas, as chamadas fazendas solares.

12. Auxílio Gás ajuda no orçamento das famílias

- Outro benefício que está chegando para quem mais precisa em todo o país é o Auxílio Gás, que é pago a cada dois meses e corresponde a 100% do botijão de gás de cozinha (GLP) de 13 kg por residência contemplada. O benefício reduz o impacto do preço do gás de cozinha no orçamento das famílias.
- O auxílio, no valor de R\$ 102, tem contemplado, a cada pagamento, a média de 5,6 milhões de famílias em todo o país desde 2023. Deste total, 89% das famílias são chefiadas por mulheres.
- O benefício do Auxílio Gás representava 50% da média do preço do botijão dos 6 meses anteriores. Desde janeiro de 2023, a partir da Medida Provisória nº 1.155/2023, foi instituído o pagamento adicional de 50% no valor do benefício. Assim, o auxílio passou a cobrir o valor integral do botijão de gás

13. Pobreza e extrema pobreza no Brasil caem para o menor patamar desde 2012

- O Brasil alcançou, em 2023, o menor índice de pobreza dos últimos 12 anos, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2024 do IBGE. A proporção da população com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza, estabelecida pelo Banco Mundial (US\$ 6,85 PPC por dia ou R\$ 665 por mês), caiu de 31,6% em 2022 para 27,4% em 2023. Esse recuo significa que 8,7 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza, reduzindo o contingente total de 67,7 milhões para 59 milhões, o menor registrado desde 2012.
- A extrema pobreza também apresentou uma redução histórica. Pela primeira vez, o índice caiu abaixo de 5%, passando de 5,9% em 2022 para 4,4% em 2023 (US\$ 2,15 PPC por dia ou R\$ 209 por mês). Em números absolutos, 3,1 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, reduzindo o total de 12,6 milhões para 9,5 milhões - também o menor resultado desde 2012. Esses resultados refletem os impactos positivos das políticas públicas, incluindo programas sociais que evitaram o aumento das desigualdades e promoveram maior inclusão econômica e social.
- Sem os programas sociais implementados pelo Governo Federal, segundo análise do IBGE, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria mais que dobrado, atingindo 11,2%, enquanto a pobreza geral teria subido para 32,4%. Esses dados reforçam o papel essencial das políticas sociais na construção de um país mais justo e com menos desigualdades.



2.

Segurança Alimentar
e Apoio à Produção
Agrícola

Sumário

1. Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023.....	21
2. Meta do Plano Brasil Sem Fome é tirar país do Mapa da Fome até 2030.....	21
3. Mais de 220 iniciativas reforçam meta de acabar com a fome no Brasil.....	22
4. O maior Plano Safra da história	23
5. Programa de Aquisição de Alimentos ultrapassa 21,75 mil toneladas doadas.....	24
6. Alimentação escolar para milhões de alunos	24
7. Cesta básica mais nutritiva e saudável.....	25
8. Fortalecimento das cozinhas solidárias	25
9. Coopera Mais Brasil fortalece agricultura familiar	26
10. Segurança alimentar e renda para mulheres rurais.....	26
11. Mais de 44 mil cisternas entregues para o Semiárido e a Amazônia	26
12. Ações fortalecem a pesca e a aquicultura	27
13. Florestas Produtivas beneficia agricultores familiares, assentamentos e comunidades tradicionais	28
14. Produção de grãos em 2024/25 deve ter aumento de 8,2% em relação à safra anterior.....	28
15. Política Nacional de Abastecimento Alimentar 2025/28 é lançada.....	29

1. Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023

- O Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024), divulgado em julho de 2024, mostra que a insegurança alimentar severa caiu 85% no Brasil em 2023.
- Ainda segundo o relatório das Nações Unidas, em números absolutos, 14,7 milhões deixaram de passar fome no país. A insegurança alimentar severa, que afligia 17,2 milhões de brasileiros em 2022, caiu para 2,5 milhões, de 8% para 1,2% da população.
- Já pesquisa do IBGE mostrou que, no início de 2023, 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar e 24,4 milhões de pessoas saíram do mapa da fome. A redução chegou a 2,8% no nível de subalimentação em 2023. A meta é atingir um índice menor que 2,2% até o final de 2024.
- Desde 2013, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) recebeu adesão de 1.286 cidades. A partir de 2023, foram adicionadas 750 cidades, número que supera o total acumulado entre 2013 e 2022, que era de 536. Somente em 2024, foram contabilizadas 781 adesões.
- Para a FAO, a insegurança alimentar severa é quando a pessoa está de fato sem acesso a alimentos, e passa um dia inteiro ou mais sem comer. Representa a fome concreta que, se mantida regularmente, leva a prejuízos graves à saúde física e mental, sobretudo na primeira infância, no desenvolvimento e na formação cognitiva.

2. Meta do Plano Brasil Sem Fome é tirar país do Mapa da Fome até 2030

- O Plano Brasil sem Fome, lançado em 2023, reúne um conjunto de mais de 80 ações e programas que respondem ao desafio de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional no país.
- As propostas estão organizadas em três eixos: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; alimentação adequada e saudável; mobilização para o combate à fome.
- As metas são:
 1. Tirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030;
 2. Reduzir, ano a ano, as taxas totais de pobreza;
 3. Reduzir a insegurança alimentar e nutricional, especialmente a insegurança alimentar grave

3. Mais de 220 iniciativas reforçam meta de acabar com a fome no Brasil

- O Planapo 2024-2027 (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) vai ampliar a produção e o processamento de alimentos orgânicos e de base agroecológica, além de fortalecer a comercialização. São 197 iniciativas distribuídas em sete eixos, que têm como compromisso destinar R\$ 6 bilhões em linha do Pronaf para produção orgânica e ou agroecológica, além de R\$ 115 milhões em fomento, visando a inclusão produtiva.
- A Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB) prevê o fomento à agricultura familiar e à sociobiodiversidade, formando estoques estratégicos provenientes destes setores. Nesse sentido, foi lançado o Planaab (Plano Nacional de Abastecimento Alimentar - Plano Alimento no Prato 2025-2028), que prevê 29 iniciativas e 92 ações estratégicas, como a ampliação de sacolões populares e centrais de abastecimento por todo o país. De início, serão implantadas seis novas centrais de abastecimento: uma na Bahia, uma no Ceará, uma no Rio Grande do Norte, uma em Sergipe e duas em São Paulo. Ao facilitar o acesso a alimentos saudáveis e frescos, o Alimento no Prato beneficia produtores e consumidores.
- O Programa Arroz da Gente, uma das ações do Planaab, prevê investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão em contratos de opção para diversificar e estimular a produção de arroz no país com a formação de estoques (compra) de até 500 mil toneladas e um volume equivalente às perdas estimadas na safra 2023/24. Os pequenos e médios produtores que quiserem produzir arroz poderão assinar contratos de opção com o governo, que garantirá a compra da produção com preço já estabelecido.

4. O maior Plano Safra da história

- Com os dois últimos Planos Safra (2023/2024 e 2024/2025), o campo brasileiro passou a contar com o maior volume de recursos da história.
- De janeiro a dezembro de 2024, o crédito rural reafirmou sua relevância como um dos principais instrumentos de financiamento para o setor agrícola. No período, foram firmados 2,2 milhões de contratos, totalizando R\$ 360,2 bilhões em recursos concedidos. Desse total, 497,9 mil contratos foram destinados à agricultura empresarial, correspondendo a R\$ 298,83 bilhões em crédito. Já a agricultura familiar celebrou 1,7 milhão de contratos, representando R\$ 61,39 bilhões concedidos.
- Para o ano-safra 2024/2025, que se iniciou em julho de 2024 e terminará em junho de 2025, estão programados R\$ 400,59 bilhões à agricultura empresarial, representando um aumento de 10% em relação à safra anterior. Além disso, estima-se que os produtores terão acesso a R\$ 108 bilhões em recursos provenientes de emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) direcionadas a aquisição de Cédulas do Produto Rural (CPR).
- Do total de R\$ 400,59 bilhões, R\$ 293,29 bilhões (73,5%) serão destinados a custeio e comercialização, e R\$ 107,3 bilhões (26,5%) a investimentos. Entre esses recursos, R\$ 189,09 bilhões terão taxas controladas, voltadas para programas como o Pronamp e o InvestAgro, enquanto R\$ 211,5 bilhões terão taxas livres.
- As taxas de juros definidas para 2024/2025 incluem:
 - 8% ao ano para custeio e para investimento no Pronamp
 - entre 7% e 11,5% ao ano para investimentos, dependendo do programa
- O Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 assegurou R\$ 85,7 bilhões para o setor, dos quais R\$ 76 bilhões são destinados ao Pronaf. Esse valor é 43,3% maior que o da safra de 2022 e 6,2% superior ao da safra anterior. A taxa de juros do Pronaf varia de 0,5% a 6% ao ano. Sendo assim, o Governo Federal garantiu para o Plano Safra da Agricultura Familiar R\$ 110,5 bilhões desde 2023.

Entre as principais inovações do Pronaf para 2024/2025 estão:

- Uma linha de crédito específica para mulheres rurais com renda de até R\$ 100 mil por ano, com limite de financiamento de R\$ 25 mil e juros de 4% ao ano
- Redução de juros para a produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca, tomate, leite e ovos, promovendo sustentabilidade e maior acessibilidade
- Já no ano-safra 23/24, o Governo Federal estruturou o maior Plano Safra da história com R\$ 364,2 bilhões em crédito rural somente para a agricultura empresarial. Deste total, R\$ 272,12 bilhões foram destinados ao custeio e comercialização (+26%) e R\$ 92,1 bilhões para investimentos (+28%).
- O objetivo do Plano Safra da Agricultura Familiar é promover a produção sustentável de alimentos saudáveis para as famílias brasileiras, reforçando o compromisso com a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

5. Programa de Aquisição de Alimentos ultrapassa 21,75 mil toneladas doadas

- Em 2024, o volume de alimentos adquiridos da agricultura familiar pelo programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para doação a pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional, ultrapassou 139 mil toneladas. Até dezembro, cerca de 78,7 mil agricultores familiares, fornecedores de alimentos do programa em todo o país receberam R\$ 800 milhões referente às entregas para o PAA.
- Em 2023, o PAA encerrou o ano com mais de R\$ 1 bilhão disponibilizado para a aquisição de 163.675 toneladas de alimentos, maior volume de recursos da história do programa em valores nominais. A produção foi distribuída a 9.565 entidades socioassistenciais e gerou renda a 81.707 agricultores familiares, sendo 61% mulheres.
- O Programa de Aquisição de Alimentos tem duas finalidades centrais: promover o acesso das pessoas à alimentação, sobretudo as mais vulneráveis, e incentivar a produção da Agricultura Familiar. Para isso, o Governo Federal compra alimentos produzidos pela Agricultura Familiar e doa esses alimentos para organizações das redes socioassistencial, públicas e filantrópicas de ensino e saúde e justiça e para equipamentos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias, Bancos de Alimentos) que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou seja, que não tem acesso à comida de forma regular e adequada.
- Na nova versão, o PAA, também promove a compra de alimentos para atendimento às Cozinhas Solidárias, por meio de ações transversais envolvendo o Programa Cozinha Solidária. Além disso, o programa passou a comprar alimentos provenientes de comunidades indígenas, a serem doados nos próprios territórios para pessoas dessas comunidades em situação de insegurança alimentar.

6. Alimentação escolar para milhões de alunos

- Depois de cinco anos sem correção, os valores repassados pelo Governo Federal a estados e municípios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram reajustados em 2023 em até 39%. De janeiro a outubro de 2024, foram investidos R\$ 5,3 bilhões no PNAE.
- São recursos que beneficiam cerca de 40 milhões de alunos, em aproximadamente 147 mil escolas públicas, e suas famílias, que têm a escola como um apoio importante para a alimentação saudável dos filhos.
- São atendidos estudantes da rede pública do Ensino Fundamental e médio, crianças em creches, alunos de escolas em tempo integral, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do atendimento especializado. São beneficiados, ainda, alunos da pré-escola e da educação básica para indígenas e quilombolas.

7. Cesta básica mais nutritiva e saudável

- Decreto do Governo Federal regulamenta a nova composição da cesta básica, que servirá como referência para ações, políticas e programas governamentais voltados à produção e consumo de alimentos. A medida determina a inclusão prioritária de alimentos in natura ou minimamente processados, com o objetivo de reduzir o risco de doenças, melhorar a qualidade de vida da população, fomentar a geração de renda para pequenos produtores e promover a proteção ambiental.
- A nova composição passa a incluir alimentos de dez grupos diferentes: feijões (leguminosas); cereais; raízes e tubérculos; legumes e verduras; frutas; castanhas e nozes (oleaginosas); carnes e ovos; leites e queijos; açúcares, sal, óleo e gorduras; café, chá, mate e especiarias. Estão proibidos alimentos ultraprocessados.

8. Fortalecimento das cozinhas solidárias

- A partir do decreto que regulamenta o Programa Cozinha Solidária, criado em 2023, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) passou a apoiar a rede. Atualmente, existem mais de 2,4 mil cozinhas solidárias em funcionamento em todo o Brasil, com mais de 900 cozinhas habilitadas pelo MDS.
- Estão previstos a capacitação dos colaboradores e o acesso a alimentos saudáveis pelo Programa de Aquisição de Alimentos.
- Um acordo de R\$ 4 milhões com a Fundação Banco do Brasil foi anunciado e um edital com R\$ 30 milhões foi publicado. No âmbito do Edital, foram selecionadas 23 entidades gestoras, para apoio ao fornecimento de 14 milhões de refeições em 410 cozinhas no período de um ano. Adicionalmente, mais de 30 cozinhas emergenciais atuando na emergência climática do RS foram apoiadas com 5 milhões de reais.
- Ao todo, até o momento, o MDS está aplicando mais de R\$ 120 milhões em recursos para ações de apoio a cozinhas solidárias atendidas pelo programa, apoiando as já existentes, por entender que são uma tecnologia social de combate à insegurança alimentar e nutricional, de base popular, não estatal, estruturada pela comunidade local, por meio de seus coletivos, seus movimentos sociais e suas organizações da sociedade civil, com a finalidade de produção e oferta de refeições adequadas e saudáveis.

9. Coopera Mais Brasil fortalece agricultura familiar

- Em abril de 2024, foi lançado o programa Coopera Mais Brasil, voltado para o fortalecimento do cooperativismo, associativismo e de empreendimentos solidários da agricultura familiar, a iniciativa conta com a participação de vários órgãos públicos e organizações da sociedade civil.
- Coordenado pelo MDA, o programa é formado por ações integradas de capacitação, estratégia e articulação de serviços.
- UmadasmetasdoCooperaMaisBrasiléaexpansão deredesdecomercialização e abastecimento alimentar em todo o país, bem como o aumento da produção de alimentos, a melhoria de renda e qualidade de vida para agricultoras e agricultores, o aprimoramento da gestão e desenvolvimento de boas práticas de sustentabilidade (ambiental, econômica, social e financeira).

10. Segurança alimentar e renda para mulheres rurais

- O Programa Quintais Produtivos, lançado em 2023, se propõe a estruturar espaços onde mulheres produtoras possam cultivar alimentos, criar pequenos animais e manejar plantas perto de casa.
- As entidades da sociedade civil, selecionadas a partir de edital, serão responsáveis pela elaboração e execução de projetos que promovam a autonomia econômica das mulheres e auxílio para acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização.
- Inicialmente, serão criados dez mil Quintais Produtivos, beneficiando milhares de mulheres por meio do acesso a insumos, equipamentos e utensílios necessários para a estruturação e o manejo de quintais. Até 2026, serão mais de 90 mil quintais em todo o Brasil.

11. Mais de 44 mil cisternas entregues para o Semiárido e a Amazônia

- O Governo Federal retomou o Programa Cisternas para promover a segurança hídrica à população que mora nas regiões do Semiárido e da Amazônia.
- Na nova fase do programa, já estão em construção mais de 51 mil cisternas no Semiárido brasileiro, distribuídas por dez estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Ceará e Maranhão.
- O Programa Cisternas também está sendo expandido na Região Amazônica, com a previsão de beneficiar 4.625 famílias rurais de baixa renda a partir de recursos do Fundo Amazônia.
- Desde 2023, mais de 50 mil famílias foram atendidas pela implantação de cisternas e outras tecnologias que garantiram a essas pessoas água de qualidade.

12. Ações fortalecem a pesca e a aquicultura

- Com a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura, um dos destaques de 2023 foi o lançamento do Programa Povos da Pesca Artesanal, primeiro programa estruturado exclusivamente para o setor e que reúne uma série de iniciativas e ações voltadas para articulação e concretização de políticas públicas de defesa, promoção e fortalecimento das unidades pesqueiras em todo o território nacional. Em 2024, o programa teve investimento de R\$ 27,34 milhões e possui um número de beneficiários de 1,2 milhão de pescadores e pescadoras artesanais.
- Para enfrentar a fila de pedidos de registro de pescador profissional que estavam represados no início de 2023, criou-se uma força-tarefa que contou com a participação dos Ministérios da Pesca, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Em 2023, foram analisadas 180,6 mil solicitações, das quais 140,9 mil foram deferidas. Essa ação é fundamental para legalizar a atividade pesqueira, fornecendo acesso a benefícios como seguro defeso e outros benefícios previdenciários e acesso a políticas públicas.
- Com a sanção da lei do Novo Bolsa Família, em julho de 2023, pescadores artesanais podem receber ao mesmo tempo o seguro defeso e o valor do Bolsa Família. Esta possibilidade estava suspensa desde 2015.
- O Edital de Seleção de Projetos para Aquicultura escolheu 24 iniciativas, com investimento de R\$ 11 milhões. O objetivo é a concessão de apoio financeiro para execução de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável, territorial e comunitário, e a inclusão produtiva. Foram selecionados projetos distribuídos em 14 estados e no Distrito Federal, contemplando as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.
- Foi lançado o PesqBrasil-Mapa de Bordo, com o objetivo de recepcionar de forma digital os documentos oficiais em que são declaradas as informações da pesca realizada por determinada embarcação. A digitalização das informações facilita a sistematização de dados do setor.
- Desde de 1º de janeiro de 2024 tornou-se obrigatório o uso do sistema PesqBrasil-Mapa de Bordo para transmissão das informações, o que agilizou seu recebimento e compilação.
- Até o início de dezembro de 2024, o sistema recebeu 67.400 mapas de bordo, provenientes de aproximadamente 4.000 embarcações. Estas informações estão sendo diretamente utilizadas para subsidiar a gestão dos recursos pesqueiros do Brasil.

13. Florestas Produtivas beneficia agricultores familiares, assentamentos e comunidades tradicionais

- Foi editado, em julho de 2024, o decreto que institui o Programa Nacional de Florestas Produtivas. A iniciativa visa a fomentar a restauração produtiva em estabelecimentos rurais da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e territórios de povos e comunidades tradicionais.
- Mais de R\$ 15 milhões foram disponibilizados para a implantação de Unidades e Referência Tecnológica com Sistemas Agroflorestais em 18 assentamentos e 2 reservas extrativistas, com a criação de viveiros comunitários, casas e redes de sementes, a estruturação de espaços coletivos para formação, capacitação e troca de experiências e a aquisição de equipamentos, máquinas e insumos, a capacitação para gestão de grupos produtivos e a pesquisa e a inovação em tecnologias sociais.
- A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) lançou edital, em agosto de 2024, para selecionar entidades privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atuar na Restauração Produtiva de 1.680 estabelecimentos rurais da agricultura familiar na Amazônia.
- Além da produção de alimentos e geração de emprego e renda, a iniciativa também contribuirá para o cumprimento das metas nacionais e internacionais de enfrentamento às mudanças climáticas.
- E o Pronaf Floresta possibilitará o restauro produtivo. A linha teve aumento no limite de financiamento de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil e redução da taxa de juros de 4% para 3% ao ano.

14. Produção de grãos em 2024/25 deve ter aumento de 8,2% em relação à safra anterior

- A estimativa para a safra 2024/25 é de uma produção de 322,4 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8,2%, ou seja, 24,5 milhões de toneladas superior ao volume obtido no ciclo 2023/24.
- Caso o resultado seja confirmado, esta será a maior safra registrada na série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
- Já com relação à área, a expectativa é que sejam semeados 81,39 milhões de hectares na atual safra, somando todos os ciclos de produção, o que corresponde a uma adição de 1,45 milhão de hectares em relação à temporada anterior.

15. Microcrédito de R\$ 300 milhões para agricultura familiar nas regiões Centro-Oeste e Norte

- A iniciativa, lançada em outubro de 2024, utilizará a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMO) e será operacionalizada pela Caixa Econômica Federal. Estão previstos R\$ 300 milhões em microcrédito, com repasses dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste e do Norte — sendo R\$ 150 milhões do FCO e outros R\$ 150 milhões do FNO.
- Serão contemplados os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A iniciativa beneficiará mais de 30 mil pessoas em comunidades rurais, que poderão ter acesso ao crédito com condições especiais. O contrato tem vigência de um ano, com possibilidade de renovação.
- Um projeto-piloto, com orçamento de 300 milhões, estará disponível para o Centro-Oeste a partir de janeiro de 2025. A Caixa já está prospectando clientes nos estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. O Distrito Federal não foi incluído no piloto.





3.

Saúde para Todos
os Brasileiros

Sumário

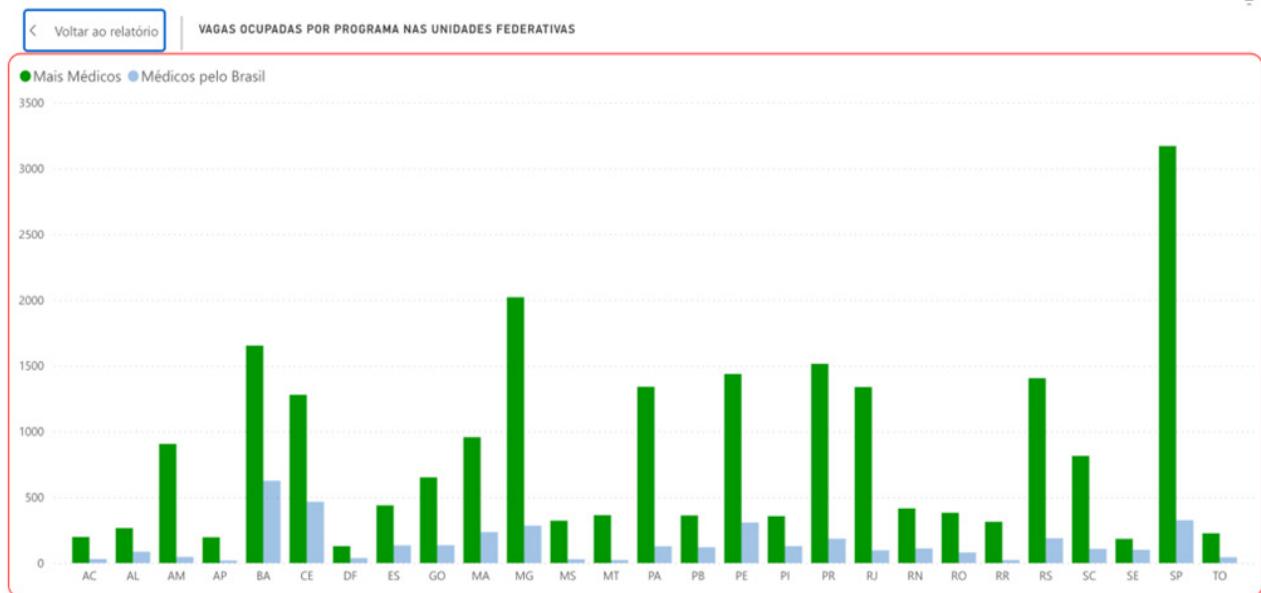
1. Mais Médicos tem recorde de profissionais atuando	34
2. Expansão da Atenção Primária à Saúde	38
3. Saúde Bucal no SUS agora é lei.....	39
4. Farmácia Popular passa a ofertar 41 insumos e medicamentos gratuitos	41
5. Saúde Na Escola alcança quase 25 milhões de pessoas.....	43
6. Mais de 231 milhões de absorventes distribuídos gratuitamente	44
7. Mais vacinas, mais transparência e menos desperdício	45
8. Brasil sai da lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas.....	46
9. Nova estratégia de vacinação contra a Covid-19.....	46
10. SUS adapta estratégia de vacinação contra a gripe para especificidades regionais	47
11. Memória, reparação, justiça e prevenção serão legados do Novo PAC	47
12. Com recursos federais, os estados reduzem fila de cirurgias eletivas	48
13. Transplantes de órgãos bate recorde.....	48
14. Mais investimento para fortalecer o SUS	49
15. Insulina volta a ser produzida no Brasil.....	49
16. Nordeste terá a maior fábrica de hemoderivados da América Latina.....	49
17. Novo PAC selecionou 1,8 mil novas UBS	50
18. Brasil terá novas policlínicas em todas as regiões do país.....	51
19. Meta do SAMU é 100% de cobertura até 2026	51
20. Mais de 1,2 milhão de PCDs serão beneficiadas pelo Novo PAC.....	52
21. Atendimento odontológico móvel para população que mora em locais de vulnerabilidade.....	52

22. Novo PAC viabilizará a construção de 150 CAPS	53
23. Novas maternidades podem beneficiar 26,7 milhões de mulheres.....	53
24. Mais assistência ao parto normal em territórios de vulnerabilidade	54
25. Governo Federal pretende reduzir a mortalidade materna em 50% até 2027	55
26. Nova estratégia de combate à dengue é um marco no enfrentamento às arboviroses.....	56
27. Brasil é o primeiro país do mundo a disponibilizar vacina contra dengue no sistema público de saúde	57
28. Mais Acesso a Especialistas conta com adesão de 100% dos estados e 97% dos municípios	57
29. Meu SUS Digital reduz barreiras geográficas e facilita acesso à saúde	58
30. Brasil Saudável conquista resultados significativos	59
31. Aumenta o Piso Nacional de Enfermagem	60
32. Novo decreto incentiva a realização de exames preventivos de câncer.....	60
33. Atendimento domiciliar de saúde é ampliado e facilitado.....	61

1. Mais Médicos tem recorde de profissionais atuando

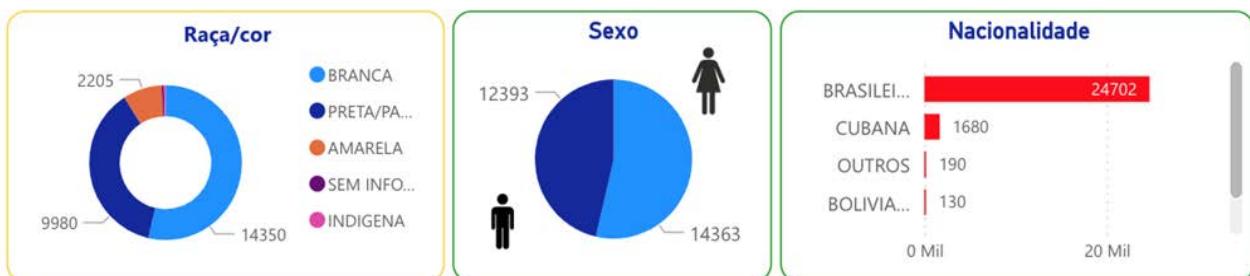
- O Mais Médicos voltou maior e melhor para cuidar da saúde da população em todas as regiões do país. Nos últimos dois anos, o programa quase dobrou de tamanho. Foi de 13,7 mil profissionais atuando em dezembro de 2022 para 26,9 mil profissionais em atividade. Somente em 2024, foram 6.729 novos médicos.
- Além de todos os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), o programa atende 4.415 municípios brasileiros.
- 60% dos médicos estão nas regiões de maior vulnerabilidade social.
- Do total de profissionais atuando, 92% são brasileiros e 53% são mulheres.
- Pela primeira vez, o Programa reservou vagas para equipes voltadas à assistência prisional e para a população em situação de rua. O edital de 2024 foi o primeiro com vagas afirmativas para pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência.
- O número de profissionais atuando em territórios indígenas mais que dobrou nos últimos dois anos. Passou de 224 (em 2022) para 585 (em 2024).
- Outras novidades foram o reajuste da bolsa que estava sem atualização desde 2019 (e agora é R\$ 12,5 mil); o fortalecimento da formação, com oferta de cursos de especialização, mestrado e doutorado; e o incentivo à atuação em regiões de alta vulnerabilidade social, com benefício maior para profissionais formados com apoio do FIES.
- Com a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, o Governo Federal pretende alcançar a marca de 28 mil médicos atendendo pelo SUS em todo o Brasil. Isso permitirá que cerca de 96 milhões de pessoas tenham acesso à saúde, principalmente no interior, na floresta e nas periferias.
- O Governo Federal disponibiliza online o Painel de Monitoramento do Mais Médicos, uma ferramenta de transparéncia que possibilita o acompanhamento do programa em estados, municípios e DSEIs (Distritos Especiais Sanitários Indígenas). Para saber mais, acesse <http://maismedicos.gov.br/>

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS POR UF



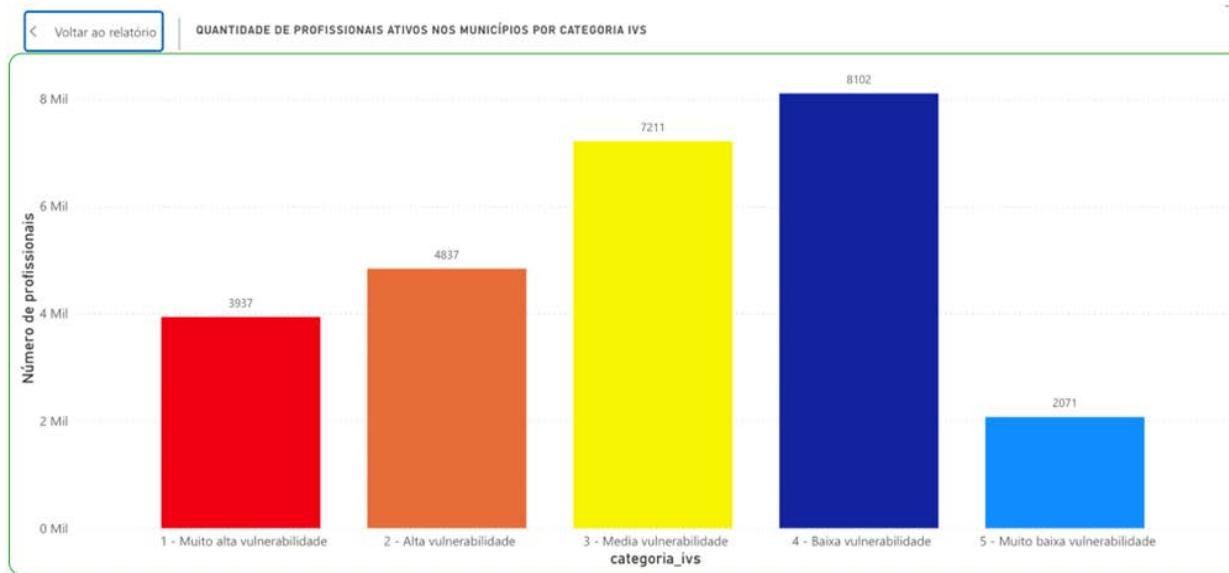
Fonte: Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde -

PERFIL DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS (Nov/2024)



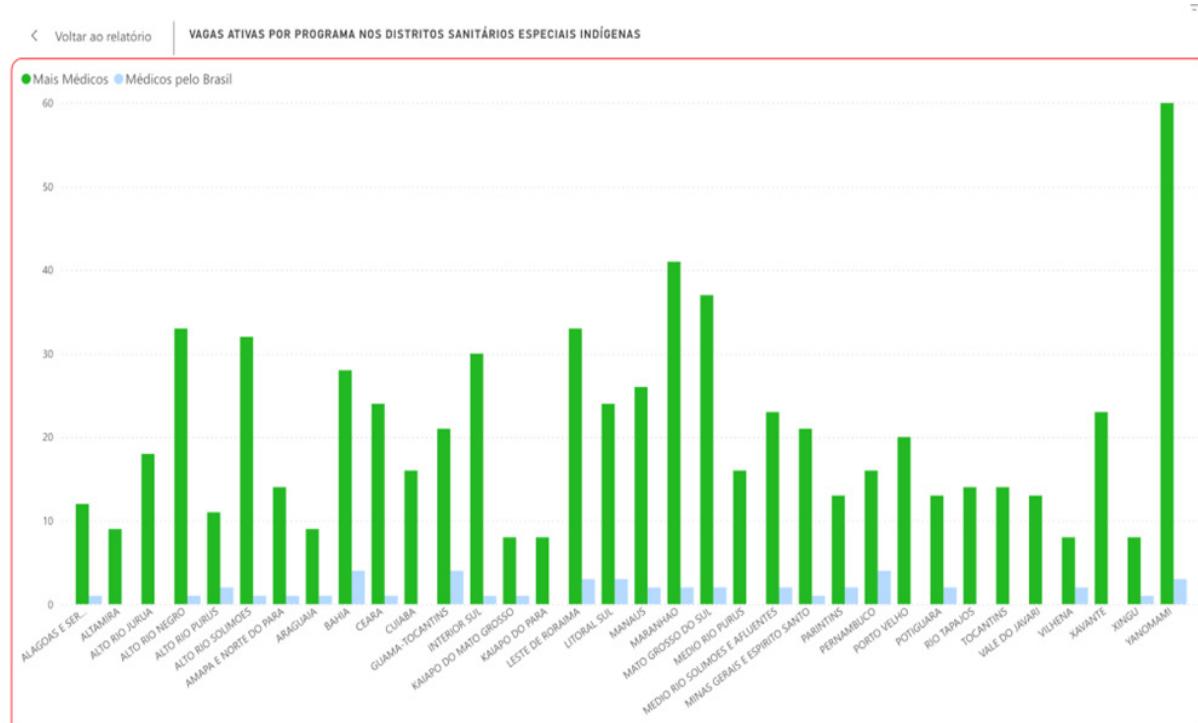
Fonte: Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS NOS MUNICÍPIOS (de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS)



Fonte: Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde (atualizado em 04/11/2024)

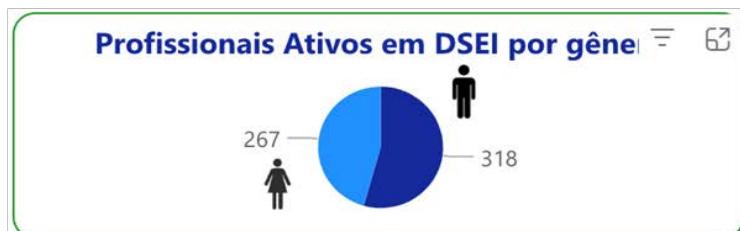
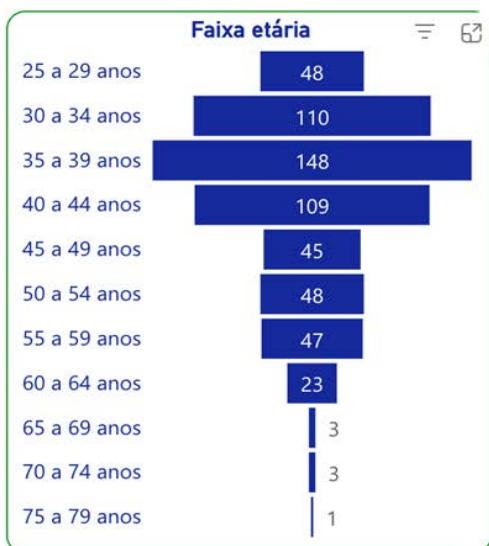
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS POR DSEI (Distritos Sanitários Especiais Indígenas)



Fonte: Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde (atualizado em 04/11/2024)

PERFIL DE PROFISSIONAIS DO MAIS MÉDICOS EM DSEIs

(Distritos Sanitários Especiais Indígenas)



Fonte: Painel de Monitoramento dos Programas de Provimento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Ministério da Saúde (atualizado em 04/11/2024)

2. Expansão da Atenção Primária à Saúde

- Ampliar o acesso universal à saúde, por meio do atendimento realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para prevenir e reduzir doenças é um compromisso do Governo Federal para o fortalecimento do SUS.
- Nos últimos dois anos, houve ampliação do horário do atendimento em unidades de saúde (que agora ficam aberta até as 22h), aumento do número de equipes por população e valorização das visitas domiciliares. Além da habilitação de novas equipes e serviços, represada desde 2019, que foi retomada.
- A Estratégia Saúde da Família (ESF)*, por exemplo, dispõe de 53,3 mil equipes em funcionamento. Entre elas, as 4.750 que foram formadas em 2024. Com isso, a população passou a contar com mais 3,4 mil novas equipes multidisciplinares, 374 novas equipes para atender ribeirinhos e 283 novos médicos atuando junto às comunidades quilombolas de 150 municípios.
- Em 2024, R\$1,1 bilhão foi investido para municípios garantirem que a ESF chegue até a casa das pessoas.
- Atualmente, são mais de 45,2 mil UBS custeadas pela União, abrangendo todos os municípios do país. Para apoio especializado, são 736 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), também custeadas pela União, funcionando em 500 municípios.
- E ainda, 271 mil Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e 67,6 mil Agentes de Combate às Endemias (ACE).

*Fonte: Ministério da Saúde (dados de dezembro de 2024)

3. Saúde Bucal no SUS agora é lei

- Em 2024, o Governo Federal repassou mais de R\$ 4,8 bilhões para custear o programa Brasil Sorridente. Este é o maior investimento da história do país direcionado à ampliação do acesso a tratamento odontológico.
- Criado em 2004 e retomado em 2023, o Brasil Sorridente acumula resultados positivos, principalmente para idosos e crianças. Antes do programa, o principal suporte que a população encontrava na rede pública era a extração dentária. Atualmente, o SUS oferece ações de promoção da saúde (como fluoretação das águas de abastecimento público), ações de prevenção (como atendimentos que detectam o câncer de boca em estágio inicial) e ações de recuperação da saúde bucal.
- Com o programa, 25 milhões de estudantes de escolas públicas passam a ter acesso a atendimento odontológico gratuito, resultado de um Brasil Sorridente que chegará a 5.055 municípios.
- O atendimento odontológico foi ampliado para municípios de até 20 mil habitantes, com a criação de 61 Serviços de Especialidades em Saúde Bucal (Sesb).
- Nos últimos dois anos, mais de 4,6 mil novas equipes de saúde bucal foram habilitadas. Entre 2019 e 2022, a média foi de 385 novas equipes por ano. Hoje, temos 32.831 equipes em todo o país*.
- São 4.012 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária, além de 1.197 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)**.

*Fonte: ComunicaBR (dados posicionados em outubro de 2024)

**Fonte: ComunicaBR (dados posicionados em agosto de 2024)

EQUIPES DO BRASIL SORRIDENTE EM ATUAÇÃO POR UF

AC 164	AL 810	AP 156	AM 627
BA 3.193	CE 2.217	DF 208	ES 536
GO 1.163	MA 1.811	MS 599	MT 638
MG 4.109	PA 1.144	PB 1.448	PR 1.560
PE 2.018	PI 1.290	RJ 1.434	RN 979
RS 1.317	RO 139	RR 120	SC 1.120
SP 3.039	SE 509	TO 483	TOTAL 32.831

Fonte: Ministério da Saúde (dados de outubro de 2024)

4. Farmácia Popular passa a ofertar 41 insumos e medicamentos gratuitos

- Em 2024, 95% dos medicamentos e insumos do Farmácia Popular passaram a ser ofertados gratuitamente para a população, beneficiando 24,1 milhões de pessoas no ano. Nos últimos dois anos, foram fornecidos um total de 29,9 milhões de medicamentos e fraldas.
- Em 20 anos de existência, o Farmácia Popular beneficiou mais de 70 milhões de brasileiros em todo o país.
- Desde a sua retomada, em 2023, houve uma expansão da gratuidade, dando prioridade às mulheres. Antes, apenas medicamentos indicados para diabetes, hipertensão, asma, osteoporose e anticoncepcionais eram gratuitos. Os demais eram custeados pelo Governo, que pagava até 90% do valor de referência, e pelo cidadão, que completava o restante. Agora, o programa oferece 39 medicamentos para asma, hipertensão, anticoncepção, osteoporose, dislipidemia, doença de Parkinson, glaucoma, rinite e diabetes mellitus. Todos gratuitamente. Também oferece fraldas geriátricas para beneficiários do Bolsa Família e absorventes higiênicos através do Programa Dignidade Menstrual.
- A iniciativa está presente em 85% das cidades brasileiras, abrange 4,8 mil municípios e conta com mais de 31 mil farmácias credenciadas.
- Em 2023, o credenciamento de novas farmácias e drogarias foi aberto em 811 cidades do Brasil. Destas, 395 passaram a contar com o programa pela primeira vez.
- A expectativa é universalizar o programa, cobrindo 93% do território nacional, com prioridade para locais atendidos pelos Mais Médicos (principalmente, no Norte e no Nordeste).

PESSOAS ATENDIDAS PELO FARMÁCIA POPULAR POR UF (2024)

AC 11 mil	AL 247,8 mil	AP 10,6 mil	AM 27 mil
BA 1,2 milhão	CE 847 mil	DF 316,5 mil	ES 535,5 mil
GO 804,3 mil	MA 305,1 mil	MG 3,4 milhões	MS 188,2 mil
MT 145,2 mil	PA 399,6 mil	PB 612,6 mil	PR 1,7 milhão
PE 940,3 mil	PI 261,6 mil	RJ 2,5 milhões	RS 1,9 milhão
RN 584,6 mil	RO 62,5 mil	RR 16,3 mil	SC 983,4 mil
SP 5,8 milhões	SE 226,9 mil	TO 69,9 mil	TOTAL 24,1 milhões

Fonte: Gaia/GPPR (dados de novembro de 2024)

5. Saúde Na Escola alcança 24,4 milhões de estudantes

- Com investimento de R\$ 275 milhões em 2024, o Saúde na Escola atingiu um recorde histórico de adesão. Foram 5.505 municípios habilitados, 102 mil escolas pactuadas e 24,4 milhões de estudantes beneficiados.
- O programa faz parte das ações de atenção primária à saúde retomadas nos últimos dois anos. Com ele, a comunidade escolar voltou a se aproximar de temas importantes como saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, prevenção de violências e acidentes, promoção da cultura de paz e dos direitos humanos.
- Em abril de 2024, o número de estudantes pactuados e ativos por UF foi de 3.149.218.
- São Paulo também é o estado com a maior quantidade de escolas pactuadas e ativas (11.329, no total).
- Já o Distrito Federal, deu um salto significativo em relação à quantidade de estudantes atendidos. Saiu de 198 mil beneficiados em 2021/2022 para mais de 282 mil beneficiados em 2023/2024 (um crescimento de quase 50%).
- O Saúde Na Escola também levou o Movimento Nacional pela Vacinação à Comunidade Escolar, com vacinas contra a poliomielite, febre amarela, meningite ACWY, tríplice viral e HPV.

6. Mais de 231 milhões de absorventes distribuídos gratuitamente

- Com um investimento de R\$ 115,5 milhões, o Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual se direciona a estudantes de baixa renda da rede pública, população do sistema prisional e pessoas em situação de rua ou em vulnerabilidade extrema.
- Dados de dezembro de 2024 indicam que 231.936.40 absorventes foram distribuídos e mais de 2,1 milhões de pessoas foram beneficiadas.
- A expectativa é atender 24 milhões de pessoas entre 10 e 49 anos, brasileiras ou estrangeiras que vivem no Brasil, inscritas no CadÚnico e que tenham renda familiar/mês de até R\$ 218 por pessoa. Estudantes da rede pública também devem estar no CadÚnico e ter renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Para pessoas em situação de rua, não há limite de renda.
- Os absorventes podem ser retirados nas mais de 31 mil farmácias credenciadas no Programa Farmácia Popular, localizadas em 4,8 mil municípios do Brasil. Para obter o benefício, é preciso apresentar um documento de identificação e uma autorização emitida pelo aplicativo Meu SUS Digital ou comparecer a um centro de atendimento para a população em situação de rua.

7. Mais vacinas, mais transparência e menos desperdício

- O Brasil tem o maior programa de vacinação do mundo, com mais de 300 milhões de doses aplicadas por ano e mais de 30 vacinas oferecidas gratuitamente para a população através do SUS.
- Para reforçar o compromisso com a transparência, o Governo Federal retirou, em 2023, o sigilo dos estoques e dos descartes de vacinas para que a sociedade tivesse acesso livre a essas informações.
- Diante dos problemas herdados da gestão passada, como a falta de algumas vacinas de rotina (BCG, hepatite B, vacina oral da poliomielite, tríplice viral) e milhões de vacinas com curto prazo de validade, o Governo Federal se articulou com estados, municípios e doações internacionais para que mais de 12,3 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 fossem aplicadas e evitar que quase R\$ 252 milhões fossem desperdiçados.
- Ainda em 2023, foi lançado o Movimento Nacional pela Vacinação com ações em todo o país. Pela primeira vez, se fez um microplanejamento, capacitando estados e municípios a adaptarem suas ações para a realidade local e expandirem o acesso à vacinação com ênfase na comunicação regionalizada.
- R\$ 150 milhões foram repassados para estados e municípios ampliarem suas estratégias de acordo com a realidade local em 2023. Este mesmo valor foi destinado em 2024, para apoiar o desenvolvimento da Estratégia de Vacinação nas Escolas, da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e do Monitoramento das Estratégias de Vacinação no Brasil, com medidas voltadas a crianças e adolescentes menores de 15 anos.
- Estima-se que mais de R\$ 6,5 bilhões foram investidos na compra de imunizantes em 2023 e mais de R\$ 10,9 bilhões, em 2024. Para 2025, o orçamento previsto é de R\$ 7,2 bilhões e a meta é 260 milhões de doses.
- Todo o esforço resultou em índices melhores, como o aumento nas coberturas vacinais de 15 dos 16 principais imunizantes do calendário infantil; a recertificação de país livre do sarampo (título que havíamos perdido em 2019); além de 5 vacinas com registros de coberturas superiores a 90% (BCG, Pneumocócica, Tríplice viral, Meningocócica C e Poliomelite).
- Somado a isso, em 2024, o Brasil conquistou novamente sua certificação de país livre do sarampo. O título havia sido perdido em 2019.

8. Brasil sai da lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas

- O Brasil saiu da lista dos 20 países com mais crianças não imunizadas no mundo, segundo relatório da OMS e da UNICEF, divulgado em julho de 2024. Na gestão passada, o Brasil ocupava o sétimo lugar neste ranking.
- O documento indica que o número de crianças brasileiras que não receberam nenhuma dose da DTP1 (contra difteria, tétano e coqueluche) caiu de 418 mil (em 2022) para 103 mil (em 2023). A quantidade de crianças que não receberam a DTP3 também caiu, indo de 846 mil (em 2021) para 257 mil (em 2023).
- A notícia se soma aos resultados do Movimento Nacional pela Vacinação e à retomada das ações do Governo Federal com os estados e municípios, que nos levaram ao aumento da cobertura de quase todos os imunizantes do calendário infantil e à recertificação do Brasil como país livre do sarampo.

9. Estratégia de vacinação contra a Covid-19 é atualizada

- Em 2024, a vacinação contra a Covid-19 foi incluída no Calendário Nacional de Vacinação para bebês e crianças de até 5 anos, gestantes e idosos.
- Também em 2024, foi realizada a vacinação de crianças que não foram imunizadas anteriormente ou que receberam apenas uma dose, mesmo que não pertençam aos grupos prioritários. O esquema vacinal para elas foi atualizado em dezembro. Agora, quem tem entre 6 meses e 5 anos, terá direito a três doses.
- Nos grupos prioritários, o intervalo entre as doses passou a ser de seis meses para pessoas idosas, gestantes, puérperas ou imunocomprometidas. Para quem está em situação de vulnerabilidade (como indígenas, quilombolas e trabalhadores da saúde), o intervalo será anual.
- As novas orientações foram enviadas para as secretarias de saúde de todos os estados.
- Para os próximos dois anos, o Governo Federal adquiriu mais 69 milhões de doses.

10. SUS adapta estratégia de vacinação de acordo com especificidades regionais

- A partir de 2023, a vacinação contra a Influenza foi baseada nos períodos de maior circulação de vírus respiratórios em cada região. Tradicionalmente realizada nos meses de abril e maio, ela foi antecipada para novembro e dezembro na região Norte. Já as populações das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul puderam se vacinar nos meses de março e abril.
- Em 2024, o Governo Federal distribuiu 80,1 milhões de doses distribuídas para estados e municípios. Até o início de dezembro, 50,8 milhões de doses haviam sido aplicadas. A prioridade foi para idosos, gestantes, puérperas, trabalhadores da saúde, crianças de seis meses a menores de seis anos, professores da rede pública, entre outros públicos.
- A vacina é trivalente e apresenta três tipos de cepas de vírus em combinação – Influenza A (H1N1), Influenza A (H3N2) e Influenza B –, protegendo contra os principais vírus em circulação no Brasil. A vacina pode ser administrada junto com outros imunizantes do Calendário Nacional de Vacinação.

11. Memória, reparação, justiça e prevenção serão legados do Novo PAC

- Para reafirmar seu compromisso com a Agenda 2030, o Governo Federal tem articulado acordos interministeriais que visam contribuir com a garantia dos direitos à saúde e à cultura, principalmente para os grupos mais vulnerabilizados e historicamente excluídos. Entre as ações previstas, está a implementação do Memorial da Pandemia de Covid-19.
- O espaço será criado no Rio de Janeiro e pretende trabalhar junto à comunidade a transversalidade de temas como saúde, ciência, educação, cultura e meio ambiente.
- A ideia é que o Memorial da Pandemia seja um museu vivo e em constante mutação. Ele nasce com o intuito de promover reparação, memória e justiça pelas mais de 700 mil vidas perdidas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil.
- Ele deve abrigar, por exemplo, uma exposição de longa duração que relate todos os episódios marcantes da pandemia, desde as primeiras notícias ao lockdown, os estudos científicos para o conhecimento do vírus e as mortes, mas também os momentos de êxito e descoberta como as primeiras vacinas, dentre outras ações.
- O investimento será de R\$ 14,6 milhões e será construído com recursos do Novo PAC, que também prevê a destinação de R\$ 272 milhões à preparação para emergências sanitárias, de R\$ 197,8 milhões a compra de equipamentos para Laboratórios de Saúde Pública, de R\$ 40,4 milhões ao Centro de Inteligência Genômica e de R\$ 19,2 milhões à ampliação da capacidade de Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

12. Com recursos federais, os estados reduzem fila de cirurgias eletivas

- Com o Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas (PNRF), todas as regiões do Brasil apresentaram um aumento no número de cirurgias eletivas realizadas.
- Em 2024, o PNRF contou com um orçamento de R\$ 1,2 bilhão e realizou 615,6 mil cirurgias até setembro, colaborando para o aumento de 21,6% na oferta de cirurgias eletivas.
- Em 2023, foram transferidos R\$ 1,1 bilhão aos estados, 147% acima da estimativa inicial. Os recursos se destinavam a apoiar a realização de cirurgias de catarata, retirada da vesícula biliar, do útero, cirurgias de hérnia, entre outras. Procedimentos de alta complexidade, como cirurgias cardíacas, oncológicas e ortopédicas, também estavam incluídos.

13. Transplantes de órgãos bate recorde

- O Brasil possui o maior sistema público de transplantes do mundo. Em números absolutos, é o segundo país que mais realiza este tipo de cirurgia. A rede pública de saúde fornece aos pacientes assistência integral e gratuita, incluindo exames preparatórios, cirurgia, acompanhamento e medicamentos pós-transplante.
- Entre janeiro de 2023 e junho de 2024, o Governo Federal investiu mais de R\$2 bilhões para melhorar atendimentos, procedimentos e funcionamento das centrais em todo o Brasil.
- De acordo com o Sistema Nacional de Transplantes, órgão responsável por regulamentar, controlar e monitorar do processo de doação e transplantes no Brasil, no primeiro semestre de 2024, foram viabilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) 24,4 mil procedimentos, sendo 8.620 transplantes de órgãos e 15.802 de córneas). O número superou o total realizado no mesmo período de 2023 (13,9 mil procedimentos). Os investimentos, no primeiro semestre de 2024, chegaram a R\$ 718 milhões.
- Ao longo de todo o ano de 2023, o Brasil realizou 28.533 transplantes de órgãos, um crescimento de 13% em relação a 2022. No primeiro ano da nova gestão, foram realizados 16.027 transplantes de córnea, 6.208 transplantes de rim, 3.251 transplantes de medula óssea, 2.416 transplantes de fígado, 430 transplantes de coração, 93 transplantes de pâncreas e rim, 81 transplantes de pulmão, 26 transplantes de pâncreas e um transplante multivisceral.*

*Fonte: Sistema Nacional de Transplantes/Ministério da Saúde (dados divulgados em agosto de 2024)

14. Mais investimento para fortalecer o SUS

- A retomada do Complexo-Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) vai permitir a expansão da produção de bens e serviços para o SUS, reduzindo a dependência do Brasil da importação de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde, atualmente produzidos por países estrangeiros.
- Entre as iniciativas está o investimento de R\$ 57,4 bilhões para garantir que 70% de insumos do SUS sejam produzidos nacionalmente, ampliar a capacidade de laboratórios públicos, quadruplicar a produção de vacinas e outras ações da saúde alinhadas à Meta 2 do Nova Indústria Brasil.

15. Insulina volta a ser produzida no Brasil

- Após 23 anos, o Brasil volta a produzir insulina, com a inauguração da planta de produção da Biomm, no município de Nova Lima, em Minas Gerais.
- Com investimento de R\$ 800 milhões, a fábrica conseguirá suprir a demanda nacional de insulina, favorecer o acesso dos pacientes com diabetes ao tratamento e evitar que o Brasil solucionar um problema histórico (o desabastecimento por indisponibilidade de insumos por parte do mercado internacional).
- A capacidade de produção é de 20 milhões de unidades de carpules (refis) de insulina glargina por ano e, na sequência, de canetas de insulina. Além disso, poderá fabricar 20 milhões de frascos de outros biomedicamentos, como a insulina humana recombinante.
- A produção tem potencial para atender 1,9 milhão de pacientes.

16. Nordeste terá a maior fábrica de hemoderivados da América Latina.

- A primeira fábrica de produção nacional do medicamento Hemo-8r foi inaugurada em abril de 2024, no município de Goiana (PE), nas dependências da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras). O Hemo-8r é utilizado por pacientes em tratamento da hemofilia.
- Atualmente, o Brasil é o quarto país com mais hemofílicos do mundo, com cerca de 13 mil pessoas em tratamento no SUS.
- Além de reduzir a suscetibilidade a produtos médicos que vêm de fora, a nacionalização da produção vai resultar em uma economia de US\$ 200 milhões por ano para os cofres públicos.
- A previsão é de que a nova fábrica, que é a maior da América Latina para produção de hemoderivados, inicie suas atividades em 2025, gerando 2 mil novos empregos, produzindo 1,2 bilhão de unidades por ano e atendendo a 100% da demanda pelo remédio no SUS.
- O investimento, que totalizou R\$ 1,2 bilhão, representa o maior aporte em biotecnologia na área da saúde no Nordeste brasileiro até o momento.

17. Novo PAC selecionou 1,8 mil novas UBS

- O postinho de saúde do bairro transformado em uma unidade ampla, sustentável, humanizada e acolhedora. Esta é a proposta do Novo PAC, no eixo Saúde, com investimento de R\$ 4,2 bilhões que possibilitarão a construção de 1,8 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país.
- Mais de 1,5 mil municípios brasileiros serão beneficiados, cobrindo mais de 8,5 milhões de pessoas com ações de atenção primária à saúde, nos 26 estados brasileiros. A ação também viabiliza a ampliação do número de equipes de Saúde da Família (eSF) e de Saúde Bucal (eSB), além de equipes multiprofissionais (eMulti).
- Atualmente, o Brasil conta com mais de 45,3 mil UBS custeadas pelo Governo Federal, abrangendo todos os municípios do país.

UBS HABILITADAS PARA CONSTRUÇÃO COM RECURSOS DO NOVO PAC

AC (2)	AL (11)	AP (0)	AM (9)
BA (46)	CE (13)	DF (1)	ES (7)
GO (38)	MA (24)	MG (51)	MS (7)
MT (28)	PA (15)	PB (18)	PR (24)
PE (29)	PI (8)	RJ (20)	RS (29)
RN (2)	RO (4)	RR (4)	SC (23)
SP (81)	SE (4)	TO (10)	TOTAL 508

Fonte: Casa Civil (dados de abril de 2024)

18. Brasil terá novas policlínicas em todas as regiões do país

- O Novo PAC, primeira seleção, eixo Saúde, vai possibilitar a construção de 55 novas policlínicas, em 24 estados de todas as regiões. É a primeira vez que as policlínicas serão construídas com recursos federais, possibilitando acesso a 19,2 milhões de pessoas em locais até então pouco assistidos. O investimento total é de R\$ 1,65 bilhão.
- As policlínicas oferecem apoio diagnóstico, consultas clínicas com médicos de diferentes especialidades (definidas a partir do perfil epidemiológico da população), realização de exames e outros procedimentos.
- As propostas foram aprovadas levando em consideração o alcance regional ou macrorregional, a vulnerabilidade socioeconômica de cada território, os vazios assistenciais de policlínicas e a adesão ao projeto arquitetônico padrão.

19. Meta do SAMU é 100% de cobertura até 2026

- A universalização de serviços essenciais na rede pública, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), é uma das estratégias prioritárias do Novo PAC. O objetivo é que, até 2026, o serviço alcance 100% de cobertura, atendendo a todos os municípios do país.
- Essa primeira seleção vai beneficiar 7,8 milhões de pessoas com a doação de 350 novas ambulâncias do SAMU e a construção de 14 Centrais de Regulação de Urgências. Somadas, as duas ações vão elevar a cobertura nacional do serviço de atendimento móvel de urgência dos atuais 87% para 93% da população.
- Atualmente, o Brasil conta com 3.160 ambulâncias básicas e 703 UTIs móveis, que atendem 4.107 municípios com 192 centrais de regulação.

20. Mais de 1,2 milhão de PCDs serão beneficiadas pelo Novo PAC

- O Novo PAC viabilizará a construção de novos 20 Centros Especializados em Reabilitação (CER) e de 20 Oficinas Ortopédicas que poderão impactar positivamente a vida de 1,2 milhão pessoas com deficiência. Somados, os investimentos chegam a R\$ 170 milhões.
- Para a construção de novos CERs, foram contempladas propostas de 20 municípios com vazio total de serviços de reabilitação, em diferentes estados, abrangendo todas as regiões do país. A ação vai incluir 525 mil pessoas com deficiência no SUS. O valor do investimento é de R\$ 147 milhões. E o valor médio de cada unidade é de R\$ 7,6 milhões.
- Os CERs são pontos de atenção ambulatorial especializada, que realizam diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologias assistivas. Eles abrangem serviços de reabilitação física, auditiva, intelectual e visual.
- Já as novas Oficinas Ortopédicas do Novo PAC, vão impactar positivamente a vida de 701 mil pessoas com deficiência, em 20 municípios (todos com vazio total dos serviços).
- Como resultado, o Brasil terá 79 Regiões de Saúde cobertas por Oficinas Ortopédicas, em 100% dos estados, alcançando milhares de pessoas com deficiência incluídas no SUS.
- Além disso, seis estados (Paraná, Sergipe, Maranhão, Roraima, Amapá e Bahia) terão suas primeiras Oficinas Ortopédicas. O investimento total é de R\$ 23 milhões, com valor médio de R\$ 1,15 milhão por unidade.

21. Atendimento odontológico móvel chega para população que mora em locais de vulnerabilidade

- O Novo PAC, eixo Saúde, selecionou 395 municípios, de todas as unidades federativas, para receber 400 Unidades Odontológicas Móveis (UOM). A meta inicial previa 202 veículos, mas foi dobrada diante do número de pedidos. O investimento é de R\$ 205,2 milhões e o valor unitário estimado é de R\$ 513 mil.
- Cada veículo atende, em média, 2 mil pessoas, o que significa que 800 mil pessoas residentes em locais de maior vulnerabilidade social poderão receber atendimento odontológico oferecido pelo SUS nesta modalidade.
- As UOMs são parte do plano de ampliação da cobertura das equipes de Saúde Bucal vinculadas às equipes de Saúde da Família e Consultório na Rua.

22. Novo PAC viabilizará a construção de 150 CAPS

- A construção de 150 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pelo Novo PAC incluirá 13,4 milhões de pessoas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do SUS. A meta inicial era construir 75 novos CAPS, porém, o número foi dobrado.
- Serão investidos R\$ 339 milhões na construção dos 150 empreendimentos.
- Os critérios de seleção priorizam municípios que não tinham CAPS, territórios com menor taxa de cobertura, locais de vulnerabilidade socioeconômica e ainda, propostas de CAPS com funcionamento 24h, que incluem acolhimento no turno e de CAPS Infanto-Juvenil (CAPSi)

23. Novas maternidades podem beneficiar 26,7 milhões de mulheres

- O Novo PAC também vai viabilizar a construção de 36 maternidades com centros de parto normal intra-hospitalares e leitos de cuidado intensivo para gestantes, puérperas e recém-nascidos.
- Com capacidade para mais de 583 mil atendimentos por ano, a ação beneficia 26,7 milhões de mulheres em idade fértil. O investimento total é de R\$ 4,7 bilhões. Entre as propostas de construção de novas maternidades, foram selecionadas 16 da Região Nordeste; 7 do Centro-Oeste; 6 da Região Norte; 4 do Sudeste; e 3 do Sul.
- Dentre os critérios para a seleção, foram priorizados locais com maiores índices de mortalidade materna, de vulnerabilidade socioeconômica e de nascidos vivos pretos, pardos e indígenas.

MATERNIDADES PREVISTAS COM RECURSOS DO NOVO PAC

AL (2)	AP (2)	AM (2)	BA (4)
CE (1)	GO (3)	MA (2)	MG (2)
MS (2)	MT (2)	PA (1)	PB (3)
PR (1)	PI (2)	RJ (1)	RS (1)
RN (1)	RR (1)	SC (1)	SP (1)
SE (1)			TOTAL: 36

Fonte: Ministério da Saúde

24. Mais assistência ao parto normal em territórios de vulnerabilidade

- O Novo PAC pretende construir, até 2026, 30 unidades de saúde destinadas à assistência ao parto fora dos estabelecimentos hospitalares. São os Centros de Parto Normal (CPN) do SUS.
- Com porte único e capacidade de 36,6 mil atendimentos por ano, as unidades vão beneficiar um total de 2 milhões de mulheres em idade fértil em 19 estados do país.
- O investimento é de R\$ 93 milhões e o valor unitário é de R\$ 3,1 milhões por empreendimento.
- Os critérios para seleção das propostas priorizaram locais que tinham altos índices de mortalidade materna, que apresentavam alta vulnerabilidade socioeconômica e que possuíam maternidade de referência, além da adesão ao projeto arquitetônico padrão.

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS QUE RECEBERÃO CPNs COM RECURSOS DO NOVO PAC

AM - 1	BA - 4	CE - 3	DF - 1
GO - 1	MA - 1	MS - 1	PA - 2
PB - 2	PE - 1	PI - 3	RJ - 2
RS - 1	RO - 1	RR - 1	SC - 1
SP - 2	SE - 1	TO - 1	TOTAL 30

Fonte: Casa Civil

25. Governo Federal pretende reduzir a mortalidade materna em 50% até 2027

- Garantir cuidado integral à gestante para reduzir a mortalidade materna e de bebês. Esse é o objetivo da Rede Alyne, novo programa do Governo Federal, que reestrutura a antiga Rede Cegonha na rede pública de saúde. A meta é reduzir a mortalidade geral de mães em 25% e de mães negras em 50%, até 2027.
- A mortalidade materna é um indicador crítico que reflete a qualidade da assistência e o acesso aos serviços de saúde. O desmonte da rede registrado nos últimos anos dificultou o acesso e elevou os índices de morbimortalidade, a ponto de mais de 3 mil mães perderem suas vidas durante a gravidez ou o parto em 2021.
- Atualmente, o Brasil registra 57,7 óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos. Entre mulheres negras, são mais de 100 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos. A ONU estabelece que sejam, no máximo, 30 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos.
- Com investimento de R\$ 400 milhões em 2024 e de R\$ 1 bilhão em 2025, a Rede Alyne se propõe a mudar a realidade do atendimento às gestantes brasileiras.
- O repasse para estados e municípios realizarem exames pré-natal pelo SUS será triplicado e chegará a R\$ 52 milhões. Novos exames serão incorporados, como testes rápidos para HTLV, hepatite B e hepatite C.
- Além das maternidades e Centros de Parto Normal que serão construídos com recursos do Novo PAC, o Governo Federal apoiará a estruturação de equipes especializadas em atendimento materno e infantil, com cobertura 24 horas, sete dias da semana, no Complexo Regulador do SAMU 192.
- A rede de bancos de leite do Brasil, que é referência internacional, receberá um investimento anual de R\$ 41,9 milhões para aumentar a oferta de leite materno nas unidades neonatais e um valor adicional para os bancos de leite que alcançarem autossuficiência.
- Está previsto ainda o lançamento de uma versão eletrônica da Caderneta da Gestante no aplicativo Meu SUS Digital, com conteúdos informativos e dados integrados.
- O nome do programa homenageia Alyne Pimentel, que morreu grávida de seis meses por desassistência no município de Belford Roxo (RJ) em 2002. O Brasil é o primeiro caso no mundo de uma condenação em Corte Internacional por morte materna evitável, reconhecida como violação de direitos humanos das mulheres a uma maternidade segura.

26. Nova estratégia de combate à dengue é um marco no enfrentamento às arboviroses

- O Governo Federal intensificou o combate à dengue e outras arboviroses com investimentos robustos, monitoramento constante, ações de mobilização nacional e esforço coletivo junto a estados e municípios. O foco maior é na prevenção, conscientização e atendimento qualificado nas unidades do SUS.
- Os repasses anuais de R\$ 1,5 bilhão visam apoiar estados e municípios em ações de vigilância e assistência à população, além de reforço na prevenção e controle, regularização de estoques de inseticidas, treinamento de agentes de combate às endemias, qualificação de médicos e enfermeiros, aquisição de equipamentos e distribuição de testes sorológicos.
- O Governo Federal normalizou os estoques de inseticida em todos os estados, montou um Centro de Operações de Emergência (COE Dengue) para avaliação diária do cenário, realizou mobilização nas escolas públicas de todo o país para orientar 25 milhões de estudantes, promoveu o Dia D de Combate à Dengue com ações de prevenção junto à sociedade e ainda, divulgou a campanha de conscientização "10 minutos Contra a Dengue" em rádios, TVs e redes sociais.
- Em setembro de 2024, lançou o Plano de Ação para Redução da Dengue e outras Arboviroses. Construída por mais de 200 pesquisadores, gestores, técnicos e profissionais de saúde que atuam na ponta, a estratégia representa um pacto nacional que consolida medidas baseadas em evidências atualizadas e novas tecnologias.
- O programa conta com seis eixos de atuação: **1. Prevenção; 2. Vigilância; 3. Controle vetorial; 4. Organização da rede assistencial e manejo clínico; 5. Preparação e resposta às emergências; 6. Comunicação e participação comunitária.**
- Durante o intervalo entre os picos de casos foram intensificadas as ações preventivas, com retirada de criadouros e implementação das novas tecnologias de controle vetorial (como o método Wolbachia). Também foi feita uma força-tarefa de sensibilização da rede de vigilância para a investigação oportuna de casos, coleta de amostras para diagnóstico e identificação de sorotipos circulantes.
- Estão previstas, ainda, a organização de fluxos da rede assistencial, a revisão dos planos de contingência, a capacitação de profissionais de saúde para manejo clínico, a gestão dos estoques de inseticidas, a provisão de insumos para diagnóstico laboratorial e a ampliação da assistência ao doente.

27. Brasil é o primeiro país do mundo a disponibilizar vacina contra dengue no sistema público de saúde

- Como parte das ações do Governo Federal para prevenção e tratamento da dengue, o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a incorporar a vacina contra a doença no sistema público de saúde.
- Todo o estoque de vacinas disponível no laboratório fabricante foi adquirido e disponibilizado pelo Governo Federal. Foram 5,2 milhões de doses em 2023; 6,5 milhões de doses em 2024; e 9,5 milhões de doses para 2025.
- O esquema vacinal é composto por duas doses, aplicadas com intervalo de três meses.
- Até novembro de 2024, mais de 2,8 milhões doses haviam sido aplicadas e 1.921 municípios haviam sido atendidos, abrangendo assim todos os estados do Brasil.

28. Mais Acesso a Especialistas conta com adesão de 100% dos estados e 97% dos municípios

- O Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), que está em fase de implementação no país, tem o objetivo de proporcionar mais, melhor e mais rápido acesso de pacientes a consultas, exames e diagnósticos com especialistas no SUS, reduzindo o tempo de espera em filas.
- Desde o lançamento, em abril de 2024, a adesão do programa chegou em 99,2% dos municípios brasileiros e 100% dos estados. Com isso, 97,5% das regiões de saúde serão cobertas pela iniciativa.
- O foco será em gargalos históricos e especialidades nas quais o tempo de diagnóstico interfere no tratamento (como oncologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia). Além de consultas e exames, a expectativa com o programa é também a de ampliar em 1 milhão o número de cirurgias eletivas realizadas anualmente.
- O investimento previsto para 2025 é de R\$ 2,4 bilhões. Desse total, R\$ 557,8 milhões já foram repassados aos estados no final de 2024, voltados para a criação dos Núcleos de Gestão e Regulação, essenciais para a execução do programa.

29. Meu SUS Digital reduz barreiras geográficas e facilita acesso à saúde

- O Meu SUS Digital, disponível em formato de aplicativo e site, pretende facilitar o acesso às informações em saúde e ampliar o potencial de atendimentos remotos.
- Com mais de 50 milhões de downloads, ele disponibiliza para a população diversos serviços digitais em saúde, entre eles: a emissão de documentos e certificados, o acompanhamento de resultado de exames laboratoriais, histórico de medicamentos dispensados pelo Farmácia Popular e o acompanhamento da sua posição na fila do Sistema Nacional de Transplantes.
- O programa já tem a adesão de 100% dos municípios. Serão destinados R\$ 464 milhões para apoiar os entes federados na transformação digital.
- No início da gestão, eram 10 núcleos de telessaúde pelo país. Agora são 29. Por meio dos núcleos, médicos especialistas fazem consultas e analisam diagnósticos de médicos da Atenção Primária. A iniciativa reduz barreiras geográficas e assegura o acesso da população a esse atendimento.

30. Brasil Saudável conquista resultados significativos

- O Brasil é o primeiro país do mundo a lançar uma política para eliminar ou reduzir, como problemas de saúde pública, 14 doenças e infecções que acometem, de forma mais intensa, as populações em situação de maior vulnerabilidade social: o programa Brasil Saudável.
- A lista abrange malária, doença de Chagas, tracoma, filariose linfática, esquistossomose, oncocercose, geo-helmintíase, além de cinco infecções de transmissão vertical (sífilis, hepatite B, doença de Chagas, HIV e HTLV).
- Com esta iniciativa, o Brasil estabelece um marco internacional alinhado à OMS, às metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e à iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) para a eliminação de doenças nas Américas.
- O Brasil Saudável também se propõe a cumprir as metas da OMS para diagnóstico, tratamento e redução da transmissão da tuberculose, hanseníase, hepatites virais e HIV e Aids.
- Instituído em 2024, o programa já conquistou resultados significativos. Um deles é o certificado de eliminação da filariose linfática, também conhecida como elefantíase, uma doença incapacitante que afeta principalmente as populações vulneráveis.
- Após oito anos, foi retomada a distribuição do único medicamento pediátrico para o tratamento da doença de Chagas disponível nacionalmente.
- Uma das três metas globais estabelecidas pela ONU em relação à AIDS já foi alcançada: 96% das pessoas estimadas como infectadas pelo HIV e que desconheciam sua condição sorológica foram diagnosticadas. Além disso, o Brasil atingiu um marco importante ao registrar a menor taxa de mortalidade por AIDS dos últimos 10 anos, com 3,9 óbitos por 100 mil habitantes.
- Além disso, o país dobrou o número de usuários da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) para cerca de 110 mil pessoas e ampliou a vacina contra o HPV para usuários de PrEP.

31. Mais recursos para o Piso Nacional de Enfermagem

- Para garantir o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, aprovado pelo Congresso Nacional, o Governo Federal abriu crédito especial de R\$ 7,3 bilhões no orçamento da saúde em 2023, valor que foi transferido para estados e municípios pagarem seus profissionais.
- Entre janeiro e novembro de 2024, foram transferidos R\$ 9,8 bilhões para a complementação do piso salarial dos profissionais de enfermagem informados por governos estaduais e por 5.326 municípios.
- Os valores do piso são: R\$ 4.750,00 para enfermeiras e enfermeiros; R\$ 3.325,00 para técnicas e técnicos de enfermagem; \$ 2.375,00 para auxiliares e parteiras.

32. Novo decreto incentiva a realização de exames preventivos de câncer

- Quem trabalha na administração pública federal, seja como servidor ou como prestador de serviço, agora pode tirar até 3 dias de dispensa por ano para realizar exames preventivos de câncer, sem prejuízo na remuneração.
- A ausência não vai exigir compensação da jornada de trabalho nem será computada nos limites anuais de dispensa de compensação estabelecidos. Estão previstas também ações de incentivo e promoção do direito previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

33. Atendimento domiciliar de saúde é ampliado e facilitado

- O programa Melhor em Casa foca na desospitalização e no atendimento domiciliar de pacientes com estabilidade relativa (ou seja, que não estão em uma condição nem tão grave a ponto de precisarem de internação permanente e nem tão simples a ponto de uma unidade básica de saúde ser suficiente). Com doze anos ininterruptos de atuação, o programa foi ampliado em 2024 e, agora, estabeleceu que equipes multiprofissionais de apoio para reabilitação (EMAP-R) sejam criadas.
- Cerca de 3 mil municípios com menos de 20 mil habitantes podem requisitar adesão à modalidade de Equipes Multiprofissionais de Apoio para Reabilitação (EMAP-R) via gestor municipal.
- Presente em 26 estados e 1.000 municípios, o Melhor em Casa já conta com 2.187 equipes habilitadas para o atendimento de pessoas restritas ao lar ou ao leito, que necessitem de cuidados frequentes.
- O número médio de atendimentos é de 4,2 milhões por ano, sendo 68% deles para pessoas idosas. Contudo, o Melhor em Casa está ao alcance de, aproximadamente, 94 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 44% da população.
- O Ministério da Saúde reforçou o compromisso com o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, com o aumento de 27% no orçamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
- O foco é assegurar dignidade, cuidado integral e humanizado em liberdade, além de promover a reinserção psicossocial e garantir os direitos humanos.
- O investimento anual chega a R\$ 414 milhões. Em 2023, um repasse adicional de R\$ 200 milhões garantiu o funcionamento de mais de 2,8 mil Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de 870 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).



4.

Educação, Ciência e
Tecnologia como Pilares
do Desenvolvimento

Sumário

1. Pé-de-Meia beneficia 3,95 milhões de adolescentes.....	66
2. Quase um milhão de novas vagas de tempo integral em escolas de todo o Brasil.....	66
3. Lei garante mais valorização aos professores.....	66
4. Piso salarial dos professores é reajustado	67
5. Todos os estados aderem ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	67
6. Ideb 2023: Brasil alcança meta prevista nos anos iniciais do Ensino Fundamental.....	67
7. Repasses do Governo Federal permitem conclusão de 1.215 obras em escolas de 840 municípios desde 2023.....	68
8. Fies Social democratiza acesso ao ensino superior	69
9. Prouni 2024 teve mais de 900 mil inscritos em duas edições	69
10. Sisu 2024 foi maior e mais inclusivo	70
11. Brasil realiza o maior Enem dos últimos anos.....	71
12. Programa Ensino Médio Mais é lançado	71
13. Novo programa visa fortalecer o vínculo entre famílias, comunidade e escola	72
14. Repasses para escolas indígenas, quilombolas e rurais têm aumento.....	72
15. Repasse para transporte de estudantes de áreas rurais chega a R\$ 800 milhões em 2024.....	72
16. Universidades federais e hospitais universitários recebem investimento de R\$ 5,5 bilhões.....	73
17. Programa disponibiliza quase 3 mil bolsas de doutorado-sanduíche no exterior.....	75
18. Valorização do ensino superior com reajuste de bolsas da Capes e do CNPq.....	75
19. Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico executa maior orçamento da história.....	76
20. Governo Federal investe R\$ 3,1 bilhões para reduzir desigualdades em inovação e pesquisa, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	76

21. Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 é apresentado	77
22. Investimento de R\$ 650 milhões em desenvolvimento científico na Amazônia.....	77
23. Programa destina bolsas de pesquisa científica com ênfase em pesca artesanal.....	78
24. Nordeste ganhará seu primeiro campus do ITA e cursos exclusivos.....	78
25. Programa Juros por Educação estimula criação de vagas de ensino técnico	79
26. Estratégia Nacional de Escolas Conectadas alcançará mais de 5 mil municípios	80
27.Computadores Para Inclusão atinge meta de 50 mil doações.....	82
28. Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares entra em vigor.....	82
29.Currículos escolares passam a valorizar papel das mulheres no avanço da sociedade	83

1. Pé-de-Meia beneficia 4 milhões de estudantes

- O programa Pé-de-Meia, criado para incentivar a permanência no Ensino Médio de 2,7 milhões de jovens de baixa renda, matriculados em escolas públicas e beneficiários do Bolsa Família, já atinge 4 milhões de estudantes.
- Isso porque, em pouco tempo, o programa também passou a incluir mais de 1 milhão de estudantes do ensino médio, público cuja família esteja inscrita no CadÚnico e tenha renda per capita de até meio salário mínimo. Alunos da educação de jovens e adultos (EJA) que cumprirem os mesmos critérios também passaram a receber o benefício.
- Para receber o auxílio, é preciso frequentar as aulas, passar de ano, fazer o Enem e participar de exames de avaliação do ensino brasileiro.
- Ao efetuar a matrícula, o estudante recebe R\$ 200. E, ao comprovar que frequentou as aulas, recebe nove parcelas de R\$ 200 (um total de R\$ 1,8 mil). Na conclusão do ano letivo, recebe mais R\$ 1 mil. E ao se inscrever no Enem, mais R\$ 200. Ao final de três anos do Ensino Médio, cada estudante terá recebido R\$ 9,2 mil.

2. Quase um milhão de novas vagas de tempo integral em escolas de todo o Brasil

- O Programa Escola em Tempo Integral teve a adesão de todos os estados e do Distrito Federal, e de 5.097 municípios. Foram pactuadas quase um milhão de novas matrículas nas redes de ensino para o biênio 2023-2024.
- O Governo Federal já repassou cerca de R\$ 1,7 bilhão, além de incentivo técnico e pedagógico. Os repasses para o biênio 2023-2024 foram concluídos, totalizando R\$ 4 bilhões.
- A meta é chegar a 2026 com 3,2 milhões de crianças e jovens matriculados em tempo integral, com investimentos de R\$ 12 bilhões.

3. Lei garante mais valorização aos professores

- A partir da Lei nº 14.817/2024, de diretrizes para plano de carreira, ambiente de trabalho e formação, as escolas públicas devem oferecer um plano de carreira para quem é docente ou exerce função de suporte à docência.
- No plano, devem constar critérios coerentes de progressão, remuneração, jornada de trabalho e férias anuais. Também foram instituídos parâmetros para as condições de trabalho nas escolas.
- A lei autoriza, ainda, que profissionais de educação usem o transporte escolar para deslocamento entre a casa e a escola. Entretanto, essa permissão só é válida quando não houver prejuízo do uso do transporte pelos estudantes.

4. Piso salarial dos professores é reajustado

- Em 2024, o piso salarial dos professores da educação básica teve aumento de 3,62%, passando para R\$ 4.580,57. O reajuste é válido para a rede pública de todo o país, com jornada de ao menos 40 horas semanais.
- Como os salários são pagos pelas redes de ensino, cada estado e município precisa oficializar o novo valor por meio de uma norma própria.

5. Todos os estados aderem ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

- Todos os estados brasileiros aderiram ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O foco é garantir a alfabetização de 100% das crianças brasileiras até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e recompor aprendizagens para as que foram afetadas pela pandemia e estão matriculadas no 3º, 4º ou 5º ano.
- O esforço nacional tem potencial para beneficiar quatro milhões de crianças em idade pré-escolar e mais 11,8 milhões de crianças nos anos iniciais da escola.
- Atualmente, 99% dos municípios brasileiros aderiram ao CNCA, que conta com mais de 7 mil articuladores bolsistas espalhados pelo Brasil e financiamento de R\$ 1,2 bilhão em 2023 e 2024.
- Investimentos de aproximadamente R\$ 3 bilhões em alfabetização devem ser distribuídos para todo o país até 2026.

6. Ideb 2023: Brasil alcança meta prevista nos anos iniciais do Ensino Fundamental

- Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2023 mostram que o país alcançou 6 pontos nos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), atingindo a meta nacional estabelecida para o primeiro ciclo do indicador (2007-2021).
- Nos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), o Brasil alcançou 5 pontos e o ensino médio registrou 4,3 pontos, ficando abaixo das metas do indicador para o país nessas etapas, que eram de 5,5 e 5,2, respectivamente.
- Quando se compararam os resultados de proficiência padronizada do Ideb (matemática e leitura), entre 2021 e 2023, 96% dos estados (26) melhoraram o desempenho nos anos iniciais; 59% (16 estados) nos anos finais; e 65% (17 estados) no ensino médio.

7. Repasses do Governo Federal permitem conclusão de 1.215 obras em escolas de 840 municípios desde 2023

- Os investimentos federais em obras de infraestrutura ligadas à educação permitiram a conclusão de 1.215 obras entre janeiro de 2023 e a primeira quinzena de novembro de 2024.
- O aporte é de R\$ 1,56 bilhão, com R\$ 1,33 bilhão repassados via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em uma parceria direta com estados e municípios. A autarquia vinculada ao Ministério da Educação presta assistência técnica a todos os entes federados para garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
- Um total de 840 municípios foram beneficiados com as obras, que incluem construção e coberturas de quadras esportivas, além de ampliações e melhorias em escolas de ensino profissionalizante, fundamental e educação infantil, que já contemplaram 366 mil alunos. São 244 mil dos turnos matutino e vespertino e 122 mil do ensino integral.
- Das 1.215 obras concluídas, 430 referem-se a melhorias em escolas de educação infantil. Outras 399 são voltadas à construção e cobertura de quadras esportivas, enquanto 299 foram para melhorias em escolas do Ensino Fundamental e 19 em unidades de ensino profissionalizante. Outras 42 obras estavam ligadas a serviços de ampliação de estrutura e 26 de reformas.
- Minas Gerais é a unidade da Federação com maior número de obras concluídas até aqui. O estado soma 205, das quais 104 foram concluídas em 2023 e 101 em 2024. Na sequência estão a Bahia, com 107; o Ceará, com 102; o Maranhão, com 93; e Pernambuco, com 78.
- A região Nordeste é a que apresentou o maior número de obras finalizadas: 504. Em seguida aparecem Sudeste, com 286; o Sul, com 175; o Norte, com 126; e o Centro-Oeste, com 124 obras.
- A maior parte das obras, 1.054, foi realizada em áreas urbanas. Os investimentos também permitiram 137 conclusões em áreas rurais, 14 em terras indígenas e dez em comunidades quilombolas.
- Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de novembro de 2023, a Lei nº 14.719/2023 instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde.

8. Fies Social democratiza acesso ao ensino superior

- Em 2024, estudantes com renda familiar per capita de até meio salário mínimo inscritos no CadÚnico passaram a ter condições especiais de acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com reserva de 50% das vagas.
- O financiamento pode chegar a até 100% do valor cobrado pelas instituições de ensino superior. A regra vale tanto para contratos novos quanto para os antigos, no ato da renovação, e pode beneficiar até 100 mil pessoas em 2024.
- As vagas também priorizam estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência.

9. Prouni 2024 teve mais de 900 mil inscritos em duas edições

- O Programa Universidade para Todos (ProUni) 2024, em suas duas edições do ano, teve 910.419 candidatos inscritos.
- No primeiro semestre, foram ofertadas 406.428 bolsas, sendo 308.977 integrais (100%) e 97.451 parciais (50%), distribuídas em 15.482 cursos de 1.028 instituições participantes.
- Já no edital do 2º semestre, foram 243.850 bolsas ofertadas, das quais 170.319 integrais e 73.531 parciais, distribuídas em 367 cursos de 901 instituições.

10. Sisu 2024 foi maior e mais inclusivo

- A edição 2024 do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) teve mais de 1,2 milhão de inscritos, que concorreram a 264.181 vagas, a maior participação dos últimos sete anos. Foram 2,4 milhões de inscrições (cada inscrito pôde escolher até dois cursos).
- Foram aprovados 239.872 candidatos, sendo 102.005 na ampla concorrência e 137.867 na modalidade de cotas e ações afirmativas. No Sisu 2024, todos os candidatos concorreram às vagas gerais. A disputa por cotas ocorreu quando as notas necessárias não foram alcançadas nesta primeira modalidade.

OFERTA DE VAGAS DO SISU EM 2024 (POR UF)

AC (2,3 mil)	AL (7,6 mil)	AP (664)	AM (2,7 mil)
BA (23,9 mil)	CE (13,5 mil)	DF (1,3 mil)	ES (7 mil)
GO (6,8 mil)	MA (8 mil)	MG (33,7 mil)	MS (4,4 mil)
MT (8,5 mil)	PA (2,5 mil)	PB (21,7 mil)	PR (9,2 mil)
PE (15 mil)	PI (10,8 mil)	RJ (29,4 mil)	RS (15,5 mil)
RN (12,7 mil)	RO (-)	RR (768)	SC (5,9 mil)
SP (13,4 mil)	SE (5,9 mil)	TO (1,1 mil)	TOTAL 264,2 mil

11. Brasil realiza o maior Enem dos últimos anos

- Quase 5 milhões de pessoas (4.325.960) se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2024, superando as últimas edições. Mais da metade (2.750.891) obteve a isenção da taxa de inscrição.
- O Enem 2024 teve maciça participação de concluintes do ensino médio na rede pública, com 94% de participação, o que significa 1,66 milhão de inscritos. Em 2023, esse percentual foi de 58%, o equivalente a 1,18 milhão de inscritos. Das 27 Unidades da Federação, 14 tiveram 100% de concluintes do ensino médio na rede pública inscritos no Enem 2024.

12. Programa Ensino Médio Mais é lançado

- O Programa Ensino Médio Mais, lançado em julho de 2024, vai apoiar mais de 3 mil escolas com suporte técnico e financeiro. A meta é impactar mais de 379 mil alunos do ensino médio noturno presencial.
- Em 2024, foram repassados R\$ 22,2 milhões para 23 estados, beneficiando 1.683 escolas de ensino médio noturno, localizadas em 969 municípios. Foram beneficiados 233.158 estudantes.
- O objetivo é fomentar a elaboração de propostas pedagógicas alinhadas ao perfil desses estudantes e às suas necessidades e expectativas, contribuindo para a permanência na escola.
- O repasse foi feito em parcela única na categoria de custeio, via Programa Dinheiro Direto na Escola, por faixa de matrículas:
 - **Faixa 1:** escolas com até 500 matrículas de ensino médio noturno: R\$13.087,13
 - **Faixa 2:** escolas com mais de 500 matrículas de ensino médio noturno: R\$ 19.629,56

13. Novo programa visa fortalecer o vínculo entre famílias, comunidade e escola

- O Programa Escola e Comunidade (Proec) visa à educação integral, por meio da participação de estudantes, profissionais da educação, familiares e comunidade em projetos de formação que promovam a cidadania, a cultura de paz, a democracia e a qualidade da educação pública.
- São seis os princípios do Proec: educação como direito social; direito à participação na escola; gestão democrática do ensino público; educação de qualidade; integração da escola com a família e a comunidade, além de valorização das relações e da convivência humana.
- Entre os objetivos estão: estímulo a projetos de formação que promovam o desenvolvimento pleno de estudantes, famílias e comunidades; promoção de ações que valorizem e potencializem a participação da família e da comunidade nos processos educativos dos estudantes e na construção de seus projetos de vida.

14. Repasses para escolas indígenas, quilombolas e rurais têm aumento

- O repasse do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para escolas indígenas, quilombolas e rurais – também destinado a escolas públicas da educação básica especial e bilíngue de surdos – agora tem o valor fixo anual de R\$ 5.550 (Resolução no 03/2024).
- Para o recebimento dos recursos, a situação da escola deve estar regular no exercício em curso, entre elas, a prestação de contas.
- Até setembro de 2024, 121,74 mil escolas foram beneficiadas, com o total de 34,2 milhões de estudantes matriculados e repasse de R\$ 1,03 bilhão ao ano.

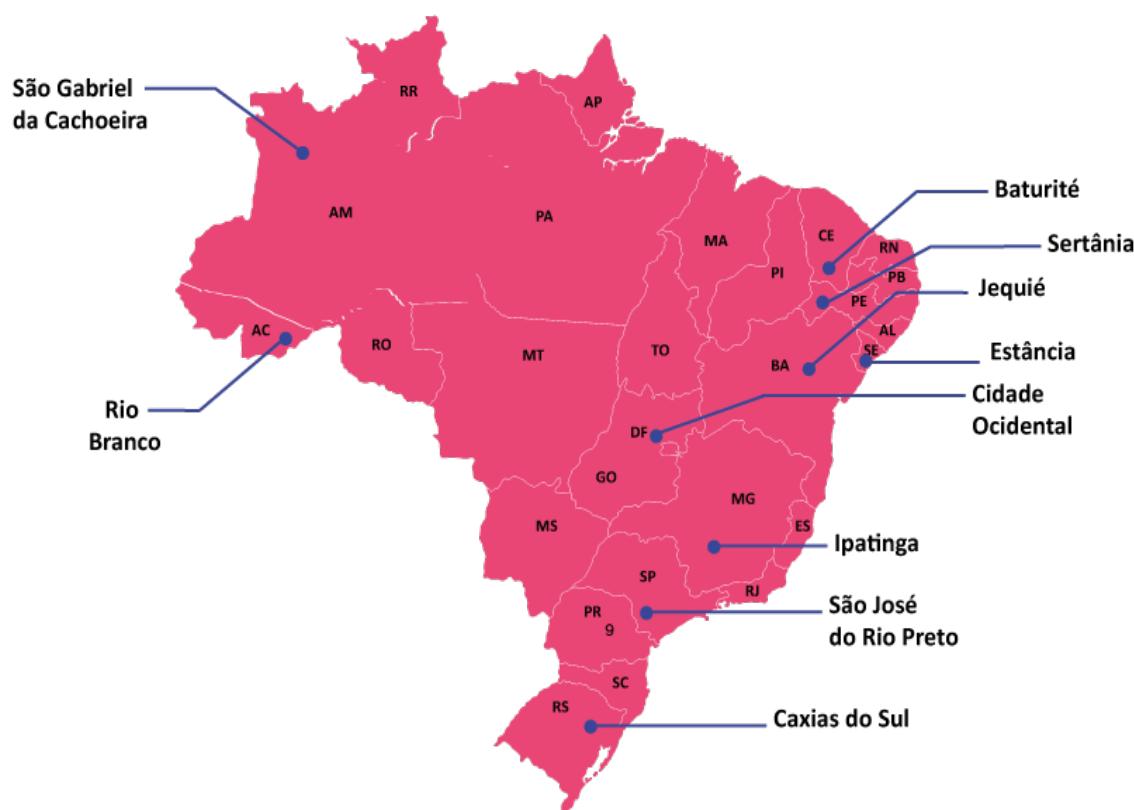
15. Repasse para transporte de estudantes de áreas rurais chega a R\$ 800 milhões em 2024

- Os repasses para garantir a frequência escolar de estudantes das áreas rurais chegaram a R\$ 800 milhões em 2024.
- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) beneficia 4,36 milhões de alunos. O Pnate apoia o transporte desses estudantes por meio de assistência técnica e financeira a estados, municípios e o Distrito Federal. Os valores são transferidos em duas parcelas anuais em março e agosto.

16. Universidades federais e hospitais universitários recebem investimento de R\$ 5,5 bilhões

- Com o Novo PAC, o Governo Federal vai destinar R\$ 5,5 bilhões para universidades federais e hospitais universitários. Serão R\$ 3,17 bilhões para consolidar e estruturar universidades, R\$ 600 milhões para construir novos campi e R\$ 1,75 bilhão para iniciar, retomar ou concluir obras em hospitais universitários.
- Serão construídos dez novos campi, cada um com 6 cursos, que vão ampliar a oferta de vagas em territórios com baixa cobertura, gerar 28 mil novas matrículas e empregar 3.880 servidores.
- Cada campus custará R\$ 60 milhões, sendo R\$10 milhões para equipamentos e R\$ 50 milhões para laboratórios, salas de aula, biblioteca, administração, restaurante e ambientação urbanística.
- O repasse de R\$ 3,17 bilhões vai acelerar 338 obras de infraestrutura em 69 universidades federais. No total, serão 223 obras iniciadas, 95 obras retomadas e 20 obras concluídas, que beneficiarão, direta e indiretamente, mais de um milhão de estudantes.
- A região que mais receberá investimentos será a Região Sudeste (R\$ 815 milhões), seguida de Nordeste (R\$ 808 milhões), Sul (R\$ 322 milhões), Norte (R\$ R\$ 271 milhões) e Centro-Oeste (R\$ 205 milhões).
- Também foram repassados recursos a 31 hospitais universitários, sendo 8 deles novos.
- Em 2023, eles receberam R\$ 1,5 bilhão. Para 2024, foram anunciados mais R\$ 250 milhões, somando R\$ 1,75 bilhão. Serão R\$ 572 milhões para 14 hospitais universitários no Nordeste, R\$ 550 milhões para 7 hospitais universitários no Sudeste, R\$ 385 milhões para 5 hospitais no Sul, R\$ 160 milhões para 3 hospitais universitários no Norte e R\$66 milhões para 2 hospitais universitários no Centro-Oeste.
- Além da recomposição de R\$ 347 milhões feita em maio de 2024, o orçamento foi ampliado em R\$ 400 milhões para custear despesas de universidades e institutos federais. Desta forma, as universidades passaram a contar com R\$ 6,38 bilhões de orçamento e os institutos, com R\$ 2,72 bilhões.

ONDE SERÃO OS NOVOS CAMPI DO NOVO PAC



Fonte: Ministério da Educação (dados de junho de 2024)

ONDE SERÃO OS NOVOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DO NOVO PAC



Fonte: Ministério da Educação (dados de junho de 2024)

17. Programa disponibiliza quase 3 mil bolsas de doutorado-sanduíche no exterior

- Em 2024, o Programa Institucional de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) ofertou 2.976 bolsas para intercâmbio científico e qualificação acadêmica de pós-graduandos do Brasil no exterior.
- O selecionado receberá bolsa mensal, auxílios para deslocamento, instalação e seguro-saúde, além do adicional de localidade, quando for o caso. A duração dos benefícios varia de três a seis meses.

18. Valorização do ensino superior com reajuste de bolsas da Capes e do CNPq

- As universidades e institutos federais tiveram uma recomposição orçamentária de R\$ 2,44 bilhões, refletindo o compromisso do Governo Federal com a valorização do ensino superior. Em 2023, após dez anos de congelamento, as bolsas da Capes e do CNPq foram reajustadas, beneficiando 258 mil bolsistas em todo o país.
- Os reajustes aplicados foram de 40% para bolsistas de mestrado e doutorado, 27% para pós-doutorado, 75% para iniciação científica (graduação) e 200% para iniciação científica júnior (ensino médio). A Bolsa Permanência, destinada a quilombolas, indígenas, beneficiários do Prouni e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em instituições federais, também foi reajustada entre 55% e 75%.
- Em 2024, o governo deu continuidade à política de valorização, assegurando a manutenção dos investimentos em bolsas, garantindo melhores condições para a pesquisa científica, a permanência estudantil e a formação de excelência no ensino superior brasileiro.

19. Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico executa maior orçamento da história

- Ao final de 2024, 100% dos R\$12,7 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foram executados em recursos não reembolsáveis e reembolsáveis em dez programas estruturantes e mobilizadores. Trata-se do maior orçamento da história do fundo.
- Ao longo do ano, foram aprovados 692 novos projetos de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico beneficiados com recursos reembolsáveis.
- Cerca de R\$ 1,2 bilhão do FNDCT foi investido em projetos do Novo PAC. O Conecta e Capacita, que prevê a implantação de 40 mil quilômetros de fibra óptica em todo o país, tem orçamento de R\$ 729 milhões até 2026 e recebeu R\$ 441 milhões em 2024.
- Já o acelerador de partículas Sirius recebeu R\$ 449 milhões. Também parte do Novo PAC, o laboratório de máxima contenção biológica NB4 recebeu R\$ 200 milhões; o Reator Multipropósito Brasileiro, R\$ 306 milhões; e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, R\$ 50 milhões.

20. Governo Federal investe R\$ 3,1 bilhões para reduzir desigualdades em inovação e pesquisa, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

- O Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou investimentos de R\$ 3,1 bilhões em uma série de medidas para impulsionar a ciência, tecnologia e inovação no país.
- Foram lançados cinco novos editais voltados ao desenvolvimento científico regional e nacional. Os recursos serão distribuídos via Chamada Universal 2024, aumento das Bolsas de Produtividade, Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), Pró-infra Desenvolvimento Regional e edital da Finep voltado para Parques Tecnológicos.
- Os investimentos oferecem oportunidades para pesquisadores de todo o país, com foco especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e buscam fortalecer a inovação, formar redes de colaboração e enfrentar desafios estratégicos.
- Os esforços marcam um novo capítulo no incentivo à ciência e à inovação no Brasil, consolidando a missão do Governo Federal em promover a produção de conhecimento e inovação com impacto significativo em diversas áreas, desde o setor produtivo até a formação de novos talentos.

21. Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 é apresentado

- O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028 foi apresentado em julho na abertura da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. São previstos R\$ 23 bilhões de investimentos no quadriênio, cabendo à iniciativa privada apenas R\$ 1,06 bi desse montante. A estimativa inicial não desconsidera que empresas e organizações privadas façam aportes maiores durante o percurso.
- Serão duas grandes fases de operação. As ações de impacto imediato preveem a modernização de serviços públicos voltados à população. Na Saúde, por exemplo, um dos objetivos é a transcrição automática do conteúdo de teleconsultas prestadas via SUS, que ficará à disposição no prontuário digital dos pacientes, protegido por sigilo.
- Outras aplicações a curto prazo são cálculos de dívidas residuais de financiamento da casa própria, previsão do tempo precisa e localizada desde grandes a pequenas áreas territoriais, catalogação de árvores na Floresta Amazônica, ensino de matemática no Ensino Fundamental ou controle de estoque e de aquisição das merendas escolares.
- Já as ações estruturantes, visam projetos como o desenvolvimento do supercomputador Santos Dumont. Neste e nos demais projetos do eixo, o Governo Federal deseja consolidar parcerias com a iniciativa privada.

22. Investimento de R\$ 650 milhões em desenvolvimento científico na Amazônia

- A Amazônia será beneficiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), para o Programa Pró-Amazônia, no valor de R\$ 650 milhões.
- Desse valor, R\$ 160 milhões são para apoiar a infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na região amazônica dentro do Pró-Amazônia.
- Os recursos serão destinados para a recuperação, atualização e criação de laboratórios, acervos científicos, históricos e culturais e coleções biológicas. Além disso, R\$ 110 milhões serão destinados para projetos prioritários fora das capitais dos estados amazônicos. Os projetos serão contratados em 2025.
- Em 2024, foram investidos R\$ 50 milhões para encomendas: Museu das Amazôncias, Museu Emílio Goeldi e Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA).

23. Programa destina bolsas de pesquisa científica com ênfase em pesca artesanal

- O Jovem Cientista da Pesca Artesanal, um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr), vai destinar cerca de mil bolsas de iniciação científica, em um investimento de R\$ 4 milhões. O objetivo é fomentar e promover estudos na área e evitar a evasão escolar.
- Desde seu lançamento, em agosto de 2023, já foram lançados 9 editais e outros 3 estão em elaboração.
- A bolsa, com duração de um ano e renovação mediante avaliação até a conclusão do Ensino Médio, destina-se a quem está no Ensino Médio da rede pública e atende jovens pescadoras e pescadores, indígenas, de comunidades rurais e urbanas, quilombolas, pretas e pretos.
- A distribuição do incentivo será feita proporcionalmente por região, de acordo com o número de pescadores artesanais registrados (RGP) por unidade federativa.

24. Nordeste ganhará seu primeiro campus do ITA e cursos exclusivos

- A pedra fundamental do primeiro campus avançado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) no Nordeste foi lançada no início de 2024. Com investimento total de R\$ 180 milhões para as obras, o novo campus será implantado na Base Aérea de Fortaleza. Na fase inicial, cuja ordem de serviço foi autorizada pelo Ministério da Educação em setembro, serão destinados R\$ 71 milhões para a construção de um bloco voltado a cursos de Engenharia e de um bloco de alojamento.
- As atividades da segunda unidade do ITA – a primeira fica em São José dos Campos (SP) – devem começar em 2027, com dois novos cursos inovadores: Engenharia das Energias Renováveis e Engenharia de Sistemas.
- O primeiro processo seletivo para os dois cursos foi realizado em outubro e novembro de 2024, em 13 cidades do país. Cada nova turma terá 50 vagas.
- As primeiras turmas começarão em 2025, no Campus São José dos Campos, em São Paulo, onde os alunos vão cursar o ciclo básico (dois primeiros anos). A partir do terceiro ano da graduação, as aulas passarão a ser ministradas no novo campus do Ceará.

25. Programa Juros por Educação estimula criação de vagas de ensino técnico

- O programa Juros Por Educação é um pacto para reduzir os juros da dívida cobrados de estados e, em contrapartida, mais que triplicar o número de matrículas no Ensino Médio Técnico (EMT). A proposta é aberta a todos os estados.
- O saldo devedor dos estados é de R\$ 740 bilhões. Quatro estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais – representam R\$ 660 bilhões desse total, o equivalente a 90% do estoque da dívida. Os estados que aderirem terão uma redução temporária (de 2025 a 2030) das taxas de juros aplicadas aos contratos de refinanciamento de dívidas. A meta é ter mais de três milhões de alunos matriculados no EMT até 2030.
- Os entes federados que atingirem as suas metas de expansão de matrículas em EMT em até seis anos terão redução permanente na taxa de juros. Estados que não possuem dívidas com a União, ou de menor valor, terão acesso prioritário a linhas de financiamentos e a outras ações de apoio para expansão do EMT.

26. Estratégia Nacional de Escolas Conectadas alcançará mais de 5 mil municípios

- 100% dos estados e 92% dos municípios brasileiros aderiram à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (Enec). Com isso, mais de 5,1 mil municípios serão beneficiados em todo o país.
- A iniciativa pretende levar não só internet, mas também equipamentos e ensino de qualidade para a educação básica ao longo dos próximos anos.
- Até 2026, R\$ 8,8 bilhões serão investidos para levar internet a mais de 136 mil instituições.
- Diversas iniciativas estão em andamento no âmbito da Enec. Entre elas, o Programa Aprender Conectado, implementado pela Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace). A entidade gera R\$ 3,1 bilhões oriundos do fundo pago por empresas de telecomunicações concessionárias do sinal de 5G. A Eace lançou as Fases 2 e 3 do programa e está finalizando as contratações para atendimento a 5.107 escolas até dezembro de 2025. A Fase 4 vai contemplar 18.772 instituições. Cerca de 120 escolas nos estados Pará, Maranhão, Bahia e Amapá já foram beneficiadas com rede externa. Dessas instituições, 29% estão localizadas no Marajó, uma das regiões com indicadores socioeconômicos mais baixos do país.
- Há também o edital do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que desde 2000 estava inoperante. A chamada pública, conduzida pelo BNDES, já selecionou os fornecedores que beneficiarão 1.396 escolas com serviço de conexão de internet por 24 meses e rede interna para distribuição de sinal de Wi-Fi. As contratações já estão em andamento. Além disso, a modalidade do Fust Reembolsável já contemplou, até o momento, cerca de 100 escolas, por meio de empréstimo do BNDES para expansão de rede de infraestrutura de telecomunicação. Há, ainda, ações do chamado Fust Renúncia Fiscal, que teve edital lançado pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel, com potencial de beneficiar cerca de 21 mil escolas com serviço de internet.

ESCOLAS CONECTADAS ATÉ 2026 (POR UF)

UF	NOVAS ESCOLAS	COM BANDA LARGA	TOTAL
AC	785	702	1.487
AL	700	1.657	2.357
AM	3.640	1.444	5.084
AP	385	399	784
BA	4.815	8.524	13.339
CE	1.882	4.031	5.913
DF	41	667	708
ES	816	1.878	2.694
GO	337	3.175	3.512
MA	6.041	4.376	10.417
MG	2.913	9.074	11.987
MS	171	1.183	1.354
MT	410	1.861	2.271
PA	5.397	4.306	9.685
PB	1.607	2.229	3.836
PE	2.122	3.815	5.937
PI	1.533	2.245	3.778
PR	623	6.758	7.381
RJ	482	6.260	6.742
RN	681	2.079	2.760
RO	264	796	1060
RR	574	257	831
RS	1.028	6.221	7.429
SC	766	4.430	5.196
SE	581	1.035	1.616
SP	1.046	17.896	18.942
TO	520	915	1.435
TOTAL			136.535

Fonte: Ministério da Educação e Ministério das Comunicações

27. Computadores Para Inclusão atinge meta de 50 mil doações

- O programa Computadores para Inclusão já doou 50 mil equipamentos para 3,7 mil Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em mil municípios em todo o Brasil. Mais de 2.159 cursos foram oferecidos, capacitando mais de 46,7 mil alunos para a era digital.
- Em 2024, a iniciativa registrou um aumento de 67% no total de doações, em comparação com 2023, ano em que houve também um aumento de mais de 70% em relação a 2022.
- Apenas nos primeiros seis meses de 2024, foram criados 600 novos PIDs. Nesse período, o projeto também concluiu a doação de 5,6 mil equipamentos para áreas remotas, rurais e escolas públicas do Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

28. Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares entra em vigor

- Entre outras funções, o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE - Lei nº 14.837/2024) define a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos matriculados e nas especificidades da realidade local.
- A nova lei altera a anterior (Lei nº 12.244/2010) – que trata da universalização das bibliotecas – e altera a definição de “biblioteca escolar” para consolidar a criação do SNBE.
- Entre as atribuições do SNBE, estão: implementar uma política de acervo com ações de ampliação, guarda, preservação, organização e funcionamento; melhorar o funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares do país; integrar todas elas via internet; treinar e qualificar equipes de trabalho; estabelecer parâmetros para as instalações físicas.

29. Curriculos escolares passam a valorizar papel das mulheres no avanço da sociedade

- Sancionada em setembro de 2024, a Lei nº 14.986 estabelece que instituições de Ensino Fundamental e médio, públicas e privadas, deverão incluir em seus conteúdos curriculares abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas.
- As escolas de educação básica também passarão a celebrar anualmente, sempre no mês de março, a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História.
- Segundo a lei, as abordagens devem incluir no currículo diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas. O objetivo é resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.
- Brasil foi aceito como membro da Eureka, a maior rede de cooperação internacional em Pesquisa e Desenvolvimento para a Inovação, presente em 47 países da Europa, Ásia, América do Norte, América do Sul e África.
- A candidatura foi uma solicitação formal do governo, feita em outubro de 2023 à cúpula da rede. A adesão do país deve ser oficializada no evento Eureka Global Innovation Summit, em Ancara, Turquia, em junho de 2024.
- A inclusão do Brasil na Eureka beneficiará o setor de inovação e as empresas do país, trazendo benefícios como: inovação bilateral, projetos em cooperação com os países-membros e absorção de novas tecnologias.





5.

A Retomada do Investimento em Infraestrutura

Sumário

1.	Novo PAC eleva investimento público federal em 31,8% atingindo maior patamar desde 2016	88
2.	Investimentos para aumentar eficiência de portos, aeroportos e hidrovias contempla 294 empreendimentos	89
3.	Novo PAC Seleções prioriza áreas e populações mais vulneráveis	90
4.	R\$ 54,2 bilhões para melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo	92
5.	R\$ 41,7 bilhões para inclusão social, infraestrutura, mobilidade urbana e prevenção de desastres	93
6.	Coleta e tratamento de resíduos sólidos no Novo PAC Seleções	93
7.	Minha Casa, Minha Vida em plena execução	94
8.	MCMV beneficiará mais de 500 mil pessoas nas modalidades rural e entidades	95
9.	#BotaPraAndar destrava obras do MCMV	95
10.	Municípios com até 50 mil habitantes vão receber recursos para construção de moradias do MCMV Sub 50	96
11.	Moradia para quem perdeu suas casas no RS	97
12.	Imóvel da Gente transforma patrimônio da União em equipamentos para a população	99
13.	Brasil terá o primeiro túnel imerso da América Latina	99
14.	Dois anos de ampliação dos investimentos em transportes	100
15.	Leilões projetam R\$ 111 bi em investimentos para modernizar rodovias	100
16.	Governo formaliza concessão de rodovias no Paraná	101
17.	Leilão da BR-040 beneficiará 3,6 milhões de pessoas em Minas Gerais	101
18.	Começa a Rodovia da Vida: BR-381/MG - Belo Horizonte - Governador Valadares é concedida	102
19.	BR-040/GO/MG: leilão mais concorrido do ano	102
20.	Rota do Zebu é estratégica para a economia brasileira	103
21.	Programa otimiza contratos de concessão rodoviária	103
22.	Contorno Viário da Grande Florianópolis é entregue	104

23. Sancionada lei que cria debêntures de infraestrutura	104
24. A volta dos investimentos em ferrovias	105
25. Obras da ferrovia Transnordestina avançam	106
26. Obras de infraestrutura garantem mais segurança hídrica para regiões historicamente afetadas pela escassez	106
27. Ampliação de refinaria em Pernambuco vai gerar 30 mil empregos	108
28. Mais investimentos em linhas de transmissão de energia elétrica	108
29. Infraestrutura de internet será expandida para ganhar mais segurança e estabilidade	109

1. Novo PAC eleva investimento público federal em 31,8% atingindo maior patamar desde 2016

- Lançado em agosto de 2023, o Novo PAC superou o volume de investimentos previstos para o período de um ano, atingindo R\$ 504,5 bilhões em recursos executados ou 38,5% do valor previsto.
- Os recursos foram executados pelos setores privados com R\$ 245,4 bilhões, financiamentos com R\$ 138,5 bilhões, empresas estatais com R\$ 69,5 bilhões, Orçamento da União (OGU) com R\$ 46,9 bilhões e fundos setoriais com R\$ 4,2 bilhões.
- Projeções da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), que não incluem todos os setores do Novo PAC, também preveem crescimento de 54% do investimento público em comparação com 2022. A forte retomada do investimento público alavanca o crescimento do investimento privado e, dessa forma, o investimento total - público e privado - pode crescer 34,4% em 2024, ante 2022.
- Com mais de 3,8 mil obras em todas as regiões do país, o Novo PAC também impactou a geração de trabalho de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) na construção civil. Houve alta de 14% na geração de empregos de dezembro de 2022 a julho de 2024.
- Destaque também para a qualidade da malha rodoviária brasileira. Com o Novo PAC, as estradas atingiram o melhor nível desde 2016, com 74% delas consideradas boas, em comparação aos 52% de 2022, de acordo com Índice de Condição da Manutenção (ICM) do Departamento Nacional de Infraestrutura Rodoviária (DNIT).
- O PIB do 2º trimestre de 2024 (IBGE) reafirmou o excelente momento da habitação no Brasil. Liderado pelo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o setor da construção registrou expansão de 3,5% em relação ao trimestre anterior.
- No total, o Novo PAC vai investir cerca de R\$ 1,8 trilhão em todo o Brasil, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 522 bilhões após 2026. As obras e ações devem gerar mais de 4 milhões de empregos.
- O programa está organizado em nove Eixos de Investimentos: **1.** Transporte Eficiente e Sustentável; **2.** Infraestrutura Social Inclusiva; **3.** Cidades Sustentáveis e Resilientes; **4.** Água para Todos; **5.** Saúde; **6.** Inclusão Digital e Conectividade; **7.** Transição e Segurança Energética; **8.** Educação, Ciência e Tecnologia; **9.** Inovação para a Indústria da Defesa.

2. Investimentos para aumentar a eficiência de Portos, Aeroportos e Hidrovias contempla 294 empreendimentos

- O Novo PAC prevê um investimento total de R\$ 69,7 bilhões para modernizar e aumentar a eficiência da infraestrutura de transporte no Brasil, contemplando 294 empreendimentos, divididos entre portos, aeroportos e hidrovias. Em 2024, o programa avançou significativamente, com obras iniciadas, concluídas e projetos estruturantes que impactam a logística nacional e impulsionam o desenvolvimento regional.
- No setor portuário, estão previstos R\$ 54,8 bilhões em investimentos, incluindo a construção de acessos terrestres, modernização de cais e terminais, além da ampliação da capacidade portuária. Em 2024, o programa concluiu a modernização do Cais da Gamboa (RJ), a recuperação do molhe em Suape (PE) e os estudos para ampliação dos acessos ferroviários ao porto, conectando-o à ferrovia Transnordestina, e a dragagem de aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 23, no porto de Santos/SP.
- Além disso, foram realizados 8 leilões de arrendamentos portuários, que garantiram R\$ 3,74 bilhão em investimentos. Outro destaque foi o início do processo de contratação do túnel Santos-Guarujá, o primeiro túnel imerso da América Latina, que contará com mais de R\$ 5,8 bilhões em recursos, beneficiando mais de 80 mil pessoas diariamente com travessias rápidas e seguras.
- No setor aéreo, o investimento total previsto é de R\$ 10,8 bilhões, com R\$ 9,2 bilhões voltados a 49 aeroportos concedidos à iniciativa privada. Em 2024, o programa avançou com obras públicas em seis aeroportos, como Coari (AM), Aracati (CE) e Guarujá (SP), e concluiu melhorias em outros cinco, incluindo Fonte Boa (AM) e Dourados (MS). Além disso, obras estão em andamento nos aeroportos de Serra Talhada (PE), Americana (SP) e Jataí (GO), enquanto a Infraero iniciou a operação e projetos em Divinópolis (MG), Ipatinga (MG), Governador Valadares (MG) e Sorriso (MT).
- Para o setor hidroviário, o Novo PAC prevê R\$ 4,1 bilhões em investimentos, com foco em dragagens, derrocamentos e melhorias nas Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4s), essenciais para a mobilidade na região amazônica. Em 2024, destacam-se a conclusão de obras em Barcelos (AM), Envira (AM), Oriximiná (PA), Juriti (PA) e a dragagem do rio Paraíba (PI), além do início das intervenções em Itacoatiara (AM) e Canutama (AM). O programa também avançou com o licenciamento ambiental do Pedral do Lourenço (PA), fundamental para reduzir os custos de transporte em estados como Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, além da continuidade do derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava (SP).

3. Novo PAC Seleções prioriza áreas e populações mais vulneráveis

- O PAC Seleções prevê investimentos de R\$ 136 bilhões em saúde, educação, esporte, cultura e infraestrutura.
- Estados e municípios puderam inscrever propostas nas 27 modalidades de obras e equipamentos que compõem os cinco eixos do programa.
- Até novembro de 2024, foram anunciados os resultados de todas as modalidades no valor de R\$ 81,1 bilhões, com mais de 13,7 mil empreendimentos selecionados em todas as UFs do Brasil.
- Os critérios de seleção priorizaram áreas e populações mais vulneráveis. A segunda fase do programa contará com recursos de R\$ 70 bilhões e deve ser lançada em 2025, para que prefeitas e prefeitos eleitos em 2024 possam participar.

NOVO PAC SELEÇÕES

EIXOS / MODALIDADES SELEÇÃO DE 2023	EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO
Água para Todos		
Abastecimento de Água - Rural	174	R\$ 400 milhões
Abastecimento de água - Urbano	268	R\$ 5,9 bilhões
Cidades Sustentáveis e Resilientes		
Esgotamento Sanitário	300	R\$ 10,1 bilhões
Gestão de Resíduos Sólidos	81	R\$ 703,1 milhões
Mobilidade Grandes e Médias Cidades	74	R\$ 9,8 bilhões
Periferia Viva - Urbanização de Favelas	58	R\$ 5,2 bilhões
Prevenção a Desastres Naturais: Contenção de Encostas	111	R\$ 1,7 bilhões
Prevenção a desastres: Drenagem	221	R\$ 9,3 bilhões
Regularização Fundiária	259	R\$ 313 milhões
Renovação de Frota (Refrota)	5.350	R\$ 10,5 bilhões

Educação, Ciência e Tecnologia		
Creches e Escolas de Educação Infantil	1.178	R\$ 5,6 bilhões
Escolas em Tempo Integral	685	R\$ 7,1 bilhões
Transporte Escolar	1.500	R\$ 711,3 milhões
Infraestrutura Social Inclusiva		
Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE	30	R\$ 460,5 milhões
CEU da Cultura	195	R\$ 390 milhões
Espaços Esportivos Comunitários	240	R\$ 360 milhões
Patrimônio Histórico - Projetos de engenharia	105	R\$ 40,5 milhões
Saúde		
Centrais de Regulação - Ambulâncias do SAMU 192 - CRU	14	R\$ 42 milhões
Centros de Atenção Psicossocial - CAPS		
150	R\$ 338,2 milhões	
Centros de Parto Normal - CPN	30	R\$ 93 milhões
Centros Especializados em Reabilitação - CER	20	R\$ 147,2 milhões
Maternidades	36	R\$ 4,7 bilhões
Novas Ambulâncias - SAMU 192	350	R\$ 621,4 milhões
Oficinas Ortopédicas	20	R\$ 23 milhões
Policlínicas	55	R\$ 1,6 bilhões
Unidades Básicas de Saúde - UBS	1.800	R\$ 4,1 bilhões
Unidades Odontológicas Móveis - UOM	400	R\$ 205,4 milhões
Total Geral	13.704	R\$ 81,1 bilhões

Fonte: Casa Civil

4. R\$ 54,2 bilhões para melhoria da qualidade de vida nas cidades e no campo

- Cinco modalidades do Novo PAC Seleções, dos eixos Água para Todos e Cidades Sustentáveis e Resilientes, somam R\$ 54,2 bilhões em investimentos.
- São elas: Abastecimento de Água - Rural; Abastecimento de água – Urbano; Esgotamento Sanitário; Gestão de Resíduos Sólidos; Mobilidade Grandes e Médias Cidades; Periferia Viva - Urbanização de Favelas; Prevenção a Desastres Naturais - Contenção de Encostas; Prevenção a desastres: Drenagem; Regularização Fundiária; e Renovação de Frota.
- Serão 13.704 obras e empreendimentos nos 26 estados e no Distrito Federal.
- Em Prevenção a Desastres Naturais - Contenção de Encostas, serão investidos R\$ 1,7 bilhão em obras de contenção de encostas em 91 municípios; em Regularização Fundiária, R\$ 313 milhões serão investidos em 197 municípios; e 2.529 ônibus elétricos, 2.782 Euro 6 e 39 veículos sob trilhos serão adquiridos a partir da modalidade Renovação de Frota.
- A lista de projetos contemplados foi anunciada em 2024. Os anúncios integram parte da carteira de investimentos do Novo PAC que totaliza R\$ 1,8 trilhão.

OBRAS E EQUIPAMENTOS POR UF

AC (107)	AL (406)	AP (138)	AM (178)
BA (1.596)	CE (744)	DF (27)	ES (227)
GO (350)	MA (496)	MG (1.365)	MS (191)
MT (280)	PA (729)	PB (350)	PR (493)
PE (858)	PI (343)	RJ (1.060)	RS (1.064)
RN (253)	RO (95)	RR (36)	SC (370)
SP (1.458)	SE (212)	TO (278)	Total: 13.704

Fonte: Casa Civil

5. R\$ 41,7 bilhões para inclusão social, infraestrutura, mobilidade urbana e prevenção de desastres

- Em julho de 2024, foram divulgados cinco resultados do Novo PAC Seleções, somando R\$ 41,7 bilhões em investimentos, nos eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes (Mobilidade Urbana - Grandes e Médias Cidades; Prevenção a Desastres Naturais - Drenagem Urbana Sustentável; Esgotamento Sanitário - Urbano), Água para Todos (Abastecimento de Água - Urbano) e Infraestrutura Social e Inclusiva (CONVIVE - Centro Comunitário pela Vida).
- No total, foram selecionados 899 empreendimentos propostos por 27 estados, 488 municípios e 1 consórcio (para licitações de Mobilidade Urbana).

6. Coleta e tratamento de resíduos sólidos no Novo PAC Seleções

- R\$ 703 milhões foram destinados para melhorar a qualidade do serviço de coleta e tratamento de resíduos sólidos em 442 municípios espalhados pelo Brasil. A expectativa é gerar mais de 33 mil empregos diretos e indiretos.
- As propostas envolvem coleta seletiva, execução de obras civis, aquisição de veículos e equipamentos, tratamento de resíduos sólidos urbanos e ações para a disposição final de rejeitos em aterros sanitários. Os trabalhos vão mobilizar 76 cooperativas ou associações de catadoras e catadores.

7. Minha Casa, Minha Vida em plena execução

- Desde sua criação, em 2009, o MCMV entregou 8.4 milhões de unidades habitacionais em todo o Brasil. O programa foi retomado e reformulado pelo governo federal em 2023. Dentre as diretrizes anunciadas estão a recolocação das famílias de baixa renda, assim como famílias em áreas de risco, afetadas por desastres naturais ou por deslocamento involuntário em razão de obras federais e a inclusão de conceitos de sustentabilidade.
- Outras novidades são a isenção do pagamento de prestações para quem recebe Bolsa Família ou BPC, a possibilidade das famílias de baixa renda usarem os depósitos futuros do FGTS como garantia para adquirir a casa própria, a incorporação de varandas aos projetos, além de bibliotecas e equipamentos esportivos nos conjuntos habitacionais.
- As faixas de renda foram ajustadas, as taxas de juros reduzidas. A renda familiar para enquadramento na Faixa 1 do programa passou de R\$ 2.640 para R\$ 2.850.
- Famílias com renda bruta de até R\$ 8 mil também terão direito a financiamento, e o valor máximo dos imóveis passou de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil.
- Até dezembro de 2024, 1,218 milhão de unidades habitacionais contratadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida até dezembro de 2024.
- A meta é contratar 2 milhões de moradias até 2026.
- Desde 2023, foram entregues 37 mil moradias e retomadas obras que estavam paralisadas em mais de 40 mil moradias da Faixa 1 do programa.
- Foram abertas seleções para 369 mil unidades habitacionais, a maior seleção dos últimos 10 anos. Estão incluídas 14 mil moradias para quilombolas e 6 mil para indígenas. Desses 369 mil, já foram selecionadas mais de 355,8 mil, estando abertas ainda as seleções referentes ao MCMV-FAR (11.500 moradias) e MCMV-Rural (2.000 unidades) do RS.
- Em 2024, mais de 1 milhão de imóveis foram contratadas pelo novo MCMV. Houve contratações em todos os estados.

8. MCMV beneficiará mais de 500 mil pessoas nas modalidades rural e entidades

- O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) selecionou 125,2 mil moradias nas modalidades Rural e Entidades, sendo 75,7 mil para o MCMV Rural e 49,4 mil para o MCMV Entidades.
- O investimento total previsto é de R\$ 13,6 bilhões.
- Serão beneficiadas mais de 500 mil pessoas que moram em áreas rurais, urbanas, quilombolas, indígenas e de vulnerabilidade social, apenas nas seleções do Rural e do Entidades.
- No MCMV Entidades, foram selecionadas 443 propostas de 206 Entidades Organizadoras habilitadas ligadas aos movimentos de luta por moradia, num total de 37.535 UH. Desde 2023, foram entregues mais de 8,1 mil unidades, autorizada a retomada de mais de 6 mil moradias e suplementadas mais 6 mil unidades habitacionais, não paralisadas, garantindo, assim, a continuidade das obras.
- Já no MCMV Rural, foram 2.105 aprovações de 1.137 Entidades Organizadoras, incluindo movimentos de luta por moradia, organizações de agricultores, coletivos de trabalhadores rurais e entes públicos locais.

9. #BotaPraAndar destrava obras do MCMV

- O #BotaPraAndar é uma iniciativa do Ministério das Cidades, realizada em ação conjunta com CAIXA, Banco do Brasil, Prefeituras, Governos Estaduais, entidades e construtoras para solucionar pendências e acelerar o andamento do Minha Casa, Minha Vida pelo país.
- Esta é uma ação permanente do Ministério das Cidades desde o início de 2023, por meio da qual são elaboradas estratégias de ação para solucionar situações que comprometem o bom desempenho do Programa. As edições presenciais começaram a ocorrer em 2024 e, ao longo do ano, foram visitados os estados do Pará (março/2024), Rio de Janeiro (agosto/2024) e Rio Grande do Sul (outubro/2024), Mato Grosso (novembro/2024) e Maranhão (09 a 11 de dezembro/2024).
- De modo geral, com o #BotaPraAndar, o Ministério das Cidades retomou as obras e solucionou situações de mais de 44 mil moradias em todas as regiões do país, beneficiando cerca de 180 mil pessoas.
- São realizadas reuniões técnicas com gestores do Ministério das Cidades, instituições financeiras e entes públicos. Nas reuniões são pactuados entendimentos e prazos para a resolução dos itens críticos.
- O Ministério das Cidades e instituições financeiras mapeiam os casos e elaboram uma estratégia de ação para solucionar situações que comprometem o bom desempenho do Programa.

■ NOVIDADES:

- » Monitoramento do andamento de obras e do MCMV que já foram retomadas;
- » Repactuação de soluções para empreendimentos com obras paralisadas;
- » Nivelamento de informações para acelerar as novas contratações do MCMV;
- » Definição de planos de ação e prazos para resoluções de pendências que estejam impedindo a velocidade de obras em andamento.

10. Municípios com até 50 mil habitantes vão receber recursos para construção de moradias do MCMV Sub 50

- O Ministério das Cidades divulgou a lista de propostas selecionadas para a construção de moradias em áreas urbanas de municípios com até 50 mil habitantes em novembro de 2024.
- Foram selecionadas 37.295 unidades habitacionais, em 1.164 cidades, de 26 estados, beneficiando cerca de 150 mil pessoas.
- Os recursos são do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Dos 5.568 municípios brasileiros, mais de 4,9 mil têm até 50 mil habitantes. Neles, estão concentrados 31% da população.
- O contrato é firmado entre o Governo Federal, via Caixa Econômica, e a prefeitura ou o governo do estado. A responsabilidade pela licitação e construção é dos estados e municípios.
- A portaria que estabelece diretrizes para a construção de unidades habitacionais em municípios de até 50 mil habitantes foi publicada pelo Governo Federal no final de 2023.

11. Moradia para quem perdeu suas casas no RS

- Para atender as famílias atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, o Governo Federal organizou uma estratégia abrangente e estruturada no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), definindo diferentes modalidades de oferta de novas moradias. Essa abordagem combina a recuperação de obras antigas, a construção de novos empreendimentos, a contratação de moradias urbanas e rurais e a realização de feirões para facilitar o processo de escolha das unidades habitacionais.

São as seguintes as opções às famílias atingidas, dentro do MCMV

Reconstrução:

- Aquisição de imóveis regulares novos e usados em área urbana (Previsão de contratação: 2,5 mil unidades habitacionais). A modalidade foi criada especificamente para o Rio Grande do Sul, que proporciona atendimento mais célere. O público aqui são as famílias Faixas 1 e 2, ou seja, com renda até R\$ 4.700,00, que poderão escolher imóveis disponíveis no próprio município, ou em outro no RS à sua escolha, no valor de até R\$ 200 mil.
- Construção de novos empreendimentos habitacionais do MCMV também para as famílias enquadradas nas Faixas 1 e 2. Para tanto, as prefeituras ou as construtoras interessadas e autorizadas pelos municípios precisam enviar suas propostas à Caixa. **Linhas abertas:**

- MCMV Reconstrução – Rural (previsão de contratação: 2 mil moradias):** Para o atendimento das famílias das áreas rurais, com renda anual de até R\$ 66.600,00 (Faixa 2 - Rural).

- MCMV Reconstrução – FAR (previsão de contratação: 11,5 mil unidades habitacionais):** Atendimento às áreas urbanas de todos os municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, para famílias Faixa 1 e 2 (renda familiar até R\$ 4.700). Em especial, 10 municípios do RS que registraram destruições mais numerosas: Canoas, Charqueadas, Cruzeiro do Sul, Eldorado do Sul, Estrela, Lajeado, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Santa Maria e São Leopoldo.

- MCMV Reconstrução - FNHIS:** Linha voltada para o atendimento dos municípios gaúchos de até 50 mil habitantes. Recursos repassados por transferência obrigatória da União para o estado e municípios que apresentarem propostas diretamente na plataforma TransfereGov. Valores limitados a R\$ 150 mil por casa e é permitido o atendimento das famílias com renda familiar de até R\$ 4.700,00 (Faixa 2), que tiveram suas casas destruídas ou interditadas definitivamente pelos desastres deste ano.

- Por fim, o Ministério das Cidades oferece financiamento subsidiado, com recursos do FGTS, tanto para as famílias Faixas 1 e 2 que assim optarem, quanto para as famílias com renda familiar mensal de até R\$ 8 mil (Faixa 3). Para além das taxas subsidiadas do FGTS e do abatimento de até R\$ 55 mil, conforme a localidade e a renda da família, há a concessão de subsídio adicional no valor de R\$ 40 mil, que pode ser utilizado, por exemplo, para o pagamento da entrada do financiamento que, normalmente, é o que mais pesa no bolso das famílias. Os valores máximos dos imóveis, nesse caso, são de R\$ 264 mil para as Faixas 1 e 2, e R\$ 350 mil para as famílias da Faixa 3.

Entregas

- Em 2024, o MCMV entregou no Rio Grande do Sul mais de 1.4 mil unidades de obras antigas. A ação é resultado do esforço do Governo Federal em recuperar as obras iniciadas em anos anteriores e que ainda não tinham sido finalizadas.
- Desse conjunto de obras, foram entregues 367 unidades habitacionais exclusivamente para famílias que perderam casas nas enchentes, sendo: 13 unidades no Orquídea Libertária (Gravataí), 200 no Dois Irmãos 1 (Porto Alegre), 54 no Viver Coohagig (Viamão) e 100 no Morada da Fé (Porto Alegre).
- No MCMV - Reconstrução, existem cerca de 3.600 famílias já habilitadas. Desse total, 616 imóveis foram escolhidos por famílias beneficiárias e estão com a análise do imóvel em andamento ou em processo de contratação.
- Contratações: Neste ano, até o mês de outubro, o MCMV já autorizou a contratação de 5.619 unidades habitacionais no estado. Sendo 5.619 unidades de novos empreendimentos em áreas urbanas, 831 moradias por obras promovidas por Entidades e 869 unidades em áreas rurais.
- No final de novembro, o Ministério das Cidades publicou a seleção de propostas do MCMV – Reconstrução para a construção de 1.333 moradias em 36 municípios gaúchos, com recursos do FNHIS.
- Entrega de propostas para contratação: O governo também autorizou a entrega de projetos para contratação de 11.500 moradias em novos empreendimentos em áreas urbanas e 2.000 moradias em áreas rurais. As propostas devem ser apresentadas, pelo estado, pelos municípios ou também por empresas do setor de construção civil.
- Feirões: O Ministério das Cidades e a CAIXA organizaram dois feirões de Compra Assistida do MCMV - Reconstrução. O primeiro feirão ocorreu em Porto Alegre, entre os dias 24 e 26 de setembro, com a convocação de 352 famílias. Dessas, 299 compareceram e 40 já optaram por um dos imóveis disponíveis. Já o segundo feirão, realizado no dia 8 de outubro, também em Porto Alegre, convocou outras 379 famílias. Outros feirões já estão em planejamentos para serem realizados em municípios do RS para agilizar o atendimento das famílias e a escolha das moradias.

12. Imóvel da Gente transforma patrimônio da União em equipamentos para a população

- O Programa de Democratização de Imóveis da União - Imóvel da Gente, do Governo Federal, é uma iniciativa que democratiza o uso do patrimônio da União ao destinar imóveis sem uso ou ociosos para políticas públicas e habitação de interesse social. A ação transforma essas propriedades em escolas, hospitais, centros culturais, espaços esportivos e moradias, promovendo inclusão social e o cumprimento da função socioambiental dos imóveis públicos.
- Entre 2023 e outubro de 2024, o programa realizou 625 destinações de imóveis em todo o país, sendo 294 em 2023 e 331 em 2024. Do total, 36 foram destinados a regularização fundiária, beneficiando mais de 400 mil famílias em 17 estados. A meta é atingir mil destinações até 2026.
- Na frente habitacional, o programa fez 29 destinações, beneficiando 3.238 famílias com moradias. Destas, 24 destinações foram realizadas no âmbito do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) Entidades.
- Por meio do diálogo com movimentos sociais e governos locais, o Imóvel da Gente reafirma seu compromisso com a democratização do patrimônio público, a inclusão social e a construção de cidades mais justas e integradas.

13. Brasil terá o primeiro túnel imerso da América Latina

- Idealizado há quase 100 anos, o Túnel Santos-Guarujá será o primeiro túnel imerso da América Latina e beneficiará mais de 5 milhões de pessoas por ano, incluindo 1,6 milhão de habitantes da Baixada Santista e mais de 4 milhões de turistas. Incluído no Novo PAC, com orçamento de R\$ 5,8 bilhões, ele terá 860 metros de extensão e ficará a 21 metros de profundidade.
- Todos os dias, cerca de 78 mil pessoas cruzam o canal. Hoje, o trajeto dura cerca de uma hora e só pode ser feito por balsa. No deslocamento, a atividade do porto precisa ser interrompida. Com o túnel, a travessia poderá ser feita em menos de dois minutos.
- O túnel também contará com área para circulação gratuita de pedestres e ciclistas, por meio de três pistas em direção às duas cidades. O projeto permite que um VLT seja instalado futuramente.

14. Dois anos de ampliação dos investimentos em transportes

- O Governo Federal recuperou, pavimentou e duplicou cerca de 4,7 mil quilômetros de rodovias federais em 2023, com investimentos da ordem de R\$ 14,5 bilhões.
- Foram mais de 1,1 mil contratos em rodovias retomados e intensificados, melhorando a qualidade das estradas e, ao mesmo tempo, levando desenvolvimento, renda e emprego às cinco regiões do país.
- Entre eles, a retomada da duplicação da BR-101/SE; a pavimentação da BR-226/MA de Baú a Timon; a reconstrução da BR-174/AM; a implantação de viadutos como o de Scharlau, em São Leopoldo (RS) e o de Porto Real do Colégio (AL); a travessia na BR-364/RO em Itapuã do Oeste; dentre outras obras emblemáticas.
- Em 2024, o investimento no setor alcançou R\$ 13,5 bilhões até o mês de novembro, podendo chegar até 15,5 bilhões no fechamento do ano. O valor representa um aumento de quase 100% em relação aos R\$ 8 bilhões investidos em 2022.
- Dos R\$ 280 bilhões previstos no Novo PAC para o setor de transportes, mais de R\$ 185 bilhões são destinados a obras públicas, estudos, concessões e manutenção de toda a malha rodoviária do país.

15. Leilões projetam R\$ 111 bilhões em investimentos para modernizar rodovias

- Do início de 2023 até o dia 19 de dezembro de 2024, o Governo Federal realizou nove leilões para concessão de sistemas rodoviários em todo o país. O número é recorde, e tem o potencial de impulsionar mais de R\$ 111 bilhões em investimentos para a modernização da infraestrutura nacional de transportes.
- Os leilões resultaram em tarifas significativamente mais baixas para os usuários, com descontos que chegam a 70%, como no caso do lote 3 das rodovias do Paraná. Além de tornar o transporte mais acessível, o programa conecta regiões populosas, acelera o desenvolvimento regional, melhora o escoamento da produção, aumenta a segurança nas estradas e reduz custos logísticos. São cerca de 4.300 quilômetros de rodovias concedidas nesta gestão.
- A nova política de concessões aposta em projetos bem estruturados e juridicamente seguros, atraiendo investidores privados que viabilizam a expansão e manutenção de rodovias. Com essa abordagem, o Brasil alivia o caixa público, acelera obras e promove o desenvolvimento regional, gerando empregos e renda. As medidas incluem inovações como a aplicação de 1% da receita bruta das concessões em infraestrutura sustentável, com ações para preservação ambiental e uso de energias renováveis.

16. Governo formaliza concessão de rodovias no Paraná

- Pelos próximos 30 anos, mais de mil quilômetros do sistema rodoviário paranaense — distribuídos em 19 trechos que abrangem mais de 40 municípios — receberão intervenções como duplicações, implantação de terceiras faixas e obras estruturantes, além de tecnologias para maior segurança de rodovias federais e estaduais.
- Serão R\$ 30,4 bilhões investidos nas estradas. Eles terão impacto direto no fortalecimento da economia regional, devido à facilidade no escoamento da produção, à redução do tempo de deslocamento e à geração de emprego na região onde vivem mais de 6 milhões de pessoas.
- Os leilões marcaram o primeiro ano do Governo Federal. São as primeiras concessões do Novo PAC e os pioneiros na nova modelagem de concessões. Agora, elas prezam por garantir tarifas mais justas de pedágio associadas às melhorias e intervenções nos trechos concedidos. Para os motoristas, o desconto deve ser em média 50% menor que os valores praticados anteriormente no estado.

17. Leilão da BR-040 beneficiará 3,6 milhões de pessoas em Minas Gerais

- O Novo PAC também viabilizou o leilão de um trecho da BR-040, o que conecta Belo Horizonte (MG) a Juiz de Fora (MG). As obras vão beneficiar aproximadamente 3,6 milhões de pessoas em 15 municípios mineiros.
- Juiz de Fora, por exemplo, tem 541 mil habitantes e faz parte do eixo industrial próximo à via, sendo polo de fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis, produtos de metal, mobiliário e montagem de veículos.
- A estimativa é de que as obras gerem cerca de 72 mil empregos diretos e indiretos.
- Nos sete primeiros anos, a nova concessionária deverá implantar a ampliação da capacidade da BR-040, incluindo duplicação, faixas adicionais e marginais.
- Com quatro concorrentes, essa foi a disputa mais acirrada pela gestão de uma estrada federal desde 2018. Também foi a primeira rellicitação desde que a Lei de Rellicitações foi editada, em 2017.

18. Começa a Rodovia da Vida: BR-381/MG - Belo Horizonte - Governador Valadares é concedida

- A concessionária 4UM Investimentos ficará responsável por conduzir obras estruturantes e conservar a manutenção da BR-381/MG, elevando os padrões de segurança para quem trafega por esta estrada, de Belo Horizonte a Governador Valadares.
- O projeto inclui a duplicação de 106 quilômetros de rodovia, além da implantação de faixas adicionais, correções de traçado, áreas de escape, pontos de parada e descanso para caminhoneiros. As obras de recuperação e correção dos problemas que apresentam maior risco à vida dos usuários serão iniciadas no primeiro ano da concessão.
- Estão previstos R\$ 9,34 bilhões de investimentos na rodovia, somando captação e serviços operacionais.
- O Ministério dos Transportes remodelou o projeto e assumiu as obras de duplicação de 31,4 quilômetros, no trecho que vai da capital Belo Horizonte a Caeté, na região metropolitana da capital mineira.

19. BR-040/GO/MG: leilão mais concorrido do ano

- Após apresentar uma oferta de desconto de 14,32% sobre a tarifa de pedágio, o grupo francês VINCI Highways SAS venceu a disputa pela concessão da BR 040/GO/MG.
- Ao todo, quatro grupos disputaram a concessão da rodovia, além da vencedora VINCI: o consórcio Nova BR-040 (formado pela 4Um - Opportunity), CCR S.A e BTG Pactual Infraestrutura.
- A BR 040/GO/MG é essencial para o escoamento de grande parte da produção agrícola do Centro-Oeste, forte produtor de grãos. Ela conecta o interior do país a parte do Sudeste, principalmente os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.
- A concessionária irá aportar na rodovia R\$ 6,495 bilhões em Capex (REIDI) e 5,601 bilhões de Opex. Dentre as obras previstas estão 9,9 quilômetros de duplicações, implantação de faixas adicionais, passarelas e passagem de fauna. A estimativa é de que haja uma geração de 94.104 empregos diretos, indiretos e efeito-renda.

20. Rota do Zebu é estratégica para a economia brasileira

- O leilão da Rota do Zebu, trecho da BR-262/MG entre Uberaba e Betim, teve disputa em viva-voz, o que assegurou um desconto de 15,30% sobre a Tarifa Básica de Pedágio.
- A BR-262/MG é muito usada para o escoamento de commodities, parte essencial das exportações brasileiras. A região de Uberaba é forte em agropecuária e concentra um dos mais significativos polos tecnológicos de melhoramento genético do Brasil. Na região de Betim, a principal atividade econômica é a indústria.
- O investimento previsto será de R\$ 8,54 bilhões em obras de adequação de capacidade da rodovia (faixas adicionais, duplicações, vias marginais, passarelas) e em serviços operacionais.
- Mais de 4 milhões de pessoas devem ser diretamente beneficiadas pelo projeto. O empreendimento deve gerar cerca de 63.765 novos empregos (diretos, indiretos e efeito-renda).

21. Programa otimiza contratos de concessão rodoviária

- O Governo Federal lançou, em novembro de 2024, o Programa de Otimização de Contratos de Concessão Rodoviária. A iniciativa prevê investimentos de R\$ 110 bilhões em infraestrutura de transporte rodoviário entre 2024 e 2026, por meio da otimização de contratos de concessões "estressados", ou seja, aqueles cuja performances são insatisfatórias e que apresentam defasagens técnicas e financeiras.
- O programa já conta com a adesão de 14 contratos referentes a rodovias que atravessam 13 unidades da Federação: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.
- Dos R\$ 110 bilhões previstos para serem empregados, R\$ 26 bilhões devem ser investidos nos próximos três anos. O Governo Federal estima que a iniciativa deva resultar em 1.566 quilômetros de duplicações, sendo 436,9 quilômetros entre 2024 e 2026.
- Estão previstos 849,5 quilômetros de faixas adicionais, sendo 209,6 quilômetros entre 2024 e 2026 e 19 Pontos de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros. Os cálculos apontam que as obras podem gerar 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos.

22. Contorno Viário da Grande Florianópolis é entregue

- Considerado o maior empreendimento em infraestrutura terrestre da história recente do país e a maior obra rodoviária da América Latina, o Contorno Viário da Grande Florianópolis foi entregue em agosto de 2024.
- Após quase uma década de espera, o contorno beneficia cerca de 1,1 milhão de pessoas. O investimento é de R\$ 3,9 bilhões.
- Exemplo de engenharia e inovação, a rodovia é projetada para melhorar a mobilidade urbana e fomentar o desenvolvimento econômico e social da região. Com 50 km de pistas duplas, seis acessos por trevos, sete pontes e quatro túneis duplos, a via irá desviar o tráfego de longa distância da região metropolitana da capital, proporcionando uma alternativa eficiente e segura ao tráfego da BR-101.
- O Contorno terá velocidade operacional de 100 quilômetros por hora (km/h) e foi construído de forma a não ter aclives ou declives acentuados, sendo mais plano e tendo somente curvas suaves — evitando a necessidade de reduções de velocidade e garantindo a característica de corredor expresso.
- Atenderá cerca de 18 mil caminhoneiros por dia, reduzindo o percurso para 40 minutos e economizando 50% no tempo no horário de pico.
- Com a conclusão do Contorno Viário, cerca de 18 mil caminhões por dia irão usar a rodovia e deixarão de circular na BR-101 entre os trechos de Biguaçu e Palhoç

23. Sancionada lei que cria debêntures de infraestrutura

- Uma nova lei vai impulsionar o crescimento da economia nacional por meio de investimentos na infraestrutura. É a Lei das Debêntures, sancionada em janeiro de 2024, que estabelece regras para a emissão por empresas da iniciativa privada que exploram serviços públicos e prevê criação de incentivos tributários para as que financiam projetos de infraestrutura e emitem esses títulos.
- Debêntures são títulos ao portador emitidos por empresas com promessa de pagamento de juros após determinado período, negociáveis no mercado. Os recursos devem ser aplicados em projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- As debêntures devem ser emitidas até 31 de dezembro de 2030. As áreas nas quais os recursos podem ser aplicados foram definidas no Decreto 11.964/2024. O objetivo é alavancar investimentos em infraestrutura como ferrovias, rodovias, malha viária rural e modais de transporte.

24. A volta dos investimentos em ferrovias

- O Governo também retomou o investimento em ferrovias, com obras que integram o país, impulsionam a economia e diminuem o custo de logística.
- Um exemplo é a conclusão do trecho final da Ferrovia Norte-Sul, após mais de 30 anos do início da obra. O trecho tem 2.257 quilômetros e liga os municípios de Açailândia (MA) a Estrela d'Oeste (SP) atravessando e induzindo o desenvolvimento de 4 regiões brasileiras.
- O Novo PAC prevê ainda R\$ 94,2 bilhões de recursos para ferrovias, sendo R\$ 6 bilhões em recursos públicos e R\$ 88,2 bilhões em investimento privado.
- A entrega do viaduto Roza Cabinda, em Juiz de Fora (MG), é destaque na redução dos conflitos urbanos gerados entre ferrovias e municípios. Com a obra pronta, os veículos seguem por cima da linha férrea, em segurança e sem precisar esperar para cruzar a cidade. A obra teve investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões, com recursos do Ministério dos Transportes e orçamento do município.
- Em Conselheiro Lafaiete (MG), um novo viaduto e uma ponte mudaram a vida da população da cidade. Resultado do plano de investimentos da MRS para renovação da concessão da empresa, as intervenções rodoviárias realizadas devem beneficiar cerca de 131 mil pessoas. Um investimento de cerca de R\$ 46 milhões feito pela concessionária.
- Com um ótimo ambiente de investimentos e previsibilidade, as concessionárias também estão investindo mais. Em julho de 2024, a VLI comprou um novo lote de locomotivas para atuar na FCA. Um investimento de R\$ 300 milhões, que será revertido em eficiência e sustentabilidade da malha ferroviária. São máquinas capazes de reduzir as emissões em 20% em comparação com outros equipamentos.

25. Obras da ferrovia Transnordestina avançam

- Em abril de 2024, o Presidente Lula viajou para acompanhar de perto as obras da ferrovia Transnordestina. Com 1,2 mil quilômetros de extensão, ela passará por 53 municípios, ligando o interior do Piauí ao litoral do Ceará e passando por Pernambuco.
- Com capacidade para transportar 30 milhões de toneladas por ano, a via reduzirá os custos para deslocamento de grãos, fertilizantes, cimento, combustíveis e minério, entre outros.
- Atualmente, o avanço da obra na região cearense registra 3,8 mil empregos, entre diretos e indiretos. Em 2025, no pico da construção, o número pode saltar para 23.200 empregos. Dos 1.206 km previstos, o projeto já alcançou 71% de conclusão. A previsão é de que até o fim de 2026 ela seja finalizada.
- Para impulsionar as obras da Transnordestina, a Sudene autorizou o Banco do Nordeste a liberar R\$ 3,6 bilhões, por meio do crédito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). O aditivo referente a este financiamento foi assinado em novembro de 2024.
- Em maio de 2024, o Governo Federal lançou o edital de contratação da empresa que irá elaborar o projeto básico e executivo de engenharia para a implantação do trecho pernambucano da ferrovia que liga o município de Salgueiro ao Porto de Suape. O ramal de 548 quilômetros havia sido excluído do contrato de concessão na gestão anterior. A partir de agora, receberá cerca de R\$ 450 milhões em investimento, através de recursos do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)

26. Obras de infraestrutura garantem mais segurança hídrica para regiões historicamente afetadas pela escassez

- O Governo Federal deu passos importantes para garantir a segurança hídrica da população, especialmente nas regiões mais afetadas pela escassez.
- Em agosto de 2024, foi inaugurada a maior obra hídrica da Paraíba: o Lote 2 (trechos I e II) da Vertente Litorânea Paraibana (Canal Acauã – Araçagi), no município de Riachão do Poço (PB).
- O investimento na execução deste segundo lote do canal soma R\$ 644 milhões. Cerca de 90%, R\$ 580 milhões, são recursos federais. O restante é a contrapartida do estado.
- O canal é complementar à transposição do Rio São Francisco e integra o pacote de investimentos em segurança hídrica do Novo PAC, no Eixo Água para Todos.

- O Lote 1 já havia sido finalizado em 2023. Cerca de 24 municípios nas áreas urbanas e rurais serão atendidos, além de seis assentamentos do Incra e as bacias dos rios, Surrão, Ingá, Mogeiro, Curimataú, Gurinhém, São Salvador e Una.
- O projeto completo compreende 17 segmentos de canais abertos, totalizando 130,6 km. Vai garantir sustentabilidade hídrica para 39 municípios, irrigação para 16 mil hectares e benefício a mais de 680 mil moradores da região.
- A Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB) de Ipojuca e do trecho de adutora entre Belo Jardim e Caruaru já foi inaugurada. As estruturas são parte da 1ª Etapa da Adutora do Agreste, no município de Arcoverde (PE).
- Também foi assinada a Ordem de Serviço de R\$ 434 milhões para iniciar as obras do Ramal do Salgado, em Iguatu (CE). Ambas estão ligadas à transposição do Rio São Francisco.
- A Adutora do Agreste é o maior sistema integrado de adutoras de abastecimento humano do Brasil e um dos maiores do mundo. Quando todo o projeto estiver finalizado, serão 1.500 km de adutoras levando 4 mil litros de água por segundo, beneficiando 2 milhões de pessoas, em 68 municípios. Até o momento, mais de R\$ 1,2 bilhão foram investidos.
- Já o Ramal Salgado terá mais de 30 km e conectará regiões historicamente carentes de recursos hídricos, encurtando a distância para que as águas do Rio São Francisco cheguem até o Ceará. Com a conclusão, cerca de 5 milhões de pessoas serão positivamente impactadas.
- O primeiro trecho do Ramal do Apodi, na Paraíba, iniciou os testes em novembro de 2024. A água do Rio São Francisco saiu da Barragem de Caiçara e percorreu até o Rápido Arruído. Os testes irão verificar se as estruturas recém construídas estão funcionando adequadamente.
- O Ramal do Apodi inicia na estrutura de controle na barragem Caiçara. Com extensão de 115,5 km, se desenvolve pelos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, alcançando o reservatório da barragem Angicos, situada no município de José da Penha. No total, 54 cidades serão atendidas, aproximadamente 750 mil pessoas. O Ramal do Apodi está com 65% de execução das obras. O investimento previsto é de R\$ 1,7 bilhão do Governo Federal.
- Contando com financiamento de R\$ 1,23 bilhão do BNDES, a duplicação do Eixão das Águas já está em curso, com obras e projetos nos cinco lotes que compõem a obra.
- O Eixão é um conjunto de instalações - estação de bombeamento, canais, adutoras e túneis - de 255 km de extensão, que realiza a adução de água bruta do Açude Castanhão para abastecer a RM de Fortaleza e o Complexo Industrial de Pecém. Sua duplicação permitirá aproveitar o maior volume de água do açude, elevando a vazão dos atuais 11 m³/s para 22 m³/s.
- A duplicação do Eixão das Águas alcançará 27 municípios e beneficiará 4,1 milhões de pessoas.

27. Ampliação de refinaria em Pernambuco vai gerar 30 mil empregos

- Com R\$ 8,6 bilhões em investimentos, a ampliação da Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca (PE), tem potencial para gerar 30 mil empregos diretos e indiretos e contribuir com um aumento de 13 milhões de litros diários na produção nacional de Diesel S10.
- O projeto, previsto no Plano Estratégico 2024-28+ da Petrobras e integrado ao Novo PAC, encontra-se em fase de contratação, com início das obras programado para o segundo semestre de 2025 e conclusão prevista para 2028.
- Operando desde 2014, a Refinaria Abreu e Lima tem relevância estratégica para o país e é a mais moderna já construída pela Petrobras, contribuindo para atender a demanda nacional por derivados de petróleo.
- Nos próximos cinco anos, a Petrobras vai investir US\$ 17 bilhões em projetos de refino, transporte e comercialização, ampliando a capacidade de produção de diesel e aumentando gradualmente a oferta de produtos voltados para um mercado de baixo carbono.

28. Mais investimentos em linhas de transmissão de energia elétrica

- Em setembro de 2024, o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia e da Aneel, realizou o segundo leilão de transmissão de 2024. O certame viabilizou R\$ 3,35 bilhões em investimentos para a construção de 783 km de novas linhas de transmissão de energia elétrica e subestações, além de assegurar novos contratos para empreendimentos já existentes para garantir a continuidade dos serviços.
- A construção dos empreendimentos deve gerar cerca de 7 mil empregos diretos e indiretos. A expansão no sistema será de 783 km a partir de novas linhas de transmissão e ampliação da capacidade de transformação em 1.000 MVA, a partir de novas subestações.
- Os empreendimentos do leilão são nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Eles estão divididos em três lotes, que registraram deságios médios de aproximadamente 50% dos valores. O prazo para operação comercial dos empreendimentos varia de 42 a 60 meses, para concessões por 30 anos, contados a partir da celebração dos contratos.

29. Infraestrutura de internet será expandida para ganhar mais segurança e estabilidade

- O Governo Federal tem trabalhado para que a infraestrutura de internet brasileira não dependa apenas dos cabos de fibra óptica submarinos instalados no Oceano Atlântico. Atualmente, eles são responsáveis por 99% do tráfego de dados nacionais.
- Futuramente, a nossa rede também terá uma conexão com os cabos submarinos instalados do outro lado do continente, por meio do Oceano Pacífico. Isso dará mais segurança e estabilidade à internet brasileira.
- Um passo já foi dado: a parceria que estende nossa infraestrutura de internet por fibra óptica até a cidade colombiana de Leticia, na tríplice fronteira amazônica.
- Até 2025, será feita uma infovia de 1,1 mil km, conectando 13 municípios da Região Norte. Ela faz parte de oito infovias que estão em implantação para conectar localidades remotas com internet de fibra óptica com um investimento de R\$ 1,3 bilhão.
- Governo e BNDES autorizam R\$ 192 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para expansão de internet domiciliar em 81 municípios nos estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe.
- A iniciativa incluirá 401 mil domicílios na área de cobertura, com previsão de conectar 88 mil à rede de fibra óptica da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A, marca da Alloha Fibra, responsável pelo projeto. A conectividade de alta capacidade permitirá maior acesso a oportunidades de negócios, educação e serviços de saúde.
- Em outra iniciativa, R\$ 65 milhões foram destinados para expansão de internet de qualidade em 124 favelas e comunidades urbanas do país. Com recursos do Programa BNDES Fust, serão instaladas 181 torres de 4G e 5G em áreas rurais e urbanas, em 23 estados, nas cinco regiões do Brasil.



6.

Apoio à Produção e ao
Empreendedorismo

Sumário

1. Nova Indústria Brasil: R\$ 506,7 bilhões para desenvolver a indústria nacional.....	113
2. Plano Mais Produção: financiando a política industrial.....	114
3. As missões da nova política industrial.....	115
4. LCD amplia investimentos para a indústria brasileira	118
5. Investimento público atrai investimento privado: R\$ 1,83 trilhão do setor produtivo industrial.....	119
6. Programa Mover coloca o país na rota da sustentabilidade	120
7. Maior investimento da história da indústria automobilística brasileira	121
8. Política Nacional de Transição Energética (PNTE) prevê atração de R\$ 2 trilhões.....	122
9. Governo cria Política de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	122
10. Programa Acredita dá mais acesso ao crédito.....	123
11. Brasil bate recorde de entrada de turistas internacionais	127
12. Mais investimentos em obras de infraestrutura turística no país	128

1. Nova Indústria Brasil: R\$ 506,7 bilhões para desenvolver a indústria nacional

- Após amplo diálogo entre o governo e o setor produtivo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) formulou a Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial que vai impulsionar o desenvolvimento nacional, até 2033, com sustentabilidade e inovação.
- A NIB está organizada em seis missões, que buscam respostas para os desafios da sociedade e que irão nortear o desenvolvimento da política. As missões são: **1.** Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para segurança alimentar, nutricional e energética; **2.** Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; **3.** Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para integração produtiva e bem-estar nas cidades; **4.** Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; **5.** Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações; **6.** Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.
- A nova política busca promover a soberania nacional sobre cadeias produtivas estratégicas, melhorar diretamente o cotidiano das pessoas, estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, ampliar a competitividade da indústria brasileira, nortear o investimento, promover melhores empregos e impulsionar a presença qualificada do país no mercado internacional.
- São R\$ 506,7 bilhões para financiamentos destinados à nova política industrial até 2026, que prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do país.

NOVA INDÚSTRIA BRASIL

- **R\$ 506,7 bilhões para financiamento de ações da neoindustrialização até 2026**
- **Projetos de inovação tem linhas de crédito com taxas TR+2% ao ano**
- **Prioridade para produtos nacionais nas compras públicas**

2. Plano Mais Produção: financiando a política industrial

- O Plano Mais Produção (P+P), coordenado pelo BNDES, é o braço de financiamento da Nova Indústria Brasil. Com um conjunto de soluções para viabilizar o financiamento da política industrial, de forma contínua nos próximos anos, o Plano Mais Produção vai mobilizar, de forma coordenada, os R\$ 506,7 bilhões da NIB geridos por diferentes agentes financeiros e de fomento.
- O P+P disponibiliza recursos do BNDES (R\$ 259 bi), Banco do Brasil (R\$ 101 bi), Caixa (R\$ 63 bi), Finep (R\$ 51,6 bi), Banco do Nordeste (R\$ 16,7 bi), Banco da Amazônia (R\$ 14,4 bi) e Embrapii (R\$ 1 bi) para apoio à neoindustrialização até 2026.
- O Plano busca alcançar quatro grandes objetivos prioritários da Nova Indústria Brasil: ter uma indústria mais inovadora e digital, mais verde, mais exportadora e mais produtiva.
- Do total de recursos disponibilizados dos sete agentes financeiros e de fomento envolvidos no P+P, foram aprovados, até novembro de 2024, R\$ 198,11 bilhões em projetos dos quatro eixos prioritários.
- Somente do BNDES, foram R\$ 161,7 bilhões já aprovados. Os recursos do banco destinados ao P+P podem ser acompanhados por meio de uma plataforma pública que disponibiliza informações sobre os recursos aprovados por eixo, porte da empresa, forma de apoio e distribuição por estado e região.
- O banco atingiu, em novembro de 2024, a marca de R\$ 11,1 bilhões de reais em aprovações para projetos voltados especificamente à inovação industrial brasileira. A marca, que consolida o apoio direto e indireto (via agentes e bancos credenciados repassadores de recursos do BNDES) representa o melhor resultado de toda a série histórica iniciada em 1995. Além disso, o recorde para inovação supera em 385% o total aprovado em todo o ano de 2022 (R\$ 2,3 bilhões).

3. As missões da nova política industrial

Missão 1: Por uma indústria eficiente para a segurança alimentar

- A Missão 1 da Nova Indústria Brasil (NIB) busca fortalecer cadeias agroindustriais e a agricultura familiar para garantir segurança alimentar, nutricional e energética, agregando valor à produção agrícola. As metas incluem elevar o crescimento do PIB Renda Agroindústria para 3% ao ano até 2026 e 6% ao ano até 2033; aumentar a mecanização da agricultura familiar para 28% até 2026 e para 35% até 2033; e a tecnificação para 43% até 2026 e 66% até 2033.
- As cadeias prioritárias incluem agricultura de precisão, fertilizantes e máquinas agrícolas. Para alcançar esses objetivos, serão destinados R\$ 546,6 bilhões, sendo R\$ 250,2 bilhões de linhas de crédito público até 2026 e R\$ 296,3 bilhões do setor privado até 2029.

Missão 2: Complexo Econômico-Industrial da Saúde forte para reduzir dependência e fortalecer o SUS

- A Missão 2 da Nova Indústria Brasil (NIB) tem como objetivo aumentar a produção brasileira nesse setor e ampliar o acesso da população a remédios, exames e tratamentos, reduzindo a alta dependência do país a novas tecnologias e insumos estrangeiros, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS).
- As metas incluem aumentar a produção nacional de medicamentos, vacinas e dispositivos médicos de 45% para 50% até 2026 e 70% até 2033, com cadeias prioritárias definidas em medicamentos biológicos, vacinas e dispositivos médicos.
- Já foram iniciados desde 2023 e estão previstos até 2027 investimentos somando R\$ 57,4 bilhões para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), o maior volume de investimentos públicos e privados das últimas décadas, para a retomada da política de desenvolvimento para o setor.
- Os recursos estão assim divididos: PAC Saúde: R\$ 8,9 bi (previstos 2023-2027) com foco na ampliação e modernização de laboratórios públicos e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs); financiamento pelo BNDES (R\$ 5,5 bilhões) e Finep (R\$ 3,5 bilhões) para projetos de desenvolvimento de medicamentos e IFAs; e R\$ 39 bilhões anunciados pelas indústrias do setor de saúde.

Missão 3: Por uma indústria focada em melhorar o bem-estar nas cidades

- A Missão 3 da Nova Indústria Brasil (NIB) destina R\$ 113,7 bilhões até 2026 em linhas de crédito do Plano Mais Produção (P+P) para projetos industriais voltados à mobilidade sustentável, moradia, infraestrutura e saneamento básico. Além disso, há R\$ 492,4 bilhões de programas como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, que prevê a entrega de 2 milhões de moradias até 2026, com 500 mil equipadas com painéis solares.
- A cadeia de baterias elétricas é uma prioridade estratégica da missão, com metas de produzir nacionalmente baterias para 3% dos veículos eletrificados brasileiros até 2026 e 33% até 2033.
- Na esteira do anúncio de investimentos públicos, o setor privado anunciou nada menos que R\$ 1,05 trilhão nas áreas de moradia, infraestrutura e saneamento até 2029. A maior parte dos recursos será destinada a obras de mobilidade urbana, saneamento, habitação, aeroportos, ferrovias, rodovias e portos.

Missão 4: Por uma indústria mais inovadora e digital

- O Governo Federal, por meio da Missão 4 da Nova Indústria Brasil (NIB), está promovendo uma transformação digital na indústria nacional. Os investimentos chegam a R\$ 186,6 bilhões em recursos públicos e privados para setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial, Big Data, robôs industriais e telecomunicações. Esse montante, composto por R\$ 100,9 bilhões de recursos públicos e R\$ 85,7 bilhões do setor privado, visa fortalecer cadeias produtivas, modernizar empresas e inserir o Brasil nas cadeias globais de tecnologia de ponta.
- Até 2033, a meta é digitalizar 50% das empresas industriais brasileiras, triplicando a participação nacional em tecnologias emergentes. Até 2026, a meta é alcançar 25% das empresas.
- Um dos avanços se deu com a sanção da Lei do Brasil Semicon, que destina R\$ 7 bilhões anuais para estimular a produção de semicondutores e TICs no Brasil, além de promover a expansão de tecnologias nacionais.
- Outro marco foi o lançamento de linhas de crédito específicas para data centers, com R\$ 2 bilhões destinados a fomentar um setor crucial para a soberania de dados e a economia digital.
- No âmbito do programa Brasil Mais Produtivo, estão sendo destinados R\$ 560 milhões para a digitalização de micro, pequenas e médias empresas, com o objetivo de contribuir para a digitalização de 200 mil delas e levar 8 mil empreendimentos à fronteira tecnológica.

Missão 5: Por uma indústria mais verde

- A Missão 5 da Nova Indústria Brasil (NIB) tem como foco garantir recursos sustentáveis para as futuras gerações, promovendo uma transição energética alinhada à descarbonização e à bioeconomia.
- Para esses objetivos, o total de investimentos disponíveis chega a R\$ 468,38 bilhões, dos quais R\$ 88,3 bi são de recursos públicos de linhas de crédito para projetos que envolvam atividades como inovação, exportação, produtividade, sendo que R\$ 74,1 bilhões já foram contratados entre 2023 e 2024. Outros R\$ 14,2 bilhões estarão disponíveis para 2025 e 2026. O restante - R\$ 380,1 bilhões -, são recursos anunciados pelo setor privado para até 2029.
- As metas atualizadas da missão 5 envolvem, até 2026, aumentar em 27% a participação dos biocombustíveis e elétricos na matriz energética de transporte e ampliar em mais 10% o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria. Até 2033, estes percentuais deverão ser elevados para 50% e 30%, respectivamente.
- A missão busca integrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, incentivando práticas industriais que reduzam o impacto climático e ampliem o uso de tecnologias limpas, reafirmando o Brasil como protagonista na agenda global de sustentabilidade.
- Para alcançar esses objetivos, foram definidas seis cadeias prioritárias: diesel verde e combustível sustentável da aviação (SAF); hidrogênio de baixa emissão de carbono; biometano; aço e cimento verde; aerogeradores; e painéis solares.

Missão 6: Por uma indústria de defesa estratégica e soberana

- A Missão 6 da Nova Indústria Brasil (NIB) prioriza o fortalecimento das tecnologias de defesa e soberania nacional, com foco em financiar exportações estratégicas e articular recursos para o setor espacial.
- Essencial para a segurança e autonomia do país, a missão amplia a competitividade da indústria brasileira e impulsiona inovações em áreas como telecomunicações e monitoramento ambiental, reforçando o protagonismo global do Brasil.

4. LCD amplia investimentos para a indústria brasileira

- A criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho de 2024, é um instrumento voltado a impulsionar a nova indústria brasileira, além de fortalecer os investimentos em inovação, infraestrutura e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A LCD é uma modalidade de investimento de renda fixa com isenção tributária para pessoas físicas, semelhante às Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI). Exclusiva para bancos de desenvolvimento, como o BNDES, a iniciativa permite a emissão de até R\$ 10 bilhões por ano por instituição.
- Na primeira emissão, no início de dezembro de 2024, o BNDES captou R\$ 9,075 bilhões com custo abaixo do DI, demonstrando a confiança do mercado.
- Com benefícios tributários, como a isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas, o instrumento reduz a taxa de juros em cerca de 1 ponto percentual, tornando o crédito mais acessível. O instrumento é comumente adotado por bancos de desenvolvimento ao redor do mundo, com o objetivo de apoiar segmentos não atendidos pelo mercado de crédito privado.
- Com transparência garantida, os bancos emissores deverão publicar relatórios anuais identificando os projetos financiados e o impacto dos investimentos. A LCD, alinhada à estratégia da Nova Indústria Brasil, diversifica as fontes de financiamento dos bancos de desenvolvimento, desonera o orçamento público e amplia a oferta de crédito de longo prazo, impulsionando a competitividade econômica e a sustentabilidade do país.

5. Investimento público atrai investimento privado: R\$ 1,83 trilhão do setor produtivo industrial

- Os investimentos da Nova Indústria Brasil têm estimulado o anúncio de novos investimentos do setor privado, que vão contribuir para o fortalecimento da competitividade da indústria brasileira. Até o início de dezembro, haviam sido anunciados nada menos que R\$ 1,83 trilhão de investimentos nos próximos anos:
 - Construção - R\$ 1,06 trilhão
 - Agroindústria - R\$ 296,3 bilhões
 - Automotivo - R\$ 130 bilhões
 - Papel e Celulose - R\$ 105 bilhões
 - Tecnologia da Informação e Comunicação - R\$ 100,7 bilhões
 - Aço - R\$ 100 bilhões
 - Saúde - R\$ 39 bilhões

6. Programa Mover coloca o país na rota da sustentabilidade

- Menos imposto para quem polui menos e mais estímulo à produção de novas tecnologias sustentáveis nas áreas de mobilidade e logística. Estes são objetivos do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), cuja lei foi sancionada em junho de 2024.
- Parte da Nova Indústria Brasil, o programa prevê incentivos de R\$ 19,3 bilhões até 2028 para ampliar as exigências tecnológicas da frota automotiva e estimular a produção de novas tecnologias em mobilidade logística, por meio de:
 - Ampliação das exigências de descarbonização da frota;
 - Criação do "IPI Verde";
 - Concessão de benefício fiscal para investimento em P&D;
 - Estímulo à realocação de plantas industriais no país;
 - Criação de Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), a ser gerenciado pelo BNDES.
- Podem se habilitar no programa empresas que produzam ou tenham projeto de desenvolvimento no Brasil. Uma vez habilitadas, as empresas podem apresentar seus projetos e requisitar os créditos proporcionais aos investimentos.
- Foram habilitadas 154 empresas, sendo 107 fabricantes de autopeças, 16 projetos de relocalização de planta, 10 fabricantes de veículos leves, 9 projetos de desenvolvimento e produção tecnológica, 6 fabricantes de veículos pesados, 4 fabricantes de máquinas autopropulsoras, 2 de serviço de P&D e 2 fabricantes de implementos rodoviários,
- Os projetos de habilitação contemplam empresas localizadas em 10 estados: São Paulo (71), Rio Grande do Sul (30), Minas Gerais (15), Paraná (18), Minas Gerais (15), Santa Catarina (11), Rio de Janeiro (3), Pernambuco (2), Bahia (2), Amazonas (1) e Espírito Santo (1).

7. Maior investimento da história da indústria automobilística brasileira

Os investimentos anunciados pela indústria automotiva brasileira se aproximam dos R\$ 130 bilhões até 2033, um valor recorde.

MONTADORA	INVESTIMENTOS PREVISTOS
Stellantis	R\$ 46,2 bilhões (até 2030)*
Volkswagen	R\$ 16,0 bilhões (até 2028)
Toyota	R\$ 11,0 bilhões (até 2030)
GWM	R\$ 10,0 bilhões (até 2032)
General Motors	R\$ 7,0 bilhões (até 2028)
BYD	R\$ 5,5 bilhões (até 2032)
Hyundai Motors	R\$ 5,4 bilhões (até 2032)
Renault	R\$ 5,1 bilhões (até 2025)
CAOA	R\$ 4,5 bilhões (até 2028)**
HPE/Mitsubishi	R\$ 4,0 bilhões (até 2032)
Nissan	R\$ 2,8 bilhões (até 2025)
Volkswagen Caminhões	R\$ 2,0 bilhões (até 2028)
Volvo	R\$ 1,5 bilhão (até 2025)
Scania	R\$ 1,4 bilhão (até 2024)
Iveco	R\$ 1,0 bilhão (até 2025)
AGCO	R\$ 1,0 bilhão (até 2024)
BMW	R\$ 500 milhões (até 2024)
DAF	R\$ 400 milhões (até 2026)
Komatsu	R\$ 175 milhões (até 2025)
Honda	R\$ 4,2 bilhões (até 2030)

(*) Stellantis: R\$ 16,2 bilhões de 2018 a 2025 e R\$ 30 bilhões de 2025 a 2030

(**) Caoa: R\$ 1,5 bilhão de 2021 a 2025 e R\$ 3,0 bilhões de 2023 a 2028

- Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), 2024 deverá fechar com 2,65 milhões de veículos emplacados, crescimento de 15% em relação a 2023. As vendas de 2023 já haviam registrado crescimento de 9,7% em relação a 2022.

8. Política Nacional de Transição Energética (PNTE) prevê atracão de R\$ 2 trilhões

- O Governo Federal lançou a Política Nacional de Transição Energética (PNTE), com expectativa de atrair R\$ 2 trilhões em investimentos na economia verde nos próximos dez anos. A PNTE visa promover a transição energética sustentável e inclusiva, articulando políticas públicas como a Política Nacional de Mudança do Clima e o Plano de Transformação Ecológica.
- Destaque para energias renováveis como eólica, solar, biomassa, hidrogênio verde, captura e estocagem de carbono e biocombustíveis, que impulsionarão a geração de empregos e a reindustrialização sustentável do Brasil.

9. Governo cria Política de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- Por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União, o Governo Federal instituiu, em abril de 2024, a Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Política Nacional das MPEs.

Entre os objetivos estão:

- Promover o empreendedorismo como elemento mobilizador da economia e do desenvolvimento do país;
- Aumentar a produtividade e a competitividade;
- Ampliar as condições para expansão dos mercados interno e externo;
- Facilitar a adoção de mecanismos para gerar inovação;
- Promover iniciativas de sustentabilidade ambiental.
- A Política Nacional das MPEs conta com o ambiente de governança do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que tem como objetivo encaminhar ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte propostas que garantam o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte e deverá elaborar o plano de trabalho da Política Nacional das MPEs e publicá-lo anualmente.

10. Programa Acredita dá mais acesso ao crédito

- O programa Acredita, sancionado em outubro de 2024, é uma das principais iniciativas do governo para democratizar o acesso ao crédito em diversos segmentos, impulsionando o crescimento dos negócios, em especial Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Com linhas de crédito subsidiadas, taxas reduzidas e prazos flexíveis, o programa criou condições para expansão de negócios e inclusão econômica.

10.1 Acredita no Primeiro Passo:

- **Público-alvo:** famílias de baixa renda no CadÚnico, trabalhadores informais, mulheres e pequenos produtores rurais.
- **Meta:** realizar 1,25 milhão de operações de microcrédito até 2026, com valor médio de R\$ 6 mil por operação.
- **Impacto:** injeção de R\$ 7,5 bilhões na economia até 2026.

10.2 Acredita no Seu Negócio:

- **Público-alvo:** Microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas, com acesso ampliado a crédito e renegociação de dívidas
- **Principais iniciativas:**
 - a) **Desenrola Pequenos Negócios:** renegociação de dívidas para empreendedores que faturam até R\$ 4,8 milhões
 - Resultado alcançado:** Negociados R\$ 5,89 bilhões em 2024, beneficiando 93 mil micro e pequenas empresas.

Beneficiados por unidade da federação:

UF	CLIENTES	CONTRATOS	VOLUME
RO	702	947	R\$ 31.214.499
AC	304	356	R\$ 20.070.413
AM	1.366	2.054	R\$ 102.892.395
RR	288	394	R\$ 15.324.065
PA	2.452	4.229	R\$ 159.958.704
AP	479	635	R\$ 18.783.243
TO	730	982	R\$ 44.843.562
MA	2.351	3.164	R\$ 175.430.471
PI	1.604	1.943	R\$ 78.757.391
CE	3.103	4.151	R\$ 150.370.451
RN	1.423	1.752	R\$ 66.680.558
PB	1.401	1.723	R\$ 60.979.095
PE	2.946	4.360	R\$ 165.394.379
AL	998	1.356	R\$ 45.645.180
SE	756	941	R\$ 32.469.202
BA	5.956	8.249	R\$ 315.888.259
MG	7.893	11.007	R\$ 446.413.341
ES	1.340	1.853	R\$ 72.080.027
RJ	7.459	12.454	R\$ 566.783.266
SP	27.139	45.159	R\$ 1.826.046.663
PR	5.956	8.730	R\$ 394.206.539
SC	3.416	4.824	R\$ 250.471.408
RS	4.281	6.523	R\$ 266.845.741
MS	1.678	2.266	R\$ 113.270.795
MT	1.899	2.663	R\$ 116.553.085
GO	3.370	4.985	R\$ 222.702.545
DF	1.937	2.886	R\$ 135.782.814
NV	27	34	R\$ 882.039
Total	93.143	140.620	R\$ 5.896.740.131

b)ProCred 360: linha de crédito com juros 50% menores que os praticados pelo mercado voltada a MEIs e microempresas com faturamento até R\$ 360 mil

Resultado alcançado: R\$ 787 milhões contratados em 2024, beneficiando 27 mil microempreendedores individuais e microempresas.

UF	QUANTIDADE	VALOR	VALOR MÉDIO	% QUANTIDADE	% VALOR
AC	78	R\$ 2.180.482,70	R\$ 27.954,91	0,29%	0,29%
AL	377	R\$ 11.385.108,60	R\$ 30.199,23	1,38%	1,45%
AM	242	R\$ 5.792.046,05	R\$ 23.934,07	0,89%	0,74%
AP	67	R\$ 2.986.007,05	R\$ 44.567,27	0,25%	0,38%
BA	2.138	R\$ 58.812.644,73	R\$ 27.508,25	7,83%	7,47%
CE	946	R\$ 27.689.741,49	R\$ 29.270,34	3,47%	3,52%
DF	342	R\$ 10.657.201,49	R\$ 31.161,41	1,25%	1,35%
ES	446	R\$ 12.467.035,59	R\$ 27.762,18	1,63%	1,58%
GO	1.120	R\$ 31.093.647,09	R\$ 27.762,18	4,10%	3,95%
MA	543	R\$ 17.707.440,96	R\$ 32.610,39	1,99%	2,25%
MG	3.410	R\$ 94.403.483,33	R\$ 27.762,18	12,50%	11,99%
MS	451	R\$ 13.010.971,60	R\$ 28.765,44	1,65%	1,65%
MT	401	R\$ 11.534.941,60	R\$ 28.765,44	1,47%	1,47%
PA	539	R\$ 15.788.336,34	R\$ 29.291,90	1,98%	2,01%
PB	598	R\$ 16.787.676,11	R\$ 28.073,04	2,19%	2,13%
PE	810	R\$ 24.169.098,89	R\$ 29.838,39	2,97%	3,07%
PI	373	R\$ 10.693.652,22	R\$ 28.669,31	1,37%	1,36%
PR	2.083	R\$ 58.103.612,18	R\$ 27.894,20	7,63%	7,38%
RJ	1.576	R\$ 45.213.227,54	R\$ 28.688,60	5,78%	5,74%
RN	351	R\$ 10.266.311,04	R\$ 29.248,75	1,29%	1,30 %
RO	211	R\$ 6.273.118,21	R\$ 29.730,42	0,77%	0,80%
RR	61	R\$ 1.977.861,74	R\$ 32.349,96	0,22%	0,25%
RS	1.570	R\$ 44.225.128,31	R\$ 28.168,87	5,75%	4,59%
SC	1.230	R\$ 36.108.953,47	R\$ 29.757,89	4,51%	4,59%
SE	396	R\$ 12.810.463,35	R\$ 32.349,65	1,45%	1,63%
SP	6.615	R\$ 196.848.453,70	R\$ 29.757,89	24,24%	25,00%
TO	314	R\$ 8.316.738,49	R\$ 26.486,43	1,15%	1,06%
Total	27.288	R\$ 787.303.383,82	R\$ 28.851,63	100%	100%

c) Aperfeiçoamento do Pronampe modernizado: Linha de crédito criada em 2020 para empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões que, agora, possibilita a renegociação de dívidas.

Resultado alcançado: Desde 2023, já foram contratados R\$ 64,8 bilhões em 949 mil operações, beneficiando 892 mil empresas.

Somente com essas três iniciativas, mais de 1 milhão de MEIs, micro e pequenos empresários foram beneficiados até o momento

10.3. Acredita no Crédito Imobiliário

Público-alvo: Famílias de classe média que não se enquadram em programas habitacionais populares e consideram elevado o custo de financiamento a taxas de mercado.

Como: Será criado um mercado secundário de crédito imobiliário mais robusto para potencializar esse setor, expandindo o papel da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA). Assim, os bancos poderão aumentar as concessões de crédito imobiliário em taxas mais acessíveis.

10.4. EcolInvest

Público-alvo: investidores estrangeiros, empresas de projetos sustentáveis, mercado financeiro e entidades governamentais envolvidas em sustentabilidade.

Como: Visa incentivar investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis no país e oferecer soluções de proteção cambial. Serão fornecidas linhas de crédito a custo competitivo para financiar parcialmente projetos de investimentos alinhados à transformação ecológica que se utilizem de recursos estrangeiros.

Resultados: Em outubro de 2024, o Tesouro Nacional realizou o primeiro leilão do programa, disponibilizando aproximadamente R\$ 6,8 bilhões em linhas de crédito subsidiadas. Essa operação mobilizou cerca de R\$ 44,3 bilhões em recursos privados, resultando em uma alavancagem média de 6,5 vezes o capital público investido.

10.5. Acredita na Exportação

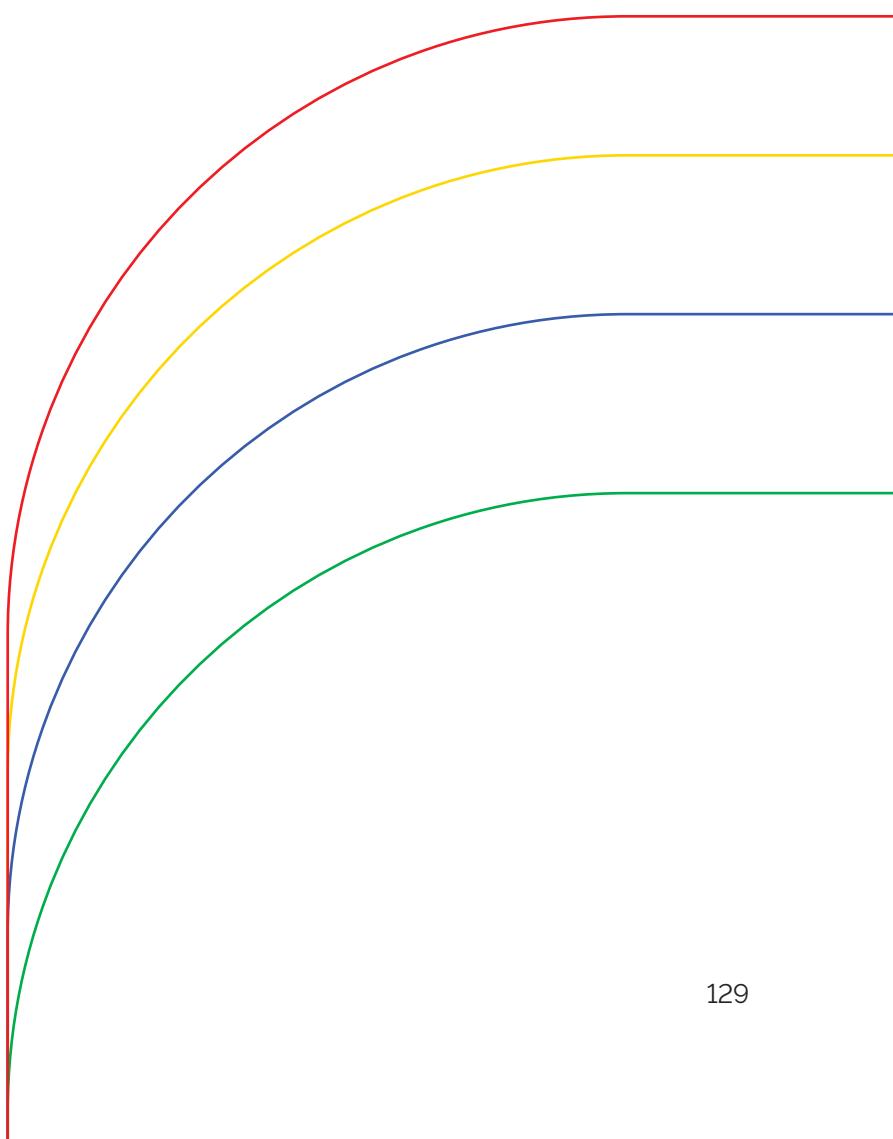
Submetido ao Congresso Nacional por meio de projeto de lei específico, esta nova política tem como público-alvo as micro e pequenas empresas exportadoras. O programa vai elevar de 0,1% para 3% o percentual de resarcimento do resíduo tributário que incide sobre os produtos que as MPEs vendem ao mercado externo. A iniciativa melhora o fluxo de caixa da empresa, dando melhores condições de competição com empresas internacionais.

11. Brasil bate recorde de entrada de turistas internacionais

- O Brasil bateu o recorde de turistas internacionais visitando o país em 2024. Ao todo, foram mais de 6,621 milhões de viajantes que escolheram destinos brasileiros para as viagens de lazer ou de negócios. Com esse avanço, o Brasil se aproxima das metas do Plano Nacional de Turismo (PNT) que prevê atingir 8,1 milhões de turistas internacionais nos próximos três anos.
- O número de visitantes alcançado em 2024, supera o total de chegadas internacionais registradas em 2018, ano que até então marcava o melhor valor na série histórica, iniciada em 1970.
- O resultado supera anos importantes na recepção de turistas, como em 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo FIFA e em 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Juntos, os dois anos somam 12,9 milhões de desembarques no país.
- Entre janeiro e setembro de 2024, o Brasil recebeu cerca de 4,9 milhões de visitantes estrangeiros, que injetaram R\$ 30,8 bilhões na economia, o maior resultado para o período em 10 anos e um crescimento de 25% em relação ao ano anterior.
- A crescente demanda internacional por destinos brasileiros reflete as ações do governo para promover o país, como o Programa de Aceleração do Turismo Internacional (Pati), que incentiva novas rotas e voos internacionais e já viabilizou mais de 70 mil novos assentos para voos ao Brasil.
- No mercado doméstico, o país se tornou o quarto maior do mundo em voos internos, com recordes de passageiros e crescimento acima da média global.

12. Mais investimentos em obras de infraestrutura turística no país

- O Governo Federal continua investindo em infraestrutura turística para fortalecer destinos brasileiros e atrair mais visitantes. Entre 2023 e meados de dezembro de 2024, foram concluídas 1.002 obras em todo o país, sendo 571 em 2023 e outras 431 em 2024 até meados de dezembro.
- São melhorias que envolvem a reforma de orlas, a construção de centros de eventos e praças públicas e a implantação de sinalização turística, entre outras.
- Em 2023, foram repassados R\$ 511 milhões para obras a iniciar, em andamento ou concluídas, dos quais R\$ 63 milhões permitiram a conclusão das obras distribuídas por 504 municípios. Também foram iniciadas 279 novas obras com recursos do Ministério do Turismo.
- Já em 2024, os investimentos empenhados totalizaram R\$ 680,66 milhões para 542 propostas, reforçando o compromisso com a ampliação e a modernização da infraestrutura turística.
- Os estados da Região Nordeste foram os maiores beneficiados, com R\$ 338,7 milhões, o equivalente a 49,77% dos investimentos empenhados. O Sudeste vem em seguida, com 20,58% dos recursos, seguido pela Região Norte (13,3%), Sul (12,06%) e Centro-Oeste (4,29%).
- Esses investimentos, realizados ao longo de dois anos, reafirmam o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento do turismo como motor de geração de empregos, renda e inclusão social.







7.

Economia no Rumo Certo

Sumário

1. Novo marco fiscal substitui teto de gastos.....	133
2. Medidas de fortalecimento da regra fiscal são aprovadas.....	134
3. PIB cresce além das expectativas.....	135
4. Aprovação histórica da Reforma Tributária.....	136
5. Reforma reduz tributação sobre a cesta básica.....	137
6. Novo pacto federativo e mais recursos a estados e municípios.....	138
7. Taxação de super-ricos.....	139
8. Recorde histórico de exportações	140
9. Abertura de 302 mercados para produtos agropecuários	142
10. Novo teto de juros do cartão de crédito	143
11. LDO 2025: foco no equilíbrio fiscal e fortalecimento de políticas públicas	143
12. FGTS Digital simplifica a vida dos empregadores	144
13. Mais transparência e controle nas emendas parlamentares	144

1. Novo marco fiscal substitui teto de gastos

- Uma das conquistas mais importantes para o crescimento sustentável do país nos próximos anos, o novo marco fiscal, aprovado em 2023, garante a retomada de investimentos com responsabilidade fiscal e social, além de ser essencial para a estabilidade macroeconômica, redução da inflação e estímulo ao investimento privado e internacional.
- Ao substituir o teto de gastos, o novo marco fiscal garante, por exemplo, recursos para programas sociais como o novo Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida, além dos investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação.
- O novo marco fiscal deixa claro para investidores, sociedade em geral e agentes internacionais como o governo vai equilibrar e manter sob controle as contas públicas, e ainda realizar investimentos nos próximos anos.

2. Medidas de fortalecimento da regra fiscal são aprovadas

- Com foco no equilíbrio fiscal e no fortalecimento social, o Governo Federal anunciou, em novembro de 2024, uma série de medidas que alinham despesas e receitas, ampliam a justiça tributária e promovem transparência nos programas públicos para economizar R\$ 70 bilhões em dois anos. As medidas foram aprovadas pelo Congresso Nacional, trazendo algumas alterações.
- As medidas reforçam o novo marco fiscal, garantem a sustentabilidade das contas públicas e estimulam o crescimento econômico. A proposta pretende alinhar o ritmo das despesas obrigatórias aos limites estabelecidos pelo arcabouço fiscal para preservar o equilíbrio e garantir o avanço sustentável das políticas públicas.

A seguir, as principais medidas:

- **Salário Mínimo:** O governo continuará aumentando o salário mínimo acima da inflação, mas de forma controlada, dentro do limite definido pelo arcabouço fiscal, para garantir que o país possa sustentar esses reajustes ao longo do tempo. A ideia é equilibrar o ganho do trabalhador com a saúde financeira do país.
- **Benefício de Prestação Continuada (BPC):** O governo quer garantir que o BPC, voltado a idosos e pessoas com deficiência em situação vulnerável, chegue a quem realmente precisa. Serão implementados novos critérios, como biometria e análise de renda familiar, para evitar fraudes.
- **Abono Salarial:** O benefício, atualmente pago a quem ganha até dois salários mínimos, será gradualmente limitado a quem recebe até 1,5 salário mínimo, para concentrar os recursos nos trabalhadores mais vulneráveis.
- **Bolsa Família:** Para evitar fraudes, será exigida a atualização dos cadastros a cada dois anos, com cruzamento de dados. O objetivo é direcionar o benefício às famílias que realmente precisam.
- **Fundeb:** O governo propôs que até 20% da complementação da União ao Fundeb poderia ser empregada em ações para criação e manutenção de matrículas em tempo integral na educação básica pública. No Congresso, os deputados mudaram o percentual para 10% e limitaram o alcance da medida ao ano de 2025. Nos anos seguintes, o percentual chegará a 4% para escolas em tempo integral.
- **Emendas Parlamentares:** O crescimento das emendas será limitado, e mais recursos serão direcionados para áreas prioritárias, como a saúde, fortalecendo a gestão fiscal.
- **Ajustes no Setor Militar:** Reformas incluem a fixação de idade mínima para aposentadoria de militares (55 anos) e o fim da chamada "morte ficta" (instrumento que permite que militares condenados por crime ou expulsos do serviço sejam tratados, para fins de pensão, como se tivessem falecido). O pacote de medidas ainda fixa em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde, até janeiro de 2026, e extingue a transferência de pensão.

- **Super Salários:** O governo pretende avançar com uma reforma administrativa que limite salários altos no setor público e corrija desigualdades salariais.
- **Limite a benefícios tributários:** Não será possível criar novos benefícios tributários se o país estiver em déficit primário. Além disso, a partir de 2027, se as despesas discricionárias caírem em relação ao ano anterior, o aumento real dos salários no setor público será limitado a 0,6%. Essas medidas buscam preservar a sustentabilidade das contas públicas.

3. PIB cresce além das expectativas

- O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil vem apresentando uma trajetória de crescimento robusta nos últimos dois anos, superando as expectativas iniciais
- Em 2023, o PIB registrou um avanço de 3,2%, impulsionado principalmente pelo setor agropecuário, que cresceu 16,3%, e por contribuições significativas dos setores de serviços (2,8%) e indústria (1,7%). Esse resultado levou o Brasil de volta ao grupo das 10 maiores economias do mundo, alcançando a 9^a posição, com um total de R\$ 10,9 trilhões.
- O cenário para 2024 segue superando as expectativas. A Secretaria de Política Econômica revisou para cima a estimativa de crescimento do PIB no ano, de 2,9% para 3,5%. Essa revisão reflete os resultados positivos já observados nos primeiros trimestres do ano. O terceiro trimestre registrou crescimento de 0,9% em relação ao anterior – mesmo percentual de crescimento da China. Com relação ao mesmo trimestre de 2024, o aumento foi de 4% (15^a alta seguida).
- **Destaques 2024** - O setor de Serviços cresceu consistentemente ao longo do ano, com alta de 0,9% no terceiro trimestre. A indústria também é destaque, com crescimento de 3,6% em relação ao terceiro trimestre de 2023.
- A fabricação de veículos automotores, produtos químicos e insumos de construção foram os principais motores. O setor agropecuário, após desempenho excepcional em 2023, registrou retrações pontuais, afetado por questões climáticas.
- **Consumo e investimentos em alta** - Pelo lado da demanda, o consumo das famílias teve crescimento expressivo, acumulando alta de 5,5% no terceiro trimestre de 2024 em relação ao ano anterior. Já os investimentos cresceram 10,8% no mesmo período, evidenciando a retomada de setores estratégicos como construção civil e tecnologia.
- A projeção de 2,5% para o PIB de 2025 reforça a confiança na sustentabilidade do avanço econômico brasileiro.

4. Aprovação histórica da Reforma Tributária

- O dia 20 de dezembro de 2023 tornou-se uma data histórica para o país com a promulgação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional, em cerimônia que contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Após 40 anos de debates em sucessivos governos, a reforma finalmente se concretizou, modernizando um sistema tributário que remonta à década de 1960.
- A reforma moderniza o sistema tributário do país e é, basicamente, a simplificação e unificação de impostos federais, estaduais e municipais. PIS, Cofins, ICMS e ISS vão se tornar o Imposto de Valor Agregado (IVA), que será dividido em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).
- Com a reforma, o sistema tributário será mais justo, assegurando que os mais ricos contribuam com uma parcela maior de impostos em comparação aos mais pobres. A PEC estabelece um período de sete anos de transição para a unificação de impostos, de 2026 até 2032. A partir de 2033, os impostos atuais serão extintos e passará a valer a unificação.
- A regulamentação da reforma já foi aprovada no Congresso.

5. Reforma reduz tributação sobre a cesta básica

- A regulamentação da reforma tributária, aprovada pelo Congresso, manteve as diretrizes do governo para a redução da tributação dos alimentos. A composição da Cesta Básica Nacional de Alimentos proposta no PLP priorizou alimentos consumidos majoritariamente pelos mais pobres, possibilitando mais justiça social, e alimentos saudáveis, com o propósito de incentivar boas práticas de alimentação.
- Os produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos, que hoje possuem carga total próxima a 10%, terão alíquota reduzida a zero. Estão incluídos na isenção: arroz, feijão, leite, manteiga, carnes, peixes, ovos, coco, frutas, açúcar, macarrão, sal, farinha de mandioca e de milho. Além desses, entram fórmulas infantis, óleo de babaçu, pão francês, grãos de milho e aveia, farinhas de aveia e trigo, queijos, farinha e massas com baixo teor de proteína e fórmulas especiais para doenças metabólicas.
- Para outros alimentos de consumo mais frequente das pessoas, haverá redução de 60% das alíquotas, o que inclui: leite fermentado, bebidas e compostos lácteos; pão de forma; farinhas de outros cereais, amido de milho; óleos de soja, palma, girassol, cártamo, algodão, canola e coco; massas alimentícias recheadas; sucos naturais e polpas de frutas, entre outros.
- A proposta também reduz em 60% a CBS e o IBS incidentes sobre a venda de produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura.
- Novidade no sistema tributário nacional, o cashback - devolução de tributos - a pessoas de baixa renda beneficiará o responsável por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda familiar mensal por pessoa declarada de até meio salário mínimo.

6. Novo pacto federativo e mais recursos a estados e municípios

- O Governo Federal trabalha pelo fortalecimento do pacto federativo e pela recuperação da capacidade de investimento dos estados e municípios. A parceria entre o Governo Federal e o Congresso Nacional resultou na aprovação da subvenção do ICMS, da taxação dos fundos exclusivos e da desoneração da folha dos municípios com até 156.122 habitantes, gerando receitas na ordem de R\$ 100 bilhões.
- Além disso, foram aprovadas a tão aguardada reforma tributária, o retorno do voto de qualidade no CARF e a securitização da dívida de aproximadamente R\$ 3 trilhões acumulada pelos entes federados, sancionada no segundo plenário do Conselho da Federação.
- Para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foram repassados, de janeiro a outubro de 2024, R\$ 57 bilhões a mais do que no mesmo período de 2022, representando um aumento de 20% em relação ao último ano do governo anterior. Esse valor é mais que o dobro das emendas pagas no mesmo período desse ano (R\$ 24 bilhões).
- A desoneração da folha reduziu as despesas com pessoal, principal gasto dos municípios, diminuindo a alíquota previdenciária das prefeituras de 20% para 8%. Até o final de outubro, as prefeituras haviam economizado R\$ 8,75 bilhões, com destaque para pequenos e médios municípios. Em cidades com até 10 mil habitantes (2.495 dos 5.570 municípios brasileiros), a despesa corrente manteve-se alinhada à inflação, enquanto a arrecadação cresceu aproximadamente três vezes mais.
- Com os aportes do PAC, do Minha Casa, Minha Vida e de outros programas do Governo Federal, o aumento dos investimentos realizados pelas administrações locais chegou a 30,40%, conforme dados do SICONFI, 2024.

7. Taxação de super-ricos

- O governo brasileiro deu mais um passo em direção à justiça tributária com a sanção da Lei nº 14.754. A nova lei estabelece uma tributação mais justa sobre os investimentos de alta renda, atingindo principalmente os chamados "super-ricos".
- Com a medida, os lucros e rendimentos obtidos em fundos de investimento fechados e em contas no exterior (offshores) passaram a ser taxados à alíquota de 15%.
- Para as offshores, o pagamento vai ser feito na declaração de IR da pessoa física, uma vez por ano. No caso dos fundos de investimento fechados, será aplicada a mesma regra existente para os fundos de investimento em geral no Brasil, o chamado "come cotas". A cada 6 meses, haverá o pagamento do IR.
- As offshores são entidades localizadas em países estrangeiros para realizar investimentos financeiros, geralmente em paraísos fiscais. Já os fundos fechados são modalidades de investimentos no Brasil criadas especificamente para pessoas de altíssima renda.
- A nova lei busca promover a isonomia tributária, fazendo com que todos contribuam para o financiamento dos serviços públicos de forma mais justa.

8. Recorde histórico de exportações

- O comércio exterior brasileiro teve resultados expressivos em 2023 e 2024, consolidando sua relevância no cenário global. Em 2023, as exportações atingiram US\$ 339,7 bilhões, um recorde histórico, enquanto 2024 encerrou com vendas ao exterior em US\$ 337 bilhões, segundo maior valor já registrado.
- O superávit comercial de 2023 foi de US\$ 98,9 bilhões, também o maior da história, impulsionado pelos setores agropecuário e industrial. Já as importações somaram US\$ 240 bilhões, com uma retração de 11,7%, contribuindo para o saldo expressivo.
- Em 2024, o saldo comercial acumulado foi de US\$ 74,6 bilhões, mantendo o bom desempenho de 2023. A corrente de comércio registrou aumento de 3,3% em relação a 2023. O principal destaque no ano foi o recorde de US\$ 181,9 bilhões nas exportações da indústria de transformação, o maior valor desde o início da série histórica (1997), o que revela a forte atuação do governo brasileiro em políticas públicas que impulsionam a produção nacional.

China é principal parceiro comercial do Brasil

- Em 2024, ano que celebra os 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, a parceria comercial entre os dois países alcançou novos patamares. A China permanece como o principal destino das exportações brasileiras, que somaram US\$ 94,4 bilhões, de janeiro a dezembro, com destaque para soja (33%), óleos brutos de petróleo (21%) e minério de ferro (21%). No mesmo período, as importações da China totalizaram US\$ 63,5 bilhões, gerando um saldo comercial positivo de US\$ 30,8 bilhões e uma corrente de comércio de US\$ 157,9 bilhões.
- Um marco importante em 2024 foi a habilitação de 38 novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação ao mercado chinês, ampliando de 106 para 144 o número de empresas autorizadas, impulsionando as exportações, especialmente do setor agropecuário.
- Um marco importante em 2024 foi a habilitação de 38 novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação ao mercado chinês, ampliando de 106 para 144 o número de empresas autorizadas, impulsionando as exportações, especialmente do setor agropecuário.
- Além disso, as visitas do presidente Lula a Pequim, em 2023, e do presidente chinês Xi Jinping ao Brasil, no final de 2024, resultaram em novos investimentos e acordos de cooperação em áreas diversas, reforçando os laços econômicos e a integração entre os países.

Exporta Mais Brasil

- Em um ano desde que o programa Exporta Mais Brasil foi implementado pela Apex-Brasil, completados em agosto de 2024, foram realizadas 5.145 rodadas de negócios entre compradores internacionais e empresas brasileiras, gerando uma expectativa de R\$ 469 milhões em negócios. Ao todo, 738 empresas já foram beneficiadas pelo maior programa de incentivo às exportações brasileiras já executado.
- O programa promove uma aproximação ativa entre exportadores brasileiros de todas as regiões do país e diferentes setores da economia com compradores internacionais, que vêm ao país em busca de produtos e serviços de qualidade.
- Em um ano, compradores de 246 empresas internacionais de 63 países vieram ao Brasil para fazer negócios e conhecer de perto produtos brasileiros de setores como alimentos e bebidas, cosméticos, frutas e derivados, moda, artesanato, materiais de construção, produtos lácteos, couro e peles, manejo florestal sustentável, aquicultura e pesca, revestimento cerâmico, entre outros.

9. Abertura de 302 mercados para produtos agropecuários

- Nos dois últimos anos, o governo brasileiro já abriu 302 novos mercados para produtos da agropecuária brasileira em 62 países. Na gestão anterior, em quatro anos, foram abertos 50 mercados em 24 destinos.
- Somente em 2024, foram 224 aberturas de mercado. Entre as últimas novidades anunciadas no final do ano estão a autorização, pelo governo do Chile, para que o Brasil exporte abacate da variedade hass para aquele país; a autorização dos governos para exportação de bananas e nozes do Brasil para os países da União Econômica Euroasiática (UEE) - composta por Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia; erva-mate e frutos secos de macadâmia à Arábia Saudita; e farinhas e óleo de pescado, produtos de alto valor proteico e energético, com diversos usos industriais para a Tailândia.
- Além disso, de janeiro de 2023 até novembro deste ano, foi reaberta a exportação de carne bovina brasileira para o México, Bósnia e Herzegovina, além da inclusão de novos produtos para Singapura, República Dominicana, Japão, Peru, El Salvador, China, Chile, Israel; a ampliação de novos frigoríficos habilitados para China e formalização de pré-listing para Chile, Reino Unido, Singapura, Cuba, Filipinas e Egito.
- Maior exportador de carne bovina do mundo, com quase 160 destinos, o Brasil tem como principais importadores China; Estados Unidos; Emirados Árabes Unidos; Hong Kong e Chile.
- O Brasil também é o maior exportador e terceiro maior produtor de carne de frango. Atualmente, o frango brasileiro acessa 153 mercados e houve a ampliação de mercados no Reino Unido, nas Filipinas, no Chile, em Singapura, em Cuba, habilitações de novas plantas para a China e novas habilitações na África do Sul.
- O reconhecimento internacional dos padrões de qualidade e segurança sanitária reforça a credibilidade do Brasil como fornecedor confiável, impulsionando o setor agropecuário, que já é um dos pilares da economia. Esse crescimento gera mais empregos em toda a cadeia produtiva e fortalece economias regionais onde o agronegócio desempenha papel estratégico.

10. Novo teto de juros do cartão de crédito

- Entrou em vigor, em janeiro de 2024, o novo teto de juros do cartão de crédito, estabelecendo que o valor a ser pago em caso de atraso no pagamento da fatura não pode superar 100% do valor original da dívida.
- Desta forma, para quem deve R\$ 1 mil no cartão, os juros só poderão chegar a mais R\$ 1 mil, com a dívida atingindo no máximo R\$ 2 mil.
- Pela regra anterior, se uma pessoa contraísse a mesma dívida de R\$ 1 mil e não pagasse, estaria sujeita a uma média de até 500% de juros ao ano. Instituído pela lei do Programa de Renegociação de Dívidas - Desenrola Brasil, o teto foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional

11. LDO 2025: foco no equilíbrio fiscal e fortalecimento de políticas públicas

- O Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, reafirmando o compromisso do Governo Federal com a saúde da política fiscal e o fortalecimento das políticas públicas.
- O texto apresentou algumas mudanças em relação à proposta enviada pelo governo ao Congresso em abril de 2024.
- A meta fiscal de déficit primário zero foi mantida, mas com uma margem de tolerância de até R\$ 30,97 bilhões (0,25% do PIB).
- A expectativa para 2025 inclui um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5%, inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 3,1%, e taxa básica de juros (Selic) projetada em 8,05%. Nos anos seguintes, a meta é de superávits fiscais crescentes: 0,25% do PIB em 2026, 0,50% em 2027, e 1% em 2028, com margem de variação de 0,25 pontos percentuais para mais ou menos.
- Despesas essenciais estão protegidas contra cortes orçamentários. O texto aprovado assegurou que gastos como apoio às populações indígenas, segurança alimentar, defesa agropecuária, e o funcionamento da Zona Franca de Manaus não sejam sujeitos a contingenciamento, mecanismo usado para ajustar despesas ao cumprimento das metas fiscais.

12. FGTS Digital simplifica a vida dos empregadores

- O FGTS Digital entrou em vigor em março de 2023, com objetivo de facilitar a experiência dos empregadores, simplificando e modernizando os processos relacionados ao Fundo de Garantia.
- A iniciativa aprimora a arrecadação, a prestação de informações, a fiscalização, a apuração, o lançamento e a cobrança dos valores devidos, resultando em ganho de tempo e redução de custos operacionais.
- Com essa plataforma, cerca de 4,5 milhões de empregadores poderão gerir, de forma mais eficiente, os vínculos de mais de 50 milhões de trabalhadores e emitir cerca de 7 milhões de guias de recolhimento mensalmente, otimizando a administração dessa importante obrigação trabalhista.

13. Mais transparência e controle nas emendas parlamentares

- A Lei Complementar nº 210, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece novas regras para a proposição e execução de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, priorizando transparência, eficiência e alinhamento às políticas públicas estruturantes, como saúde, educação, habitação e saneamento.
- A lei unifica normas antes dispersas e cria mecanismos de rastreabilidade para monitorar a aplicação dos recursos, garantindo que atendam ao interesse coletivo e cumpram rigor fiscal.
- Entre os principais pontos, destacam-se as regras específicas para diferentes tipos de emendas:
 - **De comissão**, direcionadas a ações de interesse nacional ou regional;
 - **Individuais**, com preferência para obras inacabadas e situações de calamidade, exigindo detalhamento do uso dos recursos no sistema Transferegov.br.
- A nova lei também resolve impasses sobre as emendas impositivas, atendendo às exigências do STF ao garantir rastreabilidade, fiscalização contínua e publicidade total dos recursos.
- Com foco em setores essenciais, a regulamentação busca assegurar o uso responsável e eficiente do orçamento público para o desenvolvimento socioeconômico do país.



8.

Garantia de Direitos,
Proteção à Vida e
Segurança Pública

Sumário

1. Igualdade salarial entre mulheres e homens	150
2. Novas leis para assegurar direitos a mulheres vítimas de violência	151
3. Prevenção ao feminicídio	152
4. Novas Casas da Mulher Brasileira.....	154
5. Protocolo “Não é Não” prevê segurança e proteção às mulheres em casas noturnas.....	154
6. Punição ao assédio sexual.....	155
7. Mulheres amparadas antes e depois do parto	155
8. Prioridade para uma política de cuidados.....	156
9. Política Nacional de Cuidados é sancionada	156
10. PPA 2024-2027: mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial, população indígena e agenda ambiental no orçamento.....	157
11.País tem 13 homologações de terras indígenas em dois anos.....	158
12. Operação ao redor da Terra Indígena Munduruku fecha cerco contra garimpo ilegal.....	159
13. O retorno do Manto Tupinambá ao Brasil.....	160
14. Foco no potencial das periferias.....	160
15. Direitos para a população negra	162
16. Acordo histórico garante direitos a 4,5 mil famílias quilombolas de Alcântara (MA)	163
17. Disque 100: Cresce o uso do serviço para denúncias de violações.....	163
18. Governo tem mais de 70 ações e programas voltados à proteção de crianças e adolescentes.....	168
19. Mais segurança nas escolas	164
20. Brasil tem queda no índice de trabalho infantil.....	164
21 Resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão	165
22. Avanços para refugiados e migrantes no mercado de trabalho brasileiro.....	166

23. Aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.....	167
24. Governo inicia mobilização de identificação de pessoas desaparecidas.....	168
25. Cerco ao crime organizado	169
26. Controle de acesso às armas e desarmamento.....	170
27. Celular Seguro.....	170
28. Enfrentamento à fila da Previdência e redução dos juros dos consignados	171
29. Governo institui política de direitos das populações atingidas por barragens	172
30. Terra da Gente vai agilizar Reforma Agrária e promover inclusão produtiva rural.....	173
31. Acordo de cooperação técnica beneficiará pescadoras e marisqueiras.....	173
32. PL para motoristas de aplicativos propõe autonomia com direitos	174
33. Política Nacional de Implantação de Pontos de Parada e Descanso dá mais proteção e conforto aos caminhoneiros.....	175
34. Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas.....	175
35. Governo Federal expande Defesa Civil Alerta para o Sul e Sudeste	176
36. Decreto melhora condições de trabalho de terceirizados de órgãos públicos.....	176
37. Nova Carteira de Identidade Nacional possibilita melhoria dos serviços públicos.....	177

1. Igualdade salarial entre mulheres e homens

- A Lei nº 14.611/2023 estabelece a obrigatoriedade de as empresas assegurarem igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, uma reivindicação histórica na luta pela igualdade de gênero. A lei determina uma fiscalização mais rigorosa e a aplicação de multa para empresas que não oferecerem equidade salarial, independentemente de gênero, raça, etnia ou idade. A legislação estabelece multa correspondente a 10 vezes o valor do salário para a empresa que descumprir o determinado. Caso haja reincidência, esse valor deve ser dobrado, sem prejuízo de outras medidas legais.
- Segundo o 2º Relatório de Transparência Salarial, as mulheres ainda recebem 20,7% menos do que os homens nas 50.692 empresas com 100 ou mais empregados. O levantamento utiliza dados da RAIS de 2023. No primeiro relatório, divulgado em março de 2024, a diferença salarial registrada era de 19,4%.
- A média salarial dos homens é de R\$ 4.495,39, enquanto a das mulheres é de R\$ 3.565,48. A disparidade é ainda mais acentuada entre mulheres negras, que ganham, em média, R\$ 2.745,26 — apenas 50,2% do salário de homens não negros, que chega a R\$ 5.464,29. Já as mulheres não negras têm um rendimento médio de R\$ 4.249,71. Segundo o relatório, 27,9% das empresas têm políticas de incentivo à contratação de mulheres negras, enquanto 42,7% possuem entre 0% e 10% de mulheres pretas ou pardas em seu quadro de funcionários.
- Em setembro de 2024, foi lançado o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens, com ações voltadas à ampliação e à permanência das mulheres no mercado de trabalho, assim como à ascensão a cargos de direção e gestão e ao enfrentamento às discriminações no espaço profissional. A iniciativa busca dar transparência às ações que estão sendo implementadas de forma transversal pelos ministérios envolvidos — 10 no total — alinhadas ao Plano Plurianual (2024-2027). A previsão orçamentária do Plano, durante os quatro anos, é de R\$ 17 bilhões.
- Em 2023, foi sancionada a Lei nº 14.682/23, que cria o Selo Empresa Amiga da Mulher a ser concedido a empresas parceiras da causa. O selo será válido por dois anos e poderá servir como fator de desempate em licitações públicas.

2. Novas leis para assegurar direitos a mulheres vítimas de violência

- A sanção de novas leis, a partir de 2023, reforçou a promoção da justiça e o enfrentamento à violência contra a mulher. A Lei nº 14.674/23 prevê auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando que elas encontrem moradia adequada quando saírem de casa.
- Já o Decreto nº 11.430 estabelece mínimo de 8% nas vagas de contratações públicas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres como critério de desempate para empresas em licitações públicas.
- A Lei nº 14.717/23 instituiu pensão especial de um salário mínimo para filhos e dependentes, menores de 18 anos, das vítimas de feminicídio. A medida beneficia crianças e adolescentes, mesmo que o crime tenha ocorrido antes da publicação da lei. O benefício será concedido aos órfãos cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/4 de salário mínimo, contribuindo para suprir necessidades médicas, psicológicas e econômicas deles.
- E a Lei nº 14.847/23, determina que toda mulher vítima de violência tenha o direito de ser acolhida em ambientes privativos e individuais no âmbito do SUS, por meio de rede própria ou conveniada. Garante também a restrição de acesso à paciente, especialmente por parte do agressor.
- Tem ainda a Lei nº 14.899/24, que trata da elaboração e da implementação do plano de metas integrado para estados e municípios enfrentarem a violência contra a mulher. Ele terá validade de dez anos (com atualização obrigatória a cada dois anos). Nele, deverão constar medidas como ações de formação para instituições de segurança pública e um plano de expansão das Delegacias da Mulher.
- A partir da edição da Lei nº 14.987, em 2024, crianças e adolescentes que tiverem os pais ou responsáveis vítimas de violência grave passam a ter direito a atendimento psicossocial.

3. Prevenção ao feminicídio

- O governo que recriou o Ministério das Mulheres também lidera o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. O objetivo é prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências contra as mulheres, garantindo direitos e o acesso à justiça. O plano engloba 72 ações e R\$ 2,5 bilhões.
- Em 2024, foi sancionado o Projeto de Lei nº 4.266 de 2023, que torna o feminicídio um crime autônomo e agrava a pena para a maior prevista no Código Penal, de até 40 anos. A proposição amplia as respostas preventivas e punitivas aos crimes praticados contra mulheres. Cria a previsão de que o crime de matar uma mulher por razões de gênero preveja reclusão de 20 a 40 anos, a maior prevista no Código Penal, e amplia a pena para crimes de lesão corporal e violência doméstica contra mulheres.
- O texto ainda altera a Lei dos Crimes Hediondos, para reconhecer o feminicídio como crime hediondo, e a Lei Maria da Penha, para ampliar a pena do descumprimento da medida protetiva de urgência. Adicionalmente, o texto institui a prioridade na tramitação dos crimes inscritos nesta nova legislação e estabelece, para tais, a gratuidade de justiça.
- Em 2023, o canal de denúncias dedicado às mulheres em situação de violência voltou a funcionar de modo independente e mais efetivo. Uma das primeiras ações para aprimorar o serviço foi corrigir a medida tomada no governo anterior, que juntou o Ligue 180 com o Serviço Disque 100. Nesse modelo, houve perda de protocolos específicos para o atendimento às mulheres. Outro avanço foi a ampliação dos canais disponíveis de atendimento com a implantação de atendimento exclusivo no WhatsApp. Desde 2023 até agosto de 2024, o Ligue 180 recebeu 957 mil ligações com encaminhamentos diversos, entre os quais 153 mil denúncias encaminhadas às autoridades competentes.
- Com orçamento previsto de R\$ 2,5 bilhões, foi lançado o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com 73 ações de prevenção da violência envolvendo saúde, educação, cultura, justiça e segurança.
- O programa tem dois eixos: o Estruturante e o Transversal. O eixo Estruturante tem ações como formação de mulheres líderes comunitárias, acesso à saúde, à educação, à segurança, à Justiça, trabalho e moradia. Destinar imóveis da União para ampliar a rede de proteção e reestruturar o Ligue 180 também estão entre as ações.
- Já o Eixo Transversal atuará com produção de dados, por exemplo, a criação do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores(as); e com Produção de Documentos, entre eles, a instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal.
- Uma parceria do Governo Federal com o Google também vai facilitar o acesso a serviços de apoio a vítimas de violência doméstica na plataforma de pesquisa, tornando mais acessíveis as informações sobre como buscar ajuda nesses casos. O anúncio faz parte de uma série de iniciativas que vêm sendo feitas desde 2023 para a reestruturação e ampliação dos serviços do Ligue 180. Com o novo recurso, quando a pessoa pesquisar por termos como

"ajuda violência contra mulher" e "ajuda violência doméstica", os resultados na busca do Google mostrarão os canais de atendimento e links para a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

- Entre os lançamentos da gestão federal, a partir de 2023, está a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres e assinatura de acordo de cooperação técnica para estabelecer um protocolo de atendimento para as mulheres que sofrem violência política.
- Também foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres. A publicação foi construída a partir das atividades do GTI, instituído pelo Decreto nº 11.485/2023, com a coordenação do MMulheres e a participação de representantes dos ministérios da Igualdade Racial (MIR), dos Povos Indígenas (MPI), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Presidência da República.
- Intitulado "Diagnóstico e Propostas para o Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres no Brasil", o relatório traz um amplo diagnóstico sobre como a violência política atinge mulheres que ocupam ou buscam ocupar espaços de poder e decisão, sejam elas detentoras de mandatos, candidatas, dirigentes partidárias, lideranças de movimentos sociais e sindicais, ativistas sociais, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influenciadoras digitais, afetando, com maior perversidade, aquelas que "são marcadas por interseções diversas, tais como identidade de gênero, raça, etnia, religião, classe social, entre outras", aponta o relatório.
- Também foi publicado um edital para selecionar projetos que fortaleçam Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM), com incentivo de até R\$ 250 mil por proposta. Ao todo, serão investidos R\$ 3 milhões (R\$ 2,1 milhões para bens de capital e R\$ 900 mil para custeio)
- Por sua vez, o edital "Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres" visa apoiar projetos de organizações da sociedade civil de formação política para mulheres. São previstos R\$ 4 milhões para aumentar a participação das mulheres em espaços de poder e decisão

4. Novas Casas da Mulher Brasileira

- A Casa da Mulher Brasileira faz parte do programa Mulher Viver sem Violência, que foi retomado em março de 2023 com a publicação do Decreto nº 11.431, integrando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.
- Foram investidos 296 milhões desde 2023, permitindo a implementação de 27 unidades, sendo que 10 já estão em funcionamento. Até outubro de 2024, foram realizados 426.560 mil atendimentos.
- Há Casas da Mulher Brasileira em funcionamento em: Campo Grande/MS, Fortaleza/CE, Ceilândia/DF, Curitiba/PR, São Luís/MA, Boa Vista/RR, São Paulo/SP, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA. Destas, 3 foram inauguradas desde 2023.
- A Casa tem como foco um atendimento multidisciplinar e humanizado às mulheres e integra, no mesmo espaço, diversos serviços especializados para atender mulheres em situação de violência: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. O objetivo principal é facilitar o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

5. Protocolo “Não é Não” prevê segurança e proteção às mulheres em casas noturnas

- Já está valendo a lei que cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima. Pela lei, boates e casas noturnas e de espetáculos devem prestar assistência e garantir segurança às vítimas. O prazo para os estabelecimentos se adequarem é de seis meses, contados da publicação da lei no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de dezembro.
- Também foi criado o selo Não é Não – Mulheres Seguras, concedido a qualquer espaço comercial que adote o protocolo, mesmo aqueles não incluídos na lei.
- Pelo protocolo, a vítima tem o direito de: ser protegida pela equipe local; ter seu relato recebido com respeito; ser informada dos direitos; decidir sobre a medida a ser adotada e por quem quer ser acompanhada; ter sua segurança garantida ao deixar o espaço.

6. Punição ao assédio sexual

- Resultado de uma série de iniciativas do Governo Federal desde o início de 2023, o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública foi publicado no Diário Oficial da União.
- O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, junto com a Controladoria-Geral da União, também estabeleceu o Comitê Gestor do Programa.
- O trabalho teve início em 2023, com a publicação do Guia Lilás e com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema. O colegiado, coordenado pela pasta da Gestão, promoveu uma série de debates e reuniões que deram origem à proposta do Plano Federal.
- Em agosto 2024, foi assinado um parecer que determinou que casos de assédio sexual deverão ser punidos com demissão em toda a Administração Pública Federal. Esse é o entendimento do parecer vinculante da Advocacia-Geral da União (AGU), que estabelece que o assédio sexual é conduta a ser punida com demissão, penalidade máxima prevista na Lei nº 8.112/90.
- Até então, a conduta era enquadrada ora como violação aos deveres do servidor – cuja penalidade é mais branda –, ora como violação às proibições aos agentes públicos –, esta, sim, sujeita à demissão

7. Mulheres amparadas antes e depois do parto

- A ampliação do direito à assistência psicológica para as mulheres antes, durante e após o parto através do SUS foi garantida a partir da sanção da Lei nº 14.721, de 2023.
- A Lei acrescentou dois parágrafos ao Estatuto da Criança e do Adolescente e prevê assistência psicológica à gestante, à parturiente e à puérpera, que deve ser indicada após avaliação do profissional de saúde, com encaminhamento de acordo com o prognóstico.
- O texto também define obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de saúde públicos ou particulares com a indicação de atividades de educação e conscientização a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério.

8. Prioridade para uma política de cuidados

- Em uma iniciativa inédita, o governo criou a Secretaria Nacional de Cuidados e Família, com a missão de formular uma política integrada sobre o tema. Um grupo de trabalho interministerial formulou um diagnóstico sobre a organização social dos cuidados no Brasil, identificando os programas e serviços já existentes.
- Ainda no âmbito da economia do cuidado, o Ministério das Mulheres firmou convênios para estruturar lavanderias públicas comunitárias, com atividades de formação sobre economia e divisão do trabalho. As primeiras ações são no Piauí, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, com investimento de R\$ 2,6 milhões.
- Também foi lançado edital para a realização de projetos de formação, com ênfase em autonomia financeira das mulheres e cuidado. R\$ 2,5 milhões do orçamento de 2023 foram reservados para viabilizar projetos apresentados por organizações sociais.

9. Política Nacional de Cuidados é sancionada

- Em dezembro de 2024 foi sancionado o Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Cuidados. A proposta é fruto do grupo de trabalho interministerial (GTI), que contou com a participação de representantes de mais de 17 ministérios, além de integrantes de estados, municípios e representantes de diversos setores da sociedade.
- A Política Nacional de Cuidados abrange o direito de ser cuidado, de cuidar e de praticar o autocuidado. A responsabilidade pelo cuidado será compartilhada entre o Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil, promovendo uma abordagem integrada e inclusiva. Essa abordagem colaborativa visa criar uma rede de suporte mais robusta e eficaz, garantindo que nenhum grupo social esteja sobrecarregado com as responsabilidades de cuidado.
- A nova legislação prioriza como beneficiários das atividades de cuidado as crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

10. PPA 2024-2027: mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial, população indígena e agenda ambiental no orçamento

- A partir da escuta da sociedade civil, o Governo Federal preparou, dentro do PPA 2024-2027, cinco agendas transversais com programas objetivos específicos, entregas e metas para avanços de políticas públicas para: **1.** Mulheres; **2.** Crianças e Adolescentes; **3.** População Indígena; **4.** Promoção da Igualdade Racial; **5.** Pauta ambiental.
- Cada uma das cinco Agendas Transversais e Multissetoriais é composta por gastos exclusivos – que beneficiam apenas o tema ou o segmento da população considerado na Agenda – e não exclusivos – que atingem outros temas e segmentos da população além daqueles considerados na Agenda.
- **Mulheres:** são R\$ 15,3 bilhões, dos quais pouco mais de R\$ 300 milhões são exclusivos, destinados a ações como a central de atendimento à mulher, políticas de acesso à justiça, de enfrentamento da violência e de ampliação da participação das mulheres em espaços de poder e decisão.
- **Crianças e Adolescentes:** R\$ 24,2 bilhões, o maior valor total entre as cinco Agendas. Desse montante, R\$ 1,4 bilhão é gasto exclusivo, com destaque para os R\$ 620 milhões reservados para a implantação de escolas infantis.
- **Agenda Ambiental:** Por fim, a Agenda Ambiental é a que possui o maior valor absoluto de gastos exclusivos, R\$ 14 bilhões, dentro de um total de R\$ 20 bilhões estimados no PLOA 2024.
- As cifras evidenciam que a prioridade do atual governo está na conservação de recursos naturais, no enfrentamento da emergência climática e na transição para uma economia de baixo carbono.

11. Ação permanente em território Yanomami

- Após criar o Ministério dos Povos Indígenas, uma das primeiras medidas do governo foi decretar situação de emergência e crise humanitária em território Yanomami, com a ação de uma força-tarefa que mobilizou ministérios, Marinha, Exército e Aeronáutica para garantir saúde, segurança alimentar, proteção à vida e combate ao garimpo ilegal.
- De março a dezembro de 2024, 3.320 ações de segurança foram realizadas contra o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.
- Como principais resultados, estão:
 - 89 armas e 1.607 munições apreendidas
 - 411 acampamentos destruídos
 - 1.043 motores destruídos
 - 318 geradores destruídos
 - 83.862 litros de diesel inutilizados
 - 41.813 litros apreendidos
 - 21 aeronaves destruídas
 - 59 balsas destruídas
 - 100 embarcações destruídas
 - 18 dragas destruídas
 - 98.900 kg de cassiterita inutilizadas
 - 21.220 kg apreendidas
 - 33.589 gramas de ouro apreendidas
 - 226.230 gramas de mercúrio apreendidos
 - 16 quadriciclos destruídos
 - 92 antenas Starlink e Via Sat destruídas e 32 apreendidas
- O prejuízo direto ao garimpo está no valor de R\$ 254,7 milhões.
- Neste cenário, a atuação do Governo recebeu um novo aliado, o radar SABER M60, desenvolvido e fabricado nacionalmente. A instalação, realizada em agosto, marca um avanço significativo na estratégia para desmantelar a complexa logística que sustenta as operações clandestinas de extração de ouro no território yanomami.
- Na área da saúde:
 - Com a construção de 6 novas Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), o território passa a contar com um total de 40 UBSI, somando 77 estabelecimentos de saúde em operação;
 - A reabertura de 7 Polos Base garantiu a redução substancial do vazio assistencial no território Yanomami, assegurando o pleno funcionamento dos 37 Polos Base existentes;

- O número de profissionais de saúde saltou de 690 para 1.759;
- Na vacinação houve um aumento de 47,5% da disponibilização de vacinas;
- Água Potável: Mais 34 mil indígenas em 18 comunidades beneficiadas com implantação de sistemas de abastecimento;
- Telessaúde: 13 núcleos implantados em Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- Em agosto de 2024, foi realizada a 1ª teleinterconsulta em Território Yanomami;
- 77 obras, incluindo 57 Unidades Básicas de Saúde Indígena;
- Conectividade: o aumento foi de 66% nos links de internet. Passando de 24 links ativos de internet em 2023 (janeiro a junho), para 40 links ativos no mesmo período (janeiro a junho) de 2024.
- Ainda foram instalados 13 consultórios odontológicos portáteis, com geradores portáteis para autonomia em locais sem energia elétrica.

12. Operação ao redor da Terra Indígena Munduruku fecha cerco contra garimpo ilegal

- A preservação da Amazônia e a proteção de terras indígenas têm dado fluxo a uma série de operações federais na região. No estado do Pará foram realizadas duas operações do ICMBio na Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós que desarticularam uma forte infraestrutura criminosa montada pelo garimpo ilegal. A APA faz divisa à Terra Indígena Munduruku, onde está em curso uma mega-operação federal de desintrusão.
- Batizadas como Operações Guardião e Escudo, as ações já apresentam um extrato volumoso de balanço. Entre inutilizações e destruições estão: 44 barcos, 12 máquinas pesadas, 7 dragas escarriantes, 29 motores estacionários, 8 geradores, 2 tratores, 9 motocicletas, 4.300 litros de combustíveis diversos, 209,1 gramas de mercúrio, além de munições e motosserras. A contabilidade dessa desarticulação aponta prejuízo de R\$ 6,39 milhões às atividades ilegais. O ICMBio aplicou ainda R\$ 20,27 milhões em multas.
- Outra operação realizada no local, intitulada Desintrusão da Terra Indígena Munduruku, iniciada em 9 de novembro, já trouxe R\$ 32 milhões de prejuízo ao garimpo ilegal. O Governo Federal contabiliza 120 intervenções de segurança executadas, resultando em autuações, embargos e apreensão de mais de 100 mil litros de combustíveis, além de R\$ 4,4 milhões em multas, inutilização de maquinário pesado e estrutura de apoio à atividade criminosa.

13. O retorno do Manto Tupinambá ao Brasil

- Em setembro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia que marcou o retorno do Manto Tupinambá ao Brasil, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O item é considerado um ente vivo, de caráter espiritual, que traz identidade, memória e pertencimento para os povos indígenas do país, em especial para as populações tupi.
- Os Tupinambá chegaram ao Museu Nacional e ficaram alojados perto do local que acondiciona o manto, na Biblioteca do Museu. A comitiva teve o primeiro acesso ao manto após realizarem rezas e rituais. Em seguida, foi a vez de um grupo de anciões Tupinambá ter seu tempo de conexão e de realização de rituais com o manto.
- O Manto Tupinambá tem quase 400 anos e estava fora do Brasil desde meados do século XVII. Permaneceu no Museu Nacional da Dinamarca por 335 anos. Desde que chegou ao Brasil, segue em um espaço de guarda, em uma sala da Biblioteca Central do Museu Nacional preparada para garantir a sua preservação.
- O manto não está atualmente em exposição, mas será destaque, em 2026, na reabertura das exposições do Museu Nacional, no Paço de São Cristóvão

14. Foco no potencial das periferias

- A vida nas periferias brasileiras, com todo o seu potencial e os seus desafios, foi colocada no centro da pauta das políticas de desenvolvimento do país a partir de 2023. A primeira medida, logo no início do governo, foi a criação da Secretaria Nacional de Periferias, para diagnosticar, formular e ajudar a implementar políticas públicas de combate às desigualdades nestes territórios.
- Um dos projetos mais importantes, realizado no primeiro ano de governo, foi a Caravana das Periferias para reconhecer os agentes locais e identificar projetos, iniciativas, atividades e coletivos.
- Também com a finalidade de reduzir as desigualdades nos territórios foi lançado o Prêmio Periferia Viva. Em sua segunda edição e com 2 mil inscrições, o prêmio selecionou 178 projetos para receber valores entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil. O prêmio reconhece e potencializa iniciativas populares, de assessorias técnicas e de entes públicos governamentais que promovem o enfrentamento da desigualdade, a transformação e que valorizam o viver periférico.
- Foi lançado ainda o Mapa das Periferias, uma plataforma interativa onde serão sistematizados os dados e informações sobre as comunidades urbanas brasileiras. Mais uma vez, o objetivo é fomentar políticas públicas para as periferias. (www.mapadasperiferias.cidades.gov.br)
- Em novembro de 2024, foi anunciada a classificação geral dos projetos selecionados e das iniciativas contempladas no Prêmio Cidadania na Periferia. No total, 107 iniciativas pelo país foram selecionadas. A premiação tem o intuito de potencializar, reconhecer e valorizar projetos protagonizados pela

população periférica, que contribuem para a efetividade dos direitos humanos e da cidadania nos seus territórios. Os projetos premiados receberão, cada um, R\$ 50 mil. Os recursos já começaram a ser repassados.

- A premiação se dividiu nos seguintes eixos temáticos: Comunicação comunitária e educação popular dos Direitos Humanos; Cidadania LGBTQIA+; Acessibilidade e participação social de pessoas com deficiência; Proteção integral de crianças e adolescentes; Educação para toda vida: iniciativas baseadas na educação popular para pessoas idosas; e Soluções comunitárias para segurança alimentar e alimentação saudável.
- Também em novembro foi lançado o Programa Periferia Viva, com o objetivo de melhorar o acesso a políticas públicas nas periferias, para reduzir desigualdades. O programa busca criar governança nos níveis nacional e territorial em quatro eixos: Infraestrutura urbana; Equipamentos Sociais; Fortalecimento Social e Comunitário; e Inovação, Tecnologia e Oportunidades.
- O programa selecionou 58 territórios, entre comunidades e favelas, em 48 cidades para investimentos pelo Novo PAC em urbanização de favelas; contenção de encostas; e regularização fundiária. O investimento total será de R\$ 7,3 bilhões.

15. Direitos para a população negra

- O Governo Federal lançou o Plano Juventude Negra Viva, instrumento de promoção de direitos, ações e políticas voltadas aos jovens negros. O plano engloba ações de 18 Ministérios e tem por finalidade reduzir a violência letal e as vulnerabilidades sociais que afetam a juventude negra, e construir uma política pautada no bem viver e no enfrentamento do racismo estrutural.
- O decreto nº 11.443/2023 estabelece percentual mínimo de 30% de vagas em cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal para pessoas negras.
- Houve ainda o lançamento do FIAR – Formação de Iniciativas Antirracistas que, entre suas iniciativas, irá promover cursos para servidores federais e reserva de vagas a gestores pretos ou pardos. Entre as metas do programa destaque para impulsionar a liderança de pessoas negras na administração pública e inserir a transversalidade de raça nos programas de capacitação e formação de servidores.
- A Lei nº 14.532/2023 torna a injúria racial crime inafiançável e imprescritível e equipara injúria racial ao crime de racismo.
- O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério da Igualdade Racial lançaram a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para a População Negra e Periférica na Política sobre Drogas. A iniciativa pretende enfrentar o racismo institucional na política sobre drogas no país.
- Uma das ações estruturantes foi o Edital Justiça Racial na Política sobre Drogas. Com um investimento de R\$ 3,5 milhões, ele selecionou 14 Organizações da Sociedade Civil (OSC) para executar projetos de redução das vulnerabilidades raciais no âmbito da Política sobre Drogas, além de fortalecer redes em territórios impactados pelo tráfico ou por ações de repressão ao tráfico.

16. Disque 100: Cresce o uso do serviço para denúncias de violações

- Entre janeiro e início de novembro de 2024, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) recebeu mais de 3,4 mil denúncias com 5,2 mil violações de racismo e injúria racial.
- Em 2023, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) teve um aumento de 45,39% no número de denúncias e de 79,4% no de violações registradas, em relação a 2022. Foram quase 430 mil denúncias e 2,8 milhões de violações. Uma denúncia pode conter mais de um tipo de violação.
- Das 430 mil denúncias, 228 mil (53,14%) foram de violência contra crianças e adolescentes, 143,5 mil (33,46%) contra pessoas idosas, 66,3 mil (15,47%) contra pessoa com deficiência, 8,4 mil contra pessoa em restrição de liberdade, 6 mil contra população LGBTQIA+ e 2,1 mil contra pessoa em situação de rua.
- Além da retomada da credibilidade do canal, o aumento deve-se a uma maior divulgação e a melhorias implementadas. Entre elas, o novo número de WhatsApp (61) 99611-0100.

17. Governo tem mais de 70 ações e programas voltados à proteção de crianças e adolescentes

- Mais de 70 programas, ações e iniciativas do Governo Federal são desenvolvidos com o objetivo de ampliar o acesso de crianças, jovens e adolescentes a seus direitos básicos à educação, saúde, cultura, habitação, segurança, esporte, lazer, entre outros, por meio de ações desenvolvidas por diversos ministérios.
- Alguns exemplos de políticas públicas realizadas em favor destes 30% da população brasileira são: Bolsa Família; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); quase 20 mil novas vagas de creches em 2023; Transporte Escolar; Escolas em Tempo Integral; Programa de Multivacinação; Brasil Soridente; dentre várias outras iniciativas.
- Em novembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.032 que amplia proteção de crianças e adolescentes contra abuso sexual no esporte. De acordo com a lei, as entidades esportivas que recebem recursos públicos deverão se comprometer a adotar medidas para proteção de crianças e de adolescentes contra abusos e quaisquer formas de violência sexual.

18. Disque 100: Cresce o uso do serviço para denúncias de violações

- Foram realizados repasses de R\$ 73 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para estados e DF para projetos no edital Escola Mais Segura.
- Adicionalmente, foram R\$ 150 milhões para o edital Programa Nacional Segurança nas Escolas voltado para estados e municípios apresentarem projetos que envolvam investimentos em rondas e patrulhas, cursos de capacitação para profissionais, acolhimento para estudantes, pesquisas, diagnósticos, investigação e monitoramento cibernético.
- Já a Operação Escola Segura atua na prevenção, repressão e monitoramento de plataformas digitais.
- O Ministério da Educação tem se empenhado na formulação de políticas robustas para promover uma cultura de paz nas escolas. Nesse cenário, foi criado, por meio do Decreto nº 11.469/2023, um Grupo de Trabalho Interministerial para propor ações sobre o tema.
- Com a Resolução nº 6/2023, o MEC, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disponibilizou R\$ 3,1 bilhões do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a aquisição de equipamentos de segurança, como câmeras e sensores de presença. Além disso, R\$ 200 milhões foram liberados pelo Plano de Ações Articuladas (PAR) para a implantação de núcleos psicossociais nas escolas.
- Além dessas ações, o Ministério da Educação criou a Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (CGave) na Secadi. Essa coordenação tem o objetivo de construir e fortalecer as redes educacionais no desenvolvimento de ações de prevenção e resposta rápida a situações de violência.

19. Brasil tem queda no índice de trabalho infantil

- O Brasil teve uma queda de 14,6% no índice de trabalho infantil em 2023, quando comparado ao ano anterior. O levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego mostra que, em 2022, 1,88 milhão de pessoas de 5 a 17 anos de idade estavam em situação de trabalho infantil. Esse número caiu para 1,6 milhão em 2023.
- Houve redução do trabalho infantil em 23 das 27 unidades da Federação (UFs), com destaque para o Amapá e o Rio Grande do Norte com o maior percentual de diminuição (-51,6%). Acre, com queda de 43%; Santa Catarina (-31,8%); e Espírito Santo (-31,4%) completam a lista das cinco UFs com as reduções mais expressivas.
- Enquanto Tocantins (45,2%), Distrito Federal (32,2%), Rio de Janeiro (19,7%), Amazonas (12%) e Piauí (6%) foram as unidades da Federação que tiveram acréscimo de pessoas em situação de trabalho infantil.

20. Resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão

- Segundo dados contabilizados até agosto de 2024, foram resgatadas 1,14 mil vítimas, sendo que o valor pago a título de verbas trabalhistas e rescisórias, apurado até novembro deste ano, já supera R\$ 5,4 milhões.
- Parte significativa desses resgates ocorreu no mês de agosto em função da realização da Operação Resgate, que envolveu 23 equipes de fiscalização e promoveu 125 inspeções em 15 Estados e no Distrito Federal, resultando no resgate de mais 593 trabalhadoras e trabalhadores.
- Foi pago R\$ 1,9 milhão em verbas trabalhistas e rescisórias às vítimas. O montante foi pago pelas empresas que foram autuadas e enquadradas no Cadastro de Empregadores que Submetem Trabalhadores a Condições Análogas à Escravidão, a chamada Lista Suja.
- Durante o ano de 2023, o Governo Federal resgatou mais de 3 mil trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão. Esse resultado é o maior dos últimos 14 anos, expressando a retomada do compromisso de combater este ilícito.
- O Ministério do Trabalho e Emprego fiscalizou ao longo do ano mais de 551 estabelecimentos urbanos e rurais, o que possibilitou o pagamento recorde de R\$ 13 milhões em verbas salariais e rescisórias.

21. Avanços para refugiados e migrantes no mercado de trabalho brasileiro

- De janeiro a agosto de 2024, 203,4 mil migrantes, refugiados e apátridas foram admitidos no mercado de trabalho formal no Brasil, de acordo com dados do Boletim de Migração, produzido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senajus/MJSP). O saldo de trabalhadores migrantes no período (número de pessoas exercendo atividade) foi de 48,4 mil. Os números foram obtidos com base nos dados do Observatório das Migrações (Obmigra).
- Entre as nacionalidades mais representadas no mercado de trabalho estão os venezuelanos (com saldo de 32,8 mil), seguidos pelos cubanos (3,2 mil), argentinos (3,1 mil), paraguaios (1,8 mil) e angolanos (1,1 mil).
- No setor industrial, maior empregador, foram criados mais de 19 mil postos de trabalho no período, enquanto o comércio e a reparação destacaram-se como o segundo segmento com maior saldo positivo. Os dados reforçam a relevância de políticas de acolhimento para a inserção laboral dessa população.
- De janeiro de 2023 a julho de 2024, o Brasil também concedeu 11,2 mil vistos de acolhida humanitária a migrantes originários de países afetados por conflitos ou crises humanitárias. O instrumento tem o objetivo de proteger pessoas em situação de vulnerabilidade e assegurar proteção e acolhimento em território brasileiro.
- A concessão dos vistos de acolhida é fruto de portarias interministeriais firmadas entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Relações Exteriores, que atendem aos seguintes países: Afeganistão, Ucrânia, Haiti e Síria. Os afegãos foram os que mais receberam vistos humanitários no Brasil: 6.149, de janeiro de 2023 a julho de 2024. Em segundo lugar estão os haitianos, com 4.119, no mesmo período. Os sírios somam 926 e os ucranianos, oito.

22. Aprovado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

- Foi aprovado, por meio do Decreto nº 12.121/2024, o IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A medida estabelece os objetivos, os eixos estratégicos, as ações prioritárias e as atividades para o combate ao crime para o período de 2024 a 2028.
- O plano atende o compromisso internacional do Brasil firmado há 20 anos com a adesão ao Protocolo de Palermo (Decreto nº 5.017/2004) e a Lei nº 13.344/2016, conhecida como a Lei de Tráfico de Pessoas.
- Com 26 ações prioritárias distribuídas em 107 atividades, o plano estabelece cinco eixos estratégicos: estruturação da política; coordenação e parcerias; prevenção; proteção e assistência às vítimas; e repressão e responsabilização.

23. Governo inicia mobilização de identificação de pessoas desaparecidas

- O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, iniciou, em agosto de 2024, a primeira fase da Mobilização Nacional de Identificação e Busca de Pessoas Desaparecidas. A campanha ocorrerá em três etapas e vai usar técnicas de identificação genética e papiloscópicas.
- Na primeira fase, são coletadas amostras de DNA de familiares de desaparecidos por meio da saliva. É preciso apresentar o boletim de ocorrência do desaparecimento para realizar o procedimento.
- Na segunda etapa, o foco está no recolhimento de impressões digitais e de material genético de pessoas vivas com identidade desconhecida. Por fim, será coordenada a pesquisa de impressões digitais de corpos não identificados armazenadas em cada unidade federativa. Nessa etapa, conhecida como análise do passivo (backlog), os dados são comparados com os registros existentes nos bancos de biometrias.
- Essas informações farão parte da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) — alimentado pelas secretarias estaduais de Segurança em parceria com a Polícia Federal.
- As amostras genéticas de pessoas vivas e falecidas com identidade desconhecida analisadas pelos laboratórios da RIBPG são enviadas rotineiramente ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, onde são feitos os cruzamentos de dados em nível nacional com perfis coletados pelos 23 laboratórios de genética forense que compõem a rede. A identificação genética desempenha papel crucial na Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, instituída pela Lei nº 13.812/2019.
- Entre janeiro e agosto de 2024, desapareceram 45.670 pessoas, sendo 29.498 do sexo masculino e 15.833, do feminino. Desse total, 12.148 tinham até 17 anos e 32.415, mais de 18 anos. Já em relação a pessoas localizadas, o número total foi de 30.016, com 10.736 do sexo feminino e 17.931, do masculino. Já foram localizadas 7.654 pessoas de até 17 anos e 20.887 de até 18 anos, em 2024.

24. Cercos ao crime organizado

- Os números das ações integradas a partir das FICCO (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado) indicam que, em 2024, foram registradas medidas cautelares, em operações homologadas, que totalizaram R\$ 156 milhões em valor estimado de perda de poder financeiro das organizações criminosas.
- No âmbito dos Grupos de Investigações Sensíveis (GISE), o conjunto de bens apreendidos soma o valor de R\$ 775 milhões de reais.
- Nas fronteiras, a Operação Protetor, em conjunto com 14 Estados, tem tido resultados expressivos em 2024. Os dados de janeiro a outubro mostram o sucesso dessas operações conjuntas:
 - Armas: 1.256 apreendidas
 - Maconha: 398 toneladas apreendidas
 - Cocaína: 26 toneladas apreendidas
 - Cigarros: 394 milhões apreendidos
 - Veículos: 615 apreendidos
 - Prisões: 5.310
- Já o programa Recupera (Rede Nacional de Recuperação de Ativos) visa identificar, localizar, apreender, administrar e destinar ativos relacionados à prática ou ao financiamento de infração penal. Ou seja, impor dificuldades à atuação do crime organizado.
- Além de diminuir o poder financeiro e bélico de organizações criminosas, o Recupera pretende estabelecer um ambiente favorável ao compartilhamento de experiências, metodologias, boas práticas e oportunidades de capacitação integrada para fortalecer as unidades de Recuperação de Ativos das Polícias Civis e Federal.
- De janeiro a outubro de 2024, foram leiloados, em 345 pregões, 3.851 itens apreendidos em operações policiais. O retorno financeiro aos cofres públicos foi de R\$ 109,08 milhões.
- O Governo Federal instituiu, em novembro de 2023, o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em portos e aeroportos do Rio de Janeiro e São Paulo. A medida fica em vigor até junho de 2024.
- A GLO permite que Forças Armadas, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal realizem ações preventivas e repressivas, em articulação com órgãos de segurança pública, no combate ao tráfico de armas, drogas e outros crimes. Além da atuação em portos e aeroportos, o Exército, a Aeronáutica, a PF e a PRF têm realizado ações na fronteira do Brasil com outros países, principalmente nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse caso, não precisa de GLO.
- Em 2023, a Garantia da Lei e da Ordem em portos, aeroportos e fronteiras alcançou resultados inéditos: R\$ 1,4 bilhão foi apreendido em veículos, embarcações, aeronaves, joias, equipamentos, maconha, cocaína e dinheiro em espécie.

25. Controle de acesso às armas e desarmamento

- A partir de 2023, o Governo Federal adotou novas regras para ampliar o controle ao acesso a armas de fogo, com restrição ao acesso de civis a armas e munições.
- Foi retomada a distinção entre armas de uso exclusivo dos órgãos de segurança e fim do porte de trânsito municiado para caçadores, atiradores e colecionadores, entre outras medidas.
- 99% das armas registradas no país foram recadastradas (mais de 939 mil armas de fogo), e houve devolução voluntária de mais de 9.500 armamentos em 2023.
- Outra medida importante é o decreto sobre controle responsável de armas, que reduz o acesso a armas e munições por civis e entre os chamados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Em vez de quatro, o decreto reduz para dois o número de armas para defesa pessoal, desde que comprovada a efetiva necessidade.
- O governo também editou o Decreto nº 11.764, que restabelece as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para armas de fogo, munições e aparelhos semelhantes.
- A medida amplia para até 55% a alíquota sobre revólveres, pistolas, espingardas, carabinas, spray de pimenta e outros equipamentos, além de aumentar o imposto de munições. O potencial de arrecadação é de R\$ 1,1 bilhão em três anos. Sendo R\$ 342 milhões em 2024, R\$ 377 milhões em 2025 e R\$ 414 milhões em 2026.
- O porte de armas para uso pessoal caiu de 5,6 mil em 2022 para 2,4 mil em 2023, uma redução de 56%. Já o número de armas ilegais apreendidas aumentou em 25% (foi de 8,5 mil em 2022 para 10,6 mil em 2023). O registro de novas armas caiu 79%.

26. Programa de Capacitação para a Recuperação de Ativos e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

- O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para a Recuperação de Ativos e o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) é o instrumento de articulação institucional criado com a finalidade de promover a capacitação de agentes públicos e fomentar a cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e crimes conexos.
- Ele também visa fomentar publicações sobre recuperação de ativos, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a crimes conexos, a partir dos resultados obtidos em decorrência das atividades dos órgãos participantes.
- O PNLD capacitou, em 10 cursos realizados no ano de 2024, aproximadamente 1600 agentes públicos.
- Os cursos fomentam a cultura de ética e de integridade na administração pública. O PNLD busca, ainda, fortalecer a articulação interinstitucional e promover a disseminação de conhecimento sobre boas práticas e estratégias eficazes no enfrentamento da criminalidade.
- Ao longo de 20 anos, foram treinados mais de 31 mil agentes públicos. A ferramenta é originada de um produto da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à lavagem de Dinheiro (Enccla), coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e composta por aproximadamente 90 órgãos públicos e de entidades da sociedade civil.

27. Celular Seguro

- O Governo Federal desenvolveu uma tecnologia para garantir que celulares roubados sejam rapidamente bloqueados. É o Celular Seguro, disponível para Android e iOS, acessível por aplicativo e por site.
- Lançada em dezembro de 2023, a ferramenta envia avisos para operadoras, bancos e serviços online simultaneamente.
- Ela garante o bloqueio com apenas um clique, mas, por questões de segurança, não permite a reversão do processo. Ao enviar o alerta, a pessoa ainda recebe uma notificação para confirmar a ação, evitando cliques acidentais. O bloqueio também pode ser feito por pessoas de confiança autorizadas.
- Até novembro de 2024, 97 mil alertas de bloqueios de celulares haviam sido registrados e mais de 2 milhões de usuários haviam sido cadastrados.
- A nova fase do programa visa a recuperação de aparelhos furtados ou roubados, a partir da criação de um Protocolo Nacional de Recuperação de Celulares. Também será ampliada a proteção oferecida atualmente pela ferramenta, focada na inibição dos crimes, além da proteção contra golpes financeiros.

28. Enfrentamento à fila da Previdência e redução dos juros dos consignados

- Fortalecer os serviços oferecidos pela Previdência Social é outro passo essencial do governo no trabalho de plena retomada dos direitos da população. Um dos exemplos é o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, que atua para diminuir o tempo de análise de requerimento de benefícios e de perícias médicas, reduzindo as filas na concessão de aposentadorias, pensões e auxílios pelo INSS.
- O Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, instituído pela Lei 14.724, de 2023, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024.
- O Conselho Nacional de Previdência Social aprovou o teto de juros dos consignados para beneficiários do INSS em 1,66% ao mês. Desde o início de 2023, as taxas já caíram sete vezes. Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o índice máximo está em 2,46% ao mês. Bancos e instituições financeiras ficam proibidos de oferecer empréstimos e cartões consignados com taxas superiores aos novos tetos.
- As regras para concessão de crédito consignado para novos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão mudar a partir de 1º de janeiro de 2025. Os segurados que começarem a receber o benefício poderão solicitar o consignado antes do prazo de 90 dias no banco onde será pago o benefício. Para as demais instituições, que não fazem o pagamento da folha, somente a partir do 91º dia da concessão do novo benefício a oferta poderá ser feita. A medida aumentará a proteção de aposentados e pensionistas contra o assédio dos bancos para a realização de empréstimos consignados.

29. Governo institui política de direitos das populações atingidas por barragens

- Sancionada em dezembro de 2023, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens prevê proteção aos atingidos, prevenção de acidentes, participação da sociedade e proteção à vida nas variadas formas.
- A política estabelece que, em cada caso concreto, deve ser constituído um comitê responsável por um Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Ele deve ser elaborado pelo empreendedor e assegurar os direitos das pessoas afetadas e a reparação aos danos causados.
- Em 2024, foi realizada uma Repactuação do Poder Público com as empresas após mais de dois anos de negociações sobre o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana (MG). A iniciativa teve a participação das Defensorias Públicas, dos Ministérios Públicos, das empresas, do Governo Federal por meio da AGU, dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo, e foi mediada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região.
- O novo acordo assinado substitui integralmente o anterior de 2016. (leia mais no capítulo 9).
- O acordo cria uma porta indenizatória, o Programa Indenização Definitiva (PID), no qual as empresas assumiram a responsabilidade de pagar 35 mil reais por pessoa atingida acima de 16 anos na data do rompimento. Para receber a indenização é necessário comprovar residência nos municípios impactados, ter reivindicado anteriormente o seu reconhecimento, e não ter recebido qualquer indenização até o momento. Essa é uma porta inovadora à medida que não depende dos mesmos procedimentos de produção de provas exigidos para reparação material, o que é a realidade de grande parte dos atingidos pelo desastre. As empresas estimam que cerca de 300.000 pessoas podem ser beneficiadas.
- Para os casos de pescadores e agricultores familiares, o valor da indenização por danos individuais é de R\$ 95 mil por pessoa.
- As comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais serão consultadas sobre o acordo e caso adiram poderão receber reparações coletivas, com recursos reservados no Acordo da ordem de R\$ 8 bilhões.

30. Terra da Gente vai agilizar Reforma Agrária e promover inclusão produtiva rural

- O programa Terra da Gente define várias estratégias para identificar terras disponíveis no país para assentar famílias que querem viver e trabalhar no campo. A nova medida permite a inclusão produtiva e ajuda na resolução de conflitos agrários. Também contribui para o aumento da produção de alimentos. Até 2026, a estimativa é que 295 mil famílias agricultoras sejam beneficiadas.
- Foi editado o decreto que organiza as formas de obtenção e destinação de terras: já adquiridas, em aquisição, passíveis de adjudicação por dívidas com a União, imóveis improdutivos, imóveis de bancos e empresas públicas, áreas de ilícitos, terras públicas federais, terras doadas e imóveis estaduais que podem ser usados como pagamento de dívidas com a União.
- De 2023 a 2026, 295 mil famílias devem ser incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo 74 mil assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes. Além disso, mais sete mil famílias devem acessar as terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- De jan/2023 a nov/2024, foram incluídas 79,2 mil famílias no programa, sendo 38,9 mil regularizadas, 28 mil reconhecidas e 12,3 mil assentadas em assentamentos criados.

31. Acordo de cooperação técnica beneficiará pescadoras e marisqueiras

- Os ministérios das Mulheres e da Pesca e Aquicultura assinaram acordo de cooperação técnica denominado "Mulheres pescando autonomia e igualdade", para fortalecer organizações de pescadoras artesanais no país.
- O objetivo é promover a autonomia econômica das mulheres que vivem da pesca artesanal, a valorização da sua prática e dos seus territórios e o fomento de políticas públicas que assegurem os direitos e o pleno exercício da cidadania das pescadoras e marisqueiras.

32. PL para motoristas de aplicativos propõe autonomia com direitos

- Criar uma remuneração mínima por hora trabalhada, garantir direitos previdenciários e fixar uma jornada máxima de 12 horas diárias em uma mesma plataforma estão entre os principais pontos do Projeto de Lei de Regulamentação do Trabalho por Aplicativos de Transporte de Pessoas.
- Os motoristas manterão sua autonomia para escolher em qual ou quais plataformas irão trabalhar, uma vez que não existe exigência de exclusividade, e poderão decidir quais dias e em quais horários trabalharão.
- A remuneração mínima, proporcional ao salário mínimo, foi fixada em R\$ 32,10 por hora trabalhada. No valor, estão R\$ 8,03 de retribuição pelos serviços prestados e R\$ 24,07 de resarcimento pelos custos do trabalhador na prestação do serviço.
- O PL também propõe que os motoristas sejam enquadrados como contribuintes individuais para fins previdenciários e que as mulheres tenham acesso ao auxílio-maternidade.
- Pelo PL, os(as) trabalhadores(as) irão recolher 7,5% sobre um quarto dos seus ganhos. Ou seja, o trabalhador contribui apenas com R\$ 1,87 a cada R\$ 100 dos seus ganhos. As empresas irão recolher 20% sobre um quarto dos ganhos dos trabalhadores. Assim, a cada R\$ 100 de ganhos dos trabalhadores(as), as empresas contribuem com R\$ 5. Ainda pela proposta, os motoristas receberão relatórios mensais com horas trabalhadas, remuneração total, pontuação, suspensões ou exclusões; e os trabalhadores só poderão ser excluídos pelas empresas de forma unilateral em casos de fraudes, abusos ou mau uso da plataforma, garantido o direito de defesa.
- O texto aguarda apreciação pelo Congresso Nacional.

PONTOS DO PROJETO

1. Remuneração mínima garantida

- Motoristas receberão pelo menos R\$ 32 por hora de trabalho, excluindo custos operacionais e contemplando gastos com o veículo.

2. Mais transparência

- Motoristas terão acesso a um relatório mensal com detalhes sobre remuneração, pontuação, penalidades e oferta de viagens.

3. Mais direitos

- Motoristas vão ter direito a seguro-saúde, licença-maternidade, aposentadoria. Empresas vão contribuir com 20%.

4. Mais proteção

- Corridas ficarão mais seguras para motoristas e passageiros, com cadastro unificado entre apps e limite de 12h de trabalho por dia.

5. Acordo coletivo

- Representantes do Governo, das empresas e dos motoristas elaboraram o PL juntos. O que for acordado coletivamente não poderá ser desfeito por meio de acordos individuais, mas ainda há espaço para negociação de mais garantias.

33. Política Nacional de Implantação de Pontos de Parada e Descanso dá mais proteção e conforto aos caminhoneiros

- A qualidade do descanso é fundamental para que os caminhoneiros tenham viagens seguras pelas rodovias do país.
- Nesse contexto, o Governo Federal publicou a portaria nº 187, que estabelece a Política Nacional de Implantação de Pontos de Parada e Descanso (PPD) em rodovias federais. O primeiro PPD foi inaugurado no estado de Santa Catarina e beneficiará milhares de motoristas de transportes de carga que percorrem o trecho entre as capitais Florianópolis (SC) e Curitiba (PR).
- Os PPDs garantem uma mudança na política de transporte. Serão mais de 40 pontos de descanso no Brasil.

34. Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas

- Em outubro de 2024, foi sancionada a lei que cria a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e o Dia Nacional dos Motociclistas.
- As duas novidades passam a integrar o Código de Trânsito Brasileiro e estão publicadas no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 18 de outubro, na Lei nº 15.006.
- Mais da metade dos donos de motocicletas no país não têm habilitação específica para a categoria. Dos 32,5 milhões de proprietários de motos, motonetas e ciclomotores registrados no Brasil, 17,5 milhões (53,8%) não têm Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida para esses veículos. Em relação aos acidentes, o estudo indica que as motocicletas respondem por pelo menos 25% dos sinistros e a mais de 30% das fatalidades no trânsito.

35. Governo Federal expande Defesa Civil Alerta para o Sul e Sudeste

- Em novembro de 2024, o Governo Federal anunciou a expansão do novo sistema de envio de alertas de desastres, o Defesa Civil Alerta, para os estados do Sul e do Sudeste.
- A previsão é que o sistema esteja operacional nas duas regiões ainda em novembro. Reunião com estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste permitirá alinhar a ampliação da tecnologia em 2025.
- O novo sistema atuará na previsão de desastres, sejam eles hidrológicos, meteorológicos, geológicos, entre outros, reforçando a segurança da população na prevenção de acidentes e prejuízos.
- A nova tecnologia utiliza a rede de telefonia celular para emitir alertas, com mensagem de texto e aviso sonoro, inibindo qualquer conteúdo em uso na tela do aparelho, inclusive no modo silencioso. Os alertas são disparados para a população em área de risco e com cobertura de rede 4G ou 5G, sem necessidade de cadastro prévio do usuário. Em agosto deste ano, o Defesa Civil Alerta foi testado em 11 municípios brasileiros.

36. Decreto melhora condições de trabalho de terceirizados de órgãos públicos

- A norma prevê um alinhamento de todas as contratações realizadas pela administração às orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promovendo um ambiente de trabalho digno, livre de exploração de mão de obra infantil ou de condições análogas à escravidão. Atualmente, há 73 mil pessoas que trabalham como colaboradores do Governo Federal.
- Com a medida, o Governo Federal espera criar ambientes mais justos e dignos para os terceirizados, com a garantia de direitos fundamentais.
- O decreto estabelece a aplicação de regras trabalhistas para contratos celebrados com órgãos e entidades públicas federais, inclusive nos setores de obras e serviços de engenharia. Exige mecanismos de denúncia contra discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho. As regras serão aplicadas a todos os contratos, seja para aquisição de bens, serviços comuns de obras e de serviços de engenharia que sejam contratados diretamente.
- O texto ainda prevê condições mais flexíveis para regimes de trabalho, compensação de horas ou reorganização de escala e possibilita a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, em alguns casos.
- O novo decreto estabelece que os dias de recesso ou com escala diferenciada por motivos de feriados e outras festividades também devem ser considerados para os terceirizados, para evitar a manutenção desnecessária de pessoal em horários com pouca demanda, que pode, inclusive, gerar custos adicionais para a Administração.

37. Nova Carteira de Identidade Nacional possibilita melhoria dos serviços públicos

- A evolução do sistema de identificação do Brasil a partir da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) tem um papel estratégico para a melhoria dos serviços públicos, já que o documento reduz fraudes e amplia a segurança dos processos de identificação no país.
- Mais de 17 milhões de brasileiros já contam com a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). A adesão está acelerada: em dezembro de 2022, eram apenas 101 mil CINs.
- Uma das principais inovações da CIN é o seu padrão nacional e número único, que é o CPF. Todas as pessoas têm até 2032 para fazer a troca do seu documento pela nova identidade, sendo a primeira via gratuita para todos. Atualmente, a CIN é emitida em todos os estados brasileiros.





9.

Riqueza Ambiental e Sustentabilidade

Sumário

1. Amazônia tem maior queda de desmatamento em 15 anos	182
2. Desmatamento no Cerrado cai pela primeira vez em 5 anos	182
3. União com municípios visa reduzir desmatamento e incêndios na Amazônia	183
4. Fundo Amazônia recebe aportes internacionais e retoma ações	184
5. Com R\$ 882 milhões, Fundo Amazônia atinge recorde histórico de aprovações este ano	185
6. Bancos de países amazônicos firmam acordo	185
7. Investimentos na Amazônia levam abastecimento de água às famílias.....	186
8. Plano Ennio Candotti para o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem investimento histórico.....	186
9. BNDES libera, em sete meses, 2,5 vezes o valor aprovado na história do Fundo Clima.....	187
10. Brasil retoma protagonismo internacional na área ambiental.....	187
11. Compromissos brasileiros com o clima e a COP 29	188
12. Brasil sediará COP30 em 2025.....	189
13. Colômbia confirma adesão ao fundo de florestas proposto pelo Brasil na COP28	190
14. Cinco países confirmam apoio ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre.....	190
15. Decretos e pacto de proteção ao Pantanal e à Amazônia	191
16. Ações de combate aos incêndios no Pantanal e Amazônia.....	193
17. Política Nacional de Manejo do Fogo no Pantanal é sancionada	195
18. Governo Federal registra queda expressiva do desmatamento na Terra Indígena Karipuna	196
19. Ações do Governo Federal asseguram reconstrução do Rio Grande do Sul diante de emergência climática.....	197
20. Estados e municípios afetados pela crise climática recebem apoio.....	199

21. Novo acordo da Bacia do Rio Doce é homologado pelo STF	200
22. Pacto de Transformação Ecológica propõe desenvolvimento inclusivo e sustentável.....	201
23. Plano prevê mais desenvolvimento para a região do Matopiba.....	201
24. Sertão Vivo beneficia famílias do semiárido nordestino.....	202
25. PL do Combustível do Futuro é sancionado.....	202
26. Acordo pela descarbonização	203
27. Programa Bolsa Verde tem investimento de R\$ 60 milhões	203
28. Primeiras criações e ampliações de unidades de conservação desde 2018.....	204
29. Comissão Nacional de Combate à Desertificação é recriada.....	204
30. Governo Federal lança pacto global para transição energética justa e inclusiva.....	205
31. Participação popular na elaboração do Plano Clima	205
32. Lei reafirma a importância da educação ambiental.....	206
33. Governo Federal aprova instalação de projeto de hidrogênio verde de R\$ 17,5 bilhões no Ceará	206
34. Programa Terra Cidadã fortalece parcerias e agiliza regularização fundiária.....	207

1. Amazônia tem maior queda de desmatamento em 15 anos

- De acordo com dados do Prodes 2023/24, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento caiu 30,6% na Amazônia, entre o período de agosto de 2023 a julho de 2024. É a maior queda percentual em 15 anos.
- De agosto de 2023 a julho de 2024, 78% dos 70 municípios prioritários da Amazônia registraram queda do desmatamento.
- Os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, além da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assinaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para combater os desmatamentos e incêndios florestais nestes 70 municípios.
- Foi assinado, ainda, o contrato para Pagamentos por Resultados entre PNUD e Anater para fortalecer as ações de recuperação de áreas junto aos agricultores familiares com imóveis de até quatro módulos fiscais, com o objetivo de ampliar as metas do Programa União com Municípios. O Floresta+ Amazônia irá investir R\$ 75 milhões nesta iniciativa.

2. Desmatamento no Cerrado cai pela primeira vez em 5 anos

- A taxa de desmatamento do Cerrado decresceu 25,7%, a primeira queda nos últimos cinco anos. Foram 8.174 quilômetros quadrados (km²), no período entre agosto de 2023 e julho de 2024, a menor área desde 2019.
- De agosto de 2023 a julho de 2024, o Ibama atuou em diversas frentes para combater o desmatamento no Cerrado. Foram registrados 733 autos de infração, 449 embargos e 124 termos de apreensão. Mais de R\$ 225 milhões foram arrecadados em multas no período. O ICMBio registrou 85 autos de infração, 135 embargos, 98 termos de apreensão e 28 termos de destruição. Foram arrecadados R\$ 16 milhões em multas.
- O Cerrado, assim como os outros biomas brasileiros, está inserido no Plano Clima, política climática do país, que se projeta até o ano de 2035. A elaboração do Plano é conduzida pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, e tem dois pilares principais: a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação de cidades e ambientes naturais às mudanças do clima.
- Também foi relançado o Redeser, projeto voltado ao combate à desertificação na Caatinga. Serão R\$ 19 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente até o fim de 2025, para combater a desertificação em 14 municípios prioritários. O projeto estava paralisado há quatro anos.
- Em novembro de 2023, foi lançado o novo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado, estruturado em quatro eixos: atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle ambiental, ordenamento fundiário e territorial e instrumentos normativos e econômicos.

3. União com Municípios visa reduzir desmatamento e incêndios na Amazônia

- O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia prevê R\$ 730 milhões até 2027 para promover o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento e incêndios florestais. São R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 130 milhões do Projeto Floresta+.
- A prioridade são os 70 municípios onde ocorreram 78% do desmatamento na região em 2022. Ao aderir, os municípios recebem R\$ 500 mil em equipamentos e serviços. A iniciativa integra o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).
- Cerca de 30 mil famílias devem ser beneficiadas com pagamentos por serviços ambientais, e 22 mil famílias devem ser beneficiadas com pagamentos de serviços ambientais para assentamentos ainda em 2024.
- Em 2024, o presidente assinou a Medida Provisória nº 1.259, que está em tramitação no Congresso Nacional, que estabelece medidas excepcionais para a colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, Estados e Distrito Federal para as ações de prevenção e combate aos incêndios.
- De acordo com a MP, as unidades da Federação poderão receber recursos de empréstimos ou doações de agentes financeiros de crédito, mesmo estando em situações de irregularidade ou pendência fiscal, trabalhista e previdenciária.
- Para que essa condição seja aplicada, é necessário que o estado de calamidade pública ou situação de emergência seja reconhecido pelo Poder Executivo federal. Além disso, essas medidas excepcionais ocorrerão enquanto estiver em vigor o estado de calamidade/situação de emergência.

MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

AC	Tarauacá - Feijó - Manoel Urbano - Sena Madureira - Rio Branco
AM	Boca do Acre - Lábrea - Canutama - Humaitá - Manicoré - Novo Aripuanã - Apuí - Maués - Itapiranga
RR	Mucajá - Rorainópolis
PA	Jacareacanga - Itaituba - Novo Progresso - Trairão – Rurópolis - Placas - Mojú dos Campos - Uruará - Medicilândia - Prainha - Altamira - Senador José Porfírio - Anapu - São Félix do Xingu - Pacajá - Portel - Novo Repartimento - Itupiranga - Marabá - Moju - Paragominas - Ulianópolis - Dom Eliseu - Rondon do Para - Cumaru do Norte - Santana do Araguaia
RO	Porto Velho - Candeias do Jamari - Cujubim - Machadinho d'Oeste - Nova Mamoré - Buritis
MT	Colniza - Rondolândia - Aripuanã - Cotriguaçu - Nova Bandeirantes - Apiacás Paranaíta - Juína - Comodoro Juara - Nova Maringá - Peixoto de Azevedo - Marcelândia - São José do Xingu - Cláudia - União do Sul - Feliz Natal - Querência - Bom Jesus do Araguaia - Nova Ubiratã - Gaúcha do Norte - Paranatinga

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

4. Fundo Amazônia recebe aportes internacionais e retoma ações

- O Fundo Amazônia, mecanismo financeiro criado para captar recursos internacionais e investir em ações que combatam o desmatamento e promovam a conservação da Amazônia, foi reativado em janeiro de 2023, após ter sido paralisado em 2019. Desde então, foram anunciados, contratados ou já repassados ao Brasil R\$ R\$ 5,06 bilhões entre 2023 e 2024.

Os recursos estão assim divididos:

- » Recursos já repassados para o Fundo nos dois últimos anos:
 - » Reino Unido: R\$ 283,96 milhões
 - » Noruega: R\$ 282,53 milhões
 - » Estados Unidos: R\$ 291,38 milhões
 - » Alemanha: R\$ 195,17 milhões
 - » Dinamarca: R\$ 43,44 milhões
 - » Suíça: R\$ 28,13 milhões
 - » Japão: R\$ 14,94 milhões
 - » **TOTAL: R\$ 1,14 bilhão**
- Recursos contratados, mas ainda não repassados (aguardando alguma aprovação pelo Congresso do país, como normalmente ocorre em negociações internacionais):
 - » Reino Unido: R\$ 314,23 milhões
 - » Dinamarca: R\$ 86,01 milhões
 - » **TOTAL: R\$ 402, milhões**
- Além disso, há doações anunciadas que totalizam R\$ 3,52 bilhões, ainda pendentes de assinatura. Valores anunciados:
 - » Estados Unidos: R\$ 2,75 bilhões
 - » Noruega: R\$ 369,9 milhões
 - » Reino Unido: R\$ 269,9 milhões
 - » União Europeia: R\$ 128,3 milhões
 - » Irlanda: em negociação
 - » **TOTAL: R\$ 3,52 bilhões**
- Em seus 16 anos de existência, o Fundo Amazônia já captou um total de R\$ 4,35 bilhões doados pelos seguintes países: Noruega, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Dinamarca, Suíça e Japão.
- O Fundo é gerido pelo BNDES em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e apoia projetos alinhados ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), lançado em junho de 2023.

5. Com R\$ 882 milhões, Fundo Amazônia atinge recorde histórico de aprovações este ano

- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atingiu a marca de R\$ 882 milhões em aprovações de projetos do Fundo Amazônia em 2024.
- O valor é superior ao recorde anterior, alcançado em 2023, de R\$ 553 milhões. O dado, relativo aos dez primeiros meses do ano, foi apresentado na 31ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).
- O BNDES também aprovou R\$ 113,7 milhões do Fundo Amazônia para os projetos Redes Indígenas da Amazônia, da The Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil), e Dabucury, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese). Voltados à Amazônia Legal, os projetos podem beneficiar até 332 Terras Indígenas.

6. Bancos de países amazônicos firmam acordo

- Dezenove bancos públicos de desenvolvimento de países amazônicos firmaram, durante a Cúpula da Amazônia, um acordo para oferecer R\$ 4,5 bilhões em financiamento para negócios sustentáveis na região.
- O BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram carta de intenções lançando a Coalizão Verde, com objetivo de implementar o Programa de Acesso ao Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Pequenos Empreendedores (Pró-Amazônia)

7. Investimentos na Amazônia levam abastecimento de água às famílias

- O Governo Federal anunciou, em março de 2024, investimentos de R\$ 210 milhões para ampliar o acesso à água e promover a agricultura familiar na Amazônia.
- Os ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome assinaram com o BNDES acordo de cooperação técnica que destinará R\$ 150 milhões do Fundo Amazônia para expandir o abastecimento de água em regiões beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde. Também houve anúncio de R\$ 60 milhões para assistência técnica e extensão rural do Bolsa Verde.
- Os R\$ 150 milhões serão destinados a edital do MDS para projetos que implementem tecnologias sociais de acesso à água nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Pará. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida de famílias rurais de baixa renda.
- Estima-se que os recursos beneficiem cerca de 4,6 mil famílias em 16 municípios da região, incluindo mais de 3,1 mil famílias marajoaras. Entre as regiões abrangidas estão Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais, além de comunidades remanescentes de quilombos e projetos de assentamentos agroextrativistas.

8. Plano Ennio Candotti para o desenvolvimento sustentável da Amazônia tem investimento histórico

- A iniciativa tem R\$ 3,4 bilhões em recursos do FNDCT (até 2026) para infraestrutura de pesquisa, apoio à inovação, segurança alimentar e outras ações na Amazônia. Este é o maior volume de recursos já investidos na história da ciência na Amazônia.
- R\$ 800 milhões serão destinados à inovação para uma reindustrialização em novas bases tecnológicas e sustentáveis, e R\$ 550 milhões irão para o desenvolvimento de novos satélites para monitoramento da Amazônia. Mais R\$ 500 milhões serão destinados ao programa Pró-Amazônia.

9. BNDES libera, em sete meses, 2,5 vezes o valor aprovado na história do Fundo Clima

- O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) foi retomado em 2023 com o aporte de R\$ 630 milhões para financiar projetos de mitigação e adaptação à crise climática.
- Em 2024, o BNDES liberou, em apenas sete meses, o correspondente a 2,5 vezes todas as aprovações da história do programa Fundo Clima de 2013 a 2023 (R\$ 3 bilhões, a valores de hoje).
- De abril a outubro deste ano, o banco aprovou R\$ 7,3 bilhões para operações do Fundo Clima. Isso representa 70% dos cerca de R\$ 10,4 bilhões aportados pela União ao BNDES, em abril, para financiamento de projetos de mitigação da mudança climática e dos seus efeitos.
- O investimento será para energia eólica, solar e biogás, mobilidade urbana, eletrificação de frota de ônibus, VLT, além de financiamentos à indústria verde e a projetos de florestas nativas. Tudo isso com geração de mais de 15 mil empregos verdes.
- Além dos R\$ 7,3 bilhões aprovados, o BNDES tem R\$ 2,7 bilhões em operações do Fundo Clima a serem deliberadas pelas alçadas decisórias ainda neste ano. Já a demanda apresentada para o orçamento do programa de 2025 soma cerca de R\$ 11,5 bilhões.

10. Brasil retoma protagonismo internacional na área ambiental

- Uma das principais conquistas nessa área foi a eleição do Brasil como país-sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30).
- Entre as ações do Governo Federal, uma das primeiras, em setembro de 2023, foi a revisão das metas de redução de emissão de gases de efeito estufa em 48% até 2025 (a meta anterior era de 37%) e em 53% até 2030 (a meta anterior era de 50%). Já em 2024, um novo avanço, com a definição de redução das emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, reforçando o compromisso do governo com o enfrentamento à mudança do clima. Essas metas haviam sido reduzidas pelo governo anterior.
- O país também assumiu o compromisso de zerar o desmatamento até 2030.
- A Cúpula da Amazônia, em Belém (PA), e os Diálogos Amazônicos resultaram na Declaração de Belém, assinada pelos oito países amazônicos. A cúpula foi uma preparação para a COP30, em 2025. O Brasil na COP28 foi outro grande marco de 2023.
- Brasil e Alemanha apresentaram acordo de 25 milhões de euros (R\$ 134 milhões) para restauração florestal e manejo sustentável na zona de transição da Amazônia e do Cerrado. O aporte integra o pacote de 101,8 milhões de euros (cerca de R\$ 540 milhões) para projetos ambientais no Brasil.

11. Compromissos brasileiros como clima e a COP 29

- A nova meta climática do Brasil no Acordo de Paris foi entregue à UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) pelo vice-presidente da República e chefe da delegação brasileira na COP29, Geraldo Alckmin, realizada em Baku (Azerbaijão), em novembro de 2024.
- Na nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o Brasil estabelece a meta de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa do Brasil entre 59% e 67% até 2035, em comparação aos níveis de 2005, o que equivale a alcançar entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente em termos absolutos.
- Esse compromisso reflete o alinhamento do Brasil com as metas do Acordo de Paris. A meta abrange todos os setores da economia brasileira, com valor absoluto de redução de emissões de todos os gases de efeito estufa, alinhando-se ao objetivo de neutralidade climática até 2050, e ao compromisso global de limitar o aquecimento a 1,5°C em relação ao período pré-industrial, conforme o Balanço Global acordado na COP28, em Dubai, em 2023.
- Como parte de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, a nova NDC é orientada pelo Plano Clima. Em elaboração pelo Governo Federal desde 2023, o plano inclui eixos voltados à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos impactos das mudanças climáticas, com sete planos setoriais para mitigação e 16 para adaptação.
- Durante o evento, também foi lançada a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica (BIP). A plataforma foi criada para mobilizar capital nacional e internacional em apoio aos Planos de Transformação Ecológica e transição climática do governo brasileiro, reforçando o compromisso do país com a neutralidade de carbono até 2050.
- O Brasil ainda submeteu seu primeiro Relatório Bienal de Transparência (BTR) à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que constitui um marco fundamental no compromisso do país com o enfrentamento da mudança do clima. O documento revela os avanços brasileiros na implementação de políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação às mudanças do clima. O relatório também contabiliza as emissões e remoções de gases de efeito estufa, apoiando as políticas nacionais e reforçando a credibilidade do Brasil no cenário global.
- Por meio de projeto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a apresentação do documento está prevista pela Estrutura de Transparéncia Aprimorada abordada pelo artigo 13 do Acordo de Paris e relatará à comunidade internacional, entre outros aspectos, o progresso de implementação e atingimento das metas da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira.

12. Brasil sediará COP30 em 2025

- O Brasil já respira os ares da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, que será realizada de 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém (PA).
- Faltando menos de um ano para o início da Cúpula Climática, o Governo Federal tem intensificado os preparativos para receber mais de 60 mil pessoas, entre chefes de Estado, diplomatas, empresários, investidores, ativistas e delegações dos 193 países membros.
- O investimento do Governo Federal para os preparativos do evento é de cerca de R\$ 4,7 bilhões, entre recursos do Orçamento Geral da União, do BNDES e de Itaipu. O valor se traduz em uma série de obras que visam atender à demanda crescente por transporte, alojamento e espaços adequados para a realização da Cúpula.

Entre as principais obras, estão:

- **Hotelaria:** As acomodações são um ponto crucial nos preparativos. Para isso, estão sendo construídos novos hotéis, além da reforma e modernização das instalações já existentes. O Governo Federal já destinou R\$ 100 milhões, por meio do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para melhorias na qualidade de hotéis e serviços de turismo. Assim, será investido na construção de novos hotéis em Belém, por meio da cessão de terreno na área portuária de Belém e a cessão do antigo prédio da Receita Federal.
- **Segurança:** O estado do Pará está reforçando seu contingente policial e implementando tecnologia de ponta para monitorar e garantir a segurança dos participantes. Sistemas de vigilância, controle de acesso e patrulhamento intensivo são algumas das medidas adotadas para assegurar um ambiente seguro durante todo o evento.
- **Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar central nos preparativos para a COP 30. Projetos de energia renovável, gerenciamento de resíduos e preservação ambiental estão sendo implementados para minimizar o impacto ecológico do evento. A realização da Cúpula em Belém transformará a cidade

13. Colômbia confirma adesão ao fundo de florestas proposto pelo Brasil na COP28

- A Colômbia confirmou a adesão à proposta do Brasil de criação de um fundo para proteção de florestas. Uma declaração conjunta foi assinada pelos presidentes dos dois países. O fundo pode beneficiar cerca de 70 países florestais.
- O capital investido no fundo será destinado a ativos verdes e o retorno será destinado aos países que conservam suas florestas tropicais. A proposta é que seja pago um valor fixo anual para cada hectare de floresta de pé e que haja desconto significativo no valor a receber para cada hectare desmatado ou degradado.

14. Cinco países confirmam apoio ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre

- O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, Tropical Forests Forever Facility) teve o apoio de cinco países (Alemanha, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Malásia e Noruega) durante a realização da 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP16), em Cali, na Colômbia.
- Os países firmaram compromisso de continuar o trabalho conjunto para definir a arquitetura do mecanismo, que será lançado na COP 30, em novembro de 2025, em Belém (PA).
- O TFFF, apresentado pelo Brasil durante a COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, tem o intuito de remunerar países em desenvolvimento que conservam suas florestas tropicais, destinando o capital investido a ativos verdes e aplicando o retorno para manter as florestas de pé.
- A iniciativa realizará pagamentos por cada hectare de vegetação em pé, com penalização por hectare desmatado ou degradado, e garantirá recursos adicionais para a proteção da biodiversidade, de territórios tradicionais e a manutenção dos serviços ambientais.
- O objetivo é que os pagamentos sejam realizados a partir de recursos financeiros voluntariamente aplicados em um fundo de investimento, que será criado e mantido no âmbito da iniciativa. Recursos de países, fundos soberanos, pensões e outros investidores que realizam aplicações conservadoras, com boas garantias e rendimento reduzido, são arrecadados e investidos em operações mais rentáveis, garantidas pelo TFFF.
- Outra inovação é simplificar os instrumentos de monitoramento e verificação, com tecnologias avançadas, como imagens de satélite, para monitorar e calcular áreas conservadas. O modelo respeitará os sistemas de monitoramento de cada país, baseando-se em critérios pré-definidos.

15. Decretos e pacto de proteção ao Pantanal e à Amazônia

- Em maio de 2024, foram assinados vários decretos e o Pacto pela Prevenção e Controle de Incêndios com governadores do Pantanal e da Amazônia, para planejamento e implementação de ações colaborativas e integradas de prevenção, preparação e combate aos incêndios florestais e nas demais formas de vegetação nativa no Pantanal e na Amazônia.
- Entre os decretos, estão: a criação do Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais (Programa ProManguezal), para orientar os esforços do Governo Federal na conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados aos manguezais; e o decreto que cria a assessoria extraordinária para a COP30 no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).
- Também foi criada a Estratégia Nacional de Bioeconomia, que estabelece a Comissão Nacional de Bioeconomia e prevê a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia em 180 dias, a partir da primeira reunião da comissão.
- Outro decreto altera o Programa Cidades Verdes Resilientes, aumentando a capacidade de resiliência diante dos impactos da mudança do clima, priorizando regiões metropolitanas e municípios com alta vulnerabilidade social e climática.
- Também foram criados a Reserva de Vida Silvestre do Sauim-de-Coleira (AM), com 15,3 mil hectares, no município de Itacoatiara (AM); e o Monumento Natural das Cavernas de São Desidério (BA), unidade de conservação com 16 mil hectares, para proteção das cavidades naturais/patrimônio espeleológico em São Desidério (BA).
- Já a regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas foi alterada, transformando o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) em Plano Plurianual de Outorga Florestal (PPAOF). A mudança permite a comercialização de crédito de carbono em concessões florestais.
- E ainda: atualização do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM); assinatura, pelo MMA, de portaria para nomeação de 98 analistas ambientais, além da convocação de 49 para cadastro reserva; e lançamento do processo de participação social do Plano Clima na plataforma do Brasil Participativo.
- Foram assinados os protocolos de intenções pelo MMA para: implementar a Política Nacional de Clima, Justiça Climática e Participação das Mulheres nas Políticas Ambientais; aprimorar a capacidade de implementação e monitoramento de políticas e medidas para o enfrentamento da mudança do clima, com ênfase no Plano Clima; fortalecer a pesquisa, inovação, geração de conhecimentos e tecnologias voltadas ao controle do desmatamento, degradação florestal e incêndios florestais, entre outras ações.

OBRAS DE INFRAESTRUTURA QUE CONTAM COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

O investimento do **Governo Federal** para os preparativos do evento é cerca de

R\$ 4,7 bilhões

Entre recursos do Orçamento Geral da União, do BNDES e de Itaipu.



- | | | |
|---|--|---|
| 1
Reforma do Complexo Ver-o-Peso - Prefeitura
R\$ 60 milhões - Itaipu
42% de obras concluídas | 2
Reforma do Mercado São Brás - Prefeitura
R\$ 89 milhões - Itaipu
+90% de obras concluídas | 3
Parque Linear São Joaquim - Prefeitura
R\$ 150 milhões - Itaipu
5% de obras concluídas |
| 4
Reforma do Parque Linear Doca - Governo do Estado
R\$ 366 milhões - Itaipu
34% de obras concluídas | 5
Pavimentação asfáltica na Região Metropolitana de Belém - Governo do Estado
R\$ 149 milhões - Itaipu
6% de obras concluídas | 6
Duplicação da Rua da Marinha - Governo do Estado
R\$ 253 milhões - BNDES
2% de obras concluídas |
| 7
Reforma e Modernização do Hangar (Centro de Convenções) - Governo do Estado
R\$ 50 milhões - BNDES
8% de obras concluídas | 8
Terminal Hidroviário Internacional de Belém - Governo do Estado
R\$ 55 milhões - BNDES
Iniciada com recursos do tesouro estadual | 9
Parque Linear Tamandaré - Reurbanização e macrodrenagem do canal da Avenida Almirante Tamandaré - Governo do Estado
R\$ 241 milhões
22% de obras concluídas |
| 10
Macrodrrenagem e urbanização - Tucunduba e Murutucu (abrange 9 canais) - Governo do Estado
R\$ 740 milhões
26% de obras concluídas | 11
Urbanização e Drenagem do Mangueirão (abrange dois canais) - Governo do Estado
R\$ 126 milhões
32% de obras concluídas | 12
Adequação da infraestrutura da Base Aérea de Belém
R\$ 25,8 milhões |

INVESTIMENTOS E PARCERIAS NA HOSPEDAGEM

- 13** Hotel Modular – Vila Líderes - R\$ 224 milhões - Itaipu
 - Aproximadamente 500 quartos para atendimento às delegações dos países participantes.
 - Ficará como legado para o estado, funcionando como um centro administrativo do governo estadual.
- 14** Novos Hotéis

O governo federal está investindo na construção de novos hotéis em Belém, por meio da cessão de terreno na área portuária de Belém e a cessão do antigo prédio da Receita Federal.
- 15** Forças Armadas

Reforma, requalificação de equipamentos hoteleiros das Forças Armadas em Belém, num total de 1615 leitos distribuídos entre Aeronáutica e Marinha.

16. Ações de combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia

- A colaboração entre União, estados e municípios no combate aos incêndios e à seca no país incluiu ações emergenciais em 2024, além de medidas preventivas para o futuro.
- O Governo Federal destinou mais de R\$ 514 milhões para ações emergenciais de combate aos efeitos dos incêndios e à situação de grave estiagem que atinge grande parte da Região Norte e a Amazônia Legal.
- O presidente editou medida provisória que viabilizou crédito extraordinário a diversos ministérios e autarquias públicas para continuidade ao trabalho de investigação de incêndios criminosos, de combate aos focos das queimadas - garantindo toda a infraestrutura necessária - e de atendimento à população afetada.
- O BNDES também reforçou as medidas de contenção com mais R\$ 400 milhões. O montante foi utilizado para apoio aos Corpos de Bombeiros dos estados da Amazônia Legal para compra de equipamentos, materiais e viaturas.
- A Força Nacional de Segurança Pública reforçou ao longo do ano suas ações no enfrentamento a incêndios florestais em diversas regiões do país, com mobilizações que envolveram centenas de profissionais e dezenas de viaturas. Em 2024, foram mobilizados cerca de 500 profissionais – entre bombeiros, policiais militares, peritos e técnicos – e utilizadas aproximadamente 150 viaturas, reforçando a presença do Governo Federal em regiões vulneráveis, nos Estados de Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Acre e Roraima.
- Até novembro de 2024, foram contabilizadas 11.964 ações de combate a incêndios florestais e residenciais, monitoramento, prevenções e vistorias.
- No campo da Polícia Federal, há 5.589 inquéritos policiais em andamento relacionados ao tema. Desses, 154 investigações, iniciadas em 2023 e 2024, são especificamente sobre incêndios nos biomas brasileiros. Há policiais federais dedicados exclusivamente à investigação dos incêndios no Pantanal, que abrange Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- Também foram criados quatro polos de apuração nos Estados com mais casos de incêndio no bioma Amazônico (Acre, Amazonas, Rondônia e Pará). Cada um deles tem uma equipe exclusiva dedicada a esclarecer os fatos.
- A Polícia Rodoviária Federal (PRF) conduziu a Operação Queimadas Zero, nas regiões do Amazonas, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Pará e de Rondônia. A ação teve como objetivo intensificar o patrulhamento e a fiscalização ao longo das rodovias federais para prevenir queimadas. Para apoiar o combate aos incêndios, foram mobilizados um avião para o Pantanal, em apoio ao IBAMA, e dois helicópteros e um avião para a Amazônia.

■ Entre as ações realizadas pelo Governo Federal desde 2023 no enfrentamento à questão, destacam-se:

- Planejamento e operacionalização da contratação de novos brigadistas e aquisição de equipamentos; Fundo Amazônia aprovou R\$ 1,3 bilhão para projetos e chamadas públicas em 2023;
- Assinatura pelo Presidente Lula de pacto com governadores para combate a incêndios no Pantanal e Amazônia, e convocação de reunião pela Presidência sobre seca e incêndios no Pantanal;
- Polícia Federal instalou gabinete de crise para investigar origem de incêndios no Pantanal; Instalação da Base Operativa Multiagências e comando Integrado local em Corumbá (MS);
- Instalação da Base Operativa Multiagências e Comando Integrado local no Km 100 da Rodovia Transpantaneira, em Poconé (MT);
- Por meio da MP nº 1.24, assinada pelo Presidente Lula, foi liberado crédito extraordinário de R\$ 137 milhões para combate aos incêndios no Pantanal;
- Presidente Lula sanciona Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14.944 de 31 de julho de 2024) após acompanhar ações de combate em Corumbá (MS);
- Governo Federal anuncia criação de três frentes multiagências interfederativas para combate aos incêndios em áreas críticas da Amazônia, após reunião com governadores do bioma e do Pantanal;
- Retomada da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, bem como do Fundo Amazônia após quatro anos de paralisação;
- Plano de Ação para o Manejo Integrado do Fogo (MIF) no Pantanal lançado em abril de 2023;
- Lançamento da nova versão do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM);
- Lançamento de dados preliminares do DETER Pantanal e do PPCerrado;
- Antecipação em dois meses da instalação do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (Ciman), que reúne órgãos e agências federais envolvidas no combate aos incêndios, com participação dos governos de MT e MS;
- Senado aprova Política Nacional sobre Manejo Integrado do Fogo, importante para a prevenção e controle dos incêndios florestais em todo o país;
- O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, assina Medidas Provisórias para acelerar a recontratação de brigadistas (MP nº 1.239) e facilitar o uso de aviões estrangeiros no combate a incêndios florestais (MP nº 1.240).

17. Política Nacional de Manejo do Fogo no Pantanal é sancionada

- A Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.. A nova legislação impõe medidas para disciplinar e aprimorar o uso do fogo.
- O manejo integrado é uma abordagem planejada e coordenada para usar o fogo de forma controlada e consciente, com o objetivo de prevenir e combater incêndios florestais, conservar ecossistemas e respeitar práticas tradicionais.
- A estratégia combina conhecimentos técnicos, científicos e tradicionais para minimizar os impactos negativos do fogo, garantindo a segurança ambiental e humana. Inclui o uso controlado do fogo em atividades agropecuárias, de conservação e de manejo ambiental, sempre com autorização dos órgãos competentes.
- O texto proíbe usar o fogo como método de retirada de vegetação nativa para uso alternativo do solo, exceto quando há queima controlada dos resíduos de vegetação.
- Para práticas agropecuárias, o uso do fogo será permitido apenas em situações específicas, e os proprietários poderão ser responsabilizados em caso de incêndios.
- A iniciativa reconhece o papel ecológico do fogo nos ecossistemas e respeita os saberes e práticas tradicionais de uso do fogo por indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

18. Governo Federal registra queda expressiva do desmatamento na Terra Indígena Karipuna

- A plataforma do Ministério da Justiça, Rede Brasil Mais, constatou que zerou o desmatamento na Terra Indígena Karipuna, uma área de aproximadamente 153 mil hectares, localizada no estado de Rondônia, entre os municípios de Porto Velho e Nova Mamoré, em junho e julho de 2024.
- Foi registrada queda de 86% ao ser comparado com o mesmo período em 2022-2023, quando o número de alertas estava em 20. A redução fica mais expressiva se comparada a junho e julho de 2022, com 160 alertas de desmatamento. No mesmo período 2022-2024, a queda é de 100%.
- Foram exitosas a retirada dos invasores, a inutilização de maquinários e equipamentos, o monitoramento e a conservação das áreas invadidas. O processo de desintrusão ocorreu dentro do prazo estabelecido, no período de dois meses, junho e julho, com a participação de 20 órgãos federais.
- Entre os resultados, estão a apreensão de 27 metros cúbicos de madeira e a inutilização de mais 27 m³; a destruição de uma balsa, de 38 acessos e de 17 pontes.
- Houve ainda a inutilização de 28 edificações dentro da TIKA, locais que serviam de suporte para armazenar materiais a serem utilizados para o desmatamento, como combustível para motosserra. Os quatro acessos terrestres clandestinos identificados foram desfeitos.
- Todas as 152 ações planejadas foram cumpridas. Com isso, os 42 indígenas que resistiram à dizimação de seus parentes têm de volta a sua terra em completude e maior segurança. O Governo Federal, através da Força Nacional e da Funai, seguirá presente na área, com patrulhamento e monitoramento para evitar que novas invasões aconteçam.

19. Ações do Governo Federal asseguram reconstrução do Rio Grande do Sul diante do desastre climático

- Logo que começaram as enchentes no estado, o Governo Federal intensificou a presença e o apoio à região. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou cinco visitas ao Rio Grande do Sul, entre maio e agosto de 2024, sendo a primeira em 2 de maio, quando anunciou medidas emergenciais e de longo prazo.
- O Governo disponibilizou R\$ 97,8 bilhões ao estado, dos quais R\$ 44,7 bilhões foram empenhados e R\$ 40,2 bilhões já executados em transferências e investimentos, além de antecipações de recursos extraordinários para o Rio Grande do Sul.
- Outra medida do Governo foi garantir recurso financeiro para que as famílias pudessem recomeçar a vida. Para isso, foi criado o Auxílio Reconstrução. O apoio financeiro no valor de R\$ 5.100 foi aprovado a 374 mil famílias, superando o número antes previsto.
- O governo também garantiu novas moradias para os desabrigados, com 16 mil habitações sendo viabilizadas pelos programas Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e Compra Assistida.
- Além das entregas já realizadas, a Secretaria para Apoio à Reconstrução do RS e o Ministério das Cidades viabilizaram mais de R\$ 2 bilhões para a aquisição de unidades habitacionais voltadas à população atingida. Serão contratadas 11,5 mil unidades no MCMV FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) Calamidade e outras 2 mil pelo programa MCMV Rural Calamidade.
- Cerca de 30 mil servidores federais foram mobilizados, incluindo militares e agentes da Defesa Civil, para realizar ações de resgate e salvamento no Rio Grande do Sul.
- Foram resgatadas 84,4 mil pessoas e 15,2 mil animais, e 12 hospitais de campanha foram instalados no pico da operação, resultando em mais de 39 mil atendimentos. O Governo Federal destinou R\$ 1,1 bilhão para essas ações, além de R\$ 29,8 milhões para financiar abrigos que acolheram cerca de 85 mil pessoas durante as enchentes.
- Em uma articulação complementada pelas ações da Defesa Civil estadual, o Governo Federal organizou a recepção e distribuição de 32 mil toneladas de doações oriundas de várias fontes. Nos quatro meses, foram atendidos 585 pedidos de prefeituras municipais, associações comunitárias, associações de bairros, associações de pescadores, associações de catadores de material reciclável, instituições religiosas, cooperativas e projetos sociais.
- Foram distribuídas 105 mil cestas de alimentos, 1,7 milhão de litros de água mineral, 8.147 colchões, 35.271 cobertores, 32.906 kits de higiene, 18.514 kits de limpeza, 285,4 mil quilos de ração para animais, 206,4 mil quilos de roupas, 110 máquinas de lavar, 317,9 mil fraldas, 40,8 mil absorventes íntimos, 53,4 mil lingeries, 28,3 mil litros de leite e 175,6 mil lenços umedecidos.

- Como forma de sustentar a recuperação das milhares de empresas atingidas pelo desastre climático, o Governo Federal disponibilizou uma quantidade significativa de recursos por meio de programas de crédito subsidiado. Mais de 35 mil empresas foram beneficiadas com R\$ 18 bilhões disponibilizados para crédito subsidiado e R\$ 10 bilhões já contratados.
- Também foi criado um programa de auxílio para o pagamento de salários, que beneficiou 93 mil trabalhadores de 7.100 empresas. Para os agricultores, foram disponibilizados R\$ 4 bilhões em crédito e R\$ 1,9 bilhão para renegociação de dívidas. A expectativa é de R\$ 13 bilhões em dívidas renegociadas. O número de agricultores que podem ser beneficiados com essas medidas chega a 337 mil.
- A reconstrução de escolas, unidades de saúde e infraestrutura pública foi uma prioridade, com R\$ 1,1 bilhão investido na educação.
- Na saúde, foi destinado R\$ 1 bilhão para a reconstrução de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o custeio de hospitais.
- Além disso, o Governo Federal investiu R\$ 1,9 bilhão na recuperação de estradas, pontes e no Aeroporto Salgado Filho, que foi reaberto em outubro de 2024.
- Entre as medidas executadas para a área da saúde, R\$ 335 milhões foram destinados ao Auxílio Saúde, que engloba serviços de média e alta complexidade (Teto MAC) para atendimento da população. Serviços de Atenção Básica (Teto PAP) contam com R\$ 108 milhões, enquanto ações emergenciais de vigilância em saúde dispõem de R\$ 166 milhões. Outros R\$ 115,3 milhões foram dedicados às ações emergenciais realizadas no Hospital Nossa Senhora da Conceição.
- Outros valores para reforço da saúde contemplam R\$ 47,3 milhões para reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), R\$ 80,3 milhões para reconstrução de 28 UBSs, R\$ 50,1 milhões para reforma de 9 Unidades Especializadas, R\$ 8,8 milhões para reconstrução de 4 Unidades Especializadas e R\$ 121,6 milhões para compra de equipamentos essenciais na reestruturação de 191 Unidades de Saúde.
- Além das universidades e Institutos Federais, que receberam R\$ 50,3 milhões em verbas extraordinárias para garantir a recuperação e reconstrução de equipamentos, o Governo Federal ajudou ainda com recursos os municípios e estado para ações de custeio e reconstrução em escolas.
- Serão reconstruídas 26 escolas municipais e estaduais e outros 199 estabelecimentos de ensino passarão por reformas — com R\$ 310 milhões sendo investidos para esse fim.
- Para a alimentação escolar nas unidades de ensino municipais, foram repassados R\$ 25,8 milhões. Com o Programa Dinheiro Direto na Escola, foram R\$ 46,1 milhões, beneficiando 1.422 escolas estaduais e municipais.
- O Ministério da Cultura abriu inscrições para o Programa Bolsa Retomada Cultural RS, uma ação formativa em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul que concederá mais de 10 mil bolsas de R\$ 4.500 para beneficiar artistas, produtores, fazedores e agentes culturais residentes dos 95 municípios em calamidade. Há também o investimento de R\$ 30 mil para 200 Pontos de Cultura e grupos culturais.

- Além disso, R\$ 4,5 milhões serão investidos na Bolsa Funarte de Ações Continuadas, no valor de R\$ 30 mil, para a realização de atividades que ajudem na retomada das ações artísticas continuadas de grupos, coletivos, espaços e eventos artísticos que constem nos calendários dos municípios gaúchos afetados.

20. Estados e municípios afetados pela crise climática recebem apoio

- O Governo Federal esteve presente com ações emergenciais e estruturadoras em todas as localidades afetadas, seja pelos efeitos da seca ou por fortes temporais. Foram os casos de São Paulo, Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco.
- O amparo às populações envolveu ações humanitárias, mobilização de ministérios e de instituições. Foi liberado crédito para: recuperação econômica, abrigos para a população atingida, alimentação, medicamentos, antecipação de benefícios como o Bolsa Família e subsídios para agricultores, pescadores e empreendedores.
- Em 2024, o Governo, por meio do Ministério da Saúde, enviou 54 kits de medicamentos e insumos para o Amazonas como parte das ações de enfrentamento à estiagem que atinge o estado. Cada kit tem capacidade de atender 1,5 mil pessoas por até um mês.
- Os kits permitirão o atendimento de 81 mil pessoas durante 30 dias nos municípios amazonenses mais impactados pela seca. Os kits, de forma geral, contam com 48 itens — 32 medicamentos e 16 insumos — como anti-inflamatórios, analgésicos e antibióticos, além de luvas e seringas.
- Somente no mês de setembro de 2024, o Ministério da Saúde liberou mais de R\$ 4 milhões para municípios da Região Norte, com foco na resposta à emergência em saúde pública.
- O Governo também realizou uma força-tarefa para socorrer comunidades isoladas pela seca no Pará. 21 municípios do Pará ficaram em situação de emergência por causa da estiagem.
- Em 2023, o governo acionou ministérios, mobilizou instituições, articulou parcerias e destinou todos os recursos materiais e humanos necessários para responder aos impactos da crise climática em estados e municípios. Ao longo do ano, foram mais de R\$ 2 bilhões destinados ao socorro nas regiões atingidas somente no ano passado.

21. Novo acordo da Bacia do Rio Doce é homologado pelo STF

- Em novembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o novo acordo para reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG).
- O novo acordo destina R\$ 132 bilhões para ações de reparação e compensação e foi assinado pelas empresas Samarco (responsável pela barragem do Fundão), Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana), que controlam a Samarco, e pela Advocacia-Geral da União (AGU), governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Defensoria Pública da União, Ministérios Públicos de MG e do ES e Defensorias Públicas dos dois estados.
- Desse montante, R\$ 100 bilhões serão repassados aos entes públicos – União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo e municípios que aderirem ao acordo – para aplicação em projetos ambientais e socioeconômicos, incluindo programas de transferência de renda.
- Outros R\$ 32 bilhões serão direcionados para recuperação de áreas degradadas, remoção de sedimentos, reassentamento de comunidades e pagamento de indenizações às pessoas atingidas, que serão realizados pela Samarco.
- O novo acordo substitui integralmente o problemático acordo assinado em 2016, que havia estabelecido uma série de obrigações para as empresas, as quais deveriam executar ações para reparar os danos causados.

22. Pacto de Transformação Ecológica propõe desenvolvimento inclusivo e sustentável

- Assinado entre os chefes dos três poderes em agosto de 2024, o Pacto de Transformação Ecológica reúne um conjunto de medidas de estímulo a investimentos para descarbonizar a economia, aumentar a produtividade e reduzir as desigualdades sociais.
- O projeto estabelece um novo marco para o país, no qual a sustentabilidade ecológica, o desenvolvimento econômico e a justiça social e climática se tornam pilares centrais das políticas públicas.
- As cinco principais medidas do Pacto:
 - O Poder Executivo irá ampliar o financiamento e reduzir o custo do crédito para setores, projetos e práticas sustentáveis;
 - O Poder Legislativo vai priorizar projetos de lei relacionados aos temas do pacto, como a aprovação do marco legal do mercado de carbono, da produção de energia eólica no mar e dos biocombustíveis;
 - O Poder Judiciário irá adotar medidas para agilizar demandas judiciais que envolvam a temática ambiental, fundiária e climática, inclusive com a definição de metas e protocolos do Conselho Nacional de Justiça;
 - Os poder Executivo e Judiciário irão, em conjunto, integrar bancos de dados imobiliários, ambientais, cadastrais e fiscais, com dados georreferenciados para garantir a segurança jurídica sobre a titularidade das terras públicas e privadas;
 - Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário vão adotar medidas de gestão para reduzir os impactos diretos de suas atividades sobre o meio ambiente, como licitações sustentáveis, redução de demanda por recursos naturais, eficiência energética e destinação adequada de resíduos.

23. Plano prevê mais desenvolvimento para a região do Matopiba

- Foi instituído o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba, região que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
- O foco do comitê é promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável. E monitorar a implementação, execução e a efetividade do plano, entre outras iniciativas.

24. Sertão Vivo beneficia famílias do semiárido nordestino

- Com R\$ 1,8 bilhão, o Projeto Sertão Vivo - Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste beneficiará 439 mil famílias. A iniciativa é resultado de parceria entre o BNDES, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola da ONU (FIDA) e o Green Climate Fund (GCF).
- O Sertão Vivo apoia projetos que beneficiam a população rural (agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais) e atua no enfrentamento da pobreza e das mudanças climáticas e na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

25. PL do Combustível do Futuro é sancionado

- Em outubro de 2024, foi sancionado o Projeto de Lei nº 528/2020, que institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano.
- Os operadores aéreos ficam obrigados a reduzir as emissões de dióxido de carbono entre 1%, a partir de 2027, e 10%, até 2037. A redução se dará pelo uso do Combustível Sustentável de Aviação.
- O PL cria o Programa Nacional do Diesel Verde, que incorpora, gradativamente, o diesel verde à matriz de combustíveis do país. O limite do teor da mistura de etanol anidro à gasolina passa a ser de, no mínimo, 22% e de, no máximo, 30%, a ser definido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).
- Além da sanção da Lei do Combustível do Futuro, também foram assinadas cartas de compromisso para investimentos no setor de biocombustível no Brasil. Sete empresas assinaram compromissos que ultrapassam R\$ 20 bilhões.
- O texto estabelece que a margem de mistura de etanol à gasolina passa de 22% a 27%, podendo chegar a 35%. Atualmente, o mínimo é 18%. Quanto ao biodiesel misturado ao diesel de origem fóssil, que está no percentual de 14% desde março deste ano, a partir de 2025 será acrescentado um ponto percentual de mistura anualmente até chegar aos 20% em março de 2030.

26. Acordo pela descarbonização

- Acordo entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o BNDES, com vigência de cinco anos, destina R\$ 200 milhões para a descarbonização da cadeia automotiva no país.
- Desse total, R\$ 40 milhões foram liberados a partir da assinatura do acordo de cooperação técnica. A verba destina-se a apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, engenharia, estudos, testes, pilotos e certificações.

27. Programa Bolsa Verde tem investimento de R\$ 60 milhões

- Após seis anos parado, em 2023, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o Bolsa Verde, foi retomado.
- Em 2024, o programa recebeu R\$ 60 milhões do Governo Federal para implementar uma nova fase.
- Do valor total, R\$ 53,4 milhões serão para atender 13,3 mil famílias nos estados do Pará, Amapá, Alagoas e Bahia. Outros R\$ 6,6 milhões serão investidos por meio de Instrumentos Específicos de Parceria (IEP) contratados com as empresas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atenderão 1.650 famílias nos estados do Acre e Amazonas.
- O Bolsa Verde realiza pagamentos trimestrais de R\$ 600 a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros.
- As famílias receberão assistência especializada durante 15 meses e, em troca, comprometem-se a adotar práticas sustentáveis, garantindo a preservação dos recursos naturais e ajudando a proteger e monitorar as áreas em que habitam.
- O programa passou a atender famílias inscritas no CadÚnico. O critério de renda de acesso ao programa passou para até meio salário mínimo por pessoa/mês. O Ministério do Meio Ambiente vem realizando busca ativa para o programa, com o objetivo incentivar a adesão de famílias agroextrativistas.
- Até junho de 2024, 35 mil famílias já haviam sido beneficiadas pelo Bolsa Verde, em 12 estados brasileiros.

28. Primeiras criações e ampliações de unidades de conservação desde 2018

- Entre 2018 e 2022, o Brasil não criou ou ampliou áreas protegidas. Porém, em 2023, foi criado o primeiro parque nacional da Paraíba, o Parque Nacional da Serra do Teixeira, com 61 mil hectares, além da Floresta Nacional de Parima (RR), com 109 mil hectares.
- Também foram ampliadas a Estação Ecológica de Maracá (RR) e o Parque Nacional do Viruá (RR), que ganharam, respectivamente, 50,7 mil e 54 mil hectares; e a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso (PA), com mais 1,8 mil hectares.
- Foi lançada a primeira Concessão para Recuperação da Mata Atlântica, com investimento de R\$ 430 milhões. Ainda foram celebrados três contratos de concessão florestal na Floresta Nacional de Humaitá (AM), com 200,9 mil hectares.
- Em 2024, o Pará ganhou duas unidades de conservação federais: a Reserva Extrativista (Resex) Filhos do Mangue, com 40.537 hectares e cerca de quatro mil famílias; e a Resex Viriandeuá, com 34.191 hectares e cerca de 3,1 famílias, ambas no Salgado Paraense, com uma das maiores florestas de manguezais do país.

29. Comissão Nacional de Combate à Desertificação é recriada

- Paralisada desde 2016, a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) foi recriada, em 2024, para acelerar a implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.
- O órgão legitimou o 2º Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil). O primeiro plano é de 2004 e a revisão será a primeira em 20 anos.
- O presidente Lula também determinou a criação de uma Câmara Interministerial de Combate à Desertificação, para a articulação do governo com iniciativas que contribuam para os objetivos da política.

30. Governo Federal lança pacto global para transição energética justa e inclusiva

- Aprovados durante a reunião de ministros de energia do G20, em outubro de 2024, os Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas foram transformados no Pacto Energético da Organização das Nações Unidas para uma transição energética justa e inclusiva.
- O documento, lançado durante a COP29, em Baku, no Azerbaijão, traz compromissos que visam aumentar a segurança energética e acelerar transições energéticas limpas, sustentáveis, justas, acessíveis e inclusivas.
- Também destaca a necessidade de acabar com a pobreza energética. O pacto ressalta a importância do diálogo social e da participação das partes interessadas no planejamento e implementação de políticas e projetos relacionados à transição energética.
- Empresas, associações do setor privado e outros países além dos que fazem parte do G20 também poderão aderir ao Pacto Energético e, assim, reforçar seus compromissos em prol de transições energéticas justas e inclusivas.

31. Participação popular na elaboração do Plano Clima

- Em outubro de 2024, o Governo Federal lançou a consulta pública da Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima, documento que representa a revisão do Plano Nacional de Adaptação (PNA) de 2016, e um dos pilares do Plano Clima, que servirá como guia da política climática brasileira até 2035.
- Ao todo, mais de 24 mil pessoas contribuíram com a primeira etapa de consulta à população sobre quais devem ser os compromissos do Brasil para enfrentar as mudanças climáticas até 2035.
- De acordo com o balanço do Plano Clima Participativo, as interações na plataforma ultrapassaram a marca dos 50 mil, com cerca de 1,2 mil propostas enviadas pela sociedade, aproximadamente 47 mil votos e mais 2,3 mil comentários.
- O texto busca orientar, promover, implementar e monitorar ações de adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima, por meio de medidas de curto, médio e longo prazo. O documento tem como princípios a promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça climática.
- O Plano Clima é transversal, envolve 22 ministérios, funciona como um guia da política climática brasileira e continuará a ser discutido até sua conclusão, em 2025, após a Conferência Nacional de Meio Ambiente e Mudança do Clima, cujo tema é Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica.
- O documento final, incorporando os resultados de todo o processo participativo, será apresentado na COP30, a ser realizada em 2025 no Brasil, em Belém (PA).

32. Lei reafirma a importância da educação ambiental

- Em 2024, foi sancionado o PL nº 6.230/2023, que garante a atenção à mudança do clima, à proteção da biodiversidade e às vulnerabilidades a desastres socioambientais na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
- A iniciativa enfatiza a importância da população compreender as causas e consequências da emergência climática e da perda de biodiversidade, além da necessidade de ação para combatê-las.
- As mudanças da PNEA buscam promover uma política educacional baseada na conscientização ambiental, com incentivos à participação ativa nas ações ambientais de grupos e indivíduos, entre eles escolas em todos os níveis de ensino.
- Entre as principais diretrizes da lei está o desenvolvimento de instrumentos e metodologias para garantir a eficácia das ações educativas relacionadas às questões ambientais, à mudança do clima, aos desastres socioambientais e à perda de biodiversidade. Também demanda a inserção obrigatória de tais temas nos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino da educação básica e superior.

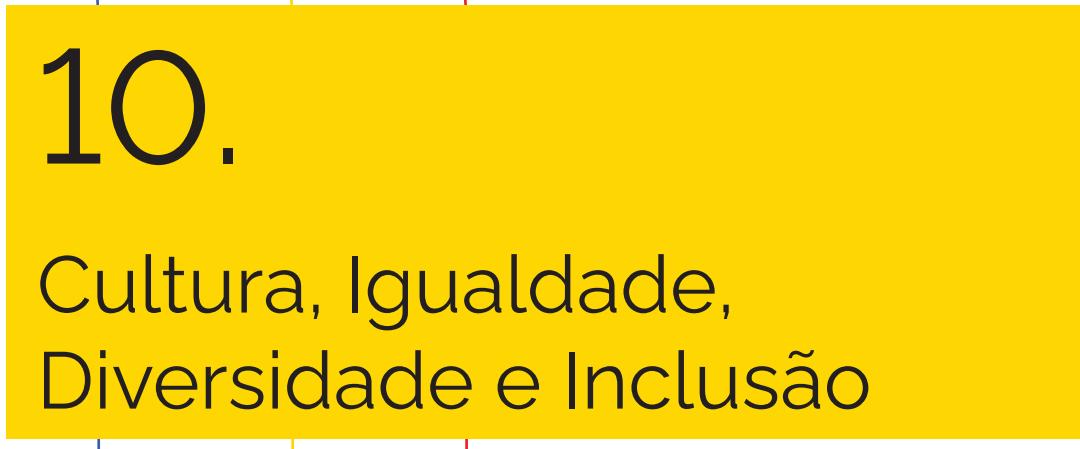
33. Governo Federal aprova instalação de projeto de hidrogênio verde de R\$ 17,5 bilhões no Ceará

- O Governo Federal aprovou a instalação do projeto de produção de hidrogênio verde da empresa australiana Fortescue na ZPE de Pecém, no Ceará, com previsão de R\$ 17,5 bilhões em investimento.
- A resolução é estratégica para a transição energética. Como contrapartida pela liberação, a companhia vai utilizar bens e serviços nacionais e investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).
- O projeto tem capacidade de produção estimada de 1,2 gigawatts (GW) por ano, podendo chegar a 2,1 GW em uma eventual segunda fase.
- A previsão é que a implementação gere mais de 9 mil postos de trabalho diretos e indiretos. O início das operações está previsto para agosto de 2028.
- A iniciativa faz parte do plano de criação de um hub de produção de hidrogênio verde no Ceará e está alinhada à Missão 5 (Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas) da Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial para guiar o país até 2033.

34. Programa Terra Cidadã fortalece parcerias e agiliza regularização fundiária

- Com o objetivo de ampliar a capacidade operacional das ações de reforma agrária e de governança fundiária, o Governo Federal instituiu, em novembro de 2024, o programa Terra Cidadã.
- Por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), o programa fortalece ações como o cadastro de imóveis rurais, a regularização fundiária e o apoio aos assentamentos da reforma agrária.
- Os ACTs já firmados para operar as Unidades Municipais de Cadastro (UMCs) continuam válidos, e novas parcerias poderão ser firmadas com entes municipais, estaduais, organizações da sociedade civil, universidades e entidades públicas de assistência técnica e extensão rural.
- As parcerias permitirão a execução de atividades essenciais, como coleta e organização de documentos, inscrição e apoio ao saneamento cadastral e processual no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária. Também estão previstas a elaboração de diagnósticos, projetos produtivos e/ou básicos para estruturar assentamentos, cadastro, instrução processual, vistoria e georreferenciamento para regularização fundiária.





10.

Cultura, Igualdade,
Diversidade e Inclusão

Sumário

1. Lei Paulo Gustavo : o maior investimento direto na cultura brasileira	212
2. Política Nacional Aldir Blanc: investimento contínuo para transformar a cultura	213
3. Novo PAC Seleções investe na Cultura e no Esporte.....	215
4. Lei Rouanet: inclusão cultural e fortalecimento das histórias locais e periféricas.....	216
5. Novo Marco de Fomento à Cultura unifica mecanismos de fomento	217
6. MovCEU leva cultura e educação para municípios pequenos e áreas rurais.....	218
7. Rádios Comunitárias vão receber apoio cultural.....	218
8. Mais obras nacionais na TV Paga e Lei de Cotas de Tela	219
9. Avanços históricos na promoção da igualdade racial e justiça social.....	220
10. Injúria racial agora é crime de racismo com punições mais severas.....	221
11. Dia da Consciência Negra se torna feriado nacional.....	222
12. Programa amplia a presença de pessoas negras na advocacia pública.....	222
13. Lançado o Plano de Comunicação pela Igualdade Racial	228
14. Plataforma JurisRacial facilita acesso a documentos jurídicos.....	223
15. Governo Federal e CBF se unem contra o racismo no futebol.....	223
16. Nova Lei de Cotas inclui quilombolas	224
17. Programa Atlânticas apoia mulheres na ciência.....	225
18. Programa Abdias Nascimento tem mais de R\$ 600 milhões para ações afirmativas	226
19. Combate à fome e à pobreza que afetam a população negra.....	226
20. Em 2 anos, governo homologa mais terras que o total de uma década.....	227
21. Mais direitos para a população LGBTQIA+	228

22. Novo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.....	229
23. Lei Geral do Esporte reforça direitos e gestão responsável.....	230
24. Recordes na Lei de Incentivo ao Esporte.....	230
25. Brasil alcança melhores resultados nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos	230
26. Bolsa Atleta nas Olimpíadas e Paralimpíadas de Paris.....	231
27. Brasil será sede da Copa do Mundo Feminina de Futebol 2027	240
28. Governo lança programa para revelar talentos nos esportes.....	240
29. Governo regulamenta apostas esportivas online.....	241
30. Rotas Negras investe na valorização da identidade afro-brasileira no turismo	241
31. Voa Brasil oferece passagens a preços acessíveis a aposentados	242
32. Retomada Cultural do Rio Grande do Sul concede bolsas a artistas.....	243

1. Lei Paulo Gustavo: o maior investimento direto na cultura brasileira

- A Lei Paulo Gustavo viabilizou o maior investimento direto no setor cultural da história do país. Lançada em 2023, ela descentraliza e regionaliza o acesso aos recursos para o setor.
- Dos R\$ 3,86 bilhões transferidos aos estados e municípios, R\$ 3,33 bilhões já haviam sido utilizados em setembro de 2024.
- Dos R\$ 2,02 bilhões transferidos aos estados, R\$ 1,76 bilhão já haviam sido utilizados em setembro de 2024. Do R\$ 1,84 bilhão transferidos aos municípios, R\$ 1,57 bilhão já haviam sido utilizados no mesmo período de Setembro de 2024.
- Quase 70% dos recursos foram destinados ao setor audiovisual, incluindo restauração, manutenção e funcionamento de salas de cinema. Mais de R\$ 1 bilhão será para áreas como economia criativa, economia solidária, manifestações artísticas, cursos e espaços culturais. Música, dança, pintura, escultura, cinema, fotografia, artes digitais também foram contemplados.

LEI PAULO GUSTAVO - RECURSOS REPASSADOS (R\$)

AC (30,86 milhões)	AL (75,63 milhões)	AP (30,24 milhões)	AM (87,26 milhões)
BA (285,60 milhões)	CE (177,83 milhões)	DF (48,12 milhões)	ES (75,81 milhões)
GO (131,43 milhões)	MA (146,47 milhões)	MG (378,28 milhões)	MS (52,28 milhões)
MT (66,48 milhões)	PA (165,46 milhões)	PB (88,41 milhões)	PE (185,00 milhões)
PI (74,84 milhões)	PR (203,48 milhões)	RJ (271,16 milhões)	RN (73,60 milhões)
RO (42,68 milhões)	RR (25,79 milhões)	RS (195,20 milhões)	SC (125,07 milhões)
SE (54,49 milhões)	SP (728,72 milhões)	TO (41,78 milhões)	Total: R\$ 3,86 bi

*Referência Janeiro e Outubro de 2023, **Fonte:** Comunica BR

2. Política Nacional Aldir Blanc: investimento contínuo para transformar a cultura

- Com caráter permanente e descentralizado, a Política Nacional Aldir Blanc atua para corrigir as distorções históricas de concentração em poucos produtores e municípios. Seus projetos e programas receberão investimentos regulares. O fomento será repassado por meio de chamamentos públicos, prêmios e aquisição de bens e serviços.
- Regulamentada em 2023, ela teve adesão de todos os estados, todas as capitais e 97% dos municípios. Até 2027, a previsão é de que a Política Nacional Aldir Blanc destine R\$ 15 bilhões a seus contemplados.
- Foram transferidos R\$ 2,99 bilhões aos estados e municípios do país em 2023, dos quais apenas R\$ 150,71 milhões haviam sido utilizados até setembro de 2024.
- Do R\$ 1,5 bilhão transferido aos estados em 2023, apenas R\$ 10,51 milhões haviam sido utilizados até setembro de 2024. Da mesma forma, apenas R\$ 140,2 milhões foram executados pelos municípios do total de R\$ 1,49 bilhão transferido pelo Governo Federal.
- Diante da baixa execução dos projetos culturais pelos estados e municípios, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.274, que condiciona as transferências de recursos ao andamento dos projetos financiados pela lei.

RECURSOS PARA A CULTURA DOS ESTADO E MUNICÍPIOS

	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	16.722.763,81	6.653.415,89	23.376.179,70
AL	32.698.972,11	25.313.888,89	58.012.861,00
AP	16.897.498,32	5.548.138,22	22.445.636,54
AM	38.498.834,00	29.678.363,31	68.177.197,31
BA	110.062.160,10	110.991.311,19	221.053.471,29
CE	71.056.302,68	66.867.743,06	137.924.045,74
DF	19.392.756,70	17.157.345,44	36.550.102,14
ES	30.344.346,79	27.979.693,24	58.324.040,03
GO	50.448.403,54	52.893.243,13	103.341.646,67
MA	60.440.715,10	52.670.282,56	113.110.997,66
MG	135.092.155,11	160.569.732,06	295.661.887,17
MS	20.240.262,49	20.630.471,58	40.870.734,07
MT	26.028.620,54	27.016.948,57	53.045.569,11
PA	68.292.729,88	58.163.635,03	126.456.364,9
PB	36.238.103,80	33.014.719,27	69.252.823,07
PR	73.007.818,07	87.826.812,99	160.834.631,06
PE	74.534.680,50	68.222.275,53	142.756.956,03
PI	31.466.731,51	26.692.937,84	58.159.669,35
RJ	103.462.519,26	103.891.643,26	207.354.162,52
RS	67.646.703,16	84.366.977,57	152.013.680,73
RN	29.615.770,04	26.946.298,41	56.562.068,45
RO	20.260.673,00	12.105.346,10	32.366.019,10
RR	14.443.280,75	5.318.081,97	19.761.362,72
SC	44.502.414,62	56.640.047,56	101.142.462,1
SP	265.214.270,03	302.182.112,99	567.396.383,0
SE	24.388.063,01	17.556.805,81	41.944.868,82
TO	19.002.451,08	13.101.728,53	32.104.179,61

Fonte: Ministério da Cultura
 *Acumulado de dezembro de 2023 a setembro de 2024

3. Novo PAC Seleções investe na Cultura e no Esporte

- O Novo PAC Seleções destinará R\$ 600 milhões para a construção de 300 CEUs da Cultura e R\$ 10 milhões para concluir as obras de 26 CEUs das Artes. Além de disponibilizar 195 novos CEUs da Cultura para 189 municípios de 24 unidades da federação, o Governo Federal retomou a construção dos CEUs das Artes, anteriormente chamados de Pracinhas da Cultura.
- Para preservar a riqueza histórica do Brasil, o Novo PAC também investe em 105 projetos de engenharia, arquitetura e outros complementares, voltados à recuperação de patrimônios culturais materiais e imateriais tombados pelo Governo Federal. Esses projetos, espalhados por 83 municípios de todas as regiões do país, fortalecem as estruturas culturais, a memória e a identidade nacionais, promovendo uma relação mais próxima entre as comunidades e os bens beneficiados.
- O programa viabilizará ainda a construção de 240 novos Espaços Esportivos Comunitários em 239 municípios. Todos eles contarão com campo de futebol de grama sintética, meia quadra poliesportiva, pista de caminhada, parquinho e mobiliários públicos que incentivam a socialização e os vínculos comunitários para todas as idades, em todas as regiões do Brasil, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social.

4. Lei Rouanet: inclusão cultural e fortalecimento das histórias locais e periféricas

- A Lei Rouanet funciona a partir de renúncia fiscal de empresas que destinam parte de seus impostos para o fomento da cultura. Dessa forma, elas abatem até 4% do IR da próxima declaração. Assim, dinheiro algum é retirado do orçamento do governo para patrocinar obras e artistas.
- Em 2024, mais de 19,1 mil propostas foram recepcionadas, com R\$ 3,05 bilhões em captação de recursos.
- Para incentivar o protagonismo de agentes e histórias locais, foram criados o Programa Rouanet Nordeste e o Programa Rouanet Norte. Ambos se propõem a valorizar iniciativas de pequenos municípios e de gestores culturais que ainda não foram beneficiados pela Lei Rouanet. Além disso, enaltecem manifestações culturais de grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, populações nômades, povos ciganos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros em situação de vulnerabilidade.
- O Rouanet Nordeste investirá R\$ 50 milhões e o Rouanet Norte, R\$ 24 milhões na cultura e na criatividade de seus povos.
- Já o Programa Rouanet Nas Favelas selecionou projetos de Belém (PA), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Goiânia (GO) e suas respectivas regiões metropolitanas. Estas cidades foram escolhidas por terem um baixo índice de projetos aprovados pela Lei Rouanet até então. Em 2023, R\$ 5 milhões foram injetados em 25 projetos que devem ser executados até dezembro de 2025. Em 2024, mais R\$ 5 milhões foram anunciados para apoiar projetos e proponentes sediados ou residentes em cada uma das cinco cidades contempladas.
- Também em 2024, foi lançado o Programa Rouanet Juventude, uma iniciativa inédita que reafirma o compromisso do Governo Federal com a valorização e a promoção do acesso à cultura para jovens de todo o Brasil. Com um investimento de R\$ 6 milhões, o programa abrangerá projetos de artes cênicas, literatura, música, artes visuais, museus, memória e jogos eletrônicos.

5. Novo Marco de Fomento à Cultura unifica mecanismos de fomento

- O Novo Marco do Fomento à Cultura unificou as regras e padronizou procedimentos para todos os mecanismos de fomento cultural direto e indireto, como a Lei Rouanet, a Política Nacional Cultura Viva, a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc.
- Ele se propõe a dar mais coerência ao uso de recursos, aprimorar a integração das instâncias do Sistema Nacional de Cultura e aumentar a segurança jurídica.
- O Novo Marco também restabeleceu competências da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e permitiu ao MinC selecionar ações culturais a serem financiadas por meio de incentivo fiscal, simplificando o acesso a esse instrumento e melhorando a distribuição dos recursos.

6. MovCEU leva cultura e educação para municípios pequenos e áreas rurais

- Para ampliar o acesso a equipamentos culturais em municípios pequenos, periferias e áreas de vulnerabilidade, o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cultura. Ele viabiliza iniciativas como as Bibliotecas-Parque, os CEUs da Cultura e os MovCEUs (vans adaptadas para levar atividades culturais a comunidades em áreas rurais e urbanas periféricas), além de apoiar reformas que priorizam acessibilidade, sustentabilidade, condições de segurança e integridade das edificações que prestam serviço cultural à comunidade.
- Na primeira etapa do projeto, 36 MovCEUs foram entregues a 32 municípios com menos de 20 mil habitantes, em áreas rurais e urbanas. Mais do que um equipamento cultural itinerante, os MovCEU são vans e barcos adaptados para serem veículos que reúnem biblioteca, estúdio de produção audiovisual, cinema de rua e suporte para realização de cursos ou oficinas.
- Cada MovCEU demandou investimento de R\$ 615 mil, com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), e está equipado com livros, computadores, microfones/headphone, câmera fotográfica/filmadora, gravadores de som, software de edição de áudio e vídeo, tela de led, cadeiras e mesas dobráveis, caixas de som. Eles circulam por várias localidades e garantem que cada comunidade seja atendida ao menos uma vez por mês.
- Em agosto de 2024, Brasília recebeu o 1º Encontro de Gestores dos MovCEU. O evento capacitou responsáveis municipais de 20 estados para a utilização adequada e a oferta de atividades artísticas e culturais, além de promover a troca de experiências com gestores dos CEUs das Artes (equipamentos multifuncionais que promovem a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade, que começaram a ser construídos em 2012, pelo PAC, e serão concluídos com recursos do Novo PAC Seleções).
- Todos os municípios e estados, autarquias e fundações públicas podem adquirir um MovCEU.

7. Rádios Comunitárias vão receber apoio cultural

- Em uma iniciativa inédita, o Governo Federal começou a cadastrar as rádios comunitárias de todo o país para veicular patrocínio sob a forma de apoio cultural.
- Atualmente, existem cerca de 4,5 mil rádios autorizadas a operar no país. Elas prestam serviços de informação e utilidade pública para a população.
- Também em 2024, foi lançado um edital para a implantação de rádios comunitárias, com frequência FM e cobertura restrita, em 795 municípios de 21 estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

8. Mais conteúdo nacional na TV Paga e Lei de Cotas de Tela

- Dois projetos de lei e um decreto que renovam a indústria cinematográfica e a comunicação audiovisual no país foram sancionados. As medidas visam promover a autossustentabilidade da indústria cinematográfica nacional, que atualmente emprega 88 mil pessoas.
- O primeiro deles prorroga até 2043 a obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras na TV paga. As empresas de exibição e distribuição terão que incluir em seus catálogos um percentual de obras brasileiras lançadas comercialmente.
- Ele também estende o prazo para que as TVs por assinatura mantenham tempo mínimo de exibição de conteúdo nacional, em especial os produzidos por produtora independente. A regra prevalece até 31 de dezembro de 2038.
- Já o segundo projeto de lei recria a cota de exibição comercial de obras brasileiras nas salas de cinema até 31 de dezembro de 2033.
- No final de dezembro de 2024, o governo publicou um decreto regulamentando a "Cota de Tela", que obriga as empresas a exibirem, em 2025, obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem no âmbito de sua programação, observados o percentual mínimo de sessões e a diversidade de títulos fixados em tabelas atualizadas que estão no documento publicado no Diário Oficial.

9. Avanços históricos na promoção da igualdade racial e justiça social

- Pela primeira vez, o Brasil tem um Ministério da Igualdade Racial. Entre as entregas realizadas nestes últimos dois anos estão os dois pacotes de medidas pela Igualdade Racial. Neles, constam políticas públicas transversais, que defendem o direito à vida, à terra, ao trabalho, à educação, à inclusão, à memória e à reparação para pessoas negras e quilombolas.
- Uma delas é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), que se propõe a impulsionar o desenvolvimento sustentável destes territórios, a proteção do patrimônio cultural, o fortalecimento dos direitos territoriais e ambientais das comunidades, a implementação de políticas públicas integradas e a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações das comunidades quilombolas. Em 2023, foram expedidos 11 títulos de propriedade para 7 territórios quilombolas, totalizando 8,8 mil hectares e 924 famílias beneficiadas. Em 2024, foram publicados 30 novos Decretos de Interesse Social, etapa fundamental para garantir a titulação de terras e efetivar os direitos das comunidades quilombolas.
- Outro destaque é o Programa Aquilomba Brasil, que tem eixos como acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania. A estimativa é de que cerca de 214 mil famílias sejam beneficiadas direta ou indiretamente pelo programa.
- Já o Programa Nacional de Ações Afirmativas (PNAA) pretende formular, promover, articular e monitorar políticas voltadas a pessoas negras, quilombolas, indígenas, ciganas, com deficiência e mulheres. E o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFFA) se dedica a promover políticas públicas de ações afirmativas com vistas ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento, no âmbito da administração pública federal direta.
- Destacam-se ainda as ações voltadas para a retomada do diálogo com parceiros internacionais para a luta contra a discriminação e promoção de igualdade racial e étnica, além de programas de doutorado e intercâmbio; mapeamento de famílias e territórios invisibilizados; valorização do afroturismo; reconhecimento do hip hop como patrimônio cultural; combate ao racismo nos esportes; investimentos em pesquisa científica; reserva de vagas na administração pública; proteção à primeira infância e enfrentamento ao genocídio da juventude negra, entre outras iniciativas.

10. Injúria racial agora é crime de racismo com punições mais severas

- Em vigor desde janeiro de 2023, a Lei 14.532/2023 tipificou injúria racial como crime de racismo. Antes, a penalidade para injúria racial era reclusão de um a três anos e multa. Agora, é reclusão de dois a cinco anos e multa. Antes, o crime de injúria racial prescrevia em oito anos. Agora, é imprescritível e inafiançável.
- O texto prevê penalidade específica para injúria racial na internet e em atividades esportivas, religiosas, artísticas e culturais. Além da reclusão, a pessoa será proibida de frequentar determinados locais públicos por três anos. Quando o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, a pena será aumentada em um terço. Quando for cometido por duas ou mais pessoas, será considerado injúria racial coletiva, com pena aumentada em 50%.

11. Dia da Consciência Negra se torna feriado nacional

- 20 de novembro já era reconhecido como feriado em seis estados e cerca de 1,2 mil cidades do Brasil, mas, a partir de 2023, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra passou a ser feriado em todo o país.
- Para celebrar, o Governo Federal lançou um hotsite e um mapa da igualdade racial, com mais de 500 ações e eventos que celebram a memória e o legado da negritude para a sociedade brasileira.
- Nos últimos anos, também foi instituído o Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, a ser comemorado anualmente no dia 21 de março. A data coincide com o marco escolhido pela ONU para conscientização pelo Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

12. Programa amplia a presença de pessoas negras na advocacia pública

- O Programa Esperança Garcia - Trajetórias Negras na Advocacia Pública Nacional se propõe a ampliar o ingresso de pessoas negras em carreiras da advocacia pública. Das 130 vagas disponibilizadas, 30 incluem um programa de bolsas no valor de R\$ 3 mil mensais por um período de três anos.
- Os critérios de seleção levam em consideração gênero, orientação sexual, origem quilombola, vulnerabilidade socioeconômica, variedade etária, diversidade regional e inclusão de pessoas com deficiência. Metade das vagas está reservada para mulheres negras. Os investimentos no programa são da ordem de R\$ 6,6 milhões.

13. Lançado o Plano de Comunicação pela Igualdade Racial

- Letramento racial para servidores públicos e funcionários terceirizados, fortalecimento de mídias negras, combate ao racismo e ao discurso de ódio nas plataformas digitais, mais representatividade em peças publicitárias do Governo, banco de imagens que retrate a diversidade étnico-racial e territorial da população brasileira, mais políticas públicas com recorte de raça e gênero. Estas são algumas das 19 ações propostas apresentadas no Plano de Comunicação pela Igualdade Racial.
- Desenvolvido com a colaboração de especialistas, docentes, representantes de movimentos sociais e do serviço público, o documento estabelece diretrizes para garantir que a comunicação pública, institucional e governamental seja respeitosa e pautada por princípios de enfrentamento ao racismo, incentivo à diversidade e direito à não-discriminação.
- Com ações, estratégias e orientações relacionadas ao tema, o Plano marca o compromisso do Governo Federal com uma formação continuada de gestores públicos e prestadores de serviço na área de comunicação, mas também em outras áreas afins. O Plano de Comunicação pela Igualdade Racial é uma política estruturante e estrutural da comunicação de governo.

14. Plataforma JurisRacial facilita acesso documentos jurídicos

- Lançada em novembro de 2024, a plataforma JurisRacial pretende contribuir para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial por meio do acesso facilitado e da ampla divulgação de documentos jurídicos e acadêmicos sobre o tema. A iniciativa simboliza o reconhecimento das injustiças sofridas pela população negra e o compromisso do Governo Federal em promover ações concretas para a reparação histórica.
- O repositório compila legislações, normas, decisões judiciais, pareceres jurídicos e outros atos de órgãos públicos que buscam promover a igualdade racial e enfrentar as múltiplas formas de manifestação do racismo.
- No site também estão disponíveis a Biblioteca Antirracista (com artigos, pesquisas, teses, dissertações) e uma Linha do Tempo (com marcos normativos e marcos históricos que informam e orientam a análise sobre a luta pela liberdade e pela igualdade, destacando a conquista de direitos da população negra no Brasil).

15. Governo Federal e CBF se unem contra o racismo no futebol

- Governo Federal e CBF assinaram um protocolo de intenções contra o racismo no futebol para estabelecer esforços conjuntos em direção à promoção da diversidade e da inclusão racial.
- Inédito, o documento prevê a colaboração da CBF com as autoridades competentes para o encaminhamento de denúncias relacionadas a casos de racismo, além de sugerir à Fifa, à Conmebol e a outras confederações e associações nacionais a adoção de medidas.
- Um acordo de cooperação também foi firmado com a CBF para facilitar o cruzamento de informações entre órgãos de esporte e de segurança pública a fim de tornar os estádios mais seguros e acolhedores.

16. Nova Lei de Cotas inclui quilombolas

- A Nova Lei de Cotas para universidades e institutos federais muda o mecanismo de ingresso, reduz a renda familiar para reserva de vagas e amplia a quantidade de beneficiários. Além de beneficiar pessoas pretas, pardas, indígenas, com deficiência e de escolas públicas, a lei agora inclui quilombolas.
- Antes, quem era cotista concorria somente às vagas para seu subgrupo. Agora, pode concorrer às vagas gerais. Caso não alcance nota para ingresso nas vagas gerais, a pontuação será usada para concorrer às vagas dos subgrupos, dentro da cota global de 50%. O valor exigido como renda máxima era de um salário mínimo e meio por pessoa da família. Agora, é de um salário mínimo.
- A lei sancionada estabelece prioridade de auxílio estudantil para cotistas em situação de vulnerabilidade social. A extensão das políticas afirmativas para a pós-graduação também estão entre as novidades. O novo texto determina, ainda, que a lei seja monitorada anualmente e reavaliada a cada dez anos. As novas regras já valem para a edição de 2024 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

17. Programa Atlânticas apoia mulheres na ciência

- O Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência é a primeira iniciativa voltada exclusivamente para apoiar cientistas negras, indígenas, quilombolas e ciganas.
- Com um investimento de R\$ 8 milhões, o programa concedeu 86 bolsas de doutorado e pós-doutorado no exterior, promovendo a inclusão e o fortalecimento da diversidade na ciência.
- Para garantir a pluralidade de trajetórias, foram selecionadas pesquisadoras de diferentes idades e em distintos estágios de suas vidas.

DIVERSIDADE ETÁRIA DO ATLÂNTICAS (PROGRAMA BEATRIZ NASCIMENTO DE MULHERES NA CIÊNCIA)

Faixa Etária	Número de Aprovadas	Percentual
60 anos ou mais (nascidas até 1964)	3	3,49%
50-59 anos (nascidas entre 1965 e 1974)	11	12,79%
40-49 anos (nascidas entre 1975 e 1984)	18	20,93%
30-39 anos (nascidas entre 1985 e 1994)	44	51,16%
20-29 anos (nascidas entre 1995 e 2004)	10	11,63%

Fonte: Ministério da Igualdade Racial

18. Programa Abdias Nascimento tem mais de R\$ 600 milhões para ações afirmativas

- O Governo Federal recriou o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento e anunciou mais de R\$ 600 milhões de investimento em ações afirmativas. O objetivo é levar, formar e capacitar, no Brasil e no exterior, estudantes interessados na promoção da igualdade racial; na difusão da história e da cultura afro-brasileira ou indígena; na autonomia de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A iniciativa é voltada a pessoas negras, indígenas, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades.
- Para o exterior, serão selecionados 45 projetos de mestrado-sanduíche e doutorado-sanduíche. Ao longo de quatro anos, R\$ 260,8 milhões serão investidos. No Brasil, o Programa Abdias Nascimento terá um Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação para apoiar pesquisas e projetos de formação de professores ou pesquisadores. Serão concedidas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. O investimento é de R\$ 45 milhões ao longo de cinco anos. No primeiro edital, lançado em 2023, e com resultado divulgado em março de 2024, foram selecionados 35 projetos.
- Somado a isso, R\$ 200 milhões do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor-Equidade) serão para formação de profissionais da Educação em escolas do campo, comunidades indígenas e quilombolas, educação especial e inclusiva. Também serão destinados R\$ 23,5 milhões para atender estudantes de licenciatura.

19. Combate à fome e à pobreza que afetam a população negra

- Mulheres negras terão seus direitos ampliados com a implementação da agenda de políticas de combate à fome e à pobreza anunciada em julho de 2024.
- A iniciativa totaliza um investimento de mais de R\$330 milhões em letramento racial e formação antirracista para gestores públicos; produção de estudos sobre políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com recorte étnico, racial e de gênero; aprimoramento e ampliação do cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos mais vulneráveis no Cadastro Único; e fomento a cozinhas solidárias.
- A medida prioritária adota como diretriz o enfrentamento ao racismo e a eliminação das desigualdades de gênero no país.

20. Em 2 anos, governo homologa mais terras que o total de uma década

- Em dois anos, o Governo Federal homologou 13 terras indígenas (TI) no país, garantindo o acesso dos povos a direitos, preservação de suas culturas, tradições, línguas e modo de vida.
- Somente em 2024, foram assinados decretos de demarcação de 5 TIs: Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba; Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina; Aldeia Velha, na Bahia; e Cacique Fontoura, no Mato Grosso.
- A TI Potiguara de Monte-Mor, localizada nos municípios paraibanos de Rio Tinto e Marcação, tem 7.530 hectares e abriga 5.799 habitantes do grupo indígena Potiguara.
- Em Santa Catarina, a TI Morro dos Cavalos, na cidade de Palhoça, tem área de 1.983 hectares e 200 habitantes dos grupos indígenas Guarani Mbyá e Nhandeva. Já a TI Toldo Imbu, em Abelardo Luz (SC), é composta por 731 pessoas do grupo Kaingang, que vivem numa área de 1.960 hectares. Essas três TIs foram homologadas em dezembro de 2024.
- As TIs Cacique Fontoura e Aldeia Velha, homologadas em abril, somam mais de 34 mil hectares reconhecidos como ocupação tradicional dos povos Karajá e Pataxó.
- As outras terras foram homologadas pelo Governo Federal em 2023, após seis anos de paralisação dessa fase nos processos de demarcação. São elas: Arara do Rio Amônia (AC), Acapuri de Cima (AM), Rio Gregório (AC), Kariri-Xocó (AL), Uneixi (AM), Rio dos Índios (RS), Tremembé da Barra do Mundaú (CE) e Avá-Canoeiro (GO).
- Com 13 territórios homologados nos últimos dois anos, o governo chega próximo aos 14 propostos durante a transição de governo, em 2022, para priorização da homologação durante o mandato.
- Além disso, quatro desintrusões (ou seja, retirada de quem não é indígena, incluindo garimpeiros) foram realizadas nos últimos dois anos. Três no Pará (Alto do Rio Guamá, Apyterewa e Trincheira do Bacajá) e uma em Rondônia (TI Karipuna). Uma quinta desintrusão está em curso na TI Yanomami.
- O Brasil tem 736 Terras Indígenas registradas, que formam 13,75% do nosso território, localizadas em todos os biomas. O registro de uma terra indígena é a última das 5 etapas que perpassam diferentes instâncias do Governo Federal. A primeira delas é a identificação/delimitação, seguida de declaração, demarcação e homologação. No momento, há mais de 120 grupos de trabalho realizando atividades em campo ou em gabinete para consolidar a identificação e delimitação de TIs.

21. Mais direitos para a população LGBTQIA+

- Em 2023, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+). Também foi lançado o edital de Chamamento Público para Organizações da Sociedade Civil com interesse em apresentar projetos voltados à promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, com apoio de até R\$ 250 mil.
- Foi assinado ainda o protocolo de intenções entre Governo Federal, Uber, 99 e Buser. O documento formaliza os 10 Compromissos para a Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Aplicativos de Mobilidade.
- Foi estabelecido que pessoas LGBTQIA+ refugiadas vindas de países que criminalizam suas existências terão entrada simplificada no Brasil. Houve também a adesão do Brasil à Equal Rights Coalition, uma coalizão internacional de direitos em favor da população LGBTQIA+.
- Também começaram as atividades do 1º LesboCenso Nacional. Iniciado há dois anos. Esta é a primeira coleta de informações sobre trabalho, educação, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio de lésbicas no país.
- Já em 2024, foi lançado o Bem Viver+, um programa nacional de enfrentamento à violência e de promoção dos Direitos Humanos nos territórios do campo, das águas e das florestas. O programa visa atender pessoas LGBTQIA+ campesinas, agricultoras familiares, assentadas, ribeirinhas, caiçaras, extrativistas, pescadoras, indígenas, quilombolas e ciganas que vivem em situações de violência devido à sua identidade de gênero e orientação sexual.
- Também foi convocada a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. O evento acontecerá em maio de 2025, em Brasília (DF). Entre os seus principais objetivos está a elaboração de diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

22. Novo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- Promover, proteger e assegurar o exercício pleno dos direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência é o que norteia o Novo Viver Sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- O plano se estrutura a partir de quatro eixos: Gestão e participação social; Enfrentamento ao capacitismo e à violência; Acessibilidade e tecnologia assistiva; Promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde, e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.
- São 95 ações que envolvem 10 ministérios e um orçamento estimado em R\$ 6,5 bilhões. Entre as metas de abrangência nacional, a serem cumpridas até 2026, estão 38 mil escolas com Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), 3 mil ônibus escolares acessíveis, 75 novos Centros Especializados em Reabilitação (CER), 12 Oficinas Ortopédicas e 28 laboratórios da SisAssistiva (Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Certificação de Tecnologia Assistiva).
- Resultados: Em 2024, receberam recursos para Salas de Recursos Multifuncionais 9.877 escolas, num valor de R\$ 202 milhões descentralizados. Também foram empenhados R\$ 681 milhões para 1.436 ônibus escolares e instituídos os 28 laboratórios da SisAssistiva, num valor de R\$ 72,5 milhões.
- Nos últimos dois anos, foram habilitados 35 novos Centros Especializados em Reabilitação e 5 novas Oficinas Ortopédicas, correspondendo a um repasse anual de R\$ 103 milhões.
- Além do Novo Viver Sem Limite, o Governo Federal também sancionou a lei que cria o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). Ele contribui para a inserção de autistas no mercado de trabalho. Ao padronizar a identificação em base de dados segura, o SisTEA facilita a contratação, a divulgação de vagas e a comunicação de empregadores com candidatas/os.

23. Lei Geral do Esporte reforça direitos e gestão responsável

- Uma das mais antigas reivindicações do setor esportivo nacional, a Lei Geral do Esporte passou a valer logo nos primeiros meses do atual Governo.
- Ela reconhece o esporte como atividade de alto interesse, traz normas para assegurar o direito à prática esportiva e determina que a gestão do esporte seja guiada tanto por princípios de transparência financeira quanto de responsabilidade social.

24. Recordes na Lei de Incentivo ao Esporte

- A Lei de Incentivo ao Esporte fechou o ano de 2024 com grandes números. O Ministério do Esporte recebeu 6.664 projetos até o início de dezembro, com estimativa de ultrapassar 1 milhão de beneficiários.
- O valor é recorde e representa 15% de crescimento em relação ao número de projetos apresentados em 2023 (5,8 mil). No ano passado, o governo já havia registrado aumento de 93% de projetos em relação a 2022.
- O total de recursos captados nos últimos dois anos foi de R\$ 1,53 milhão, sendo R\$ 948 milhões em 2023 e R\$ 584,7 milhões em 2024.
- Entre as iniciativas recebidas em 2024 estão 3.506 projetos educacionais; 1.611 de participação e 1.547 de rendimento. Em 2023, foram 2.851 projetos educacionais, 1.349 de rendimento, 1.318 de participação e 365 de formação.

25. Brasil alcança melhores resultados nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos

- Em 2023, o Brasil escreveu um capítulo histórico no esporte ao alcançar seus melhores resultados nos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos.
- Nos Jogos Pan-Americanos, nosso país ficou em segundo lugar no quadro geral de medalhas, terminando a competição com 66 ouros, 73 pratas e 66 bronzes.
- Das 205 medalhas, 184 foram conquistadas ou tiveram a participação de pelo menos um integrante do Bolsa Atleta. Ou seja, quase 90% das medalhas foram apoiadas pelo programa de patrocínio a esportistas do Governo Federal.
- A delegação brasileira em Santiago foi a maior da história em competições internacionais. Dos 635 atletas presentes, 73% deles eram beneficiários do Bolsa Atleta.
- Já nos Jogos Parapan-Americanos, das 343 medalhas conquistadas pelo Brasil, 97% tiveram a digital do Bolsa Atleta. Foram 156 medalhas de ouro, 98 de prata e 89 de bronze. Soberano no topo do quadro geral de medalhas, o Brasil terminou muito à frente do segundo colocado, os Estados Unidos, que somaram 165 medalhas.

26. Bolsa Atleta nas Olimpíadas e Paralimpíadas de Paris

- O Brasil encerrou sua participação nos Jogos Olímpicos de Paris 2024 com 20 medalhas, a segunda melhor marca da história. Foram três ouros, sete pratas e dez bronzes. Todas elas conquistadas por quem recebe (ou já recebeu em algum momento da carreira) apoio do Bolsa Atleta. 60% das medalhas foram conquistadas por mulheres.
- O Bolsa Atleta também apoiou 87% dos atletas da delegação brasileira em Paris. Levando em conta o edital mais recente, de 2024, 241 dos 276 atletas que representaram o Brasil na capital francesa fazem parte do programa.
- Desde 2005, o programa já contemplou 34,6 mil atletas e investiu cerca de R\$ 1,6 bilhão no esporte brasileiro.
- Os medalhistas mais longevos dentro do Bolsa Atleta são Rafaela Silva, do judô, contemplada em 15 editais; Caio Bonfim, da marcha atlética, em 14 editais; Isaquias Queiroz, da canoagem, com 13 editais; Rosamaria, do vôlei, com 12 editais; e Rebeca Andrade, da ginástica artística, também com 12 editais.
- Em 2024, o Brasil protagonizou a melhor campanha da sua história em Jogos Paralímpicos. A delegação conquistou 89 medalhas, com 25 ouros, 26 pratas e 38 bronzes. O país terminou pela primeira vez no top 5 da classificação geral, em quinto lugar. Mais uma vez, 100% dos medalhistas foram apoiados pelo programa de patrocínio direto do Governo Federal. Mais da metade das medalhas e mais da metade dos ouros vieram de mulheres.
- A lista de contemplados pelo Bolsa Atleta em 2024 também foi a maior da história: 8.716 pessoas beneficiadas. Com o investimento federal de R\$ 148,9 milhões, elas receberam apoio financeiro para treinar, adquirir equipamentos e custear viagens. Pela primeira vez, atletas gestantes, puérperas, surdos, guias e auxiliares do esporte paralímpico puderam se inscrever.
- Entre os mais de 8 mil beneficiados, 6.240 atletas competem em 39 modalidades olímpicas e 2.210 em 25 modalidades paralímpicas, incluindo 15 do programa surdolímpico.
- O atletismo é a modalidade com o maior número de atletas contemplados, tanto nas categorias olímpica quanto paralímpica, com 1.373 atletas apoiados. No programa surdolímpico, o futebol lidera o ranking de atletas contemplados.

NÚMEROS DE CONTEMPLADOS PELO BOLSA ATLETA POR REGIÃO

REGIÃO	ATLETAS CONTEMPLADOS RESIDENTES
SUDESTE	4.403
SUL	1.889
NORDESTE	1.364
CENTRO-OESTE	668
NORTE	392

Fonte: Ministério do Esporte

PERFIL DE CONTEMPLADOS PELO BOLSA ATLETA

TOTAL	8.716
HOMENS	4.849
MULHERES	3.867

Fonte: Ministério do Esporte

27. Brasil será sede da Copa do Mundo Feminina de Futebol 2027

- O Brasil vai sediar a 10ª edição da Copa do Mundo Feminina de Futebol FIFA 2027. A decisão traz o Mundial pela primeira vez para a América do Sul. O Brasil concorreu contra uma candidatura unificada entre Alemanha, Holanda e Bélgica.
- As sedes previstas são Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).
- Para promover, fomentar, incentivar e viabilizar a presença feminina no futebol a longo prazo, o Governo Federal traçou a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino.
- O Ministério do Esporte e o Ministério das Mulheres assinaram acordo para produzir e organizar ações conjuntas para enfrentar toda forma de violência e discriminação contra as mulheres no esporte. A iniciativa tem foco nos jogos de futebol, futsal e beach soccer, em âmbito nacional.
- Foram lançados também, no âmbito do Programa Academia e Futebol, dois cursos voltados para o futebol feminino: Gestão e Captação de Recursos para Projetos de Futebol Feminino; e Mulheres em Cargos de Liderança no Futebol. Eles se somaram a outros oito módulos já existentes. Ao todo, são 10 cursos gratuitos e online, disponíveis por 12 meses, em ciclos de inscrições que permitem a matrícula em até 3 cursos de forma simultânea.

28. Governo lança programa para revelar talentos nos esportes

- Em 2024, o Governo Federal lançou o programa Revelar Talentos. Com um investimento de R\$ 9,1 milhões, tem como objetivo identificar e apoiar atletas de até 21 anos que tenham potencial para ser campeões e campeãs nacionais.
- No total, serão 25 Núcleos de Alto Rendimento (NAR) esportivos em todo o Brasil. Deles, 15 já começam a ser estruturados. Equipe técnica, pesquisadores e gestores também serão contemplados pelo programa. Recursos para realização de eventos esportivos e participação em cursos, congressos, intercâmbios ou seminários estão previstos no orçamento.

29. Governo regulamenta apostas esportivas online

- O Governo Federal sancionou a lei que regulamenta as apostas esportivas online, conhecidas como bets. A iniciativa também tributa os apostadores ganhadores, define regras para a exploração do serviço e determina a partilha da arrecadação, entre outros pontos.
- As empresas serão taxadas em 12% sobre o faturamento das plataformas de apostas esportivas. Os recursos serão divididos entre esporte, turismo, segurança pública, educação e seguridade social. Medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos, nas áreas de saúde, também foram consideradas. As empresas poderão ficar com 88% do faturamento bruto para o custeio.
- Em outubro de 2024, o Governo Federal divulgou uma lista de 2.040 domínios que exploram a modalidade lotérica de apostas de quota fixa sem atender aos requisitos estabelecidos e a Anatel notificou 20 mil empresas de telecomunicações para proceder com a derrubada destes 2.040 sites suspeitos.
- Assim, somente 96 empresas (com 210 bets) estão aptas a permanecer no ar até dezembro de 2024. As casas de apostas consideradas aptas precisarão pagar a outorga de R\$ 30 milhões para começar a funcionar a partir de 1º de janeiro de 2025, quando terá início o mercado regulado de apostas no Brasil. Elas precisarão cumprir, de forma permanente, todas as regras para combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva, entre outras.

30. Rotas Negras investe na valorização da identidade afro-brasileira no turismo

- Lançado em 2024, o Programa Rotas Negras busca transformar o Brasil em um destino global de referência no turismo que valoriza e celebra a história, os patrimônios, os espaços e as narrativas protagonizadas pela população negra.
- A iniciativa, inovadora no âmbito do Governo Federal, irá investir R\$ 63 milhões para valorizar a cultura afro-brasileira ao aliar o desenvolvimento turístico à promoção da diversidade cultural, da igualdade racial e do combate ao racismo.
- Além de criar roteiros turísticos que valorizam a identidade de quilombolas, terreiros, grupos de matriz africana e espaços relevantes para a história da população negra no Brasil, o programa visa a qualificação de negócios liderados por comunidades e mulheres negras.

31. Voa Brasil oferece passagens a preços acessíveis a aposentados

- Em 2024, o Governo Federal lançou o Voa Brasil, programa que beneficia aposentados do INSS com passagens de até R\$ 200 o trecho. Com quatro meses de funcionamento, mais de 20 mil bilhetes foram reservados. O número seria suficiente para preencher todos os assentos de mais de 150 aeronaves da Embraer.
- Sudeste (com 44%) e Nordeste (40%) foram as regiões mais procuradas pelos beneficiados, seguidas de Centro-Oeste (8%), Sul (5%) e Norte (3%).
- Os 10 destinos mais procurados foram São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Brasília, Salvador, João Pessoa, Natal, Maceió e Belo Horizonte. Juntas, essas cidades receberam 78% de todo o volume de reserva do Voa Brasil no período.
- Cada beneficiário pode adquirir até dois trechos por ano. O programa foi lançado no final de julho somente para aposentados e terá uma segunda etapa, destinada a estudantes de baixa renda no primeiro semestre de 2025.

32. Retomada Cultural do Rio Grande do Sul concede bolsas a artistas

- Para apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul, o Governo Federal abriu inscrições para o Programa Bolsa Retomada Cultural RS, uma ação formativa em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul que concederá mais de 10 mil bolsas de R\$ 4.500 para beneficiar artistas, produtores, fazedores e agentes culturais residentes dos 95 municípios em calamidade.
- Há também o investimento de R\$ 30 mil para 200 Pontos de Cultura e grupos culturais, que já selecionou 150 projetos.
- E ainda, investimento de R\$ 4,5 milhões na Bolsa Funarte de Ações Continuadas, no valor de R\$ 30 mil, para a realização de atividades que ajudem na retomada das ações artísticas continuadas de grupos, coletivos, espaços e eventos artísticos que constem nos calendários dos municípios gaúchos afetados.





11.

Participação Social
e Fortalecimento
do Estado

Sumário

1. Governo lança medidas para fortalecer governança e aumentar a eficiência das estatais federais.....	239
2. Concurso Nacional Unificado tem a participação de mais de 1 milhão de pessoas	240
3. Retomada do diálogo e valorização do funcionalismo público.....	241
4. Transformação digital nos serviços públicos avança a traz eficiência.....	242
5. Gestão lança painel para visualização de gastos públicos com compras e contratação de serviços.....	243
6. Plataforma ComunicaBR aumenta transparência e comunicação com o cidadão	243
7. População agora conta com atualizações locais e diárias via canais de WhatsApp	244
8. Relatório Nacional Voluntário apresenta avanços do Brasil na Agenda 2030	244
9. O PPA mais participativo da história é sancionado	245
10. Sociedade representada no Conselhão.....	246
11. Conselhos retomados e lançados ampliam participação social.....	246
12. A volta das Conferências Nacionais	247
13. Juventude decidindo o próprio futuro	248
14. Caravana Federativa fortalece cooperação entre Governo Federal, estados e municípios	249

1. Governo lança medidas para fortalecer governança e aumentar a eficiência das estatais federais

- O Governo Federal apresentou um conjunto de medidas estratégicas para modernizar e ampliar a eficiência da gestão das empresas estatais, preservando sua autonomia e alinhando-as às melhores práticas de governança corporativa, para que possam gerar cada vez mais valor público à sociedade brasileira.
- As ações deverão contribuir, em especial, para a retomada do planejamento de longo prazo e da capacidade de inovação em empresas que enfrentam desafios de sustentabilidade, como é o caso de algumas daquelas que haviam sido inseridas no Programa Nacional de Desestatização nos anos anteriores.
- **As medidas apresentadas estão formalizadas em três novos decretos:**
 - **Programa de Governança e Modernização das Empresas Estatais Federais** - Busca apoiar as próprias empresas a melhorarem sua gestão e ampliarem sua sustentabilidade. É ancorado em remodelagens de negócios, formação continuada de conselheiros e dirigentes, fórum para compartilhamento de boas práticas e fomento a pesquisas acadêmicas sobre as estatais.
 - **Sistema de Coordenação da Governança e da Supervisão Ministerial das Empresas Estatais Federais (SISEST)** - Trata-se de uma rede estruturada que reúne todos os 16 ministérios supervisores e todas as estatais, promovendo uma ação coordenada e transversal. O sistema será coordenado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Com o SISEST, o governo terá uma visão integrada das operações das estatais, que permitirá identificar rapidamente oportunidades de melhoria.
 - **Decreto de Revisão da CGPAR** - A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), composta por Casa Civil, Fazenda e Gestão, fixa diretrizes para a atuação das estatais federais. A Lei das Estatais de 2016 tornou obsoletas algumas disposições do decreto que criou a CGPAR em 2007, incluindo a composição da comissão, que não mais se alinha à atual estrutura ministerial. A revisão propõe um enfoque estratégico para a atuação da CGPAR, enquanto as funções de organização serão centralizadas no Sistema de Coordenação das Estatais (Sisest), que também está sendo instituído por Decreto.

2. Concurso Nacional Unificado tem a participação de mais de 1 milhão de pessoas

- Realizado no dia 18 de agosto de 2024, o Concurso Público Nacional Unificado (CNU) reuniu aproximadamente 1 milhão de pessoas em 228 cidades de todas as unidades federativas do Brasil para concorrer a 6.640 vagas em 21 instituições federais.
- Foram cerca de 3,6 mil locais de aplicação, distribuídos entre escolas e instituições de ensino superior. Aproximadamente 72 mil salas foram reservadas para o certame.
- Cerca de 210 mil trabalhadores participaram de todo o processo de aplicação da prova o que representa, em média, 10% do total de inscritos no CNU. Desse contingente, 12 mil servidores participaram da segurança. Diversos órgãos atuaram para garantir que nenhum problema acontecesse: Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Agência Brasil de Inteligência (Abin) e secretarias estaduais de Segurança Pública.
- Além de recompor a força de trabalho para melhorar a qualidade dos serviços à população, o também chamado de "Enem dos Concursos" veio para democratizar o acesso às vagas públicas e garantir diversidade.

3. Retomada do diálogo e valorização do funcionalismo público

- A relação de diálogo e respeito com os servidores públicos voltou. Instrumento importante na democratização do Estado e das relações de trabalho do serviço público federal, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) foi retomada.
- Em 2023, depois de seis anos de congelamento de salários e benefícios dos servidores do Executivo federal, o governo concedeu aumento linear de 9% de salários e de 43% no auxílio-alimentação.
- A política de recuperação de benefícios prossegue em 2024, com novo reajuste do auxílio-alimentação, desta vez de 52%, além da correção do valor médio do auxílio-saúde em 49% e do auxílio-creche em 51%.
- Em números absolutos, o auxílio-alimentação, congelado em R\$ 458,00 desde janeiro de 2016, passou para R\$ 658,00 em 2023 e R\$ 1.000,00 em 2024, variação de 118% nos últimos 2 anos contra 0% de aumento nos seis anos anteriores.
- Em conjunto com a reintrodução dos pisos da Educação e da Saúde, retomada dos concursos públicos, valorização da diversidade na administração, aperfeiçoamento da gestão por desempenho e reconfiguração dos Ministérios, as negociações em curso para reestruturação de carreiras integram o esforço de reconstrução do serviço público pautado por diálogo, respeito e responsabilidade.
- Além da Mesa Nacional, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem promovido o diálogo com os servidores nas mesas onde são negociadas as pautas específicas apresentadas pelas entidades sindicais representantes das carreiras e que possuam impacto orçamentário.

4. Transformação Digital nos serviços públicos avança e traz eficiência e modernização

- O Brasil tem avançado significativamente na transformação digital dos serviços públicos, promovendo inclusão e geração de oportunidades. A Plataforma Gov.br alcançou 90% de serviços públicos federais ofertados em modo digital, permitindo acesso simplificado por celular, computador ou tablet, economizando tempo e recursos. Exemplos incluem agendamentos no SUS, abertura de empresas e pré-preenchimento de declarações de imposto de renda, que alcançou 41% em 2024, contra 23,9% em 2023.
- A Estratégia Nacional de Governo Digital (ENG.D), lançada em 2024 após amplo processo participativo, orientará as ações de governo na área até 2027, fomentando o uso de ferramentas digitais compartilhadas para melhorar o acesso a serviços estaduais e municipais. Um exemplo é a Rede Nacional de Governo Digital (Rede GOV.BR), que passou de 163 municípios em 2022 para 1.511 ao final de 2024, já estando presente também em todos os estados e Distrito Federal.
 - Entre as iniciativas implementadas no biênio para ampliar e qualificar os serviços digitais estão ainda:
 - Centro de Excelência em Privacidade e Segurança da Informação, para mitigar riscos cibernéticos;
 - CodificaGov, com licitações centralizadas que geraram economia de R\$ 250 milhões;
 - Startup Gov.br, acelerando projetos estratégicos de transformação digital, com 22 em andamento;
 - LabQ Gov.br, para redesenhar e simplificar serviços com foco nas necessidades da população.
- Além disso, entre janeiro e outubro de 2024, o Conecta GOV.BR gerou uma economia de R\$ 2,41 bilhões para a administração pública e os cidadãos, quase o dobro do economizado no mesmo período de 2023. Desde o início de 2023, o programa já acumulou R\$ 3,95 bilhões em redução de gastos.
- Promovendo a interoperabilidade entre sistemas governamentais, a iniciativa simplifica o acesso a mais de 4.300 serviços públicos digitais para os 162 milhões de usuários do GOV.BR, eliminando a necessidade de reapresentar documentos em diferentes órgãos e otimizando a identificação digital no Brasil.

5. Governo Federal lança painel para visualização de gastos públicos com compras e contratação de serviços

- O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lançou o painel do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em Números, garantindo mais transparência à sociedade.
- Trata-se de um modo intuitivo e facilitado de apresentar dados estruturados sobre os gastos com a compra de bens ou a contratação de serviços para a Administração Pública, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O acesso ao painel é gratuito e disponível a todos os brasileiros.
- O PNCP traz indicadores para que gestores possam ter uma visão analítica para o planejamento dos gastos do órgão que dirige e para tomar decisões quanto a políticas públicas. Além disso, os órgãos de controle – como os tribunais de contas –, pesquisadores e cidadãos podem encontrar dados quantitativos sobre milhares de contratações.
- Para saber mais, acesse:<https://www.gov.br/pncp/pt-br/acesso-a-information/painel-pncp-em-numeros>

6. Plataforma ComunicaBR aumenta transparência e comunicação com o cidadão

- As brasileiras e os brasileiros podem conhecer e acompanhar as entregas dos principais programas do Governo Federal em sua cidade, estado e em todo o país por meio do ComunicaBR (www.gov.br/comunicabr), plataforma online criada para reforçar a transparência e democratizar o acesso à informação. A atualização dos dados é feita mensalmente.
- Estão disponíveis informações sobre a execução de ações e programas como Bolsa Família, Mais Médicos, Brasil Soridente, Farmácia Popular, Escola em Tempo Integral, Bolsa Atleta e outras iniciativas.
- Com a plataforma de transparência, o Governo Federal conquistou o Prêmio Social Media Gov de Comunicação.

7. População agora conta com atualizações locais e diárias via canais de WhatsApp

- Do Acre ao Rio Grande do Sul, do Amazonas a São Paulo, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal conta com um canal exclusivo no WhatsApp para que a população receba na palma da mão as informações sobre as ações, obras e programas do Governo Federal em sua localidade.
- Para se inscrever no canal do estado e começar a receber informações, é preciso acessar o endereço eletrônico <https://e.gov.br/governobrnozap> e escolher a localidade de interesse. Usuários de notebooks ou desktops (computadores de mesa) devem estar conectados ao WhatsApp Web para proceder com a inscrição.
- Um grande diferencial dos canais oficiais está relacionado à privacidade, pois o governo não tem acesso aos números de telefone nem às fotos dos perfis. Todas as informações dos inscritos são mantidas em total sigilo pelo WhatsApp.

8. Relatório Nacional Voluntário apresenta avanços do Brasil na Agenda 2030

- O Governo Federal apresentou, à Organização das Nações Unidas, o seu Relatório Nacional Voluntário (RNV). O documento registra as iniciativas brasileiras que buscam cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos na Agenda 2030 da ONU.
- “Não deixar ninguém para trás” é o princípio que guia a atuação brasileira no alcance dos ODS. No RNV, participação social e multilateralismo são apontados como os melhores caminhos para enfrentar os desafios globais que envolvem a implementação de um desenvolvimento mais sustentável, diverso, inclusivo e equitativo.
- No documento, constam detalhes sobre a retomada da Agenda 2030, a reconstrução dos canais de participação social como a Comissão Nacional dos ODS, CNODS, a elaboração participativa do Plano Plurianual, o Novo PAC, a Nova Política Industrial, além de ações que abrangem a redução de danos diante da crise climática, a redução das desigualdades, o acesso à cultura e a valorização do salário mínimo.
- O RNV aborda ainda quais os próximos passos para que o país alcance os ODS, visto que, entre 2016 e 2022, o Brasil avançou muito pouco neste sentido. Apenas 8,3% das metas foram plenamente alcançadas e 20,7% evoluíram positivamente.
- Até o final do mandato, o Governo Federal assumiu o compromisso de entregar um novo Relatório Nacional Voluntário.

9. O PPA mais participativo da história é sancionado

- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, o Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2024 a 2027. O texto traz 88 programas e está ancorado em seis prioridades:
 - Combate à fome e redução das desigualdades;
 - Educação básica;
 - Atenção primária à saúde e atenção especializada;
 - Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda;
 - Novo PAC;
 - Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática
- Com o processo mais participativo da história, o PPA 2024-2027 envolveu três fóruns Interconselhos e 27 plenárias regionais com a presença de mais de 34 mil pessoas e escuta de 309 movimentos ou organizações.
- Contou ainda com uma plataforma digital para participação cidadã que teve mais de 4 milhões de acessos, recebeu mais de 1,5 milhão de votos e colheu mais de 8,2 mil propostas. As 20 propostas mais votadas pela população foram estudadas pelo respectivo ministério. 76,5% delas foram incorporadas de alguma forma, sendo 58% de forma total e 14% de forma parcial.
- Este também foi um processo operacionalizado com mais transparência. Desde agosto de 2024, é possível acessar o PPA Aberto, uma plataforma interativa que permite ao cidadão navegar pelos Eixos Temáticos do Plano Plurianual 2024-2027 e verificar a evolução na execução de programas ligados a cada um deles.

10. Sociedade representada no Conselho

- O Governo Federal reinstalou, em 2023, a experiência bem-sucedida do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que ganhou a palavra "Sustentável" no nome.
- O grupo assessorá o presidente da República na formulação de políticas públicas e diretrizes destinadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável.
- O Conselho conta com a participação de 246 conselheiros e é um importante espaço de diálogo entre o governo e a sociedade brasileira para a construção de agendas para o desenvolvimento.
- Já foram realizadas 4 reuniões de plenárias, além de dezenas reuniões das 5 Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho. Em 2024, estiveram em atividade 5 grupos de trabalho: Periferias; Renda Básica; Combate à Fome; Economia Circular; Pacto pela igualdade racial.

11. Conselhos retomados e lançados ampliam participação social

- A participação social voltou a ser instrumento de inclusão com a retomada, lançamento ou reformulação de diversos conselhos. São eles: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade); Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua); Comissão de Anistia; Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT); Comitê Gestor Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento; Comitê para a Promoção de Políticas Públicas para a Proteção dos Povos Indígenas.
- Os conselhos são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil.

12. A volta das Conferências Nacionais

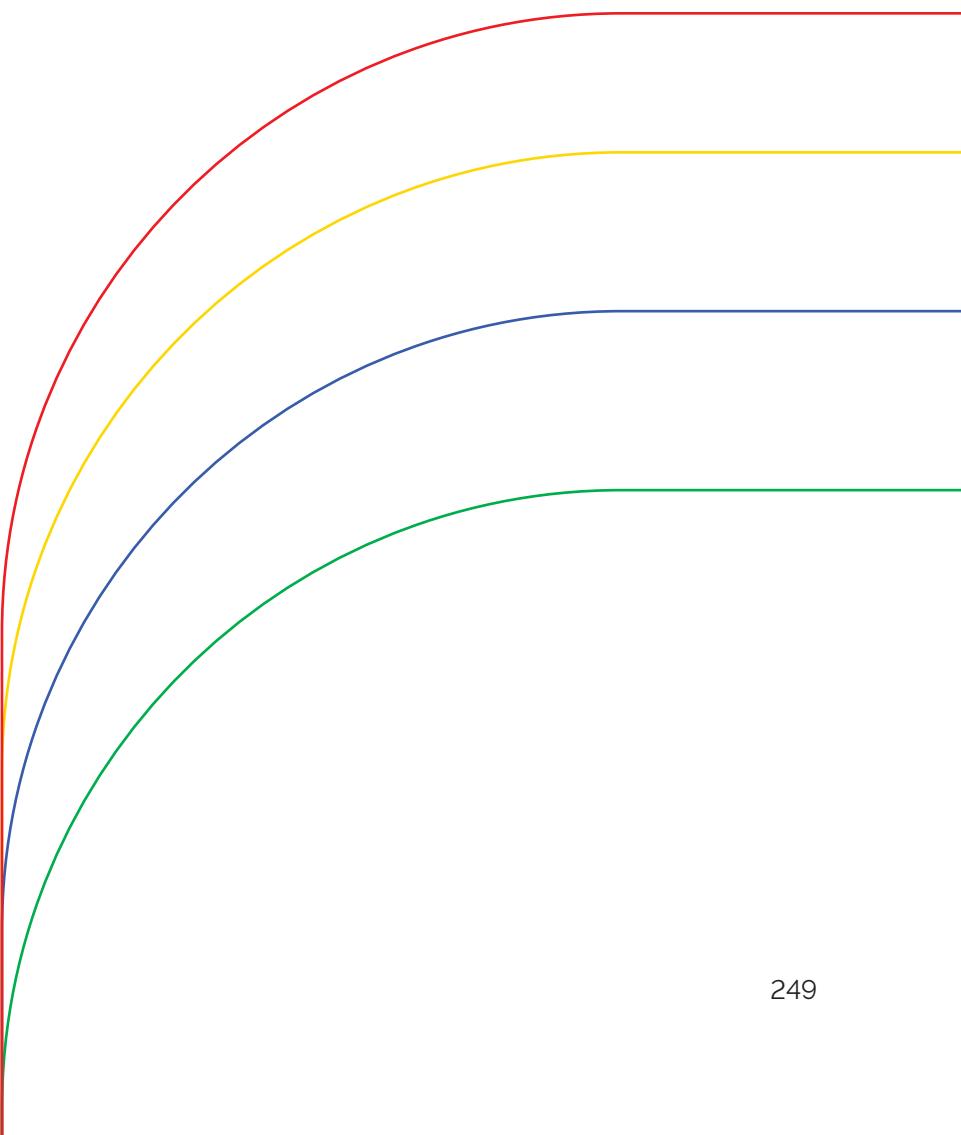
- O Governo Federal segue reconstruindo colegiados, conselhos e conferências nacionais para garantir a participação social em ações e políticas públicas.
- Nos dois primeiros anos de governo, foram realizadas 13 conferências nacionais. Foram cinco conferências nacionais ao longo de 2023. Juntas, elas mobilizaram a sociedade civil em torno de temas que estruturam nosso país: 17^a Conferência Nacional de Saúde; 3^a Conferência Nacional de Assistência Social; 6^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 5^a Conferência Nacional de Saúde Mental; e 4^a Conferência Nacional da Juventude.
- Em 2024, foram realizadas outras oito: Conferência Nacional de Educação 2024; 4^a Conferência Nacional de Cultura; 12^a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5^a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 5^a Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; 2^a Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia – COMIGRAR; 4^a Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; e a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados 2024.
- A previsão é de que ao longo do ano de 2025 também aconteçam pelo menos mais 13: a 4^a Conferência Nacional de Economia Solidária; a 5^a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a 5^a Conferência Nacional do Meio Ambiente e Mudança do Clima; a 6^a Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA); a 6^a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; a 3^a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; a 5^a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; a 6^a Conferência Nacional das Cidades; a 4^a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQIA+; a 2^a Conferência Nacional de Arquivos; a 13^a Conferência Nacional de Direitos Humanos; a 5^a Conferência Nacional das Mulheres; e a 14^a Conferência Nacional de Assistência Social.

13. Juventude decidindo o próprio futuro

- Realizada em dezembro de 2023, a 4ª Conferência Nacional de Juventude discutiu políticas públicas para a população jovem entre 15 e 29 anos. O momento marcou o retorno do diálogo entre o Governo Federal e a sociedade civil. Desde 2015 a Conferência Nacional de Juventude não era realizada.
- Um dos pontos mais importantes alcançados na conferência foi a reestruturação da Secretaria Nacional da Juventude, órgão essencial para garantir políticas públicas voltadas para a juventude.
- Outra conquista relevante foi o fortalecimento do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), que passou a ter uma atuação mais efetiva junto aos jovens para a formulação conjunta de políticas públicas. Essa medida visa assegurar que as demandas e necessidades da juventude sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisões governamentais.
- Também foi recriado o Comitê Interministerial da Política Pública da Juventude (Coijuve), formado por 25 ministérios, com foco na Política Nacional de Juventude, além de outras atribuições, como o monitoramento da execução do Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).
- Avançam ainda na pauta do governo o Plano Juventude Negra Viva; a Caravana Juventude pela Paz nas Escolas; o investimento de R\$ 3 bilhões para segurança nas escolas; a Caravana das Periferias, entre outros.
- Lançado em dezembro de 2024, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural tem como objetivo articular políticas públicas para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, com foco na sucessão familiar e na melhoria da qualidade de vida das juventudes que vivem no campo, nas águas e nas florestas. A estrutura do plano é composta por seis eixos estratégicos: Acesso à Terra e ao Território; Inclusão Produtiva; Educação no Campo; Saúde e Qualidade de Vida; Conectividade e Participação Política; Proteção Ambiental e Territorial.
- O Governo Federal também criou uma linha no Programa Nacional de Crédito Fundiário destinada a jovens rurais para facilitar o acesso à terra própria. Com juros de 0,5% ao ano, três anos de carência, 25 anos de prazo e mais de R\$ 180 mil em crédito, a medida atende pessoas entre 18 e 30 anos, com renda familiar anual de até R\$ 40 mil e patrimônio de até R\$ 140 mil.

14. Caravana Federativa fortalece cooperação entre Governo Federal, estados e municípios

- Uma das iniciativas do Governo Federal para estreitar a relação com estados e municípios é a Caravana Federativa, lançada em agosto de 2023. Até o final de 2024, a Caravana já percorreu 11 capitais brasileiras, incluindo Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Palmas, São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Pernambuco, Amapá, Piauí e Pará, com a previsão de atender todas as unidades da federação.
- A ação reúne diversos ministérios e instituições federais e oferece uma ampla variedade de serviços e atendimentos especializados para gestores. Um dos principais focos é assegurar a adesão das prefeituras aos programas sociais atualmente disponíveis, como Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família; Mais Médicos, entre outros.
- Somente em 2024, a Caravana passou por 5 estados, atendendo aproximadamente 600 municípios e realizando mais de 11.000 atendimentos.



G20
BRASIL 2024

**Bem-vindo
ao país-sede
do G20.**

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

JCDecaux

50

12.

Protagonismo no Cenário Internacional

Sumário

1. Brasil retoma relevância estratégica com forte presença internacional e diplomacia ativa	253
2. À frente do G20, Brasil recupera protagonismo global e aprova pautas prioritárias	255
3. G20 Social: Governo brasileiro inova ao dar voz à sociedade em debate global.....	258
4. Mercosul e União Europeia concluem acordo histórico de parceria	259
5. Brasil na liderança global: rumo aos BRICS e à COP 30	260
6. China: Relação com maior parceiro comercial do Brasil se intensifica	261
7. Brasil lidera avanços na integração da América do Sul	262
8. Governo repatria com segurança brasileiros de zonas de conflito em duas grandes operações	263

1. Brasil retoma relevância estratégica com forte presença internacional e diplomacia ativa

- Entre 2023 e 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou um papel de destaque no cenário internacional, com a realização de 39 viagens a 32 países em seus dois primeiros anos de governo. Essa intensa atividade diplomática foi marcada por sua participação em 13 eventos multilaterais no exterior, evidenciando a posição estratégica do Brasil no diálogo global.
- Durante esse período, Lula participou como convidado nas duas edições da Cúpula do G7 - a primeira no Japão e a segunda na Itália -, reforçando o diálogo do Brasil com as economias desenvolvidas. Também discursou na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2023 e 2024, um espaço fundamental para apresentar as prioridades do Brasil e fortalecer a liderança do país em temas globais como meio ambiente, combate às desigualdades e promoção da paz.
- Esteve ainda na Cúpula dos BRICs, na África do Sul (2023) e Cúpula da União Africana, na Etiópia (2024), entre outros, para fortalecer laços com outros países do Sul Global.

Agendas regionais

- No âmbito regional, foram outras tantas agendas da máxima importância. O Brasil foi anfitrião, em 2023, da Cúpula da Amazônia, que reuniu as lideranças dos oito países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Na ocasião, aprovaram a Declaração de Belém, comprometendo-se com a proteção do bioma, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável inclusivo.
- O presidente também participou das cúpulas da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), realizadas na Argentina, em 2023, e em São Vicente e Granadinas, em 2024, consolidando a integração da América Latina e Caribe. Ainda na região, participou da 46ª Cúpula de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Caricom), na Guiana. E esteve em Bruxelas, na Bélgica, para participar da 30ª Cúpula Celac-União Europeia, onde o Brasil defendeu o estímulo à cooperação mútua nas áreas ambiental, energética e de defesa, além do combate à fome.
- Nos encontros do Mercosul, o Brasil trabalhou pela aproximação com países da região, com o ingresso da Bolívia como membro e do Panamá como Estado Associado; e, com parceiros extrarregionais, teve atuação decisiva para a conclusão das negociações do acordo do bloco com a União Europeia.
- Isso sem contar a atuação brasileira nos encontros do G20 - em 2023, na Índia, e em 2024 no Brasil, trazendo os principais líderes mundiais ao país e firmando o protagonismo do Brasil nos principais temas da agenda mundial, como o combate à fome, a promoção do desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global.

Visitas ao Brasil

- No cenário nacional, nos últimos dois anos, o Brasil recebeu chefes de Estado e de governo de 19 países para visitas oficiais. Entre os líderes recebidos estavam figuras de grande influência internacional, como o presidente chinês, Xi Jinping; o chanceler alemão, Olaf Scholz; o presidente francês, Emmanuel Macron; o então primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida; o presidente espanhol, Pedro Sánchez; o então presidente argentino, Alberto Fernández; e o presidente eleito do Uruguai, Yamandú Orsi.
- Além de projetar o país como ator global relevante, com influência no debate internacional, essas agendas foram essenciais para fortalecer parcerias comerciais, promover a atração de investimentos estratégicos para o Brasil, criando oportunidades econômicas e ampliando o diálogo em temas prioritários para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade global.
- Alguns dos resultados e desdobramentos serão detalhados nos próximos tópicos.

2. À frente do G20, Brasil recupera protagonismo global e aprova pautas prioritárias

- Em 2024, o Brasil esteve à frente da presidência temporária do G20, o grupo das principais economias do mundo - 19 países, mais a União Africana e a União Europeia. A atuação do Brasil representou o fortalecimento do país como ator central nas discussões globais sobre justiça social, desenvolvimento sustentável e governança ambiental, reposicionando o país como referência internacional nesses temas.
- Ao longo de sua presidência, o Brasil conseguiu articular avanços significativos junto ao grupo de países em questões cruciais como combate à fome, mudanças climáticas e redução de desigualdades, que culminaram em uma histórica Declaração de Líderes do G20.
- O documento, que obteve consenso de todos os países-membros durante a Cúpula de Líderes do G20, realizada no Rio de Janeiro, reúne 85 compromissos e inclui as principais prioridades da presidência do Brasil à frente do grupo.
- A seguir, os pontos centrais do documento.

2.a) Aliança Global contra a Fome e a Pobreza tem adesão de 82 países

- A principal entrega da presidência brasileira do G20 foi a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa que convoca todos os países a se unirem em um esforço coordenado para enfrentar um dos mais graves problemas globais, com a meta de erradicar a fome no mundo até 2030. Foi a primeira vez que um país adotou o tema como prioritário no G20.
- A iniciativa foi lançada na abertura da Cúpula de Líderes do G20 e recebeu adesão em massa. A Aliança Global já nasce reunindo 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, 9 instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais.
- A proposta brasileira busca mobilizar recursos e estratégias para combater a insegurança alimentar, especialmente nos países em desenvolvimento, representando um marco na agenda internacional de solidariedade. O grupo irá reunir recursos e conhecimentos para a implementação de políticas públicas e tecnologias sociais comprovadamente eficazes na redução da fome e da pobreza no mundo.
- O Portal da Aliança Global na internet reúne todas as informações, documentos e instruções para participar do esforço. Também está disponível a Cestas de Políticas, um menu de programas e instrumentos políticos que podem ser adaptados a contextos nacionais ou subnacionais específicos.
- Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), publicado em julho de 2024, cerca de 733 milhões de pessoas enfrentaram a fome em 2023, o que equivale a uma em cada 11 pessoas globalmente e uma em cada cinco na África.

2.b) Financiamento: países defendem tributação de “super-ricos”

- Uma das medidas para ampliar a disponibilidade financeira para a realização das mudanças necessárias no cenário internacional é a tributação progressiva dos “super-ricos”, tema pautado pelo Brasil na presidência do G20 e abraçado pelo grupo. O documento sugere cooperação para garantir que indivíduos de patrimônio ultra-alto sejam efetivamente tributados, respeitando a soberania tributária. O governo estima que uma taxa de 2% sobre o patrimônio desse grupo, formado por cerca de 3 mil pessoas com US\$ 15 trilhões em riqueza, poderia gerar US\$ 250 bilhões anuais para combater a desigualdade e financiar a transição ecológica. O texto do G20, no entanto, não especifica uma alíquota.

2.c) Declaração defende reforma da governança global

- A declaração dos líderes do G20 destaca a necessidade de reformar a governança global com soluções multilaterais, adaptando instituições internacionais às realidades do século 21 para torná-las mais representativas, eficazes e transparentes. Reforça o compromisso com uma reforma transformadora do Conselho de Segurança da ONU, ampliando sua composição para incluir regiões sub-representadas, como África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, visando maior representatividade, eficiência e transparência.

2.d) Líderes condenam ataques contra civis e contra integridade territorial

- O documento do G20 condena ataques contra civis, violações à soberania e integridade territorial dos Estados, e manifesta preocupação com a crise humanitária em Gaza e a violência no Líbano. Reforça a necessidade de ampliar a assistência humanitária, proteger civis e cumprir resoluções da ONU. Destaca o sofrimento causado pela guerra e reafirma o compromisso com a solução de dois Estados, garantindo a coexistência pacífica entre Israel e a Palestina, conforme o direito internacional.

2.e) Mobilização global contra mudanças climáticas é urgente

- Na seara das mudanças climáticas, o documento final do G20 revela avanços expressivos em múltiplas frentes, destacando o compromisso de acelerar transições energéticas sustentáveis, triplicar a capacidade de energia renovável até 2030 e duplicar a eficiência energética global.
- O G20 enfatiza a urgência de uma mobilização global, reafirma o alinhamento ao multilateralismo climático e ao Acordo de Paris, reforçando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Reitera ainda o compromisso de atingir a neutralidade de carbono até meados do século, por meio de contribuições nacionalmente determinadas ambiciosas.
- O texto de consenso do G20 reforça o apoio aos países em desenvolvimento para a produção agrícola sustentável, aprimora mecanismos de cooperação internacional nas modalidades norte-sul, sul-sul e trilateral, e exige uma mobilização adicional de recursos.

2.f) G20 faz chamado à igualdade de gênero e combate à violência

- Nas relações de gênero, o documento reconhece a contribuição das mulheres para a economia e a necessidade de tornar os sistemas de cuidados mais igualitários. Faz um forte chamado ao combate à misoginia e à violência contra mulheres.

2.g) Cooperação global para uma IA mais justa e inclusiva

- O documento final do G20 exalta a promoção da cooperação internacional com vistas à redução das desigualdades no meio digital, reconhecendo que a inteligência artificial pode gerar oportunidades econômicas, mas também gera preocupações de ordem ética e riscos aos direitos e ao bem-estar dos cidadãos. Encomenda ao Grupo de Trabalho de Emprego um documento com princípios para o uso confiável e seguro da inteligência artificial no mundo do trabalho e cria uma instância de Alto Nível / Força-Tarefa sobre Governança da Inteligência Artificial.

3. G20 Social: Governo brasileiro inova ao dar voz à sociedade em debate global

- Entre as novidades apresentadas pela presidência brasileira está o G20 Social, amplo espaço de participação e contribuição da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas à Cúpula. Além dos 13 Grupos de Engajamento, no mandato brasileiro foram incluídas diferentes vozes e manifestações vindas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.
- Ponto alto desta iniciativa, a Cúpula Social antecedeu a Cúpula de Líderes do G20, também no Rio de Janeiro, refletindo o conjunto de propostas debatidas pela sociedade civil dos países-membros do G20. O evento reuniu mais de 49 mil pessoas durante três dias, em um diálogo global sobre os desafios da sociedade contemporânea. A participação massiva da sociedade civil demonstrou o desejo de uma governança global mais inclusiva e justa.
- A Declaração Final do G20 Social sintetizou consensos sobre justiça social, combate à fome, democratização do acesso a recursos e preservação ambiental. O documento foi levado aos líderes do G20 como reflexo das aspirações populares, consolidando a voz da sociedade civil no centro da governança global.
- A África do Sul, que assume a presidência do G20 para 2025, já sinalizou que dará continuidade ao legado brasileiro com a manutenção do G20 Social.
- Outra inovação do governo brasileiro entre as iniciativas pré-Cúpula de Líderes foi o CRIA G20, um grande encontro de criadores de conteúdo, ativistas e pensadores do mundo todo reunidos para debater as prioridades brasileiras no G20: o combate à fome e à pobreza, a construção de uma nova governança global e o enfrentamento às mudanças do clima. Cerca de 4.000 pessoas participaram das mais de 50 sessões, entre painéis e bate-papos com convidados nacionais e internacionais, além de oficinas, exibições de filmes e eventos de parceiros.

4. Mercosul e União Europeia concluem acordo histórico de parceria

- O Mercosul e a União Europeia deram um passo histórico ao concluir as negociações para um acordo de parceria. Trata-se de um dos maiores acordos comerciais bilaterais do mundo, unindo dois blocos econômicos com um mercado consumidor de mais de 700 milhões de pessoas e um PIB combinado de cerca de US\$ 22 trilhões.
- O anúncio da conclusão das negociações ocorreu durante a 65ª Cúpula do Mercosul, no Uruguai, e culmina processo iniciado em 2023, quando o Mercosul, sob a coordenação brasileira, e a União Europeia retomaram as tratativas birregionais. Nesses dois anos, foram realizadas, ao total, sete rodadas de negociações presenciais entre os dois blocos, todas em Brasília.
- O Acordo abre oportunidades de comércio e investimentos sem comprometer a capacidade para a implementação de políticas públicas em áreas cruciais como saúde, desenvolvimento industrial e inovação. O texto do Acordo assegura a preservação de espaço para políticas públicas em compromissos sobre compras governamentais, comércio no setor automotivo e exportação de minerais críticos.
- O acordo, que ainda precisa ser assinado e ratificado pelos parlamentos dos países membros de ambos os blocos, contribui para aprofundar a integração regional do Mercosul e fortalecer sua posição no cenário internacional. Além disso, oferecer novas oportunidades de negócios para empresas de ambos os blocos, especialmente para pequenas e médias empresas.
- Principais pontos do acordo:
 - **Abertura de mercados:** Prevê a redução de tarifas e barreiras não tarifárias para o comércio de bens e serviços entre os dois blocos, o que deve estimular o crescimento econômico e gerar novas oportunidades de negócios.
 - **Cooperação em outras áreas:** Além do comércio, o acordo prevê a cooperação em diversas outras áreas, como ciência, tecnologia, energia, meio ambiente e direitos humanos.
 - **Política industrial:** Reconhece a importância da política industrial para ambos os blocos e garante espaço para que cada um possa implementar suas próprias políticas de desenvolvimento industrial.
 - **Sustentabilidade:** Inclui compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância de enfrentar os desafios climáticos de forma cooperativa.
- O acordo acontece em um contexto internacional de crescente protecionismo e unilateralismo comercial, sinalizando em favor do comércio internacional como fator para o crescimento econômico.
- Para o Brasil, a parceria possui valor estratégico em diversos sentidos. A União Europeia é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, com corrente de comércio, em 2023, de aproximadamente US\$ 92 bilhões. O Acordo deverá reforçar a diversificação das parcerias comerciais do Brasil, ativo

de natureza estratégica para o país, além de fomentar a modernização do parque industrial brasileiro com a integração às cadeias produtivas da União Europeia. Espera-se, da mesma forma, que o Acordo dinamize ainda mais os fluxos de investimentos, o que deve reforçar a atual posição da UE como a detentora de quase metade do estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil.

5. Brasil na liderança global: rumo aos BRICS e à COP 30

- Em mais um importante capítulo para o fortalecimento de sua posição no cenário internacional e para ampliar a oportunidade de influenciar a agenda global, o Brasil será sede de dois dos principais eventos da agenda internacional em 2025: os BRICS (bloco formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e ampliado pela participação de Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia); e 30^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30).

5.a) BRICS: reforma da governança global e desenvolvimento sustentável

- Seis anos após ter assumido pela última vez a presidência do BRICS, o Brasil retomará o comando do grupo a partir de 1º de janeiro de 2025 com o desafio de pautar a discussão sobre temas como a reforma da governança global e o desenvolvimento sustentável, também discutidos ao longo de 2024, durante a presidência do G20.
- Sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, a presidência brasileira do grupo deverá promover debates sobre reforma das instituições de governança global; promoção do multilateralismo; combate à fome e à pobreza; redução da desigualdade; e promoção do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

5.b) COP 30: Amazônia será palco central das discussões sobre o futuro do planeta

- A COP 30, a ser realizada em Belém, no Pará, representa um marco histórico para o Brasil e para a luta global contra as mudanças climáticas. A Amazônia, um dos maiores biomas do planeta, será o palco central das discussões sobre o futuro do planeta.
- A realização da COP 30 no Brasil permitirá ao país demonstrar seus esforços em áreas como energias renováveis, biocombustíveis e agricultura de baixo carbono, além de reforçar sua atuação histórica em processos multilaterais, como na Eco-92 e na Rio+20.
- Os resultados da COP29, realizada em Baku, em 2024, destacaram a necessidade de mobilização financeira robusta para enfrentar a crise climática, com o compromisso dos países desenvolvidos de fornecer US\$ 300 bilhões anuais até 2035, escalando para US\$ 1,3 trilhão anuais. Apesar de considerado insuficiente pelos países em desenvolvimento, o “Roteiro Baku a Belém para

1,3T" estabeleceu um marco de cooperação até a COP30, quando o Brasil, como país anfitrião, terá a oportunidade de liderar as negociações para estruturar trajetórias mais ambiciosas e inclusivas de financiamento climático.

- Para estruturar a realização do evento de 2025, o Governo Federal criou uma Secretaria Extraordinária vinculada à Casa Civil, responsável por coordenar a preparação para que a Amazônia, em Belém (PA), receba a conferência do clima da ONU. São esperadas mais de 60 mil pessoas, entre chefes de Estado, diplomatas, empresários, investidores, ativistas e delegações dos 193 países membros.

6. China: relação com maior parceiro comercial do Brasil se intensifica

- A relação entre Brasil e China tem se consolidado como uma das mais estratégicas para o desenvolvimento econômico brasileiro. Desde 2009, a China mantém-se como o principal parceiro comercial do Brasil, posição que se fortaleceu ao longo dos anos. Em 2023, o comércio bilateral atingiu um recorde histórico de US\$ 157,5 bilhões, com exportações brasileiras totalizando US\$ 104 bilhões. Em 2024, ano em que se completaram 50 anos de relações diplomáticas entre os países, esse fluxo comercial alcançou US\$ 157,9 bilhões, evidenciando a crescente importância dessa parceria para a economia brasileira.
- Nos últimos dois anos, essa relação foi ainda mais fortalecida por meio de visitas de alto nível e acordos bilaterais que abrangem diversas áreas estratégicas.
- Pequim 2023** - o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita de Estado à China, acompanhado por uma delegação de empresários, governadores, senadores, deputados e ministros. Durante a visita, foram assinados 15 acordos bilaterais, destacando-se aqueles voltados para a facilitação do comércio e cooperação técnico-científica em setores como agricultura, pesquisa espacial e energia. Esses acordos resultaram em investimentos estimados em R\$ 50 bilhões, refletindo a retomada do protagonismo internacional do Brasil e o fortalecimento da parceria estratégica com a China.
- Cosban 2024** - em junho de 2024, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, co-presidiu a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) em Pequim. Durante o encontro, foram assinados diversos acordos de cooperação em áreas como infraestrutura, comércio e tecnologia. A COSBAN facilitou a aprovação de recursos superiores a R\$ 24,6 bilhões em concessões de crédito, destinados a projetos de infraestrutura no Brasil, projetos relacionados à mudança do clima e à economia verde e auxílio para a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.
- Xi Jinping no Brasil** - Em novembro de 2024, o presidente da China, Xi Jinping, realizou uma visita de Estado ao Brasil, sendo recebido pelo presidente Lula no Palácio da Alvorada, em Brasília. Durante o encontro, foram assinados

diversos atos e acordos nas áreas de agricultura, comércio, investimentos, infraestrutura, indústria, energia, mineração, finanças, ciência e tecnologia, comunicações, desenvolvimento sustentável, turismo, esportes, saúde, educação e cultura. Esses acordos visam aprofundar a cooperação bilateral e elevar o patamar das relações entre os dois países.

- As agendas mencionadas resultaram em avanços significativos na relação Brasil-China, incluindo investimentos em setores estratégicos, cooperação em inovação e desenvolvimento tecnológico, além da expansão do comércio entre os dois países.

7. Brasil lidera avanços na integração da América do Sul

- Desde a reunião histórica com 11 líderes sul-americanos, em maio de 2023, que resultou no Consenso de Brasília, o Brasil tem liderado esforços para fortalecer a integração regional. O Consenso de Brasília reafirma valores como democracia, desenvolvimento sustentável e cooperação regional, e define ações concretas para enfrentar desafios comuns.
- A principal iniciativa, o projeto Rotas de Integração Sul-Americana, inclui 190 obras de infraestrutura em 11 estados fronteiriços, conectando o Brasil aos países vizinhos e aos portos do Pacífico, com o apoio de bancos multilaterais e uma carteira de crédito de US\$ 10 bilhões. As cinco rotas propostas prometem reduzir custos logísticos, aumentar o comércio e gerar um impacto significativo no crescimento econômico, estimado em 1% do PIB brasileiro ao ano a partir de 2026. Além de benefícios econômicos, o projeto busca reduzir desigualdades e promover avanços sociais, abrangendo desde infraestrutura de transporte até iniciativas de segurança alimentar e energética.

8. Governo repatria com segurança brasileiros de zonas de conflito em duas grandes operações

- O governo brasileiro realizou, nos últimos dois anos, duas grandes operações de repatriação para resgatar cidadãos em zonas de conflito - na Faixa de Gaza e no Líbano -, reafirmando seu compromisso com a proteção dos brasileiros no exterior e a busca por soluções pacíficas nos conflitos internacionais.
 - **Operação Voltando em Paz:** Iniciada em outubro de 2023, trouxe para o Brasil 1.555 pessoas que estavam em Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza, afetadas pelo conflito entre Israel e o grupo Hamas. Foram 12 voos, que trouxeram também 53 animais domésticos resgatados.
 - Ainda antes de embarcar, os brasileiros receberam recursos para alimentação, água potável, gás de cozinha e medicamentos. Tiveram acesso a atendimento médico e psicológico. Quando necessário, foram hospedados em residências alugadas pelo governo e se deslocaram em ônibus fretados pela representação brasileira.
 - A operação exigiu intenso trabalho diplomático, com a participação direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em diálogo com chefes de Estado, lideranças regionais e o secretário-geral da ONU.
- **Operação Raízes do Cedro:** A maior operação de resgate de brasileiros já feita no país. Teve início em outubro de 2024 e visou retirar brasileiros do Líbano devido à escalada de tensões na região. Em 13 voos, a operação resgatou 2.663 pessoas e 34 animais domésticos, totalizando mais de 300 horas de voo.
 - Em solo, mais de 2.400 atendimentos em saúde e 856 acolhimentos temporários. Integraram este esforço 48 profissionais de saúde, entre 16 médicos, 15 psicólogos e 16 enfermeiros para garantir os atendimentos necessários ao longo dos voos de resgate.
 - Os voos para o Líbano também levaram 27,3 toneladas de medicamentos e insumos hospitalares, e 62,5 toneladas de alimentos.



SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL

